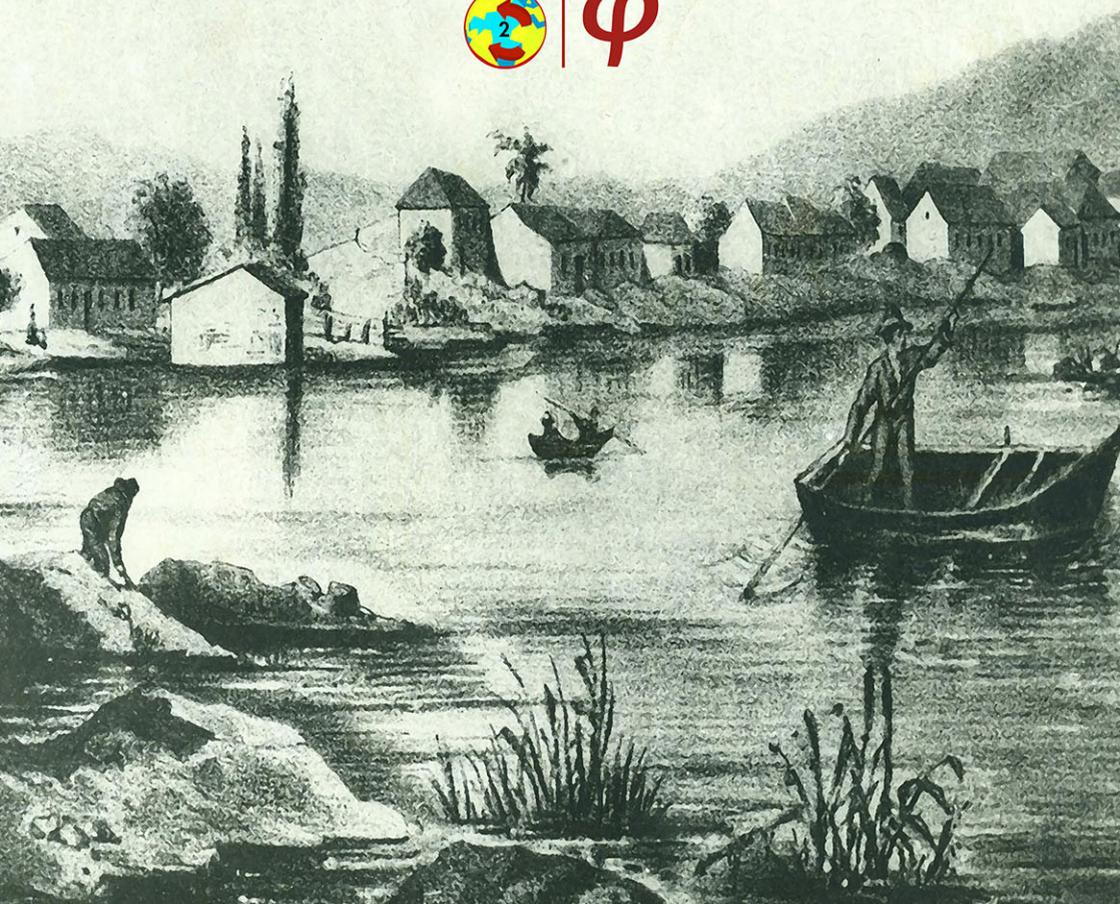


Releituras & Caminhos

Possibilidades interpretativas no campo migratório

Caroline von Mühlen | Rodrigo Luis dos Santos | Welington Augusto Blume (Orgs.)



A obra que ora apresentamos é fruto de uma intencionalidade: aproximar os estudos acadêmicos, especialmente aqueles relacionados com a temática das migrações e do processo de imigração no Brasil, de um público restrito aos espaços universitários. Originalmente, não havíamos pensado na publicação de um livro. Essa ideia de aproximação entre espaços que, na prática, ainda são distantes – embora, seja necessário dizer, com tentativas muito importantes em tentar diminuir o abismo existente –, surgiu através de outra possibilidade: a realização de ciclos de palestras, com temas diversos relacionados com a imigração – especialmente alemã – destinados ao público estudantil e comunitário. Sendo assim, no ano de 2014, aproveitando as comemorações alusivas aos 190 anos da chegada dos primeiros imigrantes alemães ao Rio Grande do Sul, foi realizado um ciclo de palestras, com 12 temas diferentes, na cidade de Nova Hartz, na região de fronteira entre os vales do Rio dos Sinos e do Rio Paranhana. A ideia foi bem sucedida. E acabou sendo “abraçada” como uma das frentes de atuação da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras, entidade onde uma das principais características é justamente unir pesquisadores acadêmicos e não-acadêmicos, que se dedicam aos temas migratórios. Em 2015, uma nova edição do ciclo de palestras foi realizado no município de Santa Maria do Herval, contando com a grande maioria de participantes sendo estudantes do Ensino Médio. No ano seguinte, foi a vez de Dois Irmãos receber o ciclo. E em 2017, a quarta edição ocorreu na cidade de Ivoti. Na medida em que era cada vez mais perceptível a necessidade de aproximar pesquisas acadêmicas de um público mais amplo, cumprindo, desta forma, o compromisso social dos historiadores com seu meio, sua comunidade, foi sendo aventada a ideia de se registrar essas comunicações a palestras, oferecendo o meio impresso como forma de alcançar um número ainda maior de interessados. E o livro que hoje você tem em mãos é resultado deste esforço.



Releituras e Caminhos



ESTUDOS ÉTNICOS e MIGRAÇÕES

Diretores da série:

Caroline von Mühlen

(Doutora em História – PUCRS/Professor do Colégio Sinodal – Portão/Coordenadora do GT Estudos Étnicos e Migrações da ANPUH-RS e vice-presidente da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras)

Rodrigo Luis dos Santos

(Coordenador e Professor dos Cursos de Geografia e História do Instituto Superior de Educação Ivoati/Doutorando em História – UNISINOS/Vice-coordenador do GT Estudos Étnicos e Migrações da ANPUH-RS e presidente da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras)

Editor Técnico:

Lucas Margoni
PUCRS, Brasil

Comitê Editorial e Científico:

Daniel Luciano Gevehr

(Doutor em História - UNISINOS/Professor do Mestrado em Desenvolvimento Regional – FACCAT e do Instituto Superior de Educação Ivoati)

Tiago Weizenmann

(Doutor em História – PUCRS/Coordenador Pedagógico e professor no Centro de Ciências Humanas e Sociais – UNIVATES)

Márcia Solange Volkmer

(Doutora em História – UFRGS/ Professora no Centro de Ciências Humanas e Sociais – UNIVATES)

José Edimar de Souza

(Doutor em Educação – UNISINOS/Professor no Programa de Pós-graduação em Educação da UCS)

Marcos Antônio Witt

(Doutor em História - PUCRS/Professor do Programa de Pós-graduação em História da UNISINOS)

Releituras e Caminhos

Possibilidades interpretativas no campo migratório

Organizadores:

Caroline von Mühlen

Rodrigo Luis dos Santos

Wellington Augusto Blume

φ editora fi

Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Estudos Étnicos e Migrações - 2

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

MÜHLEN, Caroline von; SANTOS, Rodrigo Luis dos; BLUME, Welington Augusto (Orgs.)

Releituras e Caminhos: possibilidades interpretativas no campo migratório [recurso eletrônico] / Caroline von Mühlen; Rodrigo Luis dos Santos; Welington Augusto Blume (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

267 p.

ISBN - 978-85-5696-445-8

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Ética; 2. Etnicidade; 3. Identidade; 4. Migrações; 5. Historiografia; I. Título II. Série

CDD: 177

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética e Relações Sociais

177

Sumário

Apresentação	9
Caroline von Mühlen; Rodrigo Luis dos Santos; Welington Augusto Blume	

Prefácio	11
Frederik Schulze	

1ª Parte História e Educação

1	17
Imigração e educação: possibilidades de ensino e aprendizagem na educação básica	
José Edimar de Souza	

2ª Parte Patrimônio Cultural

2	43
Patrimônio cultural: marcas do vivido nos movimentos migratórios	
Vania Inês Avila Priamo	

3	45
Sob o <i>Königsberg</i> – o morro Dois Irmãos na paisagem da Antiga Colônia Alemã de São Leopoldo	
Jorge Luís Stocker Júnior	

3ª Parte Gênero e Identidades

4	75
Gênero e imigração: um debate [cada vez mais] necessário	
Daniel Luciano Gevehr	

5	103
Patrimonialização de memórias da imigração e a construção da consciência histórica no ensino de história regional	
Cristiano Nicolini	

4ª Parte
Relações Interétnicas

6	127
Imigração e escravidão no Sul do Império do Brasil: reflexões, perspectivas e possibilidades	
Paulo Roberto Staudt Moreira; Miquéias Henrique Mugge	

5ª Parte
Fontes para a Imigração

7	151
Construção do conhecimento histórico através da literatura: narrativas ficcionais sobre o Rio Grande do Sul	
Samanta Ritter; Wellington Augusto Blume	

6ª Parte
Aspectos Sociais, Culturais e Religiosos

8	183
De <i>outsiders</i> a estabelecidos: A deportação de prisioneiros alemães para o Brasil Imperial	
Caroline von Mühlen	

9	205
Aspectos socioculturais da religiosidade na colonização alemã no sul do Brasil	
Tiago Weizenmann	

10	237
Entre a cruz e a espada, entre a fé e o poder: imigração, política e religião no Rio Grande do Sul do início do século XX	
Rodrigo Luis dos Santos	

Sobre os autores e autoras	261
---	------------

Apresentação

Caroline von Mühlen

Rodrigo Luis dos Santos

Wellington Augusto Blume

A obra que ora apresentamos é fruto de uma intencionalidade: aproximar os estudos acadêmicos, especialmente aqueles relacionados com a temática das migrações e do processo de imigração no Brasil, de um público restrito aos espaços universitários. Originalmente, não havíamos pensado na publicação de um livro. Essa ideia de aproximação entre espaços que, na prática, ainda são distantes – embora, seja necessário dizer, com tentativas muito importantes em tentar diminuir o abismo existente –, surgiu através de outra possibilidade: a realização de ciclos de palestras, com temas diversos relacionados com a imigração – especialmente alemã – destinados ao público estudantil e comunitário.

Sendo assim, no ano de 2014, aproveitando as comemorações alusivas aos 190 anos da chegada dos primeiros imigrantes alemães ao Rio Grande do Sul, foi realizado um ciclo de palestras, com 12 temas diferentes, na cidade de Nova Hartz, na região de fronteira entre os vales do Rio dos Sinos e do Rio Paranhana. A ideia foi bem sucedida. E acabou sendo “abraçada” como uma das frentes de atuação da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras, entidade onde uma das principais características é justamente unir pesquisadores acadêmicos e não-acadêmicos, que se dedicam aos temas migratórios.

Em 2015, uma nova edição do ciclo de palestras foi realizado no município de Santa Maria do Herval, contando com a grande maioria de participantes sendo estudantes do Ensino Médio. No ano seguinte, foi a vez de Dois Irmãos receber o ciclo. E em 2017, a quarta edição ocorreu na cidade de Ivoti.

Na medida em que era cada vez mais perceptível a necessidade de aproximar pesquisas acadêmicas de um público mais amplo, cumprindo, desta forma, o compromisso social dos historiadores com seu meio, sua comunidade, foi sendo aventada a ideia de se registrar essas comunicações a palestras, oferecendo o meio impresso como forma de alcançar um número ainda maior de interessados.

E o livro que hoje você tem em mãos é resultado deste esforço.

Agradecemos aos colegas que aceitaram o convite e contribuíram com suas pesquisas e seus textos, que acreditaram neste trabalho. Cada capítulo deste livro tem a intenção de ser uma ponte, unindo o campo acadêmico ao meio social. Essa é a função da História.

Fazemos votos que a leitura deste livro possa ampliar os horizontes sobre o tema das (e/i)migrações e, por que não, incentivar mais pesquisas e novos trabalhos, em diferentes lugares do Brasil. O desafio é sempre avançar.

Boa leitura a todas e todos!

Prefácio

Frederik Schulze

A historiografia tem vindo a evoluir a um ritmo constante desde os inícios da disciplina no começo do século XIX até os dias de hoje. Para os historiadores e, mais tarde, também para as historiadoras, a situação social e política em que viviam sempre foi marcante para a sua produção historiográfica. Deste modo, também a historiografia sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul mudou-se durante décadas. Quando eu, na altura um historiador jovem da Alemanha, comecei pesquisando no Rio Grande do Sul, em 2008, havia duas gerações de historiadores nas universidades e institutos de pesquisa. Em primeiro lugar, encontrei integrantes da primeira geração de acadêmicos, tal como os professores René Gertz, Giralda Seyferth ou Martin Dreher, que deram início à pesquisa sobre a imigração alemã no Brasil e que foram interessados principalmente na história social e política dos imigrantes. Influenciaram e orientaram uma segunda geração de historiadores, entre outros Isabel Arendt e Marcos Witt, os quais trataram de novos temas e abordagens, incluindo perspectivas da história cultural.

O presente livro, por sua vez, reúne artigos da terceira geração. São historiadores jovens, às vezes da minha idade, às vezes mais novos. Para mim, como historiador alemão, é interessante conhecer os caminhos que os meus colegas no Rio Grande do Sul escolhem e a viés historiográfica que favorecem. Estou notando três enfoques: a procura de novos questões e tópicos, a auto-reflexão dos próprios cientistas e uma atitude crítica em relação à historiografia existente, e finalmente a

aspiração de trazer os debates acadêmicos ao centro da sociedade. Tudo isso podia-se ver em 2017 no XIII Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras e Seminário Nacional sobre Migrações Históricas e Recentes, na Univates em Lajeado, onde, além de focar a história da imigração alemã no sul do Brasil, vários painéis também trataram de migrações atuais no Brasil e inclusive estabeleceram um diálogo com imigrantes africanos, por exemplo. Da mesma maneira, esta coletânea de textos é uma manifestação do programa historiográfico acima mencionado.

Durante muito tempo, a pesquisa sobre migração foi marcada por assuntos clássicos como razões de imigração, aculturação e etnicidade, importantes também para o contexto acadêmico no Brasil. Campos de pesquisa foram a religião, a imprensa, o associativismo e a política de migração. A segunda geração de historiadores acrescentou questões relacionadas à cultura diária, entre outras. O presente volume se distingue pela variedade de matérias e inclui novas facetas. O público leitor encontra artigos sobre a relação entre imigrantes e escravos, sobre mulheres, culturas de memória, monumentos e paisagens culturais, sobre culinária, comida e prisioneiros imigrados.

As contribuições mais estimulantes são as com uma forte autorreflexão e uma crítica dos discursos hegemônicos sobre a imigração alemã no Brasil. Os textos da Vania Inês Avila Priamo e do Jorge Luís Stocker Júnior, por exemplo, requerem novos caminhos na preservação histórica e chamam a atenção para legados arquitetônicos e paisagísticos que lembram a época da imigração e que merecem ser protegidos. Aliás, Priamo, Daniel Luciano Gevehr e Cristiano Nicolini argumentam em favor de questionar e ajustar as políticas de memória locais. Segundo os autores, manuais escolares, monumentos e museus de imigração apresentam uma imagem seletiva e folclórica da imigração alemã no Rio Grande do Sul, excluindo muitas histórias diferentes e ignorando os debates atuais do contexto acadêmico. Museus locais,

por exemplo, reproduzem a ideia da mulher doméstica diligente, mas escondem assuntos como prostituição.

Resta esperar que uma nova geração de protagonistas também chegue na política local e nos museus para que a política de memória seja pluralizada e libertada de uma orientação predominante para o turismo. O presente livro poderia ser uma tentativa de diálogo entre a política de memória e a universidade. O fato que a escola constitui igualmente um lugar importante da difusão de história e identidade é enfatizado por vários textos deste volume. Também entre universidade e escola, um diálogo poderia ser útil para renegociar formas de lembrar e questionar o passado.

1ª Parte

História e Educação



Col. Estadual São Leopoldo. Homenagem ao Dia do Alfabetizador. Profa. Iracy Zen Graziolo (08/09/1980). Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (Acervo Fotográfico).

Imigração e educação: possibilidades de ensino e aprendizagem na educação básica

José Edimar de Souza

Considerações iniciais

Em história, tudo começa com o ato de separar, de organizar e de transformar em “[...] documentos determinados objetos repartidos de outra maneira” (CERTEAU, 2011, p. 69). Fazer história é uma prática, a partir de um lugar social, que culmina com a produção narrativa dos resultados do trabalho do pesquisador sobre a história. Portanto, as escolhas representam nesta pesquisa opções realizadas para compor a produção de uma história, pois concordando com Pesavento (2004, p. 53-54):

A História é uma construção da experiência do passado que tem se realizado em todas as épocas. [...] Inventa o mundo, dentro de um horizonte de aproximações com a realidade. [...] O historiador é aquele que, a partir dos traços deixados pelo passado, vai em busca da descoberta do como aquilo teria acontecido, processo este que envolve urdidura, montagem, seleção, recorte, exclusão, ou seja, o historiador cria o passado [...]. (PESAVENTO, 2004, p. 53-54).

A história é habitada por uma subjetividade que pertence ao historiador. Pelo recorte espaço-temporal, que faz e pelas relações

que estabelece, atribui sentido inédito às palavras/imagens que arranca do silêncio dos arquivos. Essa prática “[...] reintroduz existências e singularidades no discurso histórico” (CHARTIER, 2002, p. 9). É nessa medida que a preocupação com a experiência humana, o comportamento, valores que são aceitos em uma sociedade e que são rejeitados em outra adquirem sentido pelas lentes do historiador.

Dessa forma, o passado que se estuda é uma construção. O exercício de escrita da história pressupõe a elaboração de um discurso sobre o passado. Assim, o historiador faz como expectativa de resposta a perguntas e questões formuladas pelos homens em todos os tempos (HOBBSAWM, 2000). A história da educação tem um modo específico para narrar essa história, considerando-a uma área de conhecimento singular, que representa uma certa tradição e maneiras específicas para perceber a sociedade e as relações desta com a educação (CARVALHO, 2010).

A História da Educação pode ser reconhecida como um “território” da investigação histórica que se articula em sua pluralidade em diversos níveis: “macro” ou “micro”, que “se interrelacionam e se entrecruzam para formar um saber magmático” (CAMBI, 1999, p. 33): teorias, instituições, políticas educacionais, o social e o imaginário.

A História da Educação, como argumenta Galvão e Lopes (2001, p.16), tem contribuído para que se entenda a realidade complexa na qual estamos inseridos. Desse modo, a história regional, juntamente com outras formas de explicação de distintos contextos, pode auxiliar na compreensão de determinados problemas postos no presente, como: “um modo de pensar, uma maneira de raciocinar, uma forma de agir”. As formas de abordagens, como possíveis, a partir da temática da imigração, bem como a evidência da potencialidade de diversificação de fontes, para o ensino e aprendizagem desta temática, ressaltam o caráter interdisciplinar de elaboração do conhecimento histórico.

Bastos, Bencostta e Cunha (2002)¹ realizaram importante estudo sobre a produção bibliográfica na área da História da Educação na região Sul do Brasil. No Rio Grande do Sul, os temas mais pesquisados se caracterizam: pela profissão docente, etnias, raça, imigração e história das instituições escolares, com foco nos níveis de ensino primário e secundário. Os professores, como agentes do processo educativo, também têm sido mais pesquisados do que os alunos, principais destinatários do ensino. Atribuindo uma caracterização mais contemporânea a este levantamento bibliográfico, realizado pelos referidos pesquisadores, destaca-se que alguns temas ainda permanecem pouco explorados pelos pesquisadores da área da história da educação como: educação rural, relações entre história da imigração², as migrações atuais e a educação, bem como histórias das práticas docentes ainda carecem “despertar” interesse dos novos pesquisadores da história da educação.

A pesquisa desta natureza se constitui em um “trabalho histórico orientado no sentido abrangente, ou seja, capaz de ler os processos histórico-educativos” (CAMBI, 1999, p. 33). Alves (2010) acrescenta que, do ponto de vista cultural, a produção, circulação e diversidade de artefatos são âmbitos que comportam, cada um deles, um conjunto de práticas que, mesmo que não se iniciem no espaço escolar, para ele confluem e dele se espraíam, instaurando

¹Bastos, Bencostta e Cunha (2002), em levantamento bibliográfico, realizado sobre a produção na área da História da Educação, na região sul do país, entre os anos 80 e 90, constataram crescimento significativo de espaços e de produções nesse campo, especialmente com a instituição de associações de pesquisadores e as diferentes publicações que se originaram a partir dessa organização. Outro aspecto que contribui para compreender esse contexto de crescimento do campo foi o fortalecimento da pesquisa com a criação de programas de pós-graduação, o que também direcionou a ênfase das pesquisas para estudos regionais. Em outro estudo, Bastos (2005), apoiada em Warde (1984; 1990), alerta para a necessidade de um balanço dos estudos em história da educação brasileira, na perspectiva do processo de construção da memória e do conhecimento educacional e escolar que privilegie a realidade regional. De acordo com Bastos, ao privilegiar as pesquisas dessa natureza, se poderá conhecer as singularidades regionais e compreender as traduções dos processos de modernização e regionalização desta modernização do universo educacional.

² Sugere-se a consulta ao trabalho realizado por Gertz (2017) que realiza importante levantamento bibliográfico da produção da área da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul.

e/ou reforçando novas ações e significados. São as práticas que, entre outros elementos, possibilitam perceber a materialidade da cultura, de como determinados grupos pensam e estruturam seus projetos de mundo e vida em sociedade. Esses elementos remetem à ideia de processos de transformação e apropriações realizadas pelos sujeitos em suas relações com meio.

As pesquisas em História da Educação contribuem, entre outros aspectos, para se pensar os processos, mudanças e continuidades de ações da educação no tempo. Estudar a maneira como os grupos sociais adquiriram, assimilaram, utilizaram e difundiram o conhecimento escolar, em um espaço e tempo específicos, tem sido o meu principal interesse investigativo e, neste estudo, buscou-se discutir como a temática da imigração, associada às construções culturais destes grupos, pode servir às possibilidades de aprendizagens na escola básica.

Para Weber (2013, p. 5), há diferentes grupos sociais que contribuíram para composição humana da população brasileira, no Estado do Rio Grande do Sul. A pesquisadora destaca a imigração dos:

[...] açoriano-portugueses; alemães, espanhóis, italianos, judeus, poloneses, sírio-libaneses; mas também, como indicam algumas pesquisas antigas ou em desenvolvimento, podemos acrescentar russo-ucranianos, franceses, japoneses, palestinos, pomeranos e outros grupos que são segmentações desses grupos maiores, como é o caso dos galegos. (WEBER, 2013, p. 5).

Ao investigar os processos migratórios e seus desdobramentos, o olhar sobre a imigração é organizado por Weber a partir de três dimensões: agrupando os estudos e a forma de análise sobre “uma imigração antiga”, que estaria concentrada no período que se situa especialmente no século XIX, as imigrações contemporâneas e uma terceira possibilidade que estaria relacionada aos descendentes de imigrantes.

Quanto ao tempo, eleé aqui considerado como tempo social na sua forma dinâmica e é constituído pelos desdobramentos das ações dos grupos sociais como forma de marcar o tempo (ELIAS, 1994). Para Halbwachs (2006), a passagem do tempo em espaço percebido, a partir das memórias, presentes em diferentes documentos, possibilita conhecer e compreender como as características históricas, políticas e sociais, que identificam um grupo específico, foram construídas: pelas interações e/ou desenvolvimento de experiências que estes vinculam às suas histórias.

Esse processo de reflexão da realidade com a História pretende “[...] validar, no presente, determinadas leituras da realidade passada, uma vez que o conhecimento histórico é uma operação intelectual que se esforça por produzir determinadas inteligibilidades do passado [...]” (STEPHANOU; BASTOS, 2005, p. 417). Nesse sentido, entende-se que a História é um campo de produção do conhecimento que se nutre de teorias explicativas e de diferentes fontes para a compreensão das muitas ações humanas no tempo e no espaço.

Pensar as possibilidades de ensino e aprendizagem da temática da imigração e seus desdobramentos exige compreender que ela está engendrada e faz parte de uma complexa engrenagem cultural e social. Além disso, Stephanou e Bastos (2005) argumentam que, a partir da perspectiva da história cultural, o estudo de novos objetos de pesquisa leva em conta, por exemplo, o sentido sobre o mundo construído pelos homens do passado e a compreensão dos diferentes processos educativos, escolares e suas relações passou a fazer parte não apenas da pesquisa histórica, como também da prática pedagógica do ensino de história.

Juliá (2001) complementa e amplia a discussão sobre os estudos de cultura. Ao tratar da Cultura, buscou-se compreendê-la, parafraseando Certeau (2012), em sua dimensão “plural” que agrega as experiências dos diferentes grupos étnicos que produziram singularidades em um determinado espaço e tempo.

Imigração e Educação: relações de ensino e aprendizagem

No Brasil dos anos 1940 e 1950 a pesquisa estava quase totalmente circunscrita ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP); hoje, os mestrados, doutorados, associações, instituições, grupos de pesquisa, por exemplo, formam um cenário bastante diverso da pesquisa educacional brasileira. Como já se argumentou anteriormente, a temática da imigração, embora tenha um expressivo número de investigações, nem sempre esteve voltada às questões relacionadas à escola básica. Contudo, a implantação e criação dos Programas de Pós-Graduação em Educação e História, no curso da década de 1970, têm contribuído para ampliação da produção científica. A partir do início dos anos 1980, o crescimento quantitativo da produção tem sido intenso, o que dificulta o levantamento historiográfico, por apenas um pesquisador.

Grosso modo, ao se pensara relação entre a temática da imigração e sua relação com a educação pressupõe pensar nos desdobramentos e o que engloba, por exemplo: as identidades, pertencimentos, mobilidades, os sujeitos ou atores que estão envolvidos na educação (alunos, professores, funcionários, pais, religiosos); os discursos, as linguagens e os modos de comunicação utilizados no contexto escolar; os aspectos organizativos e institucionais que envolvem as práticas e representações nas dimensões espaço-temporais.

Nem sempre a pesquisa realizada na academia é utilizada no planejamento organizado pelo professor no cotidiano da sua prática pedagógica. A questão aqui apresentada não pretende encontrar os motivos pelos quais esta prática não ocorre, mas procura refletir sobre as possibilidades de trabalho diante de alguns exemplos de investigações já consolidadas.

Entende-se como prática educativa as maneiras como os professores notam a decisão de mudar suas estratégias trabalhadas

para poder ter a resposta de algum problema assim como descreve que o trabalho pedagógico do professor é indispensável para que o ensino de história possa representar um compromisso com o passado e o presente, para que a história tenha sentido, e, mesmo diante das dificuldades cotidianas, o compromisso do professor é salutar para que o trabalho da história seja constituído, como argumenta Zabala (1998, p. 14):

Na sala de aula acontecem muitas coisas ao mesmo tempo, rapidamente e de forma imprevista, e durante muito tempo, o que faz com que se considere difícil, quando não impossível, a tentativa de encontrar referências ou modelos para racionalizar a prática educativa. (ZABALA, 1998, p. 14).

Os professores, como afirma Zabala (1998), precisam resolver muitas coisas ao mesmo tempo, são inúmeras situações enfrentadas dentro das salas de aula no cotidiano. Por mais experiência que eles possam ter, sempre aparecem situações inusitadas. Concorda-se com Peters (2017) quando ela argumenta que a prática pedagógica se caracteriza como um processo da construção do conhecimento, como algo próprio do professor, que está ligada às suas crenças e conhecimentos, já que a construção do saber é compreendida na relação entre professores e alunos, sendo este professor mediador entre o conhecimento e o aluno.

A prática pedagógica acontece em um tempo-espço carregado de significados e de conhecimentos já adquiridos, uma vez que o educador ensina e aprende, assim como o educando e reside nesta relação muitas possibilidades para abordar diferentes temáticas do campo histórico. Nesse sentido, Rios (2001, p. 27) acrescenta: “[...] fazer a aula não se restringe à sala de aula, está além de seus limites, no envolvimento de professores e alunos com a aventura do conhecimento, do relacionamento com a realidade.”. Esse processo depende das escolhas curriculares que é subjetiva do trabalho docente, mesmo existindo diretrizes, orientações legais e uma base curricular a ser cumprida na escola.

Conforme Fernandez (1991), o ser humano é um ser histórico que acumula conhecimento e, através da aprendizagem, o sujeito se integra à cultura e garante sua semelhança, sua continuidade. Freire (1996) acrescenta que, na educação consciente, o aprender é tomar consciência concisa de um saber específico, dinâmico e em processo de problematização. “Mas o termo conscientização entendido como diálogo de consciências [...] sempre através da mediação da realidade concreta e na intenção expressa de compreensão crítica e transformação dessa realidade”. (GURGEL, 2003, p. 87).

Dito isso, como já se argumentou em outros estudos, uma série de pesquisas, que entrelaçam história, educação, imigração³, tem mostrado importantes reflexões nos estudos culturais, que agregou as experiências dos diferentes grupos étnicos, que souberam reivindicar escola para os seus, em um determinado espaço e tempo. As temáticas, abordagens e fontes são ilustrativas no campo da imigração e história da educação, refletindo acerca dos sujeitos, instituições, conhecimentos, conflitos, práticas, memórias, patrimônio, acervos, sociabilidades, políticas, gênero, infâncias, cotidianos, costumes, associações, festividades, dentre outros. (SOUZA; FREITAS; SANTOS, 2016).

O contexto que faz emergir nosso argumento situa-se, especialmente, a partir dos imigrantes alemães e italianos e sua

³Rodrigues (2006), investigando a relação entre a escolarização de imigrantes, na história da educação, aprofunda, em seu levantamento de produção referente a esta temática, as categorias etnia e imigração. Para isso, realizou um levantamento de trabalhos de história da educação, apresentados em diferentes congressos e publicados em seus anais. Foi realizado um balanço no período de 1995 a 2005, entre congressos brasileiros da ANPED; Congresso Brasileiro de História da Educação; Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, entre outros. É possível afirmar que, na maior parte dos trabalhos apresentados, as discussões sobre o étnico, na educação, são tratadas como manutenção ou conflitos entre valores, crenças, culturas e identidades diferentes das comungadas pela nação Brasil. Além disso, resume Rodrigues (2006, p. 1369), pensar na construção de imigrante, enquanto uma categoria de referência para os estudos sobre educação de imigrantes, em história da educação, se torna necessário, pois cabe ao historiador produzir categorias de análise para dar inteligibilidade ao seu problema e para orientar a construção de sua pesquisa. Existem elementos que nos permitem circunstanciar imigrante enquanto tal, no entanto essa é uma discussão que precisa ser aprofundada, inclusive em relação ao étnico e à nacionalidade. Isso nos desafia a pensar na desnaturalização dos lugares do imigrante e da etnia.

relação com a história e educação. Kreutz (2010) argumenta que esta temática remete diretamente a questões de encontro ou desencontro de culturas. E que atualmente há uma sensibilidade diante desta questão, considerando os novos fluxos migratórios e de mobilidade humana. Desse modo, com a migração, um significativo deslocamento cultural também ocorre quando as pessoas se movimentam e se deslocam no espaço físico. Neste sentido, é possível entender que os aspectos culturais, trazidos pelos imigrantes, se articularam aos aspectos da cultura de outras etnias e produziram uma cultura, traduzida diante do contato com os elementos de cada lugar que escolheram para sua morada.

Kreutz (2010) ainda observa que historicamente a emigração não foi um fenômeno que cresceu regularmente, mas apresenta resultados cíclicos. Além disso, o fluxo migratório, no caso brasileiro, compreende uma diversidade étnica interessante para se pensar no modo como as migrações ocorreram e ainda continuam ocorrendo no sentido de que as pessoas continuam buscando efetivamente melhores condições para sua sobrevivência.

O conceito de etnicidade e as relações entre diferentes grupos migrantes são consideradas, a partir do argumento de Seyferth (1982, p. 94) “[...] qualidade da qual se participa, e que expressa a ênfase na atribuição dos membros do grupo étnico”. Para Weber (2004), um grupo étnico deve ser visto como uma forma de organização social cuja identidade étnica é definida pelos seus limites étnicos e suas reelaborações identitárias, desenvolvidas no contato com o outro.

Para Kreutz (2010), o diálogo entre os sujeitos imigrantes e sua relação étnica cultural pode ser representado pelas mudanças socioculturais e pelas condições decorrentes delas. A condição “migrante” permite compreender a cultura produzida em um determinado lugar, no plural, passível de construções híbridas, de traduções, pois transportam para além da língua, ideias, esperanças, hábitos e concepções educativas, que se transformam a

partir do processo de tradução em ambos os lugares que habitam, por meio da etnicidade.

Thum (2009) argumenta que os imigrantes já tinham o hábito de aprender as primeiras letras e o processo de contar, fazendo com que as próprias comunidades criassem suas escolas. Esse hábito vem dos processos da Reforma e da Contrarreforma, marcados pelo fato de que Martinho Lutero muito se empenhou para a popularização da leitura da Bíblia. Kerber, Schemes e Prodanov (2012) acrescentam que entre as comunidades de imigrantes alemães, tanto evangélicas quanto católicas, estabeleceram-se escolas comunitárias em língua alemã, desde meados do século XIX até o começo do século XX⁴. Esse aspecto favoreceu uma tradição escolar e que, de acordo com Grützmann, Dreher e Feldens (2008), fez do Estado o mais alfabetizado da Federação e, por muito tempo, significativo polo da produção de material didático, de imprensa e de literatura em língua alemã.

Como já se argumentou em outros estudos, esta mesma corrente historiográfica, por vezes, tem reforçado o argumento de que os primórdios da “civildade” e da “cultura” se caracterizem por legado cultural da etnia germânica; associa-se ainda à representação ordeira, pacificadora, de vocação disciplinada ao estudo, principalmente, aos moradores dos municípios de colonização étnica germânica ou italiana. (SOUZA, FREITAS, SANTOS).

Nesse sentido, apresenta-se um breve e recente levantamento em periódicos da área da história da educação onde se faz perceber a presença de estudos de imigração alemã e

⁴ Um exemplo que se pode citar é do Colégio Farroupilha, de Porto Alegre/RS, que tem sua origem na fundação, em 1858, da *Deutscher Hilfsverein* (Sociedade Beneficente Alemã/Associação Beneficente e Educacional), mantenedora da instituição. Em 1886 é criada uma escola nas dependências da Comunidade Evangélica de Porto Alegre, sob o nome de *Knabenschule des Deutschen Hilfsvereins*, com setenta meninos. A partir de 1904, a escola passa a receber também meninas, com a escola *Mädchenschule des Deutschen Hilfsvereins*. Segue suas atividades até hoje, englobando educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Sobre o assunto ver Bastos, Jacques, Almeida (2013, 2015).

italiana, com interessantes temáticas, abordagens e utilização de diferentes fontes. Como já argumentado em outro estudo, em linhas gerais, os estudos abordam instituições educativas; a questão das escolas étnico-italianas na imprensa; museu e memorial de instituições de imigrantes; livros escolares; rituais cívicos; arquitetura escolar; orientações didático-pedagógicas; castigos escolares, apenas para citar alguns. O recorte temporal predominante compreende o final do século XIX e as três primeiras décadas do século XX. (SOUZA, FREITAS, SANTOS, 2016).

Luchese (2015) analisa o processo escolar entre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, resultado de uma trajetória de pesquisa rica em reflexão teórica e fontes documentais. Com recorte temporal e geográfico específico, colônias italianas, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a autora dá visibilidade para diferentes iniciativas: escolas públicas, escolas étnico-comunitárias, escolas particulares confessionais e escolas paroquiais. Compreende a análise a partir dos tempos e espaços escolares, englobando diferentes sujeitos envolvidos no processo educativo, as práticas docentes, os livros e manuais didáticos, apenas para citar alguns.

Luchese e Kreutz (2012) investigam sobre as escolas das comunidades ou escolas étnicas comunitárias alemãs que foram em maior número protestantes. Estima-se que, no primeiro quartel do século XX, tenham existido cerca de 2.500 escolas étnicas no Brasil. Destas, o maior número de estabelecimentos associa-se aos imigrantes alemães, contabilizando, aproximadamente, 1.579 escolas, sendo 1.041 localizadas no Rio Grande do Sul. Elas eram mantidas por diretoria própria e constituíam-se nas picadas como sociedades escolares, sendo também responsáveis pela contratação de professores, despesas de manutenção e elaboração do material didático. Os pais responsabilizavam-se pelo pagamento do erário docente, quando tinham poucos recursos. A forma de custear o financiamento do

estudo era através do emprego da mão de obra nas terras pertencentes à sociedade escolar.

Para Souza e Grazziotin (2015), as memórias de práticas da professora Gersy recompõem um cenário educacional que se destaca no conjunto de municípios do Vale do Sinos. Evidencia a prática do “comunitarismo” (DREHER, 2008), expressão que se traduz na organização de um modo de viver em comunidade, de um ritmo cotidiano impresso pelos diferentes grupos que constituíram a população desse lugar. Além disso, caracteriza a produção de uma cultura local identificada com o rural, porém que identifica e acompanha os sinais de progresso que, na década de 1930, projetavam-se na sede do município. A saúde, higiene e educação, como grandes elementos de uma transformação cultural nacional, ecoam também nas reivindicações dos lombagrandenses, tanto nas memórias dos documentos escritos analisados como nas da professora Gersy.

As obras organizadas por Bastos, Jacques e Almeida (2013, 2015) são resultado dos estudos do grupo de pesquisa do Colégio Farroupilha/RS, já que trazem diferentes olhares acerca da história dessa instituição, desde sua criação na cidade de Porto Alegre, em 1886. A escola tinha como objetivo educar filhos de imigrantes alemães. Funcionou em distintos lugares e consiste até hoje em uma das principais escolas privadas laicas da cidade. Desde 2002, conta com um Memorial que engloba atividades de pesquisa, expositiva e didático-pedagógica de sua mantenedora Associação Beneficente Alemã (ABE, criada em 1858) e da escola primária, secundária e profissional.

Demartini (2004) argumenta que, na história da educação, existem muitas possibilidades teóricas e metodológicas para o estudo e o ensino sobre imigração. Em seu estudo, além de enfatizar o aspecto dos métodos, como a história comparada, a pesquisadora destaca as imigrações portuguesa, japonesa e alemã especialmente a partir das representações, da vida em comunidade

e das histórias de famílias, desde o século XIX até as primeiras décadas do século XX, no Estado de São Paulo.

Tedesco e Maciel (2008) analisam o fenômeno emigratório brasileiro para a Itália, dando ênfase à interculturalidade e educação. Enfatizam, no seu estudo, que a escola, para filhos de imigrantes, contribui para definição de processos interculturais e identitários e se constitui como espaço legítimo para a inserção dos sujeitos no novo meio social em que passam a se inserir.

Outro estudo interessante, desenvolvido recentemente por um pesquisador italiano, consiste na análise dos livros escolares italianos que circularam nas colônias italianas do Rio Grande do Sul, na década de 1920. O autor aborda os modelos educativos que foram propostos pelas autoridades para as escolas primárias, fundada no orgulho das tradições culturais italianas. (BARAUSSE, 2016).

Destaca-se como referência que pode ser útil ao trabalho docente a obra organizada por Luchese e Kreutz (2011) que reúne diferentes estudos sobre a região Sudeste e Sul do Brasil, com temáticas de abordagem que envolve a escola e seus desdobramentos. Além desta obra, chama-se atenção para o lançamento recente do trabalho de Radüz e Herédia (2015), incluindo no livro “Imigração e Sociedade”, resultado que agrega autoria estrangeira, diante de um olhar acurado para as fontes e acervos da imigração italiana no Brasil.

Da Educação Infantil ao Ensino Médio: possibilidades para o trabalho pedagógico

Como se vem argumentando em outros estudos, é no próprio cotidiano escolar que se percebe a importância, se revela a razão, se aprimora, processa, adapta e se constroem os conceitos extremamente fundamentais para socialização do indivíduo. E é justamente nesse espaço que o aluno recebe atributos pertinentes a um desenvolvimento coerente com seu ambiente de convivência,

respeitando suas particularidades, acompanhadas pelas fases de crescimento, auxiliando, dessa forma, na sua autoafirmação enquanto cidadão. (SOUZA, MARIANO, 2011).

Pensar a temática da imigração, no contexto atual, e sua relação com a educação, é compreender e ampliar reflexão sobre a presença e as construções tecidas pelos sujeitos em um determinado espaço e tempo. Este aspecto envolve a constituição de identidades de pertencimento, bem como o reconhecimento e valorização das diferenças e da diversidade na composição social da sociedade, tanto do ponto de vista histórico quanto na atualidade.

Para Sayad (1998), a migração é uma categoria multidisciplinar e que envolve distintas situações dos grupos envolvidos nesta ação. Além disso, a mobilidade dos grupos humanos é historicamente antiga e representa uma influência direta com o comportamento econômico, político e social das civilizações. Nesse sentido, refletir sobre esse fluxo, nos diferentes espaços, possibilita entender uma multiplicidade de rupturas, como acrescenta Sayad (1998), de laços familiares, de grupos de pertinência, decostumes, valores, cultura, de relação de produção, dentre outros, e são essas transformações e rupturas que forjam as características do processo migratório.

Para Santos (2014), a discussão das migrações é uma temática que ainda carece espaço para debate e aprofundamento dos sentidos que a envolvem. A narrativa, presente na sociedade, ressalta o senso comum, especialmente, a literatura nacionalista e memorialística que nem sempre possibilita o reconhecimento das singularidades do outro.

Desse modo, entende-se que é principalmente na escola, mas não apenas nela que os sujeitos têm um grupo no qual trabalham, brincam e realizam as atividades; possuem um determinado espaço, que é a própria sala de aula, o pátio da escola, o bairro, a casa onde moram, acrescido de um determinado tempo que é o período de aula, dentro do horário diário, e também o tempo de sua idade. Nesses espaços de convivência diária se devem trabalhar

conceitos, praticar habilidades, teorizar, discutir, criticar, pois são elos de relações sociais que o aluno realiza e que formalizarão seu exercício de olhar e reflexão no futuro.

O processo de socialização se instrumentaliza através das relações que se estabelecem dentro da sala de aula, da interação entre aluno e professor e com o conteúdo que deve ser desenvolvido. É o momento da alfabetização não apenas referente ao uso e domínio da linguagem escrita, do uso dos números, quando o aluno aprende a escrever e ler, fazer contas, sobretudo, é oportunidade para refletir junto dos alunos os modos de ler e interpretar as realidades que compõem o espaço-tempo, analisado, estudado e o vivido.

Socializar é conhecer-se a si mesmo dentro do mundo, no seu tempo e no seu espaço, que se caracteriza como tríade social basilar. Nesta fase, a criança está se municiando dos instrumentos necessários para a vida. Em síntese, percebe-se os Estudos Sociais nas séries iniciais como ponto imprescindível do ensino/aprendizagem e trazem em si o próprio objetivo, a finalidade deste período de aprendizagem, sendo que, a partir dele, deveriam ser desenvolvidas as demais atividades, num todo globalizado, disponibilizando caminhos para o aluno, que o instrua de fato, sem ficar parcelando todas as atividades como se a vida e o mundo fossem pedaços isolados. (SOUZA, MARIANO, 2011). Nesse sentido, entende-se que a educação possa contribuir para

[...] tornar o indivíduo mais consciente de suas raízes, a fim de dispor de referências que lhe permitam situar-se no mundo, e deve ensinar-lhe o respeito pelas outras culturas. Pelo contrário, a exigência de verdade, que leva ao reconhecimento de que ‘os grupos humanos, povos, nações, continentes, não são todos iguais’, por isso mesmo, ‘obriga-nos a olhar para além da experiência imediata, a aceitar e reconhecer a diferença, e a descobrir que os outros povos têm uma história, também ela rica e instrutiva. O conhecimento das outras culturas torna-nos, pois, conscientes da singularidade da nossa própria cultura, mas

também da existência de um patrimônio comum ao conjunto da humanidade. (DELORS, 2003, p. 48).

Porém, observam-se na escola básica, especialmente nos níveis de ensino fundamental e médio, dificuldades no processo de inserção dos sujeitos que emigram. Além disso, a temática também não é explorada como potencial para desenvolver a compreensão e os sentidos da diferença e da diversidade e o entendimento de que os processos históricos são singulares no curso do tempo.

A Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 e as políticas públicas buscaram, nas últimas duas décadas, contornar algumas distorções e defasagens que a disseminação de um determinado tipo de história, associada ainda à figura de heróis e dos “homens bons”, sugere nos materiais didáticos. Foram anos de discussões e mobilizações para que as temáticas, que estavam apenas nos temas transversais dos currículos escolares, adquirissem um lugar específico como política educacional. Além disso, legislações específicas⁵ procuraram incluir a história de grupos, que permanecem excluídos da história, do “progresso e da civilidade”, a história indígena e dos afrodescendentes encontra no currículo escolar ainda desafios de inserção no currículo escolar como aspecto que transcenda a desastrosa prática do ensino pelas datas comemorativas, como a semana do Índio, da Libertação dos Escravos, do Imigrante/Colono e da Consciência Negra.

Concorda-se com Abud (2017) quando argumenta que é na disciplina de história que giram os conhecimentos que permitem perceber o pertencimento ao tempo e local em que se vive. Dessa forma, o aluno vai apropriando-se de conceitos e possibilitam as suas escolhas teóricas para elaborar e definir suas visões de mundo, de atitudes e comprometimentos (ou ao descompromisso)

⁵Pode-se citar a Lei nº. 11.645, de 10 março de 2008, que regula o ensino da cultura afro-brasileira e indígena e que, diante das discussões das novas bases curriculares nacionais, ainda não se define como será abordado e desenvolvido no currículo escolar.

diante das suas ações e o modo de estar e interagir no mundo e interagindo.

E mesmo diante de um cenário de incertezas, no modo como algumas temáticas (gênero, etnia, entre outras) passam a figurar diante da nova proposta de diretrizes curriculares nacionais⁶, cabe lembrar, no entanto, que a escola pública é um órgão do Estado e deve se pautar pelos princípios da gestão democrática do ensino, entre os quais se destacam: “[...] liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”. (BRASIL, 1996, art. 3º, incisos II e III). Em virtude disso, devem-se evitar ideologias excludentes e oferecer elementos para que se compreenda o atual cenário político.

No contexto atual, acompanha-se um período de redefinições em relação ao quadro normativo geral para a Educação Básica. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN, Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, encontra-se demasiadamente reformulada; além disso, as diretrizes curriculares nacionais sugerem outros direcionamentos para as questões do ensino das humanidades, área do conhecimento que se relaciona diretamente com as escolhas que são feitas pelos docentes e, sobretudo, pelas instituições que regulam os currículos escolares.

Estes dispositivos legais anunciam mudança na concepção do próprio currículo escolar que passa a ser visto como processo de desenvolvimento humano integral. O mesmo não deve corresponder a uma sequência de fatos isolados, descolados da realidade, mas vinculado ao mundo atual e aos territórios reais e

⁶Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

virtuais do aluno. Assim, os saberes das disciplinas e áreas do conhecimento devem fazer sentido para os alunos, o que corresponde à “contextualização do conhecimento”, dando conta do percurso formativo em suas diferentes dimensões ética, estética, epistemológica que deve ser considerado pela educação escolar. O parágrafo 2º ainda indica que o conteúdo escolar deve ser contextualizado à realidade histórica, social, cultural e laboral. Nesta perspectiva, o estudante deve ser considerado como sujeito do conhecimento e da própria formação e o professor assume a condição de planejador, orientador e mediador nos processos da construção do conhecimento, o que exige uma sólida formação inicial e continuada. (RIO GRANDE DO SUL, 2015, p.2).

Esse aspecto é agregador ao que se argumenta, pois se entende que a inclusão da temática da imigração, o trabalho com as memórias, com artefatos, documentos, objetos e vestígios, para compor a história, dependerão da forma como as decisões e os processos das políticas curriculares forem construídos. Não existem modelos. As bases curriculares apresentam diretrizes para que a concretização curricular ocorra no âmbito do Projeto Político-Pedagógico e se evidencie nas práticas pedagógicas do cotidiano da sala de aula.

Considerações finais

A partir da abertura documental, proposta pela história cultural, ampliou-se os modos de fazer a história, com a utilização e triangulação de diversas fontes. Desse modo, coube ao historiador propiciar o diálogo profícuo entre leis, decretos, reformas educativas, fotografias, cadernos escolares, diários, imprensa pedagógica e estudantil, história oral, entre infinitas possibilidades de pesquisa. De acordo com Cunha (1999), esse alargamento propiciou o acesso para “outros campos do conhecimento, sujeitos e objetos até então inexplorados”, possibilitando compreender os diferentes processos educativos e escolares.

Nesse sentido, a temática da imigração configura-se como um campo interessante de discussão historiográfica e que tem incorporado novas abordagens a partir da perspectiva cultural, por exemplo. No campo da educação, além do estudo sobre a mobilidade dos imigrantes, suas trajetórias e realizações, nos espaços de pertencimento, aspectos como a interculturalidade e o hibridismo tem sinalizando possibilidades e uma compreensão e valorização sociológica das práticas, normas e formas antropológicas de cada cultura, povo, comunidade.

As pesquisas, desenvolvidas no campo de estudos de “imigração”, não são, portanto, exclusivas desse campo, como argumenta Weber (2013). As temáticas se desdobram e ampliam a partir da interação e forma interdisciplinar de pesquisa, de trabalho prático e podem compor um estudo importante para compreensão das realidades⁷, auxiliando na resolução de problemas e também para projetar horizontes, o tão almejado propósito do ensinar e... ensinar a concretizar utopias.

Referências

- ABUD, Kátia Maria. Ensino de história e Base Nacional Comum Curricular: desafios, incertezas e possibilidades. In: RIBEIRO JÚNIOR, Halfred Carlos; VALÉRIO, Mairon Escorsi. (Orgs.). **Ensino de História e Currículo**: Reflexões sobre a Base Nacional Comum curricular, Formação de professores e Prática de Ensino. Jundiá: Paco Editorial, 2017, p. 13-26.
- ALVES, Claudia. Educação, memória e identidade: dimensões imateriais da cultura material escolar. **História da Educação**, ASPHE/FaE/ UFPel, Pelotas, RS, v. 14, n. 30, p. 101-125, jan./abr. 2010.

⁷ Cita-se o trabalho desenvolvido no município gaúcho de Novo Hamburgo, RS, a partir de um Calendário Temático do loteamento dos Eucaliptos, local onde se encontra situada a Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Xavier Kunst. Ver mais detalhes em Souza e Moretti (2009).

BARAUSSE, Alberto. Os livros escolares como instrumentos para a promoção da identidade nacional italiana no Brasil durante os primeiros anos do fascismo(1922-1925). **Revista ASPHE**, v. 20, n. 49, maio/ago., 2016, p.81-94.

BASTOS, Maria Helena Câmara; JACQUES, Alice Rigoni; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. (Orgs). **Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha/RS Memórias e Histórias (1858-2008)**. EDIPUCRS: Porto Alegre, 2015. 2 vol.

BASTOS, Maria Helena Câmara; JACQUES, Alice Rigoni; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. (Orgs). **Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha/RS Memórias e Histórias (1858-2008)**. EDIPUCRS: Porto Alegre, 2013.

BASTOS, Maria Helena Câmara; BENCOSTTA, Marcus Levy A; CUNHA, Maria Teresa Santos. Uma cartografia da pesquisa em história da educação na região sul: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul (1980-2000). In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - ANPED, 25., 2002, Caxambu, MG. **Anais eletrônicos...** Caxambu: ANPED, 2002. , p. 1-57. Disponível em: <<http://25reuniao.anped.org.br/te25.htm>>. Acesso em: 12 set. 2013.

BASTOS, Maria Helena Câmara. **A revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942)**. O Novo e o Nacional em revista. Pelotas: Seiva, 2005.

BRASIL. **Lei Nº. 9.394/96, 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. 1 Reimpressão. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A configuração da historiografia educacional brasileira. In: FREITAS, Marcos Cezar. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 329-354.

CERTEAU, Michel de. **A Cultura no plural**. Tradução Enid Abreu Dobránsky. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 17. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**/ trad. RAMOS, Patrícia Chittoni, Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. Nas margens do instituído: Memória/Educação. **Revista História da Educação ASPHE**. Pelotas, n. 5(abril), 1999, p. 39-46.
- DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- DEMARTINI, Zeila de Briro Fabri. Imigração e educação: discutindo algumas pistas de pesquisa. **Pro-Posições**.v. 15, n. 3 (45), p.215-228, set./dez. 2004
- DREHER, Martin N. **Breve história do ensino privado gaúcho**. São Leopoldo: Oikos, 2008.
- ELÍAS, Norbert. **Teoria del símbolo: um ensayo de antropologia cultural**. Barcelona: Península, 1994.
- FERNANDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada: abordagem Psicopedagógica Clínica da Criança e sua família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GRÜTZMANN, Imgart; DREHER, Martin Norberto; FELDENS, Jorge Augusto. **Imigração alemã no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Oikos, 2008.
- GERTZ, René. **PUBLICAÇÕES**. 2017. Disponível em: <<http://renegertz.com/publicacoes/artigos>> Acesso em 27 nov. 2017.
- GURGEL, Cláudio. **A Gerência do Pensamento: Gestão Contemporânea e Consciência Neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2003;
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

- HOBSBAWAM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX – 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- JULIÁ, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Tradução de Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, SP, n.1, p. 9-44, jan./jun. 2001.
- KERBER, Alessander; SCHEMES, Claudia; PRODANOV, Cleber Cristiano. Memórias das práticas educativas durante o primeiro governo Vargas na cidade de Novo Hamburgo – RS. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, SP, v. 12, n. 2, p. 139-170, maio/ago. 2012.
- KREUTZ, Lúcio. Migrações e culturas em diálogo. In: FELGUEIRAS, Margarida Louro; VIEIRA, Carlos Eduardo. **Cultura escolar, migrações e cidadania**. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação e autores, 2010. p. 49- 74.
- LUCHESE, Terciane Ângela. **O processo escolar entre imigrantes no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul. EDUCS, 2015.
- LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio. Das Escolas de Improviso às Escolas Planejadas: Um Olhar Sobre os Espaços Escolares da Região Colonial Italiana, Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas,SP, v. 12, n. 2, p. 45-75, maio/ago. 2012.
- LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio. **Imigração e Educação no Brasil: Histórias, Práticas e Processos escolares**. Santa Maria. Ed.UFSM, 2011.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- PETERS, Jaqueline da Silva. **Estudos sociais: práticas pedagógicas no primeiro ciclo de alfabetização**. 2017. 81f. Monografia (Licenciatura Plena em Pedagogia) -- Centro de Ciências Humanas. Curso de Pedagogia PARFOR. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, RS, 2017.
- PESAVENTO, Sandra Jathay. **História & História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

- RADÜZ, Roberto; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. (Orgs.). **Imigração e Sociedade**. Fontes e acervos da imigração italiana no Brasil. Caxias do Sul: Educs, 2015.
- RIO GRANDE DO SUL. Conselho Estadual de Educação. **Parecer 545/2015**: Processo CEEd nº 253/27.00/14.3. Disponível em: <http://www.ceed.rs.gov.br/upload/1438180324_pare_0545.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2016.
- RIOS, Terezinha Azeredo. **Compreender e ensinar**: por uma docência da melhor qualidade. São Paulo: Cortez, 2001.
- RODRIGUES, Maysa Gomes. As categorias etnia e imigrantes na História da Educação Brasileira. In: Anais do **VI CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**. CD-Rom. Uberlândia: UFU, 2006. p. 1355- 1369
- SANTOS, Miriam de Oliveira. Migração e Educação: analisando o cotidiano escolar na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista PerCursos**. Florianópolis, v. 15, n.28, p. 95 - 119. jan./jun. 2014.
- SAYAD, Abdelmalek. **A Migração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.
- SOUZA, José Edimar de; MARIANO, Rosângela. **A linha vando pensamentos**: sobre educação e outros mais... Porto Alegre: Pradense, 2011.
- SOUZA, José Edimar de; ERMEL, Tatiane de Freitas; SANTOS, Rodrigo Luis dos. Educação E Imigração: Instituições, Saberes E Práticas Educativas Em Contexto Latino-Americano. In: ANDRADE, Elisabete (Org.). **Políticas Educacionais e Formação de Professores**. 1a.ed. Curitiba: CRV, 2016, v. , p. 181-195.
- SOUZA, José Edimar; [GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos](#). Memórias de uma professora ao recompor cenários do ensino público em Lomba Grande, Novo Hamburgo, RS (1931-1942). **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, 2015, p. 383-407.

- SOUZA, José Edimar de; Cheron Zanini Moretti . Reflexões sobre a prática educativa: pesquisa sócio-antropológica no loteamento dos eucaliptos. In: **XI Fórum de Estudos: Leituras de Paulo Freire**, 2009, Porto Alegre. Fórum de estudos: leituras de Paulo Freire. Porto Alegre: UFRGS, 2009. v. 1. p. 01-09.
- STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. História, memória e história da educação. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil: século XX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. v. 3, p. 416-431.
- TEDESCO, João Carlos. Associacionismo, família e imigração: dinâmicas de reconstrução de italianidades no Sul do Brasil. In: RADÜZ, Roberto; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. (Orgs.). **Imigração e Sociedade**. Fontes e acervos da imigração italiana no Brasil. Caxias do Sul: Educus, 2015, p. 258-287.
- TEDESCO, João Carlos. MACIEL, Elizabeth Nunes.**REP - Revista Espaço Pedagógico**, v. 15, n. 2, Passo Fundo, p. 155-167, jul./dez. 2008.
- THUM, Carmo. **Educação, história e memória: silêncios e reinvenções pomeranas na Serra dos Tapes**. 2009. 383 f. Tese (Doutorado em Educação)-- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2009.
- ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Antoni Zabala; tradução Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- WEBER, Regina. Estudos sobre imigrantes e fontes orais: identidade e diversidade. **Revista História Oral**. v. 16, n. 1 (2013), p. 5-22. Disponível em:
<<http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=270&path%5B%5D=301#>> Acesso em 29 nov. 2017.
- WEBER, Roswithia. **As comemorações da imigração alemã no Rio Grande do Sul: o '25 de julho' em São Leopoldo, 1924/1949**. Novo Hamburgo: Feevale, 2004.

2ª Parte

Patrimônio Cultural



Rua Grande (atual Avenida Independência), São Leopoldo/RS. Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (Acervo Documental).

Patrimônio cultural: marcas do vivido nos movimentos migratórios

Vania Inês Avila Priamo

- Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra.
– Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? – pergunta Kublai Khan.
– A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra – respondeu Marco, – mas pela curva do arco que estas formam. Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta:
– Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.
Polo responde:
– Sem pedras o arco não existe.
(CALVINO, 2015, p.79)

Os movimentos migratórios do passado e do presente são fenômenos que mexem, reestruturam, desorganizam e reorganizam a vida em dois mundos. Deixam marcas em quem parte, em quem fica e em quem recebe. São movimentos amplos e complexos. Nessa perspectiva, o objetivo do presente texto é trabalhar as migrações do passado, de forma especial a imigração alemã no Rio Grande Sul, fazendo-o pelo viés do patrimônio cultural material e imaterial.

A esse respeito, Ramos (2007, p. 368), escreve que “Ser migrante é ser de outro lugar”, e isso remete ao pertencimento a uma outra história, a outras referências culturais. Por sua vez, Truzzi (2005, p. 143) reforça esse entendimento ao escrever que o

indivíduo só se torna imigrante a partir do momento em que chega a uma nova terra, ou seja, ninguém “é”, mas as pessoas “se tornam” imigrantes a partir do ponto de vista do outro. O outro [morador local], portanto, é que o vê como imigrante. É o olhar do outro sobre si que o torna tal.

Sob o *Königsberg* – o morro Dois Irmãos na paisagem da Antiga Colônia Alemã de São Leopoldo

Jorge Luís Stocker Júnior

A paisagem da Antiga Colônia Alemã de São Leopoldo é marcada pela presença do morro Dois Irmãos, situado praticamente no centro do território (Fig. 01), sendo visível a partir de muitas das estradas primitivas e dos núcleos urbanos. Num trajeto a partir da capital, já é possível identificá-lo no horizonte em Porto Alegre, integrando a linha de frente da Serra. Junto do morro Ferrabrás, é visível a partir da cidade de São Leopoldo, e torna-se protagonista da paisagem conforme nos aproximamos do atual município de Novo Hamburgo.

O povoado de *Hamburgerberg* - hoje Centro Histórico de Hamburgo Velho, município de Novo Hamburgo - tem até hoje no morro Dois Irmãos um dos principais elementos da paisagem. O atual município de Campo Bom, evoluído a partir do núcleo vizinho, desenvolveu-se nas suas proximidades. Já a “Linha Grande de Dois Irmãos” ou *Baumschneis*, que consiste atualmente nos municípios de Dois Irmãos e Morro Reuter, tem origem em picadas a norte do morro. Ali, a relação paisagística com a encosta norte é tão marcante que deu nome ao município. É, portanto, aos pés do morro Dois Irmãos que grande parte das picadas e aldeias da antiga Colônia Alemã de São Leopoldo se articularam.

O morro integra o território da antiga Colônia Alemã de São Leopoldo, o primeiro experimento de colonização por imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, cujo processo de ocupação inicia-se em 1824. Foi rebatizado de *Königsberg* pelos imigrantes instalados na região. A abordagem deste artigo será formulada a partir do conceito de Paisagem Cultural, tendo como ponto de partida este elemento. Serão realizadas análises das representações visando encontrar os diferentes sentidos atribuídos pela sociedade a este lugar ao longo dos tempos.

Pretende-se estabelecer também algumas das possíveis relações com outros sítios históricos e bens culturais, lugares com os quais o morro Dois Irmãos se relaciona intimamente. Enuncia-se, assim, o potencial do conceito de Paisagem Cultural para o entendimento do território como uma região, e como uma nova possibilidade de atribuição de valores culturais que propiciam a identificação e preservação do patrimônio da Antiga Colônia Alemã de São Leopoldo.

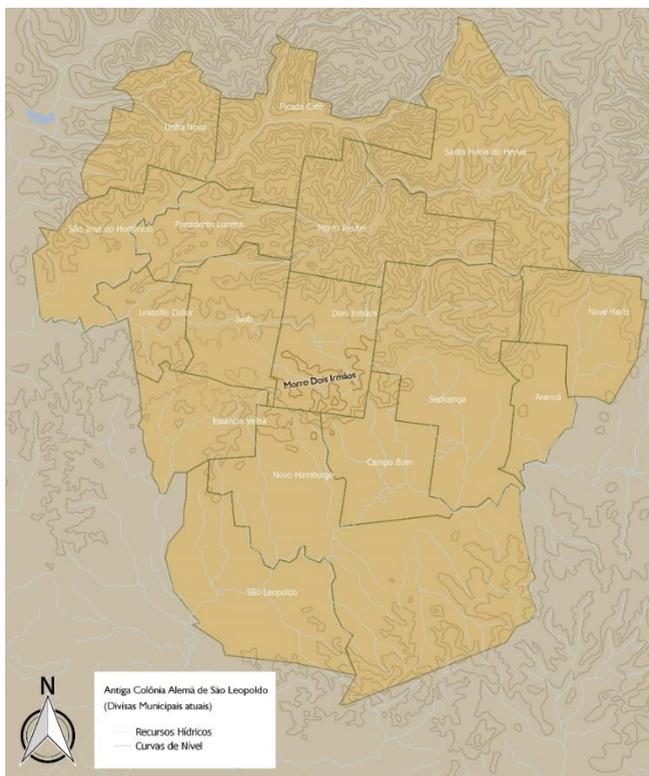


Figura 01 – Região da Antiga Colônia Alemã de São Leopoldo. Mapa com divisas municipais atuais. Topografia e recursos hídricos, com destaque a localização do Morro Dois Irmãos. Autor, 2017.

O Morro Dois Irmãos na perspectiva da Paisagem Cultural

O estudo da paisagem cultural das regiões de colonização alemã no Rio Grande do Sul ainda é bastante incipiente, sendo praticamente inexistentes as iniciativas de tutela destas paisagens enquanto patrimônio. Na região da antiga Colônia Alemã de São Leopoldo, ocorre desde a década de 1980 o tombamento gradual de algumas edificações isoladas, nos níveis federal, estadual e municipal, e o reconhecimento de sítios históricos ainda se resume ao tombamento nacional do Centro Histórico de Hamburgo Velho. Frente a esta limitação, cresce em importância o estudo e debate de

novos conceitos e instrumentos que permitam superá-la, como parece ser o caso da Paisagem Cultural.

A abordagem da Paisagem Cultural privilegia a relação entre as sociedades humanas e o ambiente, e também, as diferentes relações estabelecidas entre si pelos elementos da paisagem. Supera o estudo meramente descritivo do patrimônio arquitetônico, restrito ao caráter morfológico e derivado do traçado rígido de sítios históricos. Demanda abordagens interpretativas e aprofundadas, frente aos extensos relatórios de pouca utilidade prática para a identificação e preservação dos valores da paisagem. Abre novas possibilidades de desenvolvimento das políticas de preservação com a combinação de diferentes instrumentos, dentro do contexto do Planejamento Urbano e Regional.

Trabalhar a paisagem no campo do patrimônio é enriquecedor, pois sua abordagem permite combinar de forma inextricável os aspectos materiais e imateriais, estudando as interações entre os aspectos natural e cultural, material e imaterial dos conjuntos (CASTRIOTA, 2013). Sendo assim, contribui para a atribuição de valor de patrimônio, suscitando uma rica discussão na área de identificação e preservação (RIBEIRO, 2007, p. 10). A partir do estudo é possível aprofundar o entendimento das relações entre a sociedade e as paisagens, entendendo o legado do passado na paisagem atual. Também pode constituir num ponto de partida para processos de planejamento urbano participativo, estimulando a discussão do passado e do futuro da paisagem (BÜRGI et al, 2007, p. 140).

As sociedades interpretam os ambientes em função da organização que lhes dão, mas também, organizam o ambiente em função da interpretação que dele fazem. É neste sentido que Berque afirma que a paisagem é, ao mesmo tempo, marca e matriz:

A paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas também é uma matriz, porque participa dos esquemas de

percepção, de concepção e de ação - ou seja, da cultura - que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem de seu ecúmeno. E assim, sucessivamente, por infinitos laços de codeterminação (BERQUE, 2012, p. 240).

Por um lado, a paisagem é “vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política”, e por outro ela é matriz, “determina, em contrapartida, esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética, essa moral, essa política” (BERQUE, 2012, p. 240). É este enfoque de paisagem que será adotado nesse artigo, considerando a paisagem cultural no campo do patrimônio, enquanto interpretação cultural do ambiente que permite uma aproximação das relações recíprocas entre a sociedade humana e o território. Busca-se, assim, reestabelecer e interpretar algumas destas relações a partir de representações de um mesmo elemento topográfico significativo.

Os “morros gêmeos” no coração da Colônia

A instalação da Colônia Alemã de São Leopoldo data de 1824, com a distribuição de terras pertencentes ao então recém constituído Império do Brasil a imigrantes alemães. Foi utilizada para tanto a área ocupada desde 1788 pela Real Feitoria, projeto do Império Português que visava ocupar esta porção do território a partir do cultivo do linho cânhamo pela mão de obra escrava. A atração de imigrantes alemães tinha o objetivo de consolidar a ocupação do território da Província, abastecer a capital, através de produção primária e secundária, e também a atração de soldados para atuação nos conflitos territoriais deflagrados no Sul do País (HUNSCHE, 1975, p. 15-17).

A divisão da terra em lotes coloniais reconfigurou a ocupação do território a partir da distribuição de pequenas propriedades

agrícolas, geralmente distribuídos ao longo das “picadas”. Uma povoação foi inicialmente prevista na elevação conhecida como Rincão do Eusébio (MORAES, 1994, p. 29), mas acabou se consolidando junto ao Passo do Rio dos Sinos, constituindo a cidade de São Leopoldo, a sede da Colônia. O Rio, bem como uma rede de estradas primitivas garantiam a precária comunicação entre os colonos estabelecidos no território.

Nos primórdios da ocupação do território, o morro denominado Dois Irmãos simbolizava fisicamente as linhas abstratas de delimitação territorial. As terras da Real Feitoria foram delimitadas a norte pela “costa da Serra”, tendo como um dos quadrantes a leste o Arroio das Pedras(atualmente Schmidt), cuja nascente se dá no referido morro. Ali, o curso d’água forma uma cascata que desagua sob um paredão de rochas, que marcava a divisa entre as terras públicas e a sesmaria da família Leão, também conhecida como Fazenda Padre Eterno (MAGALHÃES, 2005, p. 37). As terras devolutas a norte, além da encosta, seriam gradualmente anexadas e colonizadas, e mesmo a sesmaria vizinha seria loteada e comercializada a partir de 1850 pela empresa Schmitt& Kraemer, sendo administrativamente vinculada à Colônia de São Leopoldo.

O topônimo “Dois Irmãos” – análogo a morfologia da elevação topográfica, que conforma dois montes de alturas semelhantes – denota a leitura cultural de um elemento natural, a atribuição de sentidos sociais (o vínculo de irmandade) a uma forma topográfica abstrata. A morfologia da elevação provocou sensorialmente uma subjetividade, e a produção e reprodução de representações gradualmente atribuíram novos sentidos. A apropriação feita por Mansueto Bernardi (1982, p. 153) demonstra uma destas leituras, ao referir-se ao morro como duas formações que se erguem, juntas, “como que convidando os homens, que

abaixo e em torno labutam e disputam, a fraternizar e elevar os corações”¹.

O imigrante europeu, ao deparar-se com um ambiente ainda inóspito e com uma nova estrutura social no novo mundo, buscou reconhecer-se e projetar na paisagem a sua identidade cultural. Esta apropriação cultural do espaço transparece de diversas formas, investindo de simbolismo os lugares de uso cotidiano – seja atribuindo significados a elementos naturais, seja intervindo diretamente na paisagem. Nomear os lugares também é uma forma de apropriação, e os imigrantes atribuíram nomes na língua alemã a diversos lugares e elementos.

Em suas Crônicas do Bom Jardim, o Padre Schilitz² comenta que na antiga colônia “os montes geralmente não receberam nomes próprios”, citando, entretanto, um morro que teria se chamado “cabeça de macaco”, entre *Baumschneiss* e Holanda, e o “*Königsberg*” situado na frente do *Baumschneiss*, que anteriormente teria se chamado *Hatzeberg* devido ao colono Hatz (SCHILITZ, 1898). Visão diferente desta teve o viajante alemão Oscar Canstatt, a quem a abundância de topônimos chamou a atenção: “Os brasileiros nunca ou raramente se deram ao trabalho de dar nome aos montes gigantes e aos vales pitorescos, enquanto os alemães quase que batizaram até aos menores lugares ao seu modo(...)” (CANSTATT, 2002[1871], p. 418).

De fato, os imigrantes alemães adotaram outro topônimo para o morro batizado pelos luso-brasileiros de Dois Irmãos. O nome *Königsberg* (Morro do Rei) remete a uma elevação homônima situada na região do Reno Palatinado, na Alemanha, local de origem de grande parte dos imigrantes da antiga Colônia. Esta denominação, mais informal, parece nunca ter sido assumida

¹ Bernardi Mansueto foi intendente do município de São Leopoldo (1919-1923), período em que foi concebido o concurso que escolheu o Monumento do Centenário da Imigração Alemã em São Leopoldo (MÜLLER, 1979).

²Carl Schilitz era Jesuíta e atuou na Paróquia em Bom Jardim, atual município de Ivoti. Suas Crônicas foram publicadas em seqüência no jornal "Deutsches Volksblatt", entre 1896 e 1898.

oficialmente – talvez, pela existência prévia da denominação em língua portuguesa. Esta denominação “escapa” da oralidade apenas raramente, como na notícia veiculada no Jornal A Federação em 1906: "Sábado último foi entregue ao trânsito público a nova estrada de rodagem que da casa do sr. Miguel Becker vai ter ao lugar denominado *Königsberg*, 4º distrito deste município (...)" (A FEDERAÇÃO, 1906). Mas, como veremos adiante, o topônimo seria apropriado de forma simbólica pela literatura de cunho *germanista* produzida na região.

Por sua presença marcante na paisagem, o morro Dois Irmãos foi constantemente representado em descrições e relatos de viajantes. Em sua publicação *Land und Leute*, viajante alemão Oscar Canstatt assim caracteriza a paisagem da antiga Colônia:

De São Leopoldo até Hamburger Berg e um pouco mais para diante, a região é bastante pobre de árvores; os banhados alternam-se com trechos de campos secos e magros com escassos relvados, mas muito perto, diante do viajante, estendem-se as montanhas azuis, ricas em florestas, das verdadeiras picadas. As primeiras montanhas são os picos gêmeos de Dois Irmãos. Daí irradiam as mais antigas picadas das colônias, entre as quais a mais notável é a Baumschnaiz (Picada dos Dois Irmãos), cujo nome lhe vem de dois dos seus primeiros habitantes, chamados Baum. (CANSTATT, 2002[1871], p. 410).

O inglês George Mulhall visitaria a região na ocasião da inauguração das obras da Estrada de Ferro. De seu interessante relato, nos interessa o panorama que descreve a partir do local da antiga estação, de onde “para o norte, vêem-se cadeias de colinas cobertas de mato que terminam numa linha de “cerros”, os mais elevados dos quais são chamados como Dois Irmãos”. A vista do distante da Serra, e do morro Dois Irmãos, era mais presente que a da própria cidade de São Leopoldo, que “não é visível através de tão abundante vegetação, embora a apenas 700 jardas de distância” (MULHALL, 1974 [1873], p. 84).

A proeminência do morro na paisagem também é descrita por Avé-Lallemant, ao visitar a vila de *Hamburgerberg*:

Ao sopé de uma alta serra, por causa de dois picos dominantes, chamada Serra dos Dois Irmãos, fica, a umas duas léguas da Vila, um pequeno e bonito núcleo colonial, a Serra de Hamburgo ou Cidade de Hamburgo, com uma igreja no alto e graciosas casas em baixo. Parece o conjunto um viçoso jardim, com espaços livres semelhantes a parques, emoldurados nas matas escuras da Serra que aqui começa. (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 122-123)

Como vimos, a encosta íngreme da Serra era inicialmente elemento de divisa das áreas públicas destinadas a Colonização. Com a anexação das terras ao norte e sua ocupação com inúmeras picadas, a visão da encosta como um limite transformou-se. Avé-Lallemant ressalta que conforme a topografia se elevava, afastando-se de São Leopoldo, uma diferença de aspecto étnico e cultural se aprofundava na colônia:

Apresenta aqui a colônia um caráter inteiramente novo. Enquanto nos colonos da planície, nos da campanha que estão em relações diretas com a Vila de São Leopoldo ou mesmo com Porto Alegre, sempre se encontra mistura com o elemento brasileiro, esta desaparece, da Serra de Hamburgo para cima. Começa o elemento alemão em toda a sua pureza e acompanha o viajante até aos longínquos recantos da serra e dos vales isolados (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 123).

Além de ser visto, o morro Dois Irmãos também propicia que se visualize de cima os arredores, funcionando como um gigantesco mirante natural. Rambo (2015[1946]) considerava o segundo pico do morro o local mais próprio para apreciar panoramas do Rio dos Sinos e Caí. A partir dele, visualizava-se “toda a crescente industrialização do Estado”, nas cidades que aparecem “estendidas nesse mapa natural, emoldurados pelos galhos contorcidos do cocão, entre os quais apreciamos a

paisagem”. Rambo também descreve o espetáculo visível em determinadas manhãs (Fig. 02):

(...)a cerração envolve a planície e atulha os vales, é um sentimento indescritível, quando, subitamente, emerge-se do mar de vapores. Para o lado da Serra, a neblina forma um horizonte como que cortado à navalha, isolando as elevações como ilhas rochosas ao mar; para o lado da Planície, tudo desaparece debaixo do véu de vapores, excetuando apenas os renques de montes areníticos de São Leopoldo (RAMBO, 2015[1946], p. 320).

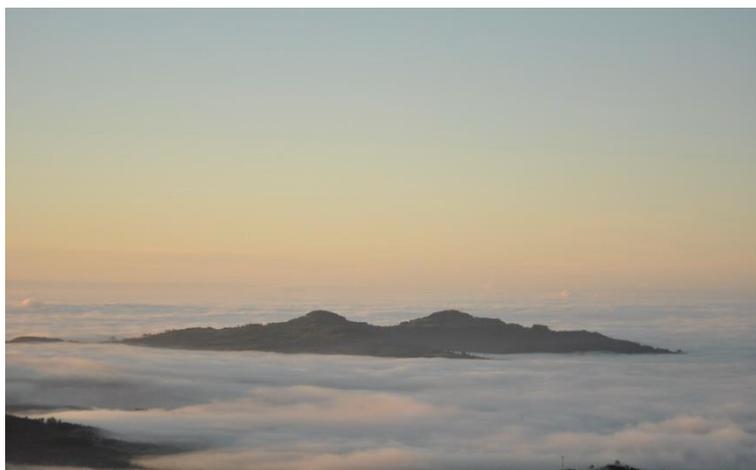


Figura 02 –Vista do Morro Dois Irmãos. Fotografia de Germano Hauschild (2011), gentilmente cedida para este trabalho.

Representações literárias: as crônicas de Helmut Culmann

Uma apropriação ainda mais simbólica da paisagem da antiga Colônia Alemã de São Leopoldo desenvolveu-se a partir da difusão dos ideais de germanidade (*deuschtum*) difundidos por intelectuais influenciados pelas ideias do nacionalismo alemão. Para Seyferth,

A concepção de uma germanidade teuto-brasileira (significado mais próximo, em português, da palavra *Deutschbrasilianertum*) está vinculada à ideia do pertencimento nacional pelo direito de

sangue – uma formulação do nacionalismo alemão. Com base nisso, reivindica-se o direito à existência de um grupo étnico teuto-brasileiro cujo ponto de referência espacial são as chamadas “colônias alemãs (SEYFERTH, 1994, p. 18).

A construção de uma identidade “teuto-brasileira” se dá fundamentada na valorização da cultura e da identidade étnica alemã combinada a cidadania brasileira. Outro aspecto é o culto ao “*Heimat*” (pátria), através do qual evocava-se o processo histórico da colonização como processo civilizatório de transformação da selva inculca em comunidades prósperas. “Ao definir as “colônias alemãs” no Brasil como *Heimat* (um dos termos da língua alemã traduzíveis como pátria), os teuto-brasileiros estavam, ao mesmo tempo, resguardando seu significado étnico restrito e seu pertencimento ao Brasil” (SEYFERTH, 1994, p. 19).

Uma reapropriação cultural da paisagem da antiga colônia, ainda mais repleta de simbolismo, seria formulada a partir da difusão deste ideário germanista. Neste processo o morro *Königsberg* seria considerado um elemento representativo de toda a antiga colônia, com especial destaque na produção literária do Pastor Helmut Culmann: a crônica “*Auf der Königsberg*” foi publicada no livro “*Heimat - Leserbuch*”, editado pela Rotermund de São Leopoldo, em 1931, e o conto “*Land Unterm Königsberg*”, publicado no anuário *Kalender für Deutschen in Brasilien* de 1939, pela mesma editora³. Ambas as narrativas ficcionais se desenvolvem a partir de apropriações da paisagem da antiga Colônia Alemã de São Leopoldo, tendo como elemento de destaque o *Königsberg* – o morro Dois Irmãos.

Helmut Culmann era natural de Albersweiler, na região do Reno Palatinado, e foi pastor da Comunidade Evangélica de Campo Bom entre 1926 e 1931. Ao final deste período retornou a Alemanha, não sem deixar registrado que aqui teria vivido os cinco melhores anos de sua vida (CULMANN,1996[1931], p.270).

³ Todas as citações serão apresentadas traduzidas para o português.

Registra-se que costumava levar com frequência seus alunos para caminhadas, sendo o morro Dois Irmãos seu alvo preferido. Suas contribuições seguiram frequentes nas publicações da editora Rotermond até meados de 1939, podendo ser considerado um dos intelectuais que contribuíram para a formulação da identidade de teuto-brasileiro e a difusão do ideário germanista na antiga Colônia.

Nos contos de Culmann, a antiga colônia alemã de São Leopoldo é o *Heimat* do imigrante, o solo transformado pela cultura e obra do alemão. Analogias diretas entre a paisagem local e a alemã, estabelecidas a partir de paralelos entre elementos naturais e culturais, caracterizam sua obra ficcional. É desta forma que a encosta do planalto rio-grandense (Serra) é apresentada nos contos de Culmann como o “*Hunsrück* e *Wasgenwald* rio-grandenses, o *Westrich* montanhoso, o velho Palatinado” (CULMANN, 1939, p. 93) – todas estas, referências geográficas a lugares da região do Palatinado (*Pfalz*), na Alemanha⁴.

O discurso presente na literatura de Culmann exalta a qualidades da terra brasileira, a partir da sua transformação pela cultura e modo de ser alemães. Na sua leitura, é a cultura germânica que molda a pátria, pois o povo “de sangue alemão e a natureza alemã” teria tornado a terra arável e transformado a paisagem em um “celeiro do Sul”, tendo “encontrado o seu novo lar em solo brasileiro” (CULMANN, 1939, p. 105). A colônia é um espaço que foi “moldado, desenhado e preenchido com história pela mão alemã, alma alemã” (CULMANN, 1939, p. 95), onde “apenas a natureza, palmeiras, cactos, laranjeiras, lembram o mundo do sul.” (CULMANN, 1939, p. 105).

O “transplante” de topônimos de um lugar de origem para uma nova terra é recorrente na trajetória da humanidade – e foi bastante frequente na América ocupada por europeus. Este

⁴ A cadeia de montanhas Wasgenwald é hoje conhecida como Wasgau, no Pfalz (Palatinado). Westrich é o nome antigo de uma região entre a Alemanha e a França.

processo é verificável nas inúmeras denominações aqui repetidas pelos imigrantes alemães. A crônica do pastor Culmann, explica assim a denominação em alemão do Morro Dois Irmãos, *Königsberg*:

O morro é como um símbolo do trabalho e mão-de-obra dos alemães no meio das velhas colônias. **Longe, muito longe, na linda terra do Reno, de onde nossos antepassados vieram, está o Königsberg. Aqui, em Dois Irmãos, onde nós agora estamos sentados, eles acreditavam tê-lo reencontrado e, em real lembrança, deram-lhe o nome de Könisberg.** Como tal ele permaneceu na boca do povo (CULMANN, 1931, p. 79, grifos nossos).

A formação geológica peculiar do morro Dois Irmãos gerou também uma série de outras leituras e construções culturais, a partir de seu aspecto de “duplo cume”. No conto de Culmann (1939, p. 96), é retratado como uma “cabeça dupla” que “paira como torres no azul prateado da noite”. “Duas cabeças, uma só montanha!” (CULMANN, 1939, p. 96), exclama Pedro, personagem da crônica que complementa com uma pequena chacota que seria a “sabedoria de uma sogra”: “Quando eu me casei, minha sogra de Novo Hamburgo sempre dizia: Pedrinho, olhe para lá, deve estar bem em seu casamento, duas cabeças, mas um só amor! (CULMANN, 1939, p. 93).

O desmatamento das encostas, quase todas ocupadas por lotes coloniais, marcava o aspecto do morro de forma significativa. A cobertura vegetal nativa persistia, até meados da década de 1980, restrita apenas ao topo das duas elevações, aspecto que é reforçado pelas analogias trabalhadas na crônica. O narrador da crônica de Culmann (1931, p. 75) traz uma explicação de sua avó, de que os morros gêmeos “usam bonés de floresta, no verão por causa do sol quente, no inverno por causa do frio que prevalece lá em cima nas alturas vertiginosas”.

O morro também é representado como elemento simbólico que indica o início do Planalto gaúcho, local do *Urwald* (mata selvagem) e do indígena:

“Os índios foram empurrados para o interior e para as matas e, em breve, surgiram as hostilidades entre os vermelhos e brancos. Eles ficavam escondidos nos matos. No *Königsberg* e também nos morros atrás da Picada de Dois Irmãos, na medida em que avança a colonização.” (CULMANN, 1992[1930], p. 235).

O *Königsberg* faz parte de um conjunto de formações situados na posição de encosta da Serra ou Planalto Rio-Grandense, integrado também pelo morro conhecido como Ferrabrás. O significado simbólico deste, a partir do conflito dos *Mucker* e sem uma conotação estritamente negativa, precisaria esperar as releituras e ressignificações posteriores. No viés germanista de Culmann, não havia interesse em propagar simbolicamente um conflito religioso e social, e portanto, a representação do imaginário sobre o morro Ferrabrás se constrói a partir de seu nome: ele acompanha o *Königsberg* como parte de “uma bela cadeia de cobalto azul” e “mantém a memória da antiga figura lendária Ibérica do *Ferrabraz* acordada no novo país” (CULMANN, 1939, p. 88).

O Rio dos Sinos propiciou a possibilidade de exploração e ocupação do território. Constituiu-se a principal via de comunicação entre algumas das picadas, a sede da Colônia e Porto Alegre. No romance de Culmann (1939, p.93), o Rio dos Sinos aparece como “uma artéria das colônias antigas”. Na construção simbólica da colônia de São Leopoldo como um “território alemão”, o personagem chega a sonhar com a presença dos rios alemães Elba e Reno “atravessando o vale do Rio dos Sinos” (CULMANN, 1939, p. 101). Também os banhados do Rio fazem parte desta paisagem, avistada do alto do *Königsberg*:

(...) Muito além avista-se Campo Bom, o Banhado Grande com o seus ipês e corticeiras, suas antigas vias navegáveis, canais selvagens, (...) o Rio dos Sinos, que se encontra como uma cobra gigante primitiva nos amplos terrenos do vale (...) (CULMANN, 1939, p. 105).

As cidades - formadas a partir da evolução de antigas picadas ou aldeias - também são interpretadas sob o viés germanista. Desta forma São Leopoldo é apresentada como “o Passo, a mãe cidade das colônias”, denominada também de “*Leopoldstadt, Leopolding, Leopoldau* (...) o berço das colônias e assentamentos alemães do Rio Grande do Sul, cidade-mãe das sociedades agrícolas, cidades, vilas, aldeias e fazendas em torno do *Königsberg*(...)” (CULMANN, 1939, p. 104).

O *Hamburgerberg* (Hamburgo Velho) é um vilarejo de onde “se tem uma maravilhosa vista panorâmica” e, nas casas, prevalece “uma limpeza, simplicidade e beleza exemplares” (CULMANN, 1939, p. 95). Algumas edificações, como a igreja projetada pelo arquiteto alemão Ernst Seubert, lembravam a antiga pátria - “A Igreja dos Reis Magos se encaixa com a antiga lembrança alemã da pátria do Reno palatinado” (CULMANN, 1939, p. 95). Outras, simbolizavam o processo de ocupação da região, como “(...) o grande campo de ginástica e esportes, onde Liborius Mentz teve o lote colonial nº 1 e hoje é a torre-monumento da imigração alemã” (CULMANN, 1939, p. 95).

Novo Hamburgo, o núcleo urbano surgido a partir da instalação da Linha Férrea, era “a cidade de couro e sapato”, portanto considerada uma “*Pirmasens* brasileira”. Pirmasens é uma cidade do Reno Palatinado, na Alemanha, na época famosa pela produção calçadista. Na sua equivalente brasileira, “moram as pessoas mais industriosas, os homens de negócios mais brilhantes e as mulheres mais bonitas do estado!” (CULMANN, 1939, p. 93).

A presença do *Königsberg* é igualmente marcante em outro núcleo urbano - o de Campo Bom. O travessão que constituiu a primeira picada - a atual “Avenida Brasil” é percorrida por Pedro,

personagem do conto de Culmann. É descrita como uma estrada de terra, onde “as crianças seguiam para a escola” – a escolarização tem aqui o papel de reforçar uma característica da germanidade - e na visual esquerda do trajeto, “aumenta em sua majestade cada vez maior, o marco das antigas colônias, o *Königsberg*”, no meio do qual “as paredes brancas dos estaleiros de colonos brilhavam na luz da manhã” (CULMANN, 1939, p. 97). Em Campo Bom, “a primeira igreja protestante alemã do estado foi construída”, e “uma pedra memorial em frente à igreja lembra disso”. Próximo fica o antigo cemitério, onde repousam “gerações de um século de trabalho e luta” (CULMANN, 1939, p. 97).

Os núcleos urbanos referidos – São Leopoldo, Novo Hamburgo, Hamburgo Velho e Campo Bom – expandiram-se e hoje constituem um todo urbanizado, integrando a Região Metropolitana de Porto Alegre. A fala de um dos personagens da crônica demonstra que embora ainda fosse remoto, o processo de crescimento já demonstrava essa possibilidade de conurbação no final da década de 1930: (esta cidade) “um dia será grande, importante e muito bonita, se estendendo de Novo Hamburgo a Campo Bom (...) em uma ampla faixa ao pé do *Königsberg!*” (CULMANN, 1939, p. 96).

Representações arquitetônicas: simbolismo e a paisagem

Quando do centenário da colonização alemã no Rio Grande do Sul, em 1924, uma série de iniciativas públicas e privadas buscaram reforçar os ideais de germanidade, construindo um olhar mitificador sobre o passado. Destaca-se o processo de construção de dois monumentos comemorativos ao Centenário da Colonização Alemã, em São Leopoldo e no *Hamburgerberg*. Ambos tinham a pretensão de assinalar lugares dotados de significados simbólicos: o lugar onde os primeiros imigrantes teriam desembarcado, em São Leopoldo, e o suposto lote nº 01 da colonização em Hamburgo Velho. Mas estas relações espaciais não se resumem ao significado

evocativo histórico, pois ambos os espaços de memória se articulam, de diferentes formas, com a paisagem.

O monumento hamburguense constituiu-se na forma de uma torre, na qual dois patamares cumprem a função de mirante. A visual abre-se para o vilarejo de Hamburgerberg, para o núcleo de Novo Hamburgo e também para o futuro “morro da Fundação Evangélica”, tendo como pano de fundo a topografia de Lomba Grande de um lado, e do outro os morros Dois Irmãos e Ferrabrás. As articulações para sua construção começaram em 1916, com a fundação da sociedade "*Denkmalverein von Alt und Neu Hamburg*". A inauguração se daria apenas em 1927, ano em que Novo Hamburgo adquiriu autonomia administrativa de São Leopoldo.

O local respirava *germanidade*: O monumento-mirante era de autoria do arquiteto alemão Ernst Seubert, construído de forma a sinalizar o suposto lote nº 01 de Hamburgo Velho, de Liborius Mentz; e ao redor dele, a *Denkmalverein* desenvolvia a prática do *Turner*, diversas atividades esportivas ao ar livre. Neste período, as sociedades de ginástica teuto-brasileiras viam-se como cultivadoras ou preservadoras da cultura e tradições alemãs (SILVA, 2006, p. 154). A partir do mirante construído, era possível visualizar a paisagem do entorno - o *Heimat*, a antiga colônia, a selva transformada em região próspera pelo trabalho alemão.

Em São Leopoldo, o Monumento foi construído em local igualmente simbólico - junto ao antigo “Passo” do Rio dos Sinos, onde presumia-se que teriam desembarcado os primeiros imigrantes, e que funcionou por muito tempo como área portuária, marcando o antigo acesso fluvial. O projeto, escolhido em concurso, é de autoria de Walter Drechsler (MÜLLER, 1979) e recebeu ajardinamento no entorno apenas na década de 1930, contemplando alamedas e caramanchões próximos a orla. Do local, se descortinava a visual do Rio dos Sinos, da *Neustadt* (bairro na margem oposta do Rio), trechos de mata nativa e, ao fundo, toda a silhueta da encosta da serra, com destaque para o morro Dois

Irmãos e Ferrabrás (Fig. 03 e 04). Esta “bela vista para o rio e Serra” existente na praça é, inclusive, apreciada pelos personagens da crônica anteriormente referida de Culmann (1939, p. 104).

Os monumentos de São Leopoldo e de Novo Hamburgo são espaços construídos que se situam em coordenadas geográficas distintas. No entanto, caracterizam-se pelas relações que estabelecem entre si e com a paisagem regional. Ambas compartilham um significado simbólico a partir da localização, e a relação visual com o entorno e com a encosta da Serra, funcionando como espaços de memória e contemplação. Como destaca Tilley (1994, p. 31) “A importância e o significado de um lugar só podem ser apreciados como parte do movimento dele e para ele, em relação a outros (...)”.

Da mesma forma, outros elementos construídos adquiriam, além do seu caráter meramente utilitário, uma dimensão simbólica. Este simbolismo é recorrente na antropização das paisagens, e pode significar um simples “este é o local”, “estamos aqui” (NARANJO, 2010, p. 212) mas também pode enunciar mensagens complexas. Na paisagem das antigas “picadas” da Colônia alguns elementos recorrentes destacavam-se: igrejas, sociedades, escolas e cemitérios. A presença destes elementos não é desprovida de simbolismo, em especial para a *germanidade*, o que fica explicitado pela fala de um dos personagens da crônica de Culmann:

Onde estão os alemães, eles constroem igrejas e escolas, a igreja para a fé e a alma, a escola para o conhecimento e a compreensão! Sobre estes dois pilares, descansa sua vida espiritual, mais exatamente sua vida social. Onde estão os alemães, ensina-se e aprende-se, pensa-se e pesquisa-se (...)(CULMANN, 1939, p. 93)



Figura 03 – Ajardinamento da orla do Rio dos Sinos, com a presença do perfil da serra ao fundo na paisagem. Fonte: Acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.



Figura 04 – A Praça do Centenário em São Leopoldo, com a presença do perfil da serra ao fundo na paisagem. Fonte: Acervo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

A projeção da cultura germânica sobre o *Heimat* se dava, portanto, através da apropriação simbólica, mas também da antropização da paisagem. Digno de nota é, neste sentido, o novo

Evangelisches Stift (Fundação Evangélica), projetado pelo arquiteto alemão Ernst Seubert sobre uma encosta próxima ao núcleo urbano de Hamburgo Velho. No seu desenho de perspectiva, é notável a presença do morro Dois Irmãos como pano de fundo para o projeto, representando de forma nítida a presença da “cultura alemã”, do ensino e da fé protestante em terras brasileiras. O projeto foi revisado pelo arquiteto Theo Wiederspahn cerca de uma década depois, e a nova perspectiva traçada reforça a presença no plano de fundo. É ainda mais representativa da transformação humana da paisagem, ao apresentar o morro apenas com duas faixas de mata nativa nos dois cumes (Fig. 05). Fotografias e postais produzidos nas décadas seguintes sempre apresentariam este conjunto escolar no contexto da paisagem (Fig. 06).

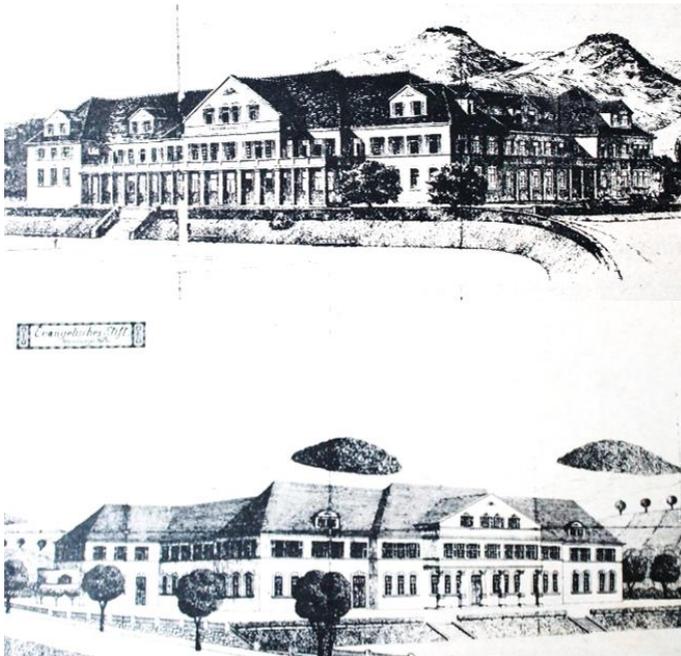


Figura 05 – Perspectivas dos projetos de Ernst Seuber (1927) e a revisão de Theo Wiederspahn (1937) para o Evangelisches Stift. Em ambas as perspectivas, destaca-se a presença do morro. Fonte: Jornal Hamburgerberg n° 04 (1986).

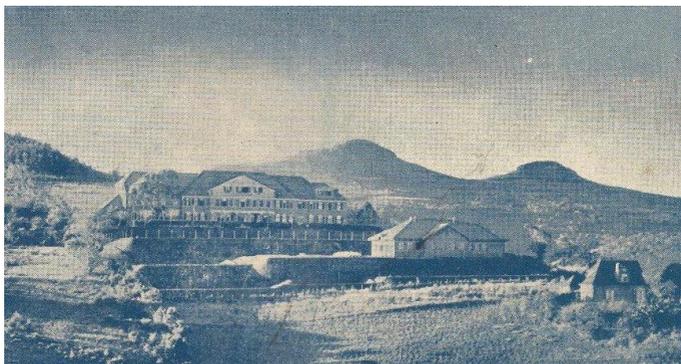


Figura 06 - Fundação Evangélica de Hamburgo Velho, e a presença majestosa do Dois Irmãos. Fonte: Acervo Fundação Evangélica.

O Dois Irmãos como testemunha da industrialização

Como vimos, a paisagem da Antiga Colônia Alemã de São Leopoldo foi ressignificada e transformada pelo ideário de *germanidade*. Esta identidade cultural construída sofreria transformações drásticas a partir da campanha de nacionalização promovida pelo Estado Novo. O passado rural seria minimizado frente a vocação industrial que se intensificava. A imagem de um *Hunsrück* brasileiro ficaria para trás, e as duas Hamburgos, agora reunidas no Município de Novo Hamburgo, receberiam o apelido de *Cidade Industrial* e mesmo de *Manchester brasileira*.

A transformação das cidades, que se expandiam frente ao vertiginoso crescimento industrial, foi acompanhada por mudanças de ordem sócio-cultural. Grandes contingentes populacionais seriam atraídos pela oferta de emprego nas fábricas de calçados, atraindo mão de obra migrante de diversas origens. Esta Novo Hamburgo industrial seria um dos temas preferidos do cronista Ercílio Rosa, nas páginas do *Jornal O 5* de Abril das décadas de 40 e 50.

Através das crônicas de Ercílio Rosa, é possível verificar as drásticas alterações operadas no imaginário local, transcorridas poucas décadas da superação do germanismo propagado por Culmann. Curiosamente, é o mesmo morro Dois Irmãos que Rosa

também evoca em crônica de 1957, como testemunho deste novo cotidiano local:

Dali, da encosta da serra os “Dois Irmãos” são testemunhas mudas e incontestas de todo o desenvolvimento progressivo de Novo Hamburgo!E o próprio “Hamburg Berg”, ponto fundamental da formação do núcleo, deve sentir-se orgulhoso do alastramento incontido da cidade, que lambe e devora vales e elevações numa ânsia de crescer...” (ROSA apud SELBACH, 2009, p. 409, grifo nosso)

Entre o Rio dos Sinos e a Encosta da Serra, surgiam por todos os lados “segmentos de retas ou diagonais” que “projetam ruas e caminhos, acomodando desejos e prostrando ideais, que sobem e descem ladeiras na fúria imensa das conquistas humanas...”. Os “bangalôs coloridos e ajardinados” alegravam as avenidas, e os chalezinhos de madeira “seguram barrancos”, e “estendem-se pela cidade toda abrigando sonhos, burilando esperanças, acariciando ideais subjetivos ou não”. A cidade era “uma colmeia de trabalho” onde “quem precisa e quer trabalhar sempre ouve falar na “cidade industrial” (ROSA apud. SELBACH, 2009, p. 409).

Não era apenas um crescimento urbano que morro Dois Irmãos testemunhava, mas as grandes transformações sociais e étnicas:

E misturando gente que não é loura e não tem olhos azuis com os descendentes dos conquistadores da gleba, Novo Hamburgo vai invadindo o chão... (...) Novo Hamburgo, esperança de muita gente de olhos azuis ou não, louros e morenos, trabalhadores e “destrabalhadores”... “Cidade Industrial” onde sempre há lugar para um... E os **“Dois Irmão”, salientes ali na encosta da serra, são testemunhas mudas dos flagrantes da cidade...**” (ROSA apud. SELBACH, 2009, p. 409, grifo nosso).

O morro Dois Irmãos também é protagonista da ressignificação da região da encosta da Serra, reorientada para uma identidade turística. Em meados de 1960 foi construído pelo

DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, um *belvedere* na então BR-02, conhecida hoje como BR 116, na altura de Morro Reuter. O mirante enquadra o centro da cidade de Dois Irmãos e centraliza no panorama o morro homônimo. Enquanto testemunha intensas transformações urbanas e sociais a sul, o Dois Irmãos acompanha e protagoniza a construção simbólica da “Serra gaúcha” como um recurso pitoresco e turístico, ao norte. Não faltaram iniciativas de explorá-lo turisticamente como mirante natural, em especial na década de 1980, que esbarraram na falta de articulação entre as municipalidades lindeiras.



Figura 07 - Belvedere do DNER, construído junto a então denominada BR-02, atualmente conhecida como BR-116. Fonte: Postal circulado na década de 60.

Considerações finais

O Morro Dois Irmãos é um elemento marcante na paisagem regional. Sob o ponto de vista administrativo, sua encosta situa-se hoje dividida entre os territórios municipais de Dois Irmãos, Novo Hamburgo e Campo Bom. Enquanto a primeira continua nutrindo relações simbólicas com a formação topográfica, referenciada e fixada no próprio nome da municipalidade, atribuindo-lhe certa identidade como “o morro de Dois Irmãos” (no sentido de o morro do Município de Dois Irmãos); parece ter sido marginalizada do

imaginário dos outros núcleos, desaparecendo de representações iconográficas e turísticas e rompendo de certa forma a relação representativa que as demais cidades dele faziam.

Apesar da extensão de mata que recobre suas encostas ser hoje significativamente maior do que na década de 1930, devido em parte ao abandono de terras antes cultivadas; o morro sofreu ao longo dos tempos agressões significativas. A passagem de uma linha de alta tensão prejudica sua silhueta e deixou uma extensa cicatriz ao longo de toda a encosta. Uma grande pedreira realiza a extração de rochas na porção de Campo Bom, aparecendo como uma grande ferida aberta. Sobre a elevação leste, levantam-se inúmeras estruturas que fazem com que alguns já o chamem de “morro das antenas”.

A denominação em alemão, *Königsberg*, caiu em desuso provavelmente devido a intensa campanha de nacionalização promovida pelo Estado Novo a partir da década de 1940. O nome desapareceu quase definitivamente, inclusive do cotidiano das populações locais, sendo encontrada com dificuldade apenas nos registros históricos. O topônimo subsiste apenas através de uma tradução corrompida que denomina uma estrada situada no alto do morro, chamada “Estrada dos Reis”.

As relações visuais com o território da antiga Colônia persistem, apesar de hoje destituídas de vários dos sentidos culturais e simbólicos que lhe atribuíam substância. É possível visualizar o morro Dois Irmãos a partir do trajeto da Rodovia do Parque, entre a capital e a região. Em São Leopoldo, a destruição parcial da praça do Imigrante para a construção do dique do Rio dos Sinos fez com que a praça perdesse sua relação paisagística com a distante silhueta da Serra – embora ainda seja possível avistá-la de determinados ângulos e posições, uma vez que o bairro Rio dos Sinos (anteriormente *Neustadt*) ainda não se verticalizou expressivamente.

O tombamento nacional do Centro Histórico de Hamburgo Velho é referenciado frequentemente como um tombamento baseado na noção de paisagem, motivo pelo qual tem sido permitidas inúmeras descaracterizações nos imóveis históricos, não considerou

efetivamente as relações paisagísticas intrínsecas entre o núcleo urbano e o Morro Dois Irmãos. Elementos simbólicos do sítio, como o Monumento do Centenário da Colonização Alemã, Escola Estadual Senador Alberto Pasqualini, Escola Santa Catarina, Fundação Evangélica e outros ficaram excluídos da tutela patrimonial. A “paisagem” neste sentido, foi entendida como uma zona traçada e claramente delimitada, um pouco maior do que um entorno de um monumento, mas ainda insuficiente para contemplar a complexidade das relações da rede de bens culturais existentes na paisagem local.

O morro Dois Irmãos impõe-se, ainda hoje, como um elemento natural estruturador da paisagem, antropizado e ressignificado pelas sociedades humanas através dos tempos. Sua presença visual e relação histórica com núcleos distintos, mesmo nos mais distantes, como São Leopoldo, demonstra a importância de leituras regionais bastante ampliadas para o estudo das paisagens. Embora esta tarefa tenha sido apenas esboçada, verificou-se a possibilidade de estabelecer, a partir de uma abordagem que privilegia as relações, uma rede de bens e itinerários que se integram, fundamentando o todo da paisagem cultural regional.

O estudo na perspectiva da paisagem cultural nos permite perceber a complexidade implícita na ideia de gestão da paisagem. Enquanto elemento topográfico, o morro Dois Irmãos encontra-se, hoje, recortado pelas divisas municipais de Campo Bom, Dois Irmãos e Novo Hamburgo, submetido a três diferentes Planos Diretores. Embora o regime urbanístico municipal seja importante para a manutenção dos valores da paisagem, fica evidenciada a necessidade de articulação através do Planejamento Regional.

A gestão de uma paisagem sugere não a criação de uma nova categoria e um novo instrumento específico, mas a aplicação cruzada de instrumentos legais pertinentes. Não faria sentido fixar a imagem de um território, pois este deve manter em contínua evolução e transformação (MADERUELO, 2010, p. 08). Preservar uma paisagem não é “tombá-la” como um todo, congelando-a no estágio em que se encontra, tampouco resgatar aspectos perdidos

no passado. Trata-se, antes, de reconhecer a dinâmica da paisagem e da sociedade, estimulando a permanência das características e elementos cujos valores e significados sociais justificam sua manutenção, condicionando a relação respeitosa das novas e necessárias intervenções com as pré-existências.

Preservar o morro Dois Irmãos é preservar a paisagem cultural da antiga colônia alemã de São Leopoldo, reconhecendo a dinâmica do desenvolvimento dos núcleos urbanos que se distribuem no território. Mais do que preservar fisicamente o elemento natural – ação necessária frente às agressões que o morro vem sofrendo – é necessário conhecer e preservar também suas relações com outros lugares e sítios, registrando suas representações no passado e promovendo também sua constante reapropriação cultural no presente.



Figura 08 – Rio dos Sinos em São Leopoldo, com destaque ao morro em segundo plano. Autor, 2017.

Referências

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

BERNARDI, Mansueto. **Missões, índios e jesuítas - Volume 7 de Obras completas**. São Leopoldo - Escola Superior de Teologia, 1982

BERQUE, Augustin. **Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural.** In: CORRÊA, Lobato Roberto; ROSENDAHL, Zeny (Org.). Geografia cultural: uma antologia [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, vol. 1, pp. 239-242.

BÜRGI, Matthias, HERSPERGER, Anna M., HALL, Marcus, SOUTHGATE, Emily W.B. Russel, SCHNEEBERGER, Nina. **Using the Past to Understand the Present Land Use and Land Cover.** in KIENAST, F.; WILDI, O.; GHOSH, S. (orgs.) A Changing World - Challenges for Landscape Research. Dordrecht, Netherlands: Springer, 2007.

CANSTATT, Oscar. **Brasil: Terra e Gente (1871).** Brasília: Editora do Senado, 2002.

CASTRIOTA, L. **Paisagem cultural: novas perspectivas para o patrimônio.** 2013. Disponível em: <<http://imap.www.romanoguerra.com.br/revistas/read/arquitextos/14.162/4960>>.

CULMANN, Helmuth. **Auf Königsberg.** In Heimat – Lesenbuch. São Leopoldo: Editora Rotermund, 1931.

CULMANN, Helmuth. **Auf Königsberg.** Tradução de Denise Lang. In LANG, Guido. Histórias do Cotidiano Campobonense. Campo Bom: Papuesta, 1998 [1931].

CULMANN, Helmuth. **História da igreja e da escola de Campo Bom.** In SPERB, A. T. (org.) Sal da Terra – 160 Anos da Comunidade e Escola Evangélica de Campo Bom. Tradução de Hilda Lucinda Sperb e Anelise Kolb. Canoas: Gráfica editora, 1992 [1930].

CULMANN, Helmuth. **Land unterm königsberg.** São Leopoldo: Kalender für Deutschen in Brasilien, 1939. p. 86–113.

HUNSCHÉ, Carlos Henrique. **O Biênio 1824/25 na Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: A Nação/DAC/SEC, 1975.

Jornal A Federação – Orgam do Partido Republicano. Ed. 124. 29 de maio de 1906.

MADERUELO, Javier. **Introducción: Paisaje y Patrimonio.** In MADERUELO, Javier (org.). Paisaje y patrimonio. Madrid, ES: Abada Editores, 2010.

MAGALHÃES, Dóris Rejane Fernandes. **Sapiranga 50 anos de Município, mais de 200 de História**. Porto Alegre: Editora Alcance, 2005.

MORAES, Carlos de Souza. **Feitoria do Linho Cãnhamo**. Porto Alegre: Editora Parlenda, 1994.

MULHALL, Michael G. **O Rio Grande do Sul e suas Colônias Alemãs**. Tradução de Euclides Santos Moreira. Porto Alegre: Editora Bels, 1974 [1873].

MÜLLER, Telmo Lauro. **Monumentos em São Leopoldo**. São Leopoldo: Editora Rotermund, 1979.

NARANJO, Florencio Zoido. **Paisaje y conjuntos arqueológicos. Reflexiones a partir de una línea de investigación**. In MADERUELO, Javier (org.). Paisaje y patrimonio. Madrid, ES: Abada Editores, 2010.

RAMBO, Balduino. **A Fisionomia do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Unisinos, 2015.

RIBEIRO, R. W. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

SCHLITZ, Carl S. J. **Chronik von Bom Jardim** (Deutsches Volksblatt, 15 mar. 1898)

SELBACH, Jeferson. **Cumplicidade e traição: a Novo Hamburgo dos anos 40 e 50 na pena do cronista Ercílio Rosa**. São Luís/MA: EDUFMA, 2009.

SEYFERTH, Giralda. **A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica**. In MAUCH, Claudia e VASCONCELLOS, Naira (orgs.) Os alemães no Sul do Brasil. Canoas: Editora da Ulbra, 1994.

SILVA, Haike Roselane Kleber da. **Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão: a história de uma liderança étnica (1868-1950)**. São Leopoldo: Oikos, 2006.

TILLEY, C. **A phenomenology of landscape**. Oxford, UK: Berg Publishers, 1994.

3ª Parte

Gênero e Identidades



Colégio São José, São Leopoldo/RS. 1ª turma do Complementar, 1932. Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (Acervo Fotográfico).

Gênero e imigração: um debate [cada vez mais] necessário

Daniel Luciano Gevehr

Percorrendo os caminhos da pesquisa

“Mulher é assunto. Todos falam dela – como é, como deveria ser [...]” (PINSKY, 2012, p.470). A mídia – e de forma mais expressiva a televisão e as redes sociais – tem dado cada vez mais visibilidade às questões de gênero, numa dimensão sem precedente. Essa visibilidade ampliou a discussão sobre as identidades de gênero [e suas representações] e as diferentes construções sociais a elas associadas, rompendo o longo período de silêncio no qual estiveram as categorias que “fugiam” da noção de heteronormatividade. Romper com esse silêncio, através das novas discussões sobre relações de gênero – associando a elas questões como a memória e a produção de representações – é sem dúvida, uma necessidade na sociedade contemporânea.

Nesse contexto, propomos a discussão sobre as questões de gênero, no âmbito dos estudos sobre a imigração no Brasil – e de forma mais particular - sobre o processo que envolve a criação e difusão de imagens e representações sobre as mulheres, no contexto da imigração alemã no sul do Brasil. Acreditamos que essa discussão se faz necessária, uma vez que, no âmbito dos estudos sobre a imigração alemã, ainda prevalece a condição de passividade, ou até mesmo, de silenciamento [e de invisibilidade]

da mulher no processo imigratório. Em outras palavras, a mulher imigrante e suas descendentes, ainda aparecem como coadjuvantes, no processo de construção da memória sobre os alemães e seus descendentes, como se ela fosse inferior e ocupasse um “segundo lugar”, na escala de importância.

No caso específico do Rio Grande do Sul [onde se percebe uma expressiva preocupação com a rememoração/comemoração da cultura herdada dos alemães], observa-se a prevalência de narrativas – em especial até a década de 1980 – que colocaram os feitos masculinos em posição de destaque, reafirmando uma história da imigração, marcada pelos heróis masculinos.

É somente a partir da década de 1990, com a difusão dos programas de pós-graduação na área das Ciências Humanas, na região sul do país, que essas narrativas sofreram significativas mudanças, na medida em que novas pesquisas [no campo da história, da antropologia, da sociologia, etc.] surgiram e colocaram as mulheres – dentre elas as imigrantes – como objeto de investigação. Em relação aos estudos da imigração, no Rio Grande do Sul prevaleceu até pouco tempo a imagem do “homem imigrante” responsável pela “epopeia” da imigração. Esse também é o caso dos estudos sobre imigração alemã, realizados até a década de 1980 e que, reafirmaram, a visão “civilizadora” do imigrante no sul do Brasil. Felizmente, estudos de caráter, cada vez mais interdisciplinar, tem transformado essa realidade, trazendo as mulheres teuto-brasileiras como sujeitos – e até mesmo – protagonistas da história da imigração alemã.

Quando pensamos nas imagens produzidas sobre as mulheres no contexto da imigração alemã, devemos considerar, especialmente, os elementos simbólicos presentes no processo de fabricação dessas imagens. Perrot (2005, p.478) afirma que aspectos como a *aparência*, a *distinção* e a *representação* fazem parte das “sociedades da imagem e da comunicação”. A mulher de origem germânica aparece como exemplo da manipulação da imagem, que busca reproduzir modelos e padrões, construídos

socialmente, e que buscam, antes de tudo, inserir a mulher dentro de “determinados padrões e categorias”, pensados [quase sempre] pelos homens.

Tendo a história [e suas narrativas] da imigração alemã como pano de fundo nesse estudo, procuramos discutir como são criadas *imagens e representações* (JODELET, 2001) sobre as mulheres de origem germânica, que chegaram no sul do país, a partir de 1824 e também sobre as teuto-brasileiras [nascidas no Brasil e filhas de imigrantes, mas que preservaram, em grande parte, a herança cultural dos primeiros imigrantes alemães].

A análise crítica que propomos sobre elas está pautada nas relações existentes entre os conceitos *de identidade étnica e de gênero*. A partir dessa relação, buscamos compreender como o gênero [enquanto uma construção social] está diretamente relacionado a construção da identidade de gênero, uma vez que às mulheres de origem alemã são atribuídas determinadas características e padrões de comportamento.

Essas afirmações podem ser melhor compreendidas, se analisarmos, de forma crítica e à luz das novas teorias sobre etnia/etnicidade e gênero, que permitem problematizar o processo de (re)criação das imagens sobre a mulher teuto-sul-rio-grandense. Várias são as fontes possíveis para essa investigação e seria, talvez, impossível dar conta de todas elas nesse breve estudo que apresentamos. Daí a escolha de algumas fontes, que permitem pensar a mulher teuto-sul-rio-grandense, a partir das questões identitárias sobre *raça/etnia e gênero*.

Possibilidades de compreensão do gênero na imigração: o caso das mulheres teutas

A primeira possibilidade de investigação, baseia-se na leitura crítica dos museus da imigração alemã no Rio Grande do Sul. Através dos museus, problematizaremos o processo que envolve a produção da *memória* sobre as mulheres de origem germânica,

compreendendo os museus, também como *lugares de ressignificação da memória* e de afirmação da *identidade étnica*.

Os museus de imigração podem ser definidos como *lugares de memória*, na acepção de Pierre Nora (1993, p.21), para quem “são lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos.” De acordo com o autor, a “memória pendura-se em lugares como a história em acontecimentos” (Ibidem, p.25), contribuindo para a *perpetuação da memória* (HALBWACHS, 2004), que por sua vez desempenha um papel fundamental na construção da *memória coletiva*.

Associado a isso, a *identidade* enquanto “uma construção social, de certa maneira sempre acontecendo no quadro de uma relação dialógica com o Outro” (CANDAU, 2012, p.09) nos permite ampliar o debate sobre os museus de imigração, na medida em que esses lugares de memória carregam elementos que procuram caracterizar as mulheres no contexto da imigração alemã. Candau (2012, p.09) afirma que a memória é um elemento indispensável da construção da identidade de uma comunidade – sendo assim “uma construção continuamente atualizada do passado, mais do que uma construção fiel do mesmo”. A criação do museu sugere, nesse caso, uma preocupação com a preservação dos traços identitários, que remete a ideia da *etnicidade*, que no caso dos museus da imigração alemã, é definida pela *germanidade*.

A germanidade, que pode ser traduzida como o “jeito de ser alemão no Brasil”, remete a identidade étnica, compartilhada pela comunidade de origem germânica e que faz lembrar e rememorar o passado dos imigrantes. A antropóloga Giralda Seyferth (2011) explica que o *Deutschtum* – germanidade em alemão – expressa uma espécie de laço identitário, produzindo o sentimento de unidade cultural entre os imigrantes e seus descendentes. Esses laços identitários são construídos, de acordo com a autora, através do sentimento de que a comunidade compartilha de uma origem comum, que nesse caso, descende dos imigrantes alemães.

O historiador Martin Dreher (1984) nos ajuda a compreender o significado da germanidade no sul do Brasil, quando associa a afirmação dessa identidade étnica a própria história de afirmação da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. Para o autor, a religião luterana, contrinuiu de forma decisiva, para a afirmação e difusão da identidade germânica, na medida em que a *religião e ascendência étnica* são compreendidas como categorias indissociáveis nas comunidades teuto-brasileiras.

Além disso, são fundamentais os estudos sobre etnicidade realizados por Poutgnat e Streiff-Fenart (1998), para quem a *etnicidade* não representa apenas a pertença étnica, mas antes de tudo, os *sentimentos* associados ao grupo que compartilha elementos simbólicos da cultura, como a língua, a religiosidade, a organização política e a dimensão territorial. Valendo-se do conceito de *ethnic boundary [fronteiras étnicas]* proposto por Barth, os autores discutem a noção das fronteiras étnicas, na medida em que a etnicidade pode ser compreendida através dos traços culturais – como é o caso dos teuto-brasileiros no sul do Brasil – e que permitem definir “[...] uma linha de demarcação entre os membros e os não-membros” (POUTGNAT e STREIFF-FENART, 1998, p.152), ainda que as mesmas sejam “[...] mais ou menos fluidas, moventes e permeáveis”. (Ibidem, p.154).

A preservação de elementos ligados à identidade étnica, à religiosidade, às línguas e outros tantos elementos culturais – *compreendidos como práticas, representações, crenças e lembranças produzidas em sociedade* – aparecem como estratégias de manutenção da memória, que procura se perpetuar, especialmente, na esfera regional, onde observamos um movimento cada vez mais crescente de busca pela visibilidade das expressões dos grupos que constituem as comunidades.

Atualmente é palavra de ordem falar sobre *patrimônio cultural*, no seu sentido mais usual, tangível (edificado, objeto) ou intangível (práticas, tradições, música, modos de ser, fazeres). Nesse contexto é que surge a questão da identidade étnica, enquanto um

fator de diferenciação e distinção da cultura local/regional. Nessa mesma perspectiva, aparecem as discussões sobre *etnia* e *gênero*, inscritas nas diferentes manifestações do patrimônio cultural teuto-sul-rio-grandense. Com isso, se tornou possível dar visibilidade ao papel desempenhado pela mulher de origem germânica, que até pouco tempo era praticamente invisibilizados, pelas narrativas construídas sobre a imigração alemã.

Para entender o porquê desse debate, é preciso buscar as motivações na história. É com o processo de Revolução Industrial que se tem a primeira associação da ideia de valor de *sensibilidade* associado com o patrimônio, ainda que tão somente em relação ao patrimônio edificado, materializado. Especialmente a partir da segunda metade do século XX emergem as discussões sobre as representações identitárias sobre a etnia, enquanto um elemento simbólico de produção e afirmação da identidade dos grupos sociais, que apresentam como elemento de ligação, sua origem étnica. Essa origem étnica não está pautada no princípio biológico, que nos remete ao conceito de *raça* – fenômeno de destaque nas discussões da Ciência do século XIX – mas sim a ideia de pertencimento e de coesão do grupo social em torno *da cultura e das tradições* compartilhadas.

Devemos compreender a etnia enquanto um conceito que remete a pensar o conjunto de manifestações culturais comuns, compartilhadas por um determinado grupo, e que apresenta características semelhantes, como a língua, os costumes e própria origem, que conferem sentido e significado àqueles que se percebem como semelhantes. A partir dessa concepção – que toma a *cultura* como ponto central – é que devemos pensar a identidade étnica enquanto um elemento da sensibilidade, sendo a identidade associada à origem comum e, portanto, articulada à dimensão antropológica – que remete a pensar nas características genotípicas (do gene) e fenotípicas (físicas) do grupo – ao mesmo tempo em que associa a identidade étnica à dimensão social e cultural, uma vez que a representação dessa identidade é produzida e

compartilhada através das gerações. Parte-se, então, do princípio de que a memória do grupo estabelece uma espécie de “linha reta” com o passado, buscando na ancestralidade à identidade do grupo.

É graças à aproximação entre a antropologia e a história, que as noções sobre raça/etnia [e gênero] têm se redesenhado e, procurado estabelecer um diálogo, cada vez mais amplo e, ao mesmo tempo complexo. Decorre daí diversas interpretações, que longe de concordarem, procuram perceber as diferenças e a dificuldade de estabelecer um conceito exato do termo. Nessa perspectiva, a germanidade – como expressão da identidade étnica – se torna uma espécie de laço identitário, que une os imigrantes e seus descendentes.

Com isso, a cultura está diretamente relacionada com a herança deixada pelos imigrantes alemães e que se manifesta através da germanidade (SEYFERTH, 2011). Através da ideia de *Heimat* (pátria-mãe), a comunidade expressa seu sentimento de pertencimento à cultura germânica e a própria pátria alemã. Suas manifestações culturais englobavam desde as danças, músicas, comidas típicas e também a fala da língua alemã.

Nesse sentido, podemos citar o caso dos italianos, dos poloneses, dos japoneses e também dos grupos até pouco tempo negligenciados pela historiografia, como os indígenas e africanos, cujas identidades étnicas não se resumem à uma única “nação” ou “continente”. A discussão sobre etnia – assim como a de gênero – se faz urgente na contemporaneidade, contribuindo para o debate sobre a complexidade e a heterogeneidade que constitui a cultura.

Essa dimensão cultural, que envolve a discussão sobre a etnicidade e a identidade de gênero [que pode ser pensada muito além da representação da mulher, mas também de outras identidades, como a dos gays, das lésbicas e de outras categorias, praticamente ausentes nos estudos sobre imigração no sul do Brasil] deve considerar, também, aquilo que Woodward (2014, p.22) afirma, quando se refere aos impactos provocados pela imigração no território de chegada.

Para a autora, “[...] a imigração produz *identidades plurais*, mas também *identidades contestadas*, em um processo que é caracterizado por grandes desigualdades”. Essa dinâmica social se revela nas representações produzidas pelo grupo – e que se manifesta em parte nos museus da imigração – através das quais percebemos a diferença entre a identidade herdada [trazida pelos imigrantes da Europa] e aquela sonhada, almejada pelo grupo imigrante, que reelabora sua identidade cultural. Nesse sentido, Woodward (2014, p. 40) acrescenta que “[...] as identidades são fabricadas por meio da demarcação da diferença”.

Tendo a etnicidade e o gênero como pontos de tensão da pesquisa, acreditamos ser fundamental pensar essa questão a partir da sua relação com a *representação*, uma vez que, segundo Silva (2014, p.91) “[...] a identidade e a diferença são estritamente dependentes da representação. É por meio da representação, assim compreendida, que a identidade e a diferença adquirem sentido”. Em nosso estudo, interessa compreender como se dá a representação da mulher, representada enquanto sujeito pertencente a um grupo étnico específico e à sua condição de gênero.

Analisando o processo migratório para o sul do Brasil, atentamos para aquilo que Zanini (2007) afirma sobre a dinâmica da área de imigração italiana no Rio Grande do Sul. Para ela, há uma clara preocupação com a construção de uma *identidade positiva* sobre a imigração e os imigrantes italianos, o que demonstra que a necessidade de construir imagens positivas sobre o grupo é um elemento que aparece em diferentes grupos étnicos, nos quais a ideia de valorização da identidade cultural é um instrumento de afirmação identitária. Esse mesmo processo descrito por Zanini pode ser observado na área de imigração alemã no Rio Grande do Sul, onde a imagem da imigração e dos imigrantes alemães são supervalorizados pelo próprio grupo, que produz uma “auto-representação” positiva, narrando seus feitos e realizações na nova terra.

Tendo as discussões sobre *etnicidade* e a *memória* como suportes para a compreensão do processo que envolve a produção dos lugares de memória da imigração alemã no Rio Grande do Sul, defendemos a hipótese de que os museus – através das narrativas visuais – reafirmam e legitimam os papéis sociais [especialmente privados e do espaço doméstico] atribuídos às mulheres imigrantes e suas descendentes.

Exemplos das manipulações e dos enquadramentos, sobre as mulheres, são materializados nas ambiências e nos objetos dos museus, que evidenciam “as profissões de mulheres” e que as consideravam como “boas para uma mulher” (PERROT, 2005, p.251). Nessa mesma linha de raciocínio, Perrot (2005, p.257) afirma ainda que “há, de fato, as próprias mulheres, suas aspirações e suas representações, particularmente difíceis de conhecer, pois o discurso ideológico recobre palavras, formata seu ser social e até mesmo suas memórias”. Essas imagens e representações são alvo da leitura crítica que pretendemos realizar.

Refletindo sobre a recriação dos lugares [considerados pelo senso comum] como “típicos” das funções femininas, Perrot (2011, p.131), refletindo sobre sua própria trajetória familiar, menciona que “Era na cozinha que minha avó [...] se sentia totalmente à vontade, dona da casa e das coisas”. Sobre outro lugar da casa, a autora acrescenta que “[...] o quarto seria por excelência o lugar das mulheres, seu tabernáculo. Tudo concorre para encerrá-las aí: a religião, a ordem doméstica, a moral, a decência, o pudor, mas também o imaginário erótico [...] (Ibidem, p. 131).

Com isso, tanto a cozinha quanto o quarto da casa [enquanto espaços privados da família] são definidos, como lugares preferencialmente femininos e, nos quais, a mulher exerce seu papel de “rainha do lar” e, ao mesmo tempo, desvinculada da vida pública. Afinal, acreditava-se que *à mulher cabia o espaço privado*, no qual desempenhava suas funções sociais de *mãe, esposa e dona de casa*.

As categorias de *etnia* e *gênero* assumem uma dimensão de destaque nesse processo, uma vez que os papéis atribuídos às

mulheres de origem germânica são representados de tal maneira que as ambiências dos museus materializam formas de pensar e representar as mulheres da zona de imigração alemã. A lembrança dos tempos da Colônia Alemã – que remonta ao século XIX – e dos primeiros imigrantes alemães serve de *suporte da memória*, para mostrar a prosperidade das comunidades de origem germânica.

Nesse contexto específico, o *trabalho da mulher* ganha visibilidade, na medida em que ela é representada como parte do processo que tornou possível o progresso da região colonial do Vale do Sinos, localizado na região nordeste do estado. O *museu* – compreendido como expressão do patrimônio – reúne e organiza *saberes, lugares e modos de fazer das mulheres teutas* e, que dão sentido à identidade do grupo teuto-sul-rio-grandense.

Todavia, devemos atentar para o fato de que os museus podem *espetacularizar* (LLOSA, 2013) o passado, através da expografia. As narrativas visuais (ambiências, objetos, etc.) sobre as mulheres e sobre a própria imigração alemã, operam na manipulação do imaginário, contribuindo para a redefinição dos traços identitários do grupo. Em relação a isso, é preciso observar, de forma bastante crítica a expografia dos museus, percebendo nas suas ambiências, possíveis equívocos ou formas exageradas de enaltecimento do grupo étnico, que ao mesmo tempo podem evidenciar o gênero masculino em detrimento do feminino.

Cruz Paiva (2015, p.212), estudioso dos museus de imigração em São Paulo nos mostra que “[...] o patrimônio da imigração é composto por um amplo espectro de manifestações culturais das quais fazem parte os museus, as paisagens culturais, as festas e as expressões linguísticas [...]”, sendo possível, através da leitura crítica dessas manifestações compreender a dinâmica dos processos que constituem a produção da memória da imigração. Nesse mesmo contexto é que se inserem os museus de imigração do Rio Grande do Sul, que devem ser compreendidos como parte das manifestações do grupo étnico [de origem germânica], que

busca representar – *em um lugar de memória* – uma [ou mais] narrativa(s) sobre o passado.

Ainda, de acordo com Cruz Paiva (2015, p.232) “a “grande imigração” demarcou de maneira profunda o ideário sobre a imigração no Brasil”. Para ele a necessidade de se criar *lugares de memória da imigração*, decorre em grande parte, da proliferação dos estudos sobre a imigração europeia no Brasil, que em grande parte tiveram um cunho memorialístico [que no Rio Grande do Sul, foi bastante expressivo, até a década de 1980], e que acabou servindo de base para a criação dos museus de imigração. Esses, por sua vez, revelam formas de sentir e pensar o lugar das mulheres na história da imigração alemã.

Cruz Paiva (2015, p.232) acrescenta que, no caso de São Paulo, a produção de uma vasta historiografia e “[...] a musealização da imigração a partir dos anos 1980 revelam as necessidades de inscrever no presente representações sobre a “grande imigração””. O autor conclui que tanto a historiografia quanto o museu “[...] apresentam construções discursivas próprias e [...] expressam uma das várias formas do patrimônio da imigração.” Acreditamos que o mesmo processo ocorreu no Rio Grande do Sul, com o caso da imigração alemã, no qual percebe-se uma clara intenção de materializar, através do patrimônio cultural, a imagem que se pretendia instituir sobre os imigrantes e *sobre suas mulheres*.

O cenário de constituição dos registros de memória, se vale da cultura material da comunidade [leia-se mobiliário, objetos, pertences pessoais, etc.] na qual as ambiências do museu registram lembranças do grupo, que compartilha imagens produzidas sobre as mulheres, através dos seus *saberes* [crenças e tradições], dos seus *afazeres* [práticas cotidianas, como cuidar da casa] e dos seus *sabores* [culinária]. As diferentes produções, consideradas “próprias do fazer feminino” são evidenciadas na expografia, que passa a contar “uma história” das mulheres teuto-brasileiras.

Nessa perspectiva, atentamos para o estudo realizado por Pedro (1998) que nos ajuda a refletir sobre os *papéis normativos*, impostos às mulheres e sobre os espaços sociais pré-definidos para elas. Para a historiadora, existe uma questão fundamental a ser considerada no estudo sobre as mulheres, que nos remete a pensar a categoria de gênero relacionada com sua condição de “classe” ou de grupo. De acordo com sua inserção no meio social, a mulher [nesse caso as de origem germânica] é representada a partir dos valores masculinos, que definem os seus papéis sociais.

O estudo realizado por Friedrich (2013) mostra como a gastronomia é um elemento importante da cultura teuto-brasileira. De acordo com sua pesquisa, o preparo de alimentos – compreendido pelo senso comum como um saber um afazer das mulheres – revela traços da cultura e da etnicidade. Tendo como recorte espacial a Colônia Alemã de Santo Ângelo (RS), a autora discute como a manipulação da comida por parte dos imigrantes alemães, constituiu-se num elemento de identidade cultural, na medida em que os imigrantes alemães e seus descendentes foram responsáveis pela produção de uma nova gastronomia no sul do Brasil, adaptando saberes trazidos da Europa com novas matérias-primas – até então desconhecidas – encontradas no novo continente. Daí o papel importante da mulher, enquanto um agente de transformação e ressignificação da cultura, através da manipulação e preparo de receitas que acabaram resultando numa gastronomia teuto-brasileira.

As produções culturais manifestam saberes e afazeres das mulheres de origem germânica e são considerados [popularmente na região] como “coisas de mulher”. Os *Wandschoner*, como são conhecidos os panos de parede no dialeto *Hunsrück* – língua ainda presente nas comunidades germânicas do sul do Brasil e praticada no cotidiano das comunidades teutas – aparecem na expografia de diversos museus da imigração alemã no sul do Brasil, revelando parte da sensibilidade da mulher de origem germânica no sul do Brasil.

A bordadura dos dizeres na língua dos imigrantes revela, ainda, diferentes aspectos da vida cotidiana da Colônia Alemã, como o trabalho, a família e a religiosidade – católica e protestante – que distinguiu e até mesmo causou cisões entre as famílias de origem germânica. O bordado em panos de parede ainda é praticado na região do Vale dos Sinos e reúne, no município de Ivoti, um grupo que constitui o projeto educativo-social “Tecendo Memórias”, estudado de forma mais aprofundada por Brum (2013) em sua tese de doutorado.

A cozinha e o quarto são os espaços de maior visibilidade no museu, ocupando a maior parte do espaço físico, ao mesmo tempo em que concentram o maior número de objetos em exposição. O cuidado com os detalhes destes ambientes procura evidenciar o trabalho das mulheres, colocando-as na condição de “rainhas do lar”. Enquanto que o espaço público era dominado pelos homens, o lar – *Zuhause*, em alemão – era o espaço dedicado à esposa, mãe e dona de casa – *Ehefrau, Mutter und Hausfrau* – em alemão.

É na reprodução da casa do imigrante que as “coisas de mulher” ganham visibilidade no museu, sendo seus utensílios do cotidiano explorados de forma ampla e diversa, buscando rememorar as práticas sociais das mulheres na esfera privada do lar. Nessas ambiências é que os conceitos de gênero e etnia podem ser empregados com maior ênfase na leitura dos lugares de memória.

A expografia do museu permite, também, observar mais um aspecto mencionado por Del Priori (2014, p.20), quando se refere ao espaço privado da casa e, de forma mais particular, ao quarto do casal. Para a autora “[...] tanto a Igreja quanto o Estado reclamavam a necessidade de o “amor” do casal estar vinculado à sexualidade e à procriação”, uma vez que dele “dependia a saúde dos filhos, a moralidade da família e, sobretudo, o progresso populacional da nação”.

Condutas não enquadradas nos padrões da *heteronormatividade* [preceito que determina que todos os indivíduos devem organizar suas vidas a partir da noção de

heterossexualidade (NOGUEIRA; COLLING, 2015, p.356)] eram severamente punidas e perseguidas pela Igreja e pelos grupos mais conservadores da sociedade. Esses mesmos padrões de comportamento estão presentes nas representações construídas sobre a família e mais ainda, sobre a mulher, nas ambiências dos museus de imigração alemã, onde prevalece a imagem da mulher teuto-brasileira casada, mãe e dona de casa. Padrões de rigidez e moralidade eram associados às mulheres de origem germânica.

Exemplo dessa “tradição” é o caso da professora alemã Ina Von Binzen, que na segunda metade do século XIX, desempenhou papel fundamental na educação dos filhos dos ricos fazendeiros de café no Vale do Paraíba. Além disso, os colégios confessionais, de forte vinculação étnica, exerceram papel preponderante na formação das moças na área de colonização alemã no Vale do Sinos. Outro exemplo conhecido é o *Evangelische Stifft*, de Hamburgo Velho [atual município de Novo Hamburgo], que funcionou até meados do século XX como um colégio interno luterano [ligado à IECLB] e era destinado à formação das “moças das melhores famílias”. No educandário as moças aprendiam lições sobre o cuidado da casa, regras de etiqueta social e a língua alemã, como elementos formadores de futuras damas da sociedade teuto-brasileira.

O espaço privado [e doméstico] da casa tem sua representação associada à presença da mulher, que além do cuidado com a família, cuidava da casa – revelando, através das peculiaridades do lugar, os *usos e costumes* da germanidade. A cozinha, a sala e o quarto do casal, reproduzem, nesse contexto, formas de pensar e sentir da comunidade.

Como mostra Elias (1994), o *processo civilizador* procurou disciplinar a casa e os modos de comportamento praticados na casa, que se constitui como um espaço importante da vida privada – e no qual a mulher desempenhava um papel fundamental no ato de disciplinar as ações e os comportamentos. A cozinha, a sala, o quarto e os demais espaços que constituíam “o lar” deveriam ser normatizados pela ideia de civilidade, ordem e disciplinamento. Os

costumes, representados através dos objetos e das manifestações culturais expressas materialmente no museu procuram reafirmar essa visão de mundo, pautada pelos costumes herdados dos imigrantes.

Percorrendo novas trajetórias: lugares e personagens [malditos] da imigração

Num segundo momento, direcionamos nossa discussão para outros personagens e lugares de memória da imigração, através dos quais as mulheres aparecem de forma diversa daquela projetada pelos museus. Trata-se de personagens e lugares “invisibilizados” até pouco tempo, como lideranças e espaços de práticas consideradas ofensivas à *moral e aos bons costumes*. Neles, as mulheres aparecem associadas ao *desregramento social, distanciamento da vida religiosa* e, principalmente a *ausência do modelo de família tradicional*, constituída pelo homem [o patriarca], sua esposa e seus filhos.

Exemplo disso, são os lugares associados à prática da prostituição [conhecidos como zonas do meretrício, ou simplesmente apelidados de “zona” na área de imigração alemã do Rio Grande do Sul] fazem refletir sobre as representações construídas e difundidas ao longo do tempo sobre esta verdadeira “geografia do prazer” (SILVA, 2010, p.49).

Refletir sobre os meretrícios [enquanto espaços sociais, dotados de um significado singular no tempo e no espaço das cidades] requer uma compreensão mais aprofundada sobre o processo histórico que constitui a formação desses “lugares de memória” da cidade, bem como, sobre os mecanismos presentes na produção das representações sobre esses lugares e sobre as mulheres que lá desempenhavam suas funções. Afinal, esses lugares e suas moradoras, foram considerados até pouco tempo, exclusivamente como “lugares malditos” da cidade e,

invisibilizados pela historiografia sobre a imigração alemã, como se eles nunca tivessem, de fato, existido.

A constituição das zonas de meretrício tem sido abordada por diferentes autores como um fenômeno próprio da cidade, no qual pessoas prestam serviços sexuais aos seus clientes, em troca de pagamento. A história desses espaços sociais esteve, até pouco tempo, associada apenas às periferias urbanas, onde a prostituição era diretamente relacionada às práticas de desregramento social e degradação moral. Portanto, não deveria fazer parte da história da imigração, uma vez que a imagem dos lugares e das próprias mulheres deveria estar – exclusivamente – associados aos padrões de bom comportamento social, que por sua vez, serviam de mecanismo de exaltação dos valores étnicos do grupo teuto.

A historiadora Joana Maria Pedro afirma que a história da prostituição – e por consequência os lugares onde a prostituição é praticada, como a zona do meretrício – deve ser entendida como um importante problema de pesquisa da história do tempo presente – e não apenas como a mais antiga das profissões – mas sim repleta de polêmicas e alvos de paixões (PEDRO, 2010, p.13).

Ainda de acordo com a autora, a leitura equivocada, pode resultar em simplificações exageradas da dinâmica que constitui a complexidade da produção do meretrício. Lugar de destaque na zona do meretrício é, sem dúvida, o bordel [onde muitas jovens de origem germânica acabavam se tornando profissionais do sexo] que se apresenta como um espaço privado, onde se realizavam as festas e se satisfaziam fantasias e desejos do público majoritariamente masculino, e que eram condenadas pela sociedade, através dos seus códigos de postura e pela moral.

Para melhor compreender esses “lugares malditos da imigração” nos valem do pensamento de May Del Priore (2011, p,84) que afirma que o bordel era o espaço onde era possível *quebrar com os preceitos morais*, que moldavam a sociedade e ao mesmo tempo, permitiam o deboche como espetáculo e o prazer, como efêmero e pago. As casas de prostituição, localizadas em

diferentes lugares da área de imigração alemã no Rio Grande do Sul, permitem pensar ainda, numa espécie de teatro, onde a transgressão protegida e controlada se tornava um espetáculo. Exemplo explícito disso é a [amplamente conhecida pelos moradores da região] zona do meretrício do município de Taquara – na região do Vale dos Sinos – onde havia pelo menos uma dezena de casas de prostituição, que recebiam diversas jovens do espaço rural e urbano das redondezas.

Dentro do meretrício, havia ainda, uma hierarquia, que aponta para diferentes posições hierárquicas, que classificavam as casas e as prestadoras dos serviços sexuais. Neste sentido, categorias como a *condição social* e a *identidade étnica*, serviam para definir o público frequentador e até mesmo a seleção das moças contratadas para trabalhar. Outro aspecto que deve ser mencionado na caracterização dos meretrícios é aquele que aponta a prostituição, os bordéis e o conjunto que constitui os entornos do meretrício, enquanto representação da sexualidade como uma “força animal que ameaçava transbordar os limites estabelecidos pelas regras da civilização” (RAGO, 2008, p.133).

Neste espaço, a figura da mulher, fosse ela de origem germânica ou não, era vista na cena urbana como um elemento indesejável, seja pela sua condição de prostituta ou pelas roupas consideradas impróprias. Dessa forma, a sexualidade feminina causava medo, mas ao mesmo tempo forte atração. A zona, os bordéis e, principalmente a prostituta, eram utilizadas como exemplo a não ser seguido pelas famílias teuto-sul-rio-grandenses e, principalmente, como exemplo a não ser seguido pelas moças de origem germânica, que ostentavam sobrenomes e até mesmo brasões alemães, que apontavam para sua possível origem nobre na Europa.

Nesse mesmo contexto, que analisa os diferentes exemplos de mulheres que não deveriam ser seguidos, no âmbito da área de imigração alemã no Rio Grande do Sul, temos, talvez, a mais significativa personagem do gênero feminino, que é Jacobina

Mentz Maurer, conhecida como a mulher que liderou os Mucker (1868-1874), no morro Ferrabraz. Em relação a ela, sabe-se que nasceu em data desconhecida do mês de junho de 1842, na localidade de Hamburgo Velho, atual município de Novo Hamburgo – RS. Era filha do casal de imigrantes alemães, André Mentz e Maria Elisabeth Muller, que, além de Jacobina, possuíam mais 7 filhos. Jacobina foi confirmada em 04 de abril de 1854 na Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil de Hamburgo Velho, onde viria a se casar com João Jorge Maurer. Foi assassinada em 02 de agosto de 1874, quando foi descoberta, pelas forças oficiais, em seu esconderijo na mata fechada, ao pé do morro Ferrabraz, atual município de Sapiranga (RS).

Dickie, através de uma longa análise da documentação, que se constitui principalmente de Autos do Inquérito, Registros de Terras, Correspondências e Relatórios Provinciais, levanta novas questões e propõe outras explicações para o conflito. Caracterizando-o como um movimento sócio religioso, Dickie ressalta que ele se deu em uma área de *identidade étnica homogênea*, isto é, composta de habitantes de uma mesma etnia, e provenientes da mesma “pátria-mãe”, a Alemanha.

Segundo sua análise, a maioria dos colonos alemães, ou seus descendentes, tinha como objetivo desqualificar o grupo Mucker, e principalmente a figura [feminina] de sua líder. Para tanto, atribui-lhes uma *origem não germânica*. Isso os levava a reforçarem que o *verdadeiro alemão* era pacífico, ordeiro e trabalhador, cumpridor das leis e das suas obrigações e que essas qualidades não poderiam ser encontradas entre os Mucker do Ferrabraz. Essas mesmas características, valiam, naturalmente para as mulheres de origem germânica.

O conflito Mucker – e principalmente sua líder Jacobina – suscita, na atualidade discussões em diversas áreas do conhecimento, dada a complexidade de sua natureza e de seus desdobramentos. Buscando compreender as imagens e representações criadas e difundidas sobre a mulher que liderou os

Mucker, nos valem os escritos produzidos por três autores, que em nossa visão, foram os principais responsáveis pela construção do imaginário sobre a líder Jacobina, ainda no final do século XIX. Nesse caso, nos referimos às narrativas do intelectual *Karl Von Koseritz*, do militar *Francisco de Santiago Dantas* e do jesuíta alemão *Ambrósio Schupp*.

Através dos seus registros, encontramos narrativas que nos permitem melhor entender como Jacobina teve sua imagem associada ao *fanatismo religioso* e ao *desregramento moral*. Esses dois elementos, conforme veremos serão amplamente difundidos para se criar uma representação negativa, que associa religiosidade e práticas pseudocientíficas – na promessa de *cura de doenças da alma e do corpo*.

A imagem de Jacobina como fanática, ocorreu especialmente por não ser considerada portadora e defensora da cultura dos imigrantes – o *Deutschtum* (germanidade) trazida pelos imigrantes alemães. Exemplo dessa prerrogativa aparece nas publicações do *Deutsche Zeitung*, nas quais Karl Von Koseritz procura desqualificar os Mucker e sua líder, apresentando-os como *não alemães*.

Na publicação do artigo *A Fraude Mucker na Colônia Alemã. Uma Contribuição para a história da cultura da germanidade daqui*, de 1875, encontramos a primeira imagem idealizada de Jacobina. Publicado por Carlos Von Koseritz em seu *Koseritz Kalender*, o artigo procurava alertar as pessoas para os fatos que ocorriam, consistindo num “ato de denúncia” em relação ao grupo que se organizava no Ferrabraz, sob a liderança de uma mulher.

Apresentando os Mucker como fanáticos religiosos e avessos a ciência, Koseritz afirma que esses não praticavam a *verdadeira germanidade*. No entanto, o alvo preferido por Koseritz foi Jacobina, que para ele representava a *demência religiosa, devido à indigestão crônica de passagens bíblicas*. Para Koseritz, Jacobina era a responsável pelos acontecimentos que assolavam a colônia, descrita como “Uma mulherzinha doida, histérica como Jacobina Maurer teria sido simplesmente ridicularizada, sem jamais

encontrar adeptos que se deixassem inflamar a tais atos macabros” (VON KOSERITZ, s/d, p.05).

A desqualificação de Jacobina no texto de Koseritz fica bem evidente no emprego do diminutivo *mulherzinha*. Jacobina é descrita como uma desajustada socialmente e responsável por *atos macabros*. O autor completa sua ideia afirmando que “Todas as mulheres da família Mentz eram mais ou menos levadas ao excesso e propensas ao entusiasmo religioso [...] e exercícios religiosos permanentes – uma espécie de epidemia de reza – as forçavam a permanecer, por horas, ajoelhadas (Ibidem, p.06). Interessante observar que, ao colocá-la inserida no seio de uma família, suas características psicológicas foram atribuídas a uma certa tradição das mulheres Mentz.

Transgressões de gênero: novos desafios para os estudos sobre imigração

Em visita ao Brasil em 2017, a filósofa estadunidense Judith Butler – uma das mais importantes pesquisadoras sobre as relações de gênero – foi alvo de xingamentos e agressões verbais no Aeroporto de Congonhas. As agressões partiram de um grupo, que se afirmava, em defesa da moral cristã e da família tradicional. O ataque à pesquisadora, em nosso entendimento, faz parte de um movimento que procura interferir [e até mesmo impedir] o avanço dos estudos que buscam aprofundar o debate e a compreensão sobre as identidades e as relações de gênero. Romper com afirmações como “ideologia de gênero” e “doutrinação de gênero” são, sem dúvida questões urgentes para se pensar os retrocessos, que pretendem silenciar as vozes sobre a diversidade de gênero.

Aproximando o debate proposto por Butler (2017) das possibilidades de pesquisa sobre o processo (i)migratório no Rio Grande do Sul, acreditamos ser fundamental inserir a categoria de gênero como uma possibilidade, cada vez mais necessária. Com isso se pode pensar os movimentos migratórios e seus

desdobramentos, sob novas perspectivas, que desconstroem a ideia de homogeneidade dos grupos humanos em trânsito.

Analisar a história dos movimentos migratórios históricos e contemporâneos à luz de novas categorias é, contribuir para o debate sobre a heterogeneidade dos grupos sociais, que apresentam diferenças sensíveis em suas identidades de gênero. A partir dessa premissa torna-se possível romper com a dualidade *masculino x feminino*, percebendo o gênero não apenas como uma construção biológica, mas acima de tudo social e cultural.

Novas identidades de gênero, como gays, lésbicas, travestis, transexuais, transgêneros e outras diversas identidades fazem parte do vocabulário contemporâneo, que demonstra a complexidade inscrita nessas representações identitárias. Exemplo disso, é o que já ocorre nos em Nova Iorque (EUA), onde a Comissão de Direitos Humanos reconheceu a *multiplicidade* de 31 diferentes identidades de gênero. Termos como *Drag-King* [artista, em geral do sexo feminino, que se traveste com estereótipos masculinos], *Gender Bender* [mulher ou homem que se veste com roupas associadas ao sexo oposto, independentemente de suas preferências sexuais] e *MTF* [transgêneros do sexo masculino, que se identifica com o sexo feminino e que recorreu às cirurgias de adequação de sexo] são exemplos da complexidade que envolve as novas configurações de gênero.

Mas daí pensar as configurações de gênero [para além do masculino e feminino], no âmbito dos estudos sobre imigração no Rio Grande do Sul, requer um longo caminho a ser trilhado. Isso se justifica em razão da ausência de trabalhos que tenham problematizado essas questões no contexto dos movimentos migratórios, que os consideraram até pouco tempo como majoritariamente masculinos. Na expressiva maioria dos estudos, o papel do homem é colocado em evidência e em outros, mais recentes, mas ainda pouco numerosos, o papel da mulher é colocado em evidência.

Entretanto, quando nos aproximamos das discussões sobre as novas identidades de gênero, desconhecemos trabalhos de pesquisa na área de história, que contemplem tal problemática. Dessa forma, cabe questionar: *seria a ausência de fontes, a dificuldade de ac-essar testemunhos orais, o silenciamento das fontes escritas ou as dificuldades de se reconhecer [na academia] que temas como o das relações de gênero devem ser compreendidos como problemas de pesquisa?*

Butler (2017, p.31 [grifos do autor]) afirma que [...] “o gênero pode ser compreendido como um significado assumido por um corpo (já) diferenciado sexualmente; contudo, mesmo assim esse significado só existe *em relação* a outro significado oposto”. O pensamento da autora, ajuda a pensar nas possibilidades de investigação sobre os *problemas de gênero*, nos estudos sobre os movimentos migratórios [históricos e contemporâneos]. Permitindo, assim, produzir novos significados sobre os papéis assumidos no tempo, por diferentes grupos sociais, cujas identidades não se enquadram nos *modelos heteronormativos*, nos quais a *historiografia tradicional da imigração* se inscreveu durante muito tempo.

Se considerarmos que o corpo é [...] “um meio passivo sobre o qual se inscrevem significados culturais, ou então como o instrumento pelo qual uma vontade de apropriação ou interpretação determina o significado cultural” (BUTLER, p.29-30) podemos pensar o gênero como um elemento que produz significados e interfere – diretamente – nas relações sociais dos grupos humanos. Pensar que essas diferenças nunca existiram no contexto dos processos migratórios é negligenciar a natureza humana e sua própria condição.

Algumas iniciativas mais recentes apontam para esse debate. Um desses exemplos pode ser visto na produção cinematográfica *Wallachai* (2011), de Rejane Zilles. Na obra, que mostra personagens e cenas reais do cotidiano de uma localidade teuto-sul-rio-grandense do interior do Rio Grande do Sul, a autora

procurou dar visibilidade ao papel assumido pelas mulheres no cotidiano da comunidade. Ao mesmo tempo [e ainda que de forma muito sensível] aponta possibilidades de leitura sobre a diversidade de gênero na comunidade de origem germânica, apresentando retratos de pessoas, cujas identidades de gênero possam ser melhor discutidas e compreendidas, à luz das novas questões e problemas de gênero.

Essas questões, possam parecer, num primeiro momento, um tanto inconvenientes, mas são, sem dúvida necessárias, para aprofundar o debate sobre o lugar que o gênero ocupa na dinâmica de (re)produção de modelos e comportamentos, instituídos nas áreas de imigração, desde a chegada dos primeiros colonizadores. Identificar e analisar tais questões, devem ser entendidas, como ferramentas que permitem dar visibilidade e reconhecimento à diversidade [de gênero] presente dentro desses grupos, ao mesmo tempo, em que permitem desconstruir estigmas e preconceitos, muitas vezes transmitidos ao longo de gerações.

Considerações [não] finais

Aproximar categorias como *imigração*, *etnia* e *gênero*, parece num primeiro momento, uma tarefa intransponível, dada a [aparente] escassez de fontes. Nesse estudo, percorremos alguns caminhos possíveis, aproximando essas categorias, mas tendo as questões de gênero como ponto de tensão. Como nos ensina Butler (2017), os *problemas de gênero* sempre fizeram parte da sociedade, mas durante muito tempo foram negligenciados ou simplesmente transformados em tabu, em temas cujo significado se associava à práticas demoníacas e incivilizadas.

A historiografia sobre a imigração tem como desafio, percorrer novas fontes e abordagens, que permitam complexificar a compreensão da dinâmica social das comunidades fundadas pelos imigrantes, nas quais a identidade étnica é um elemento que dá significado e sentido ao grupo, no tempo. Trazer a discussão do

processo migratório, para o debate contemporâneo sobre as identidades de gênero, pode contribuir, decisivamente, para a difusão de novos conhecimentos sobre os diferentes grupos étnicos e suas semelhanças e singularidades.

Referências

- ALMEIDA, M.R.C. de. História e antropologia. In: CARDOSO, C.F; VAINFAS, R. (orgs.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p.151-168.
- BACZKO, Branislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*(Anthropos-Homem). Portugal: Imprensa nacional/Casa da Moeda, s/d. v.5. p. 309-310.
- BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: EDUSC, 2004.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Feminismo e subversão da identidade. 13 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2013.
- CANDAU, Jöel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia*. A história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. 3 ed. São Paulo: Unesp, 2006.
- DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.
- DEL PRIORI, Mary. *Histórias e conversas de mulher: amor, sexo, casamento e trabalho em mais de 200 anos de história*. 2 ed. São Paulo: Planeta, 2014.
- DICKIE, Maria Amélia Schmidt. *Afetos e Circunstâncias*. Um Estudo Sobre os Mucker e Seu Tempo. 52of. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, USP, 1996.

- DREHER, Martin. N. *Igreja e germanidade*. Estudo crítico da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. São Leopoldo: Editora Sinodal; Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1994. 2v.
- FÁVERI, Marlene de; SILVA, Janine G. da; PEDRO, Joana M. (orgs). *Prostituição em áreas urbanas: histórias do tempo presente*. Florianópolis: EDUSC, 2010.
- FRIEDRICH, Fabiana H. *Gastronomia e imigração alemã na região central do Rio Grande do Sul*: Colônia de Santo Ângelo (segunda metade do século XIX). 2013. 152f. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade federal de Santa Maria, UFSM, Santa Maria, 2013.
- GEVEHR, Daniel Luciano. *Pelos Caminhos de Jacobina: memórias e sentimentos (res) significados*. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2015.
- GEVEHR, Daniel Luciano. “Essas mulheres da zona só causam problemas”: representações de um meretrício em terras de alemães no sul do Brasil (Taquara - RS). *Cadernos do Tempo Presente*.n.09. pp. 01-10, 2012.
- GONÇALVES, José. Os museus e a cidade. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (org). *Memória e Patrimônio*. Ensaios Contemporâneos. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 171-186.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.
- HOBSBAWN, Eric. “Introdução: a invenção das tradições” in: HOBSBAWN, Eric & RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*.5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. p. 09-23.
- JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (org.) *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.
- Le GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.
- MENESES, Ulpiano. T. B. de. A Exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, Betânia G.; VIDAL, Diana G. *Museus*. Dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna. 2 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. p.15-88.

- MENESES, Jose. N. C. *História e Turismo Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- NOGUEIRA, Gilmaro; COLLING, Leandro. Homofobia, heterossexismo, heterossexualidade compulsória, heteronormatividade. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro A. (orgs). *Dicionário crítico de gênero*. Dourados: Ed. da UFGD, 2015. p.353-358.
- NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto história*. São Paulo, n. 10, dez. 1993. [Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História PUCSP].
- PAIVA, Odair da Cruz. Imigração, patrimônio cultural e turismo no Brasil. An. mus. paul., São Paulo, v.23, n.2, p. 211-237, dez. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So101-47142015000200211&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 28 mar. 2017.
- PEDRO, Joana M. Vender o corpo, vender o sexo - serviços sexuais e trabalhadoras/es do sexo: uma apresentação. In: FÁVERI, Marlene de; SILVA, Janine G. da; PEDRO, Joana M. (orgs). *Prostituição em áreas urbanas: histórias do tempo presente*. Florianópolis: EDUSC, 2010. p.11-16.
- PEDRO, Joana M. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. 2ª ed. Florianópolis: UFSC, 1998.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru. São Paulo: EDUSC, 2005.
- PERROT, Michelle. *A história dos quartos*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- PINSKY, Carla B. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (orgs). *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. p.469-512.
- POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.
- POULOT, Dominique. *Museu e Museologia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

- POUTIGNAT, Philippe; STREITFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Frederik Barth*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- SEYFERTH, Giralda. A dimensão cultural da imigração. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 26, n. 77. p. 47-62, 2011.
- SILVA, Janine G. da. Casas, esquinas e ruas “do pecado”: lugares de prostituição, memórias sobre um “discurso caminhante”. In: FÁVERI, Marlene de; SILVA, Janine G. da; PEDRO, Joana M. (orgs). *Prostituição em áreas urbanas: histórias do tempo presente*. Florianópolis: EDUSC, 2010. p.45-62.
- SILVA, Tomaz T. da. A produção social da identidade e a da diferença. In: SILVA, Tomaz T. da (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73-102.
- THOMPSON, Eduard. P. *Costumes em comum*. Estudos sobre cultura popular e tradicional. São Paulo: Cia. Das Letras, 2013.
- VON KOSERITZ, Carlos. A Fraude Mucker na Colônia Alemã. Uma contribuição para a história da cultura da germanidade daqui. *Koseritz Kalender*. (Tradução de Martin Norberto Dreher).
- WOODWAR, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz T. da (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 07-72.
- ZANINI, Maria C. C. Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 13, n.2, p. 521-547, Out. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132007000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em 28 mar. 2017.

Patrimonialização de memórias da imigração e a construção da consciência histórica no ensino de história regional

Cristiano Nicolini

Jörn Rüsen (2012) aponta desafios que o ensino de História vem enfrentando e como podem levar à formação de uma consciência histórica e a uma visão humanista da realidade. O primeiro desafio são as incertezas e indefinições que se dão acerca das identidades nacionais, antes coesas e unificadas, mas hoje confrontadas com multiplicidades étnicas e sub e trans-identidades resultantes das migrações. A segunda questão desafiadora é aquela relacionada à busca de *uma identidade* em meio a esta multiplicidade de *identidades*. Afinal, quem somos em meio a estas novas identificações que caracterizam a contemporaneidade? O terceiro desafio diz respeito aos ataques à racionalidade ocidental, tirando a sustentação e a estabilidade de antigas concepções e verdades que são contestadas por estudos pós-coloniais e pós-modernos. O quarto desafio reside no novo trato com a natureza: uma relação que se redesenha e envolve as múltiplas identidades frente aos problemas ambientais, bem como as suas possíveis soluções, que agora despertam também uma reconfiguração da História em relação ao meio natural.

A partir desta reflexão, pretende-se analisar, neste texto, a influência dos processos de patrimonialização de memórias da

imigração na construção da consciência histórica dos estudantes através do ensino de História Regional, em diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul¹. A intenção é identificar como as representações identitárias dos municípios dialogam com as narrativas sobre a regionalidade, e como estas relações acabam interferindo no ensino e na aprendizagem históricas pelas crianças que frequentam as salas de aula dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental², principalmente, mas também dos anos subsequentes da educação escolar.

Ensino de História e as diferentes narrativas

Ao longo da trajetória escolar, professores e estudantes acessam variados portadores de discursos que influenciam na elaboração das narrativas escolares acerca do passado da região e do município. São materiais produzidos por diferentes segmentos da sociedade, desde obras de caráter memorialista até panfletarias que visam divulgar o turismo, a história e as potencialidades locais e regionais. A sala de aula, neste sentido, representa um espaço em que as diferentes narrativas se encontram e, teoricamente, são confrontadas com a produção historiográfica acadêmica.

Os processos de patrimonialização de memórias nas regiões que pautam a sua identidade nas narrativas sobre a imigração europeia, principalmente aqueles desencadeados a partir do século XIX, estão pautados por um projeto que iniciou nos anos 80 e 90

¹ Conforme Herédia (2001, p.1): “A colonização no Rio Grande do Sul foi feita essencialmente por açorianos, alemães e italianos. Segundo o despacho do Conselho Ultramarino de Portugal, em 22 de junho de 1729, a colonização efetuou-se com colônias de origem açoriana, completando-se com casais estrangeiros, desde que não fossem de origem inglesa, holandesa e castelhana. D. João VI e D. Pedro I, na fase da colonização alemã e mais tarde D. Pedro II, na fase da colonização italiana, não criaram objeções, facilitando essa iniciativa. [...]”

²Geralmente, a história do município e da região consta nos planos de estudos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, variando as abordagens de acordo com especificidades locais e regionais. No entanto, há programas que incluem estes estudos nos Anos Finais do Ensino Fundamental ou até mesmo no Ensino Médio, como conteúdos básicos ou transdisciplinares.

do século XX³. Neste período, o “resgate da memória” da imigração se deu a partir de encontros regionais envolvendo diferentes segmentos sociais, destacando-se neste conjunto a atuação dos memorialistas. Pierre Nora (1993) denominou “boom da memória” este fenômeno em que as lembranças são trazidas à tona para reivindicar determinadas memórias esquecidas pela história.

Estes movimentos organizados para discutir a memória regional foram pautados pelos discursos destes memorialistas, baseados em estudos de genealogias, pesquisas autônomas e com pouca ou nenhuma vinculação acadêmica. Concomitantemente, estas discussões foram dialogando com a formatação de roteiros de turismo, com a edificação de espaços de memória e de monumentos, incorporando também manifestações que já ocorriam nas diferentes regiões do estado, como festivais gastronômicos, festas municipais e outras iniciativas. Este processo passou a se refletir no ensino de História, quando as escolas de diferentes redes incorporaram tais narrativas antes pouco evidenciadas nos programas de História do Rio Grande do Sul.

A leitura de materiais destinados a narrar a história da imigração nos municípios e regiões do Rio Grande do Sul revelam estes processos de patrimonialização de memórias, cujo conteúdo enaltece a identidade étnica correspondente ao respectivo território. Assim como no Brasil havia a ideia de preservação do patrimônio como valorização do sentimento nacional sem considerar os conflitos sociais, também nestas regiões tendeu-se a patrimonializar, inventariar lugares e edificar espaços artificializados, selecionando memórias e invisibilizando narrativas, sujeitos, lugares. A escravidão, as narrativas indígenas, os conflitos, a disputa pela posse da terra, as diferenças políticas e outros temas são lançados, frequentemente, ao esquecimento.

³Weber (2006) lembra que foi na década de 1980 que a ideia de patrimônio se ampliou para além de monumentos de caráter nacional, abrangendo também os chamados legados da colonização no Rio Grande do Sul. Este processo reflete o chamado “boom da memória”, associado ao desenvolvimento de projetos identitários associados às regionalidades.

Ocorre uma romantização de um passado pautado pela identidade selecionada – teuto, italiana, polonesa, açoriana, dentre outras -, cujas narrativas colaboraram para a glorificação do passado para justificar o presente.

(...) o modelo positivista de interpretar a história ficou caracterizado pela forma romântica a favor do Estado, com seus heróis, batalhas e grupos sociais hegemônicos. Sendo assim, os bens patrimonializados refletiam uma clara exclusão de parte dos grupos sociais - os negros, índios e pobres de uma forma geral. (Reflexões sobre o conceito de patrimônio e processos de patrimonialização. Relato por Robson Rodrigues, Dulcelaine L. Nishikawa Lopes, Maria Laura Scarpa e Sara Daiane Herter - pesquisadores do grupo de estudos arqueológicos GEA/CEIMAM/ARAPORÃ. Disponível em: <http://www.forumpermanente.org>. Acesso em: 25 mar. 2017).

Assim ocorre nos anos iniciais do Ensino Fundamental dos municípios da região do Vale do Taquari⁴, por exemplo, em cuja etapa da aprendizagem os estudantes têm contato com as primeiras noções sobre a História Regional. Nestes estudos acerca da formação histórica do município onde vivem, juntamente com o desenvolvimento de noções geográficas sobre a região, são disponibilizadas aos estudantes possibilidades de construção acerca do passado. Nestes estudos, eles sistematizam as primeiras noções sobre o espaço em que vivem, bem como sobre o sentido do passado e as suas relações com o presente.

Os manuais analisados apresentam diversas semelhanças quanto ao conteúdo, abordagens e atividades propostas aos alunos. Todos iniciam a narrativa da história do município a partir da ocupação indígena, partindo imediatamente para a trajetória da ocupação europeia no território: “O solo estrelense foi pisado, pela

⁴ Região colonizada por portugueses e, mais tarde, imigrantes teuto e italianos, bem como poloneses e outros grupos étnicos minoritários. Situa-se na porção centro-leste do Rio Grande do Sul e, antes da ocupação europeia, era habitada por indígenas. Ao longo do processo de ocupação do território, contou também com o uso da mão-de-obra africana escravizada. (NICOLINI, 2006).

primeira vez, por gente branca, provavelmente espanhóis, na metade do século XVII. Não tinham o objetivo de colonizar, mas explorar e caçar índios, que eram os guananás, pioneiros da nossa região.” (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ESTRELA, 1992, p. 3).

Em seguida, narram-se os feitos dos primeiros povoadores da região, aos quais são atribuídas as principais ações na delimitação do município. Todos destacam a predominância da herança cultural dos imigrantes na atualidade, sugerindo que o trabalho destes sujeitos teria dado o impulso mais significativo ao desenvolvimento do município.

Enquanto alguns manuais ocupam-se basicamente com a citação dos principais fatos, nomes e datas referentes à ocupação do território, no livro sobre o município de Arroio do Meio (2000) constata-se uma proposta de análise da ocupação indígena, oferecendo aos estudantes maiores possibilidades de reflexão acerca do processo histórico anterior à ocupação europeia. Há, neste último material, um capítulo dedicado exclusivamente aos povos indígenas que habitavam a região e às características da ocupação antes da chegada dos europeus nas terras do município, enquanto nos demais livretos eles são apenas mencionados como antecessores dos europeus.

Porém, é no livro produzido pela Prefeitura Municipal de Westfália (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE WESTFÁLIA, 2004/2005), denominado *O lugar onde vivo*, cujos textos foram selecionados a partir de produções feitas pelos estudantes, que o enaltecimento da cultura teuto torna-se mais evidente. Não consiste em um manual didático, pois é uma obra destinada a registrar produções textuais a partir de estudos desenvolvidos em sala de aula, acerca da história do município. Nas crônicas, poesias e narrativas publicadas no livreto, fica evidente a ênfase na predominância da cultura germânica.

Nos textos de *O lugar onde vivo*, os alunos mencionam os espaços do cotidiano dos colonizadores teuto - serrarias,

frigoríficos, alambiques e ferrarias -, bem como costumes, festas, crenças, religiosidade, vida familiar e acontecimentos marcantes. São retratadas as belezas naturais, o caráter “pacífico, ordeiro e trabalhador do povo westfaliense”, cujas qualidades são, direta ou indiretamente, associadas ao passado e àqueles que teriam sido os “pioneiros” na formação da comunidade. Quanto a estas narrativas, Wassermann (2001) destaca que:

A identidade conforma-se a partir de experiências reais e significativas. Ela, identidade, enquanto sentimento de pertencimento é simbólica e abstrata, mas é originária de vivências, experiências e afetos concretos. Essas experiências cotidianas vão compondo um mosaico de imagens que vinculam sempre a significados ampliados da identidade a ser construída. O que no universo da infância se constitui numa história pessoal, no adulto faz parte do seu universo cognitivo, de sua memória, que no caso da coletividade conforma a identidade social. (2003, p.9).

A partir da rememoração de eventos passados, os integrantes destas comunidades evocam momentos vividos pela coletividade na qual estão inseridos ou da qual descendem, sendo que estas passagens dão sentido à sua existência e sobrevivência material e simbólica. Fortalecem os vínculos através dos registros feitos nestes manuais, e através da transmissão destas informações constroem-se, nos espaços educacionais, a imagem condizente com a sociedade que se pretende enaltecer. Para compreender o significado histórico da germanidade construída nestas narrativas do ensino da história regional é relevante destacar que:

Uma das características das regiões de colonização alemã foi a tendência da população a se unir em sociedades ou associações com fins econômicos, esportivos, recreativos, culturais, beneficentes e de socorro mútuo. Predominaram numericamente aquelas identificadas com atividades culturais e desportivas. (VOGT, 2003, p.61).

Nestas associações comunitárias preservou-se o *Deutschtum*, sentimento de germanidade que, na comunidade italiana, pode ser associado ao *italianità*. Apesar de não abordar-se, neste texto, nenhuma obra produzida para estudantes dos municípios de imigração predominantemente italiana, pode-se identificar esta mesma tendência em outros materiais publicados para os leitores em geral, e que acabam sendo utilizados na sala de aula. São os casos de calendários, guias turísticos, resumos históricos impressos pelas prefeituras, catálogos, revistas, folders, dentre outros.

Em outras palavras, patrimonializa-se a história dos supostos vencedores. Quando os demais grupos sociais ganham visibilidade, assumem uma caracterização secundária, apenas como um “pano de fundo” da história da pujança econômica e social de uma parte da sociedade. Se visitarmos lugares de memória nas regiões de imigração teuto e italiana do Rio Grande do Sul, por exemplo, geralmente veremos a vestimenta do “colono alemão ou italiano”, as suas ferramentas, as suas casas e outros artefatos. Nestes espaços, não encontraremos referências aos outros grupos que compõem o mosaico cultural e identitário correspondente à região. Como bem define Funari (2001), no Brasil houve uma tendência a não patrimonializar o legado africano e indígena, tampouco o dos subalternos. Porém,

[...] no ano de 1989 é que esse quadro se alterou e se reconheceu que há diferenças importantes que torna o mundo menos homogêneo, passando-se a olhar para as outras culturas. Essa leitura foi proporcionada pelo reconhecimento de que a uniformidade pode ser perigosa. Foi preciso exacerbar as diferenças, respeitando a diversidade para evitar que se criasse uma supremacia de uma cultura sobre outra. (FUNARI, 2001, p.).

Assim como o nacionalismo tirou os particularismos das coleções privadas e transformou-as em patrimônio nacional, a região incorporou narrativas de famílias e transformou-as em patrimônio regional. No Brasil, esse processo de valorização das

diferenças foi possibilitado pela Constituição de 1988, pois grupos populares passaram a ter direitos constituídos em lei e as políticas passaram a ser apropriadas pelos diferentes segmentos sociais e as organizações não governamentais, que começaram a ser mais atuantes na sociedade. Anteriormente, essa relação era verticalizada e o Estado escolhia o que haveria de ser patrimonializado, mas, depois da aprovação da nova Carta, os grupos sociais ocuparam estes espaços e contribuíram para essas tomadas de decisões.

A partir dos anos de 1980, com o fortalecimento dos movimentos sociais e a redemocratização do país, o campo do patrimônio vem encontrando extrema ressonância em grupos sociais que antes eram refratários às iniciativas de agências patrimoniais, entre eles os povos indígenas. Porém, conforme Donner:

Este é o grande risco do processo de patrimonialização, segundo Choay. Ela coloca que a reutilização do patrimônio é um processo complexo, deve levar em conta os usos originais, a comunidade a que pertence e, especialmente pensando em seu estado material, o fluxo dos utilizadores, pois isso pode levar a degradação do bem. Muitas vezes o patrimônio é dotado de luz e som buscando sua valorização estética, esse processo pode dificultar o diálogo livre do visitante com o monumento e o seu entorno. Essa 'maquiagem' da edificação acaba por transformar o bem em um artigo utilitário descolado de seu sentido original (2012, p.27).

Por isso, não é possível atribuir aos processos de patrimonialização somente um significado econômico. A função destas iniciativas vai além dessa dimensão, o que requer a investigação dos processos de identificação que permeiam as estratégias de preservação da memória. Neste território a memória tornou-se uma obrigação. A exigência para a sua conservação criou espaços para memórias parciais, que reivindicam os seus patrimônios além dos patrimônios nacionais. É o caso dos descendentes de colonos teuto e italianos no Vale do Taquari

(NICOLINI, 2006), que investem na rememoração e reconstrução de um passado ligado à presença imigrante na região a contar do século XIX: “[...] o sentimento de que o futuro é incerto faz com que o mais modesto dos vestígios ganhe a dignidade do memorável.” (NORA, 1993, p. 14).

A memória na construção da consciência histórica

Nora (1993) explica que existe um medo de que tudo está na iminência de se perder; daí a obrigação de lembrar torna qualquer homem historiador. Isso leva a um aumento do número de resgates do passado por grupos e instituições sociais, conduzindo ao imperativo da memória. Constrói-se uma ética da memória, segundo a qual é proibido esquecer. Esquecer é associado à regressão. “Mas há também uma ética do esquecimento.” (HUYSEN, 2005, p. 22).

Para Halbwachs (2006) nenhuma memória pode existir apartada da sociedade. Ele transfere a memória de um plano individual para um plano sociológico, atacando teses psicologizantes da memória. Ele afirma que não lembramos sozinhos e nossas memórias se esvaem quando nos afastamos do grupo. Assim, as recordações só são possíveis com o suporte social, pois a memória pessoal é formada pela vivência de uma pessoa em diversos grupos ao mesmo tempo; por isso as pessoas guardam memórias diferenciadas.

É o que Pollack (1989, p. 8-11) chama de enquadramento da memória, ações que buscam “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território”. Esse trabalho de enquadramento tem limites impostos, tanto pelas circunstâncias quanto pelas regras internas do próprio grupo e, “além de uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais: monumentos, museus, bibliotecas etc.” (POLLACK, 1989, p.10-11).

As narrativas históricas atendem carências, segundo Jörn Rüsen (2007). A construção da identidade regional pautada na imigração teuto e ítalo-brasileira, por exemplo, que caracteriza os processos de patrimonialização de regiões de imigração no Rio Grande do Sul, pode ser interpretada como uma tentativa de suprir carências. Estas narrativas moldam a consciência histórica, que por sua vez dá sentido à realidade. Elas conectam o passado (interpretação), o presente (compreensão) e o futuro (projeção). Investigar a atuação destas narrativas na formação da consciência histórica é uma necessidade que o campo historiográfico possui na atualidade. Se para Rüsen o conhecimento histórico produzido cientificamente não é o único a ter validade, pois outras formas de produção de conhecimento também dão sentido à vida cotidiana, é importante investigar como as narrativas de patrimonialização de memórias predominantes nestas regiões são incorporadas pelo ensino de História Regional.

Cabe ao pesquisador e ao professor de História analisar a função da Didática da História na formação desta consciência histórica, a qual inclui as representações não somente do ensino escolar, como também os diversos processos que ocorrem além da sala de aula, antes e depois da escolarização: representações promovidas pelo turismo, pelos espaços de memória, pelas narrativas familiares, de grupos sociais nos quais estão antes e depois do contato com o conhecimento histórico escolar. Em que medida a academia e o saber científico dialogam com esses saberes advindos das narrativas de patrimonialização – representações e imagens que invisibilizam sujeitos e evidenciam outros, que promovem versões preconceituosas e estereotipadas acerca das diferentes etnias e grupos sociais, que cristalizam versões do passado em nome de interesses e de uma hegemonia narrativa? Como a multiculturalidade proposta pelo ensino de História em sua legislação nacional dialoga com este saber patrimonializado?

Propõe-se, então, um desafio: pensar a teoria de Rüsen, dando destaque à consciência histórica, a partir dos processos de

patrimonialização de memórias nas regiões de imigração do Rio Grande do Sul e os seus desdobramentos nas salas de aula através do ensino da História Regional. Esta provocação tem o objetivo de ampliar a discussão sobre a teoria rüseniana, tendo em vista a proposta do autor de pensar o saber histórico como uma resposta às carências humanas. A necessidade de orientação no tempo conduz o ser humano a buscar respostas no passado, sempre a partir do presente, projetando o futuro. Os processos de patrimonialização de memórias que caracterizam os municípios que narram a sua história a partir da imigração vêm formatando discursos que se tornaram hegemônicas a partir da década de 1980, mas já apareciam em representações nos anos pós-Estado Novo (1937-1945), por exemplo, quando os grupos étnicos visados pela campanha de nacionalização buscaram valorizar a sua identidade nas regiões de imigração teuto e italiana, dentre outras etnias perseguidas pelo discurso nacionalista (GERALDO, 2009).

Estas representações foram se materializando em espaços de memória, festividades, datas comemorativas, dentre outras manifestações. Até que, a partir da década de 1980, foram incorporadas pelo ensino escolar, através da produção de materiais pedagógicos e planejamentos que evidenciassem este passado colonial. As narrativas da imigração ganharam destaque nesta formação identitária das diferentes regionalidades, e a escola passou a ser um espaço privilegiado para esta reconfiguração da consciência histórica. A quem isso atendeu? Quais as relações deste ensino de História Regional com o projeto mais amplo de identificação da região à presença de imigrantes a partir do século XIX? Por que os “outros passados” não tiveram o mesmo espaço? Os negros e os indígenas, que lugar receberam nestas narrativas? Quando e onde são narrados os fracassos da imigração, o latifúndio que antecedeu a pequena propriedade rural, a atuação portuguesa e açoriana, africana e indígena? Quem selecionou estas narrativas e de que forma foi feita esta organização do ensino? Desnaturalizar este processo de formação histórica se dá a partir da teoria de Rüsen,

pensando no saber histórico como um constructo de narrativas do presente que buscam referências no passado. Quanto mais informações sobre este passado, maior será a consciência histórica.

A partir da veiculação da obra e da teoria rüseniana no Brasil, ocorreu uma significativa ampliação de análises pautadas neste referencial que oportuniza diálogos entre os campos da História e da Educação. Segundo Fernanda de Moura Leal, no artigo *Educação Histórica e as contribuições de Jörn Rüsen*, publicado nos *Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH* (São Paulo, julho de 2011), Rüsen afirma que, até o século XVIII, havia a preocupação com a função prática da história. A institucionalização e a profissionalização da história colocou o ensino de lado; ocorreu então uma pedagogização da história, que distanciou a compreensão de história daquela colocada pelo debate científico. Rüsen busca resgatar esta aproximação. Retoma a reflexão didática do uso da história na vida prática. Busca compreender as funções práticas da disciplina no ensino, mostrando que esse é um problema a ser pensado pela ciência histórica.

Pensar o ensino de história, portanto, é pensar a atividade do próprio historiador. Consciência histórica, segundo o autor, é o grau de consciência entre passado, presente e futuro. Para compreender a aplicação deste pressuposto, são necessárias pesquisas empíricas que ajudem a mapear a consciência histórica, bem como intervir sobre as formas de compreender a história nas escolas. Segundo Rüsen, é preciso pensar na história como ciência.

Sabemos muito pouco sobre como este campo do conhecimento é pensado na sala de aula. Alunos vão para a escola com pré-conceitos sobre como funciona o mundo. Se estas compreensões não forem levadas em consideração, podem não compreender os novos conceitos e as informações que lhes são ensinados. Segundo Leal (2011), pesquisas sobre ensino de história são pouco recebidas pelas universidades.

Rogério Chaves da Silva, em *“Método e sentido”: a pesquisa e a historiografia na teoria de Jörn Rüsen* (2009), lembra que Rüsen

busca respostas ao problema da pesquisa e escrita da história, incorporando aspectos da narrativa à teoria. Busca a função didática da história, ou seja, como ela é apropriada no contexto social. Para isso, expõe sobre a matriz disciplinar, composta pelos fatores e princípios determinantes da história como disciplina especializada. Neste sentido, as perguntas do presente feitas ao passado servem como orientação temporal.

Para garantir verdades, são elaboradas e transmitidas as narrativas do pensamento histórico. A metodização, porém, é que torna esta história científica. A teoria orienta como abordar as fontes, servindo como fios condutores que criam uma estrutura de sentido. Novas perguntas e necessidades levam a novas teorias. Por isso, a história revela a evolução temporal dos homens e seu mundo. Neste conjunto, os conceitos históricos são o mais importante instrumento linguístico do historiador.

A orientação da vida prática somada à linguagem empírica das fontes analisada a partir de conceitos gera a aproximação entre teoria e prática. Por isso, Rüsen pergunta: como a experiência do passado se torna histórica? É preciso que haja critérios de cientificidade para que esta resposta seja elaborada. No entanto, os resultados são provisórios. Somente o senso comum espera sempre um saber definitivo.

Se as histórias surgem sempre a partir de necessidades do presente, é necessário um exercício de investigação da experiência concreta do passado. A pergunta histórica surge da necessidade de orientação para a vida, da pergunta às fontes e, finalmente, da lapidação dos conteúdos. Neste processo, o método intermedia a subjetividade do conhecedor e a experiência do passado. E a crítica viabiliza a facticidade e a plausibilidade do potencial informativo das fontes. Fatos do passado, pela interpretação, viram fatos históricos. São rearranjados conforme as orientações.

Em seguida, a interpretação leva à formação de produtos narrativos, que são os fios condutores do trabalho de representação histórica. Produz-se perspectivas heurísticamente

direcionadas sobre a experiência do passado. O historiador empresta significado ao teor das fontes, buscando os rastros de identidade de sentido. E o tempo é o limite definidor das possibilidades de agir, em que a dialética justapõe tempo humano e tempo natural/ experiências históricas; intencionalidade humana e mudanças no tempo – inerentes à experiência humana do passado. Mas há riscos da unilateralidade: perder a historicidade ou então o caráter narrativo das experiências históricas.

As narrativas podem ser tradicionais, exemplares, críticas, genéticas. O autor sistematiza uma tipologia da constituição histórica de sentido por narrativas. Rüsen não concorda com a narrativa puramente estética. Para ele, a pesquisa impõe fronteiras à subjetividade humana, garantindo a efetividade da orientação ao basear-se na historiografia e na pesquisa. Assim, podem ser atendidos os interesses da vida prática, dando legitimidade social ao conhecimento produzido. Estes interesses são emanados da vida prática, portanto a pesquisa e o conhecimento histórico devem estar a ela direcionados.

Método e sentido, portanto, não se excluem. São compatibilizados e tratados como princípios constituintes da ciência da história. Se para Hayden White⁵ a história é somente representação, para Rüsen a história é uma ciência peculiar, garantindo a validade que as histórias pretendem ter. A teoria desempenha a profissionalização didática dos historiadores.

Barom e Cerri (2012) situam Rüsen em uma perspectiva de retorno ao historicismo. Destacam que a teoria rüseniana surge como uma resposta ao estado de desconforto gerado pelos *Annales*. Ele considera relevante a multiperspectividade e não mais a unidade de método. Cria uma matriz disciplinar para perceber a identidade que é comum entre diferentes perspectivas. Propõe a racionalização como forma de enfrentar a crise de atribuição de sentido. Isto porque

⁵WHITE, Hayden. *Meta-História: a imaginação histórica do século XIX*. Trad. José Laurênio de Melo. São Paulo: Edusp, 1992.

as ciências humanas no século XIX passaram por um desconforto, quando se desvencilharam do conhecimento filosófico.

Rüsen critica a virada linguística que marcou a historiografia no século XX. Argumenta que as narrativas históricas rememoram a experiência do passado por meio de representações da continuidade temporal, significando as identidades no presente. Trata-se de um novo paradigma, em que sinais linguísticos passam a adquirir dignidade própria, deixando de ser apenas representações.

Rüsen media o moderno e o pós-moderno. Dialoga entre o realismo e o construtivismo; entre o *passado em si* e o *passado como é para nós*. Assim, as ideias produzidas pela consciência não se separam da realidade. A realidade depende do sujeito. Somos parcialmente intencões de ações do passado e parcialmente nossa leitura do passado. Ambas se integram para responder à crise de orientação. A consciência histórica atua, neste processo, como orientadora e constituidora da identidade humana.

Neste processo, surge a Didática da História. Ela parte da ideia de que existem outras formas de narrar o passado além do conhecimento científico, o qual não está isolado da sociedade. As ideias dos alunos são importantes e é preciso um diálogo entre as produções de sentido. A experiência humana é um saber em si, que precisa ser considerado no ensino de História.

Rüsen retoma aspectos de sua teoria no artigo *Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão* (2006). Ao lembrar que a partir do século XIX esqueceu-se que a história é enraizada no social, passando para o domínio de poucos, a metodologia de pesquisa passou a ser mais importante que a didática da história. Este processo limitou, segundo o autor, os propósitos da história. A cientificização da história provocou uma irracionalização da disciplina.

Por isso, a principal tese do autor é reverter esse processo, retomando a consciência história. A Didática da História deve ser retomada não como aplicação externa, mas parte do processo acadêmico. Ele situa esta retomada de posição a partir dos anos 60

e 70 do século XX, quando ocorre uma mudança de paradigma: emerge uma nova forma de lidar com a história, valorizando-se a educação e a vida prática. Percebeu-se que a História fora subestimada como campo de aprendizado, cuja auto-reflexão histórica levou à aproximação com a Didática da História.

No entanto, Rüsen destaca que há uma natureza específica e peculiar da explicação histórica, e essa ideia se tornou meio e objetivo de aprendizado e educação. Mas as discussões sobre consciência histórica não têm sido integradas ao ensino e à aprendizagem em História. Esta mediação precisa mais que habilidades normais dos historiadores.

Segundo o autor, é necessário perguntar: como a História é levada aos estudantes? Para responder a essa questão, deve-se levar em conta que a consciência histórica cobre todas as formas de pensamento histórico. E a História não lida só com passado, pois requer operações mentais que definem a peculiaridade do pensamento histórico.

Compreender a estrutura narrativa da explicação histórica é útil para este problema posto por Rüsen. A história tem atos discursivos específicos que precisam ser apropriados pelos pesquisadores e educadores. Ou seja, parte-se da ideia de que a separação entre pesquisa e ensino de História não podem ser separados. Ambos são processos que visam buscar uma identidade humana. Visam à utilização de argumentos e não de poder e dominação para explicações históricas.

Enfim, a Didática da História é uma disciplina que investiga a consciência histórica. E o aprendizado histórico é uma das dimensões da consciência histórica, um processo fundamental de socialização e individualização humana. Faz pensar em como o passado humano é experienciado e interpretado de modo a compreender o presente e antecipar o futuro.

Barom (2015), no artigo *A teoria de Jörn Rüsen no Brasil e seus principais comentadores*, mostra, a partir dos estudos rüseneanos, que é preciso superar a redução dos estudos históricos

à metodologia da pesquisa. A angústia inicial gera um produto historiográfico e retorna como resposta a esta mesma angústia. Rüsen refuta a história somente como narrativa, buscando um método mais um sentido que se conciliam por meio da narrativa histórica.

História parte e retorna ao contexto social, construindo discursos que atribuem sentido ao presente. Por isso, a Didática da História vai além do campo da metodologia de ensino. Esta ampliação dos estudos leva à educação histórica, a qual passa a considerar as ideias de estudantes e professores, com as suas diferentes narrativas. Só sabemos se o aluno se tornou crítico, por exemplo, se ele interiorizou o conhecimento.

Esta internalização e subjetivação levam a compreender a cultura histórica: não são somente ideias iniciais; são angústias, discursos, narrativas de livros, agências,... não são substituídas por ideias científicas, mas dialogam entre si. Temos, assim, o conhecimento histórico em relação com o conhecimento disposto na sociedade.

Fernando Milani Marrera e Uirys Alvez Souza analisam, em *A tipologia da consciência histórica em Rüsen* (2013), a consciência histórica como representações do presente. Ela é inerente ao estar no mundo. Um conjunto de operações mentais que definem a peculiaridade do pensamento histórico e a função que este exerce na cultura humana. O agir histórico supera o tempo natural através das narrativas. Estas narrativas, segundo a leitura que os autores fazem de Rüsen, são a face material da consciência histórica. Toda forma de interpretação da experiência do tempo é capaz de orientar as ações e permitir atribuição de sentido.

Problematizando narrativas

Este enquadramento teórico viabiliza a problematização dos processos de patrimonialização como narrativas que atuam no ensino de História Regional nas escolas das regiões conhecidas

como *coloniais* no Rio Grande do Sul. Isso ocorre na medida em que se analisam as relações entre conhecimento histórico científico e aquele produzido pelos agentes discursivos presentes no território regional. Pretende-se, com este texto, ampliar as discussões desencadeadas pela Teoria da História de Rüsen, atendendo à sua proposição de que se realizem mais pesquisas empíricas acerca de como se ensina história nas escolas, sem dissociar pesquisa e ensino, cujo equívoco delegou à área da Educação ou da Metodologia de Ensino em História o que hoje, finalmente, podemos compreender como processos inseparáveis. Grande parte desta nova perspectiva deve-se à obra de Jörn Rüsen.

Os professores que atuam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, ao desenvolverem estudos sobre a história da localidade e da região na qual os estudantes vivem, precisam olhar para além das narrativas oferecidas por materiais didáticos previamente oferecidos ou então para os portadores de discurso que chegam à sala de aula através de panfletarias e outros recursos. Ouvir as narrativas de estudantes e pessoas da comunidade, por exemplo, são excelentes estratégias para que ocorra uma desnaturalização de representações que, muitas vezes, acabam excluindo ou até mesmo tratando de forma preconceituosa determinadas identidades invisibilizadas pelas narrativas hegemônicas.

Conforme expôs-se inicialmente neste texto, Rüsen (2012) nos provoca a pensar nos desafios que o ensino de história deverá enfrentar na contemporaneidade. Todos eles têm relação com a nossa identificação no atual cenário de transformações econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais. Desenvolver a consciência dos sujeitos nunca foi tão necessário na história humana. Hoje, o maior desafio dos historiadores e educadores que atuam no ensino de história é comprometer os estudantes com o conhecimento do passado. Quanto mais as futuras gerações souberem sobre o pensamento e as ações humanas de tempos anteriores ao nosso, maior será esta consciência histórica.

Por isso, o ensino de História Regional não pode mais estar associado à repetição de dados produzidos por memorialistas, que muito contribuíram para o registro de memórias e fatos do passado destas localidades marcadas pela presença de imigrantes a partir do século XIX. No entanto, a seleção destas memórias é um aspecto que nos sinaliza para busca de outras narrativas, outros sujeitos e outros passados. As narrativas estão em constante reformulação, assim como as identidades. Neste sentido, o ensino de história não pode se abster de participar deste processo, ouvindo e problematizando as diversas vozes que desenham e redesenham o passado, buscando compreender o presente e projetar o futuro.

Referências

- BAROM, Wilian Carlos Cipriani; CERRI, Luis Fernando. A teoria da História de Jörn Rüsen entre a Modernidade e a Pós-Modernidade: uma contribuição à didática da história. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.37, n.3, p. 991-1008, set./dez. 2012.
- BAROM, Wilian Carlos Cipriani. A teoria de Jörn Rüsen no Brasil e seus principais comentadores. *Revista História Hoje*, v.4, n.8, p.223-246, 2015.
- BRAGANÇA, Aníbal e MOREIRA, Sônia (org.). *Comunicação, Acontecimento e Memória*. São Paulo: Intercom, 2005.
- DONNER, Sandra Cristina. Processos de patrimonialização na atualidade. Um estudo de caso: “Igrejinha” Martin Luther. p. 24-37. *Revista Latino-Americana de História*, Vol. 1, nº. 2, Edição Especial – Sensibilidades, fevereiro de 2012.
- FUNARI, Pedro Paulo. Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, 41, ½, 2001, 23-32.
- GERALDO, Endrica. O combate contra os “quistos étnicos”: identidade, assimilação e política imigratória no Estado Novo. *Locus*, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 171-187, 2009.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HERÉDIA, Vânia. A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. *Scripta Nova*. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, nº 94 (10), 1º de agosto de 2001.

HUYSEN, Andreas. “Resistência à Memória: os usos e abusos do esquecimento público”. In

LEAL, Fernanda de Moura. Educação Histórica e as contribuições de Jörn Rüsen. *Anais do XXVI Simpósio Nacional da ANPUH*. São Paulo, julho de 2011.

MARRERA, Fernando Milani; SOUZA, Uirys Alvez. A tipologia da consciência histórica m Rüsen. *Revista Latino-Americana de História*, vol.2, n.6, agosto 2013, Edição Especial.

NICOLINI, Cristiano. “*Entre Vales e Montanhas...*”: análise das representações históricas dos imigrantes e a construção da identidade regional no Vale do Taquari. Santa Cruz do Sul, UNISC, 2006. Monografia (Curso de Pós-Graduação - Especialização em História do Brasil: Novas Perspectivas em Ensino e Pesquisa II).

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

_____. *Realms of Memory: the construction of the French Past*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1996.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 5, nº 10, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PRATS, Lorenç. Antropologia e Patrimônio. Barcelona, Editorial Ariel, 1997.

RÜSEN, Jörn. *História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora UNB, 2007, 159p.

_____. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, PR, v.1, n.2, p. 07-16, ju.-dez. 2006.

_____. Forming Historical Consciousness – Towards a Humanistic History Didactics. *Antíteses*, v. 5, n. 10, p. 519-536, jul./dez. 2012.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ESTRELA. *Educação, a base para o desenvolvimento de um povo*. Estrela, 1992.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE ARROIO DO MEIO. *Arroio do Meio: sua história, sua geografia*. Lajeado: UNIVATES, 2000.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE WESTFÁLIA. *O lugar onde vivo*. Westfália, 2004-2005.

SILVA, Rogério Chaves da. “Método e sentido”: a pesquisa e a historiografia na teoria de Jörn Rüsen. *Fronteiras: Revista Catarinense de História*, Florianópolis, n.17, p. 33-55, 2009.

VOGT, Olgário Paulo. Germanismo e Nacionalização em Santa Cruz do Sul - RS. *Ágora*. Vol. 7, n. 2. (Jul./ Dez. 2001), Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2003.

WASSERMAN, Cláudia. Identidade: Conceito, Teoria e História. *Ágora*. Vol. 7, n. 2. (Jul./ Dez. 2001), Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 2003.

WEBER, Roswithia. *Mosaico Identitário: história, identidade e turismo nos municípios da Rota Romântica - RS*. Porto Alegre: UFRGS, 2006 (Tese de Doutorado PPGH).

Sites

Reflexões sobre o conceito de patrimônio e processos de patrimonialização. Relato por Robson Rodrigues, Dulcelaine L. Nishikawa Lopes, Maria Laura Scarpa e Sara Daiane Herter (pesquisadores do grupo de estudos arqueológicos GEA/CEIMAM/ARAPORÃ). Disponível em: <http://www.forumpermanente.org>. Acesso em: 25 mar. 2017.

4ª Parte

Relações Interétnicas



Reinauguração da Casa da Feitoria (Casa do Imigrante), em São Leopoldo/RS, no ano de 1941, após reforma geral em técnica enxaimel. Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (Acervo Fotográfico).

**Imigração e escravidão
no Sul do Império do Brasil:
reflexões, perspectivas e possibilidades**

Paulo Roberto Staudt Moreira
Miquéias Henrique Mugge

Paulus Hammel tinha 35 anos de idade quando decidiu deixar a região de Munique, no Reino da Baviera, em direção ao Novo Mundo. Súdito do rei bávaro católico, embarcou no veleiro transatlântico *Anna Louise*, do capitão Johann Heinrich Knaack, em 24 de março de 1824. Talvez estivesse cansado, empobrecido e preocupado com a situação de epidemia bélica na Europa, que chacoalhava o continente, em especial no último quartel do século 18 e no início do século 19, afetando de maneira bastante pungente a região em que Hammel vivia com seus familiares. O recrutamento militar forçado, a ocupação francesa e o fim da servidão da gleba são apenas alguns exemplos de processos ocorridos nesse período (WALKER, 1964; GREEN, 2001).

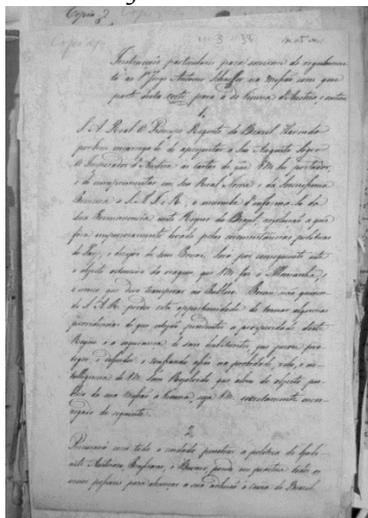
O fato é que Hammel chegou ao Rio de Janeiro em 4 de junho de 1824, junto de sua família – a mulher, Maria Tereza, era originária da região de Hannover, e contava então com 27 anos de idade; Carlos, de 5 anos, e Anton, de apenas seis meses, filhos do casal, viajaram juntos rumo ao desconhecido Brasil. A viagem foi turbulenta: há casos registrados de “sepultamentos ao mar” e da presença de graves doenças e enfermidades que afetavam os

passageiros constantemente. A chegada ao Rio não era o final da longa jornada: os imigrantes, na capital do Império, permaneciam em quarentena, para só então serem transferidos ao destino final. Os solteiros rumavam para as tropas de soldados estrangeiros (ANDRÄ, 2000); os casados (com e sem filhos) seguiam para as colônias no sul do país (HUNSCHE, 1975, p. 34).

A família Hammel foi transportada pelo bergantim *São Joaquim Protector* para Porto Alegre, na província do Rio Grande do Sul e dali rumou, finalmente, para o lote que recebeu do governo. Os Hammel faziam parte da primeira leva de trinta e nove colonos alemães que se estabeleceram na região da antiga Real Feitoria do Linho Cânhamo, poucos quilômetros distante da capital da província. Tratava-se do primeiro experimento de colonização em larga escala levado a cabo pelas elites políticas imperiais no período pós-independência: a Imperial Colônia Alemã de São Leopoldo (ROCHE, 1969).

Durante a primeira década do Brasil pós-independência (em especial entre 1824 e 1834), cerca de 5 mil habitantes das “Alemanhas” aportaram no Brasil, fruto de um investimento estatal no fomento da imigração europeia. Eram, em sua maioria, habitantes pobres dos territórios que formavam a Confederação Alemã – juntaram-se a eles presidiários, mendigos e aventureiros (DREHER, 2010; MÜHLEN, 2013). Para que tal projeto fosse estabelecido, o governo brasileiro contratou agentes diplomáticos para que representassem os interesses da Nação no estrangeiro. Na Europa, eles deveriam recrutar homens solteiros para servirem como soldados “debaixo do disfarce de colonos”, além de “indivíduos puramente colonos, aos quais se concederão terras para seu estabelecimento” (AHI 267/04/20, 21 de agosto de 1822).

Figura 1 – Instruções de José Bonifácio a Jorge Antonio von Schaeffer, 21 de agosto de 1822



Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty. 271/1/1. Cópia em 26/7/04/20

Nossa escolha por narrar a travessia de Paulus Hammel e sua família não aconteceu por mero acaso neste texto que tem como objetivo analisar as relações entre escravidão e imigração no sul do Brasil. O patriarca-migrante dos Hammel foi o autor de uma petição bastante peculiar, endereçada ao Imperador D. Pedro I cerca de dois anos depois de sua chegada a São Leopoldo. Transcrevemos ela de forma parcial abaixo:

Senhor! Paulus Hammel, alemão da Colônia de São Leopoldo, vem aos Pés do seu Imortal Imperador e Pai, postado com sua mulher e três filhos, expor que o Suplicante é oficial de marceneiro, e que este officio nesta Província é assaz lucroso [sic]; de sorte que, trabalhando o Suplicante, como já o tem feito, pode em breve tempo *adquirir [dinheiro] com que compre algum cativo*, para aplicar ao serviço da lavoura, nas terras que lhe foram destinadas na conformidade das ordens de Vossa Majestade Imperial. No entanto, que seus três filhos menores vão crescendo, e que como colonos se hão de aplicar à tarefa da agricultura [...]. (BNRJ, C-921,64).

A súplica endereçada a Pedro I revela muito, apesar de sua brevidade. A colônia de São Leopoldo no Rio Grande do Sul, como sabemos, era composta por uma miríade de profissionais artesãos e suas famílias, que receberam terras para desenvolver a agricultura baseada na pequena propriedade e na mão de obra familiar (AMADO, 1978; TRAMONTINI, 2003; MUGGE, 2012). Nem todos os imigrantes sabiam, de fato, trabalhar a terra – caso de Paulus Hammel, oficial marceneiro e carpinteiro: tal falta de habilidade certamente não foi exclusividade sua. O que o faz um *excepcional-normal* (GRENDI, 1994) é o fato de ter entrado em contato com o Imperador e solicitado a *autorização* para comprar um cativo que trabalharia suas terras e, dessa forma, ficaria livre para exercer sua ocupação – que era assaz lucrativa em uma época de construção de casas de madeira e de confecção de móveis para os imigrantes recém-chegados.

Figura 2 – Construção de casa na mata virgem, região de Hamburgo Velho, RS (ca. 1860)



Fonte: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL)

A pretensa contradição entre as políticas de fomento à imigração de trabalhadores livres e a escravidão vem caindo por terra há algum tempo, graças ao trabalho cuidadoso e baseado em

fontes primárias de um grupo de historiadores (ALVES, 2004; CHARÃO, 2002; GANS, 2004; MAGALHÃES, 2010; OLIVEIRA, 2006; ZUBARAN, 1994). Na verdade, não deveria causar surpresa a associação entre as duas temáticas. A intensidade do tráfico transatlântico para o Brasil e a generalização da posse escrava, no Rio Grande do Sul, concentrada em pequenos e médios proprietários, fizeram com que a instituição escravista obtivesse uma capilaridade (em especial na primeira metade do século 19) que tocava a tudo e a todos que nascessem ou residissem na província. Foi o que aconteceu com Paulus Hammel: o carpinteiro bávaro parece ter percebido e se convencido da legitimidade da escravidão negra no sul do Império – algo que ocorria somente se o observarmos o nível local, em escala microscópica. Se Hammel realizou sua ambição e seu projeto familiar de possuir cativos, ainda não pudemos aferir com certeza.

A imigração alemã para o Brasil, por sua vez, não foi obra do acaso, nem apenas da conjuntura de crise europeia, tampouco coisa efêmera e mal pensada: era sim parte integrante de uma obra política bastante clara, raciocinada pelas elites do Império brasileiro recém-independente. Podemos destacar aqui, por ora, a figura de José Bonifácio de Andrada e Silva, muitas vezes alcunhado de *patriarca da Independência* (DOLHNIKOFF, 2012; CALDEIRA, 2000). Antiescravagista, foi Bonifácio quem articulou a ida de Jorge Antonio von Schaeffer como *charge d'affaires* do Império brasileiro junto à corte austríaca e aos territórios alemães, a fim de recrutar imigrantes e soldados para ocupação das fronteiras do imenso país, poucos dias antes da declaração formal de independência (OBERACKER, 1975; AHI 267/04/20).

Tanto nas instruções dadas à Schaeffer quanto nas cartas trocadas José Bonifácio e os cônsules e agentes brasileiros na Europa transparece clara a formulação de um “projeto global de nação”, que incluía a liberdade para os negros, baseado na mestiçagem (DOLHNIKOFF, 1996, p. 122 e 125). Também com este fim – além da distribuição de terras da Nação e da formação de uma “classe média”

– se incentivou a imigração de súditos alemães para o Brasil. Concomitantemente aos esforços para construir um corredor transatlântico por onde fluiriam imigrantes europeus, Bonifácio e seus pares procuravam, por meio da Assembleia Constituinte da qual participavam, pavimentar o caminho para o fim da escravidão. Ao propor uma nova Constituição para o Império recém-independente, eles projetavam a supressão do tráfico negreiro e a abolição gradual dos escravos no país. No entanto, a dissolução do grupo de trabalho, o abandono da proposta de Carta por parte do Imperador em 12 de novembro de 1823, e a outorga de uma nova constituição em 1824 sedimentaram

as seculares práticas sociais do universo escravista luso-brasileiro de assimilação seletiva dos subalternos, esvanecendo diferenças entre brancos livres e negros ou mulatos alforriados e reforçando as distinções entre esse grupo (brasileiro e livre) e o grupo dos escravos e dos africanos que, mesmo alforriados, ainda estavam muito próximos do tronco da escravidão (MARQUESE e PARRON, 2012, p. 13).

Tudo isso ocorria no Brasil enquanto Jorge Antonio von Schaeffer e seus ajudantes trabalhavam em território europeu, com o fim de convencer as cortes do velho continente da importância da “causa brasileira”, buscando o reconhecimento da independência, e recrutando centenas de famílias empobrecidas, indivíduos aventureiros e presidiários sem esperança (DREHER, 2010). Ou seja, o projeto *imigrantista* brasileiro estava umbilicalmente ligado à escravidão. De início, conectado às ideias antiescravistas bastante claras (por parte de sua principal mente, José Bonifácio). Com a queda do *patriarca* e de seu grupo, os imigrantes trazidos com patrocínio estatal passaram também a fazer parte de um país imerso nessa fusão entre “liberdade e cativo”, “liberalismo e escravidão” (MARQUESE e PARRON, 2012, p. 18) – revelada na constituição outorgada em 1824.

Contudo, no caso específico da historiografia sul-riograndense, percebemos que tal assunto – a presença de escravos entre imigrantes alemães –, sempre apresentou lacunas, gerando um véu de invisibilidade que encobriu as populações afrodescendentes residentes nas áreas de imigração europeia, com reflexos até a atualidade. Por exemplo,

no campo da historiografia apologética, Hunsche afirmou que os teuto-brasileiros não possuíam escravos porque tinham uma mentalidade moralizadora que regeneraria a ideia de trabalho desmoralizada por uma mentalidade lusa, colonialista e escravista [...]. Esta tese da nobilitação do trabalho pelos alemães, também defendida por Oberacker [...] é tributária, penso, de noções próprias de laboriosidade, cidadania e progresso que surgiram entre os teuto-brasileiros ao longo da segunda metade do século XIX, em grande parte forjadas pelos intelectuais teuto-brasileiros daquele período, e que se difundiram amplamente na comunidade teuta, tornando-se senso comum e influenciando grande parte da historiografia da imigração do século XX (GANS, 2004, p. 98).

O que demonstraremos neste trabalho é que os imigrantes europeus – no nosso caso especificamente os alemães – que se deslocaram para o Brasil no século 19 e seus descendentes, conheceram intimamente a escravidão negra. Muitos deles, inclusive, possuíram cativos, e os alugaram, os açoitaram, os venderam, os alforriaram. Nosso intento é propor reflexões sobre as inter-relações entre estes colonos e os escravos africanos e seus descendentes que conviviam na região da Colônia Alemã de São Leopoldo.

Para realizar tal fim, apresentamos resultados previamente publicados em uma obra de divulgação científica (MOREIRA e MUGGE, 2014), buscando revelar a estrutura de posse de cativos por parte dos senhores da região (teuto-brasileiros ou não). Posteriormente, apresentamos o resultado das análises das cartas de liberdade (ou alforrias) registradas nos cartórios de São Leopoldo. Por fim, propomos uma reflexão sobre possíveis

caminhos a serem seguidos no que toca o tema de nossa pesquisa – tanto em nível micro, usando os registros eclesiásticos de paróquias católicas e comunidades luteranas, quanto em nível macro, demonstrando as possibilidades alvissareiras de se estudar de que maneira a posse de cativos por parte de teuto-brasileiros afetou ou alterou os rumos do pensamento político europeu no que tange as colônias alemãs no Império do Brasil.

Estrutura de posse

Alguns historiadores já evidenciaram a importância da posse escrava por alemães e seus descendentes, os quais de forma mimética e competitiva absorveram práticas usuais de seus vizinhos lusos, comuns a uma formação social escravista. É preciso notar que três aparatos legislativos buscar minimizar ou proibir a posse de cativos nas zonas coloniais na província do Rio Grande do Sul (lei provincial n. 143, de 21 de julho de 1848; lei imperial n. 514, de 24 de outubro de 1848; lei provincial n. 183, de 18 de outubro de 1850). Apesar disso, nenhuma delas parece ter tido efetividade em limitar a presença de cativos em São Leopoldo – provavelmente à inexistência de um meio de coerção substancialmente forte que diminuísse a legitimidade da escravidão, essencial para a economia brasileira durante boa parte do século 19.

Na época que Paulus Hammel aventou a possibilidade de reunir pecúlio e adquirir um cativo São Leopoldo ainda caminhava à passos lentos, contando com uma miríade de pequenas propriedades rurais pertencentes a famílias que viviam da subsistência. A historiadora Janaína Amado (1978) aponta que a Guerra Civil Farroupilha propulsionou a economia local – com o cerco da capital Porto Alegre, a colônia passou a suprir a povoação com mantimentos e bens diversos. Paulatinamente – em especial com o fim da Revolta – a pequena colônia foi ganhando contornos mais dinâmicos. Logo depois da Paz do Ponche Verde, em 1846, a antiga colônia foi transformada em Vila e passou a presenciar a

chegada de um aparato burocrático-administrativo (Câmara de Vereadores, Delegacia de Polícia, Cartórios, etc.).

O crescimento produtivo, comercial e populacional trouxe como consequência a melhoria das vias de transporte – a navegação a vapor foi inaugurada em 1852, e passou a conectar São Leopoldo a Porto Alegre de maneira mais rápida (entre seis e quatro horas). Houve um grande salto econômico e populacional entre 1845 e 1857: a população cresceu 75% e as exportações aumentaram 151,21%. O número de estabelecimentos artesanais quintuplicou e o de escolas dobrou (AMADO, 1978, p. 79).

Diante de tais resultados referentes à economia local da região, apontados não só por Janaina Amado (1978) mas também por Marcos Tramontini (2003), decidimos testar a hipótese de que tal desenvolvimento teria também ampliado o mercado de cativos na região – resultando em uma capacidade maior de investimento em cativos por parte de lusos e teuto-brasileiros. Para poder mensurar a presença de cativos em uma determinada localidade, um dos métodos possíveis é estudar os inventários *post-mortem* registrados nos cartórios de determinada microrregião. Foi o que fizemos, aproveitando o excelente trabalho realizado pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Localizamos, para São Leopoldo, 272 inventários, abertos entre 1834 e 1888, nos quais se pode somar 1.558 escravos, assim distribuídos:

Tabela 1 – Inventários post-mortem de senhores escravistas de São Leopoldo

Período	N. de Inventários	%	N. de Escravos	%
1834-1849	26	9,56	185	11,88
1850-1860	82	30,15	514	32,60
1861-1871	97	35,66	574	36,84
1872-1888	67	24,63	285	18,29
Total	272	100	1.558	100

Fonte: Inventários Post-Mortem compilados em: *Documentos da Escravidão*, 2010.

O que a tabela acima evidencia, além de mostrar um espaço profundamente entrelaçado com o escravismo, é que a presença cativa se intensifica à medida que os colonos alemães e seus descendentes obtêm êxito em ultrapassar a produção para o consumo familiar, passando a exportar bens primários e manufaturados, principalmente via Porto Alegre. Isso ocorre, justamente, a partir de meados do século 19, o que justifica que, somando os períodos de 1850-1860 e 1861-1871, temos 65,81% dos inventários e 69,44% do total dos escravos.

Ao estudarmos a distribuição da população escrava em planteis, concluímos que cerca de 60% dos escravistas leopoldenses tinham até 5 cativos – atestando a capilaridade da escravidão. No entanto, esses 169 senhores de pequenas escravarias possuíam apenas 24% do total de cativos. Enquanto isso, uma minoria de grandes escravistas, que possuía mais de 10 cativos, tinha em suas casas e propriedades quase a metade de todos os escravos da região (MOREIRA e MUGGE, 2014, p. 23).

Figura 3 – Foto atribuída a escravos da Família Kramer, de Hamburgo Velho



Fonte: Acervo particular de Felipe Kuhn Braun

Essa breve análise de apenas um tipo de fonte primária produzida pelo aparato burocrático e judiciário Imperial em São Leopoldo coloca por terra a pretensa inexistência ou o possível pouco peso da escravidão na região colonial. Mesmo que nem todas as famílias que tiveram os bens inventariados em documentos oficiais – e que aqui trabalhamos – fossem de fato formadas por membros alemães ou por descendentes dos imigrantes pioneiros, é preciso destacar que a economia local era marcada pela interdependência, ou seja, os alemães que não possuíam cativos certamente conviveram ou presenciaram a escravidão no sul do Brasil. O perfil escravista que a região parece ter ostentado é bastante similar àquele de outras áreas do país e em especial ao da própria província do Rio Grande do Sul (MATHEUS e FONTELLA, 2013).

O censo de 1872: uma fotografia panorâmica da escravidão

Há, no entanto, outro tipo documental que pode nos auxiliar a obter uma fotografia panorâmica, porém estática, da presença de escravos em São Leopoldo. Trata-se do primeiro grande censo nacional realizado em todo o território brasileiro, em 1872: único minimamente confiável para estipularmos com razoável convicção a população imperial.

Tabela 2 – População em São Leopoldo, dividida por sexo, origem e condição

	Total	Brasileiros			Estrangeiros		
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Líves	29.331	12.439	11.880	24.319	2.813	2.179	4.992
Escravos	1.546	729	623	1.352	162	32	194
Total	30.857	13.168	12.503	25.671	2.975	2.211	5.186

Fonte: Censo de 1872, disponível em: nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72

O primeiro ponto a se destacar no que toca a análise populacional a partir do Censo de 1872 é a massiva presença de brasileiros entre os moradores de São Leopoldo (83,2%). Ou seja, parece ter havido um

processo de reprodução endógena dos imigrantes. Paulatinamente, como se sabe, os estrangeiros chegados à província foram encaminhados para áreas novas de colonização (como as colônias de Nova Petrópolis, Santo Ângelo, Santa Cruz do Sul) diante da impraticabilidade do mercado de terras na colônia pioneira, do aumento de preço dos lotes coloniais, e, mais importante, da insuficiência de terras da nação a serem distribuídas.

Naquele mesmo ano, como demonstra a tabela acima, apenas 12,6% dos escravos em São Leopoldo eram africanos, apresentando uma disparidade de sexo característica da diáspora transatlântica: apenas 16,5% dos escravos africanos eram mulheres. Entre os 4.992 estrangeiros livres, é de se imaginar, estavam também africanos libertos. Os resultados do Censo ainda nos permitem adentrar o mundo profissional dos cativos, como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 3 – População escrava de São Leopoldo dividida por ocupações

Ocupações	Homens	Mulheres
Costureiras	0	49
Metais	1	0
Madeiras	10	0
Edificações	15	0
Couros e peles	6	0
Calçados	5	0
Lavradores	369	20
Criados e jornaleiros	20	0
Serviço doméstico	92	300
Sem profissão	373	296
Total	891	655

Fonte: Censo de 1872, disponível em: nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72

Desconsiderando os cativos *sem profissão*, temos que 71,2% dos homens escravos na região de São Leopoldo estavam envolvidos com o cultivo da terra – trabalhavam forçadamente nas lides das pequenas propriedades rurais dos colonos e nas estâncias e fazendas dos poucos ricos ali presentes. Já 83,6% das mulheres escravas

estavam inseridas no mundo doméstico: trabalhavam para seus senhores no âmbito da casa. No entanto, é possível afirmar que havia uma gama enorme de atividades subsumidas na categoria “serviço doméstico”. Além disso, que é bastante difícil separar, em especial na realidade leopoldense, os espaços rurais e urbanos.

Figura 4 – Escravos lavradores



Fonte: Frond, Victor et al. *Brazil Pittoresco*. Paris: Lemecier, 1881.

Outro fato a se notar é que o Censo de 1872 não parece ter alcançado toda a população escrava no Brasil. Dados compilados por Thiago Araújo (2011) demonstram que São Leopoldo teria uma população cativa de 1.956 indivíduos em 1871. Se somarmos a esses os 277 ingênuos batizados na Paróquia Católica de Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo entre 1871 e 1887, obtemos uma soma de 2.223 indivíduos ainda presos aos laços de cativeiro no período em questão.

As cartas de liberdade

A escravidão em São Leopoldo não só era bastante similar à restante do Brasil no que toca à estrutura de posse de cativos – que revela um grupo de senhores bastante amplo possuindo até cinco

cativos, e um pequeno grupo de elite, cujos membros tinha mais de dez cativos cada e que possuíam, conjuntamente mais da metade dos escravos ali presentes. A presença maciça de cartas de alforria (ou de liberdade) registradas nos cartórios de Porto Alegre e São Leopoldo no acervo do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul é mais um ponto de confluência que denota a capilaridade da escravidão – e de suas práticas, tão comuns em outros rincões do Brasil – na antiga colônia alemã.

Revisando os livros cartoriais de São Leopoldo e Porto Alegre, localizamos 520 documentos de liberdade passados por senhores moradores da região colonial de São Leopoldo. 342 delas previam uma condição para que o/a escravo/a recebesse sua alforria: ou seja, concedia-se alforria mediante prestação de serviços (46% de todas as cartas) ou somente após a morte do/a senhor/a.

Perspectivas e possibilidades

Até agora, demonstramos de que maneira a escravidão em São Leopoldo não só era capilar e granular, mas também apresentamos resultados empíricos e quantitativos que demonstram que ela era sim comparável a outras regiões do Brasil. Ou seja, intentamos deixar claro que a colônia alemã de São Leopoldo não foi exceção: seus habitantes não ficaram isolados, alheios à instituição que marcou o século 19 brasileiro e que serviu de base para as relações sociais em todos os rincões do país. É certo que o projeto imigrantista levado a cabo durante o primeiro reinado, e do qual São Leopoldo é o resultado concreto mais claro, tinha em seu âmago a possibilidade da abolição gradual da escravidão. No entanto, o projeto frustrado de José Bonifácio de Andrada e Silva e seus pares afetou não só a vida dos imigrantes por conta da falta de investimento e de interesse público, mas também a maneira com a qual eles próprios perceberam a escravidão. Uma vez inseridos na sociedade sul-rio-grandense, os

imigrantes não se isolaram, como pleiteou uma historiografia apologética. Antes, tornaram-se membros da comunidade política brasileira (TRAMONTINI, 2000; WITT, 2008; MUGGE, 2012). Como tantos outros brasileiros, foram votantes, guardas nacionais e senhores de escravos: reproduziram uma hierarquia baseada na desigualdade, em uma realidade na qual a riqueza era medida na posse de outros seres humanos (GRAHAM, 1997).

A publicação de nosso livro há três anos (MOREIRA e MUGGE, 2014), no qual se baseia esse artigo, no entanto, não nos impediu de continuar nossa busca por dar relevância às vidas de homens e mulheres descendentes de participantes da diáspora africana na região da primeira colônia alemã do Rio Grande do Sul. Atualmente estamos realizando um estudo sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de São Leopoldo. Criada em 1852 e localizada no centro do município, ela congregou em um espaço de devoção católica, escravos, libertos e indivíduos livres. Os irmãos escravos fundadores da irmandade pertenciam a vinte e cinco senhores diferentes, sendo oito destes de origem germânica: no mínimo a metade destes senhores teuto-brasileiros professavam a religião luterana. Resultados preliminares demonstram que a Irmandade possuiu um papel preponderante na construção de hierarquias dentro de seu seletivo grupo de participantes, que variou entre vinte e cinco e cinquenta membros. A festa anual em devoção à Nossa Senhora era o ápice de sua participação na vida pública da antiga Colônia Alemã.

Para além de trazer importantes resultados que desabilitam historiadores em falar em ausência de escravidão na colônia alemã e desdém da posse escrava entre os colonos alemães, esse texto pretende apontar igualmente para futuras possibilidades. Daí que, nos parágrafos seguintes, nos ateremos a propor caminhos para que nosso estudo seja ampliado através de uma possível rede de colaboração.

Diversos historiadores já vêm utilizando diferentes tipos documentais para o estudo da escravidão – e, em especial, da vida

dos escravos – no sul do país. Destacam-se entre os corpos de fontes primárias mais comuns no trabalho dos historiadores os processos criminais, os inventários e os registros eclesiásticos católicos. Enquanto em nosso trabalho nos ocupamos do estudo dos livros da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e dos registros cartorários de São Leopoldo, ainda restou em aberto explorar os livros das paróquias de Dois Irmãos e São José do Hortêncio – colônias “satélites” da ocupação pioneira. A região de Hortêncio pode ser considerada lugar de fronteira e de encontro étnico com os ocupantes lusos da região de Sant’Ana do Rio dos Sinos (MARTINI, 2010). Torna-se alvissareiro, portanto, explorar as idiosincrasias da escravidão naquela região: teriam ali os alemães também possuído escravos? Em que proporção? A ampliação dos lócus de análise para as regiões de ocupação mais tardia pode aportar comparações de fôlego, não só entre a colônia-mãe e seu entorno, mas também com outras localidades da província.

Ricardo Charão (2004) há mais de uma década apontou para a necessidade de se estudar os registros eclesiásticos luteranos e de que maneira os alemães protestantes trataram seus escravos. As localidades de ocupação mais antiga e que se desenvolveram economicamente de maneira mais efetiva (tais como Campo Bom, Hamburgo Velho, São Leopoldo e Dois Irmãos) parecem ter tido muitos senhores escravistas, cujos planteis eram de origem e tamanho bastante variados. Assim como seus contemporâneos católicos, os alemães luteranos e seus descendentes parecem ter optado pelo batismo dos seres humanos que pertenciam a eles, integrando-os a seu mundo religioso e permitindo a criação de redes de relacionamento baseadas no compadrio. O Pastor Haesbaert, da comunidade evangélica de Hamburgo Velho, durante seu tempo de serviço, chegou a batizar cinquenta e um escravos: a maioria dos cativos recebeu o sobrenome do senhor no *ato do batismo* – gerando, dessa maneira, famílias negras com sobrenomes alemães, muitas das quais também falantes do idioma

alemão (Woortmann, 1995), uma particularidade local que pode ter conexão com a formação do próprio pastor em um seminário norte-americano no início do século 19 (FORTENBAUGH, 1933; GENERAL Catalogue..., 1840).

É preciso notar que, depois de um exercício exploratório pelos arquivos das comunidades evangélico-luteranas da região da antiga colônia alemã de São Leopoldo, pudemos notar a presença – mesmo que diminuta – de indivíduos escravizados em *quase* todas elas. Mesmo nas menores e mais empobrecidas e isoladas, como Picada 48, por exemplo, havia pelo menos uma família que possuía cativos. Ou seja, é factível imaginar que não só a escravidão tocava a tudo e a todos mesmo em uma região de imigração alemã, mas havia *vontade* por parte dos imigrantes em possuir pelo menos um cativo.

Figura 5 – Batismo do escravo “Lorenz”, filho de “José”, escravo dos Colling, e de Maria, escrava de Georg Bauermann



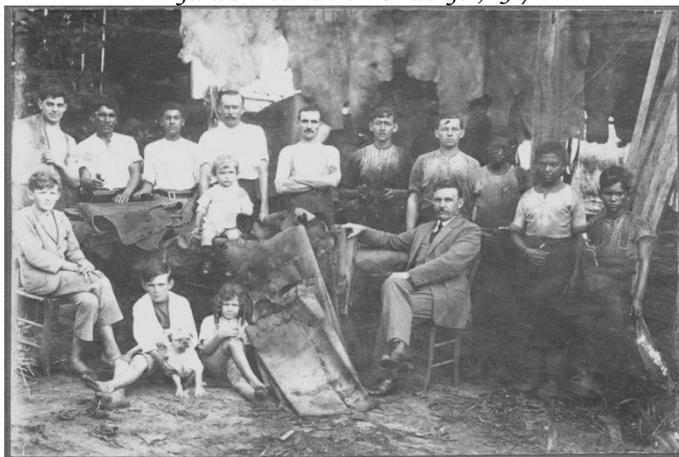
Fonte: Livro de Registros da Comunidade Evangélica Luterana de Picada 48, 04 de outubro de 1865. Batismo n. 18. Foto: Torben Eskerod

Ainda no que toca à região, em aberto estão os estudos do período pós-emancipação. Afinal, as famílias oriundas do cativo não se dissiparam, não sumiram daquelas localidades originárias

da antiga colônia alemã de São Leopoldo depois de terem conseguido o alvedrio para os seus (1824-1888), tampouco depois da abolição da escravidão (1888). É certo que a vida depois de conseguir uma carta de alforria era bastante complicada e a liberdade era bastante precária (OLIVEIRA, 2006; CHALHOUB, 2012).

Em pequenos fragmentos documentais e em fotografias de época é possível encontrar crianças e adultos trabalhando em curtumes, em oficinas e em lojas – teriam sido mantidos como agregados dos seus antigos senhores? A resposta nos parece positiva em vários casos, com a da família Momberger, cujos homens foram retratados na foto abaixo.

Figura 6 – Curtume Momberger, 1917



Fonte: Acervo de Felipe Kuhn Braun

Para além dos importantíssimos estudos micro-analíticos, baseados em fontes primárias seriais produzidas em nível local, é preciso ressaltar a necessidade de um *retorno ao macro*, por assim dizer. Em boa medida, já há uma nova tendência na historiografia em retomar os grandes processos e refletir sobre a ação dos indivíduos em escalas internacional, transnacional e global (CONRAD, 2010; 2016). As experiências pregressas dos imigrantes

podem ter ajudado a formar suas atitudes frente a uma realidade escravista. Ou seja, as múltiplas realidades vividas formaram um grupo que tinha em comum a diáspora transoceânica, mas que pouco tinha de homogêneo.

Por outro lado, a vida e a vivência dos imigrantes oriundos das “Alemanhas” no Rio Grande do Sul também conformaram as ideias e fantasias europeias sobre o que era o Brasil, o papel e a missão dos súditos alemães emigrantes e, finalmente, os próprios projetos coloniais do Império Alemão formado em 1871 (RELLY, 2015): a escravidão parece ter sido assunto frequente no pensamento dos intelectuais germanistas e nacionalistas – tanto no Brasil, quanto na Europa. Conforme Eugene Cassidy, “graças à escravidão, para nacionalistas alemães em ambos os lados do Atlântico, o Brasil e seus habitantes *precisaram* de alemães para se desenvolverem, fazendo do país uma zona de relação colonial” (2015, p. 322). Ou seja, discutir o colonialismo alemão – e a missão civilizacional alemã do final do século 19 – sem levar em conta a escravidão no Brasil (como um todo, mas também em São Leopoldo) é “perder um elemento inegável de seu desenvolvimento” (CASSIDY, 2015, p. 324).

Abreviaturas

AHI: Arquivo Histórico do Itamaraty, Rio de Janeiro/RJ

APERS: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS

MHVSL: Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, São Leopoldo/RS

Referências

ALVES, Eliege. *Presentes e Invisíveis*. Escravos em terras de alemães. São Leopoldo, 1850-1870. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Unisinos, 2004.

- AMADO, Janaina. *Conflito social no Brasil: a revolta dos Mucker*, Rio Grande do Sul, 1868-1898. São Paulo: Símbolo, 1978.
- ANDRÄ, Helmut. *Deutsche Söldner in Brasilien*. São Paulo: KMK, 2000.
- ARAÚJO, Thiago. Novos dados sobre a escravidão da província de São Pedro. 5^o. *Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Porto Alegre: UFRGS, 2011.
- CALDEIRA, Jorge. *José Bonifácio de Andrada e Silva*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- CASSIDY, Eugene S. *Germanness, Civilization, and Slavery: Southern Brazil as German Colonial Space (1819-1888)*. Tese (Doutorado em História). Ann Arbor: University of Michigan, 2015.
- CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CHARÃO, Ricardo. Negros escravos em brancas e protestantes comunidades. *Anais do VI Encontro Estadual de História*. Passo Fundo: ANPUH/RS, 2002.
- CONRAD, Sebastian. *Globalisation and the Nation in Imperial Germany*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- CONRAD, Sebastian. *What is Global History?* Princeton: Princeton University Press, 2016.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *José Bonifácio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- DOLHNIKOFF, Miriam. O projeto nacional de José Bonifácio. *Novos Estudos*, n. 46, nov. 1996, p. 121-141.
- DREHER, Martin. *Degredados de Mecklenburg-Schwerin e os primórdios da imigração alemã no Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2010.
- FORTENBAUGH, Robert. American Lutheran Synods and slavery, 1830-1860. *The Journal of Religion*, v. 13, n. 1, Jan. 1933, p. 72-92.
- GANS, Magda. *A presença teuta em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: EdUFRGS, 2004.

- GENERAL Catalogue and constitution of the Theological Seminary of the General Synod of the Evangelical Lutheran Church.* Gettysburg: H. C. Neinstedt, 1840.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- GREEN, Abigail. *Fatherlands: State-building and Nationhood in Nineteenth-Century Germany*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- HUNSCHE, Carlos H. *O biênio 1824/25 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)*. Porto Alegre: A Nação, 1975.
- MAGALHÃES, Magna. *Entre a preteza e a branca brilha o Cruzeiro do Sul: associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo/RS)*. Tese (Doutorado em História). São Leopoldo: Unisinos, 2010.
- MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. Constitucionalismo atlântico e ideologia da escravidão: a experiência de Cádiz em perspectiva comparada. *Bulletin for Spanish and Portuguese Historical Studies*, v. 37, n. 2, 2012, p. 1-18.
- MARTINI, Carina. *“Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município”*. Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900). Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo: Unisinos, 2010.
- MATHEUS, Marcelo; FONTELLA, Leandro. Estrutura de posse escrava na província do Rio Grande de São Pedro: um balanço historiográfico. *Revista Latino-Americana de História*, v. 2, n. 9, 2013, p. 76-96.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; MUGGE, Miquéias Henrique. *Histórias de escravos e senhores em uma região de imigração europeia*. São Leopoldo: Oikos, 2014.
- MUGGE, Miquéias H. *Prontos a contribuir: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania (Rio Grande do Sul, século XIX)*. São Leopoldo: Oikos, Unisinos, 2012.

- MÜHLEN, Caroline von. *Degredados e imigrantes: trajetórias de ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin no Brasil meridional*. Santa Maria: EdUFSM, 2013.
- OBERACKER, Carlos H. *Jorge Antonio von Schaeffer: criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil*. Porto Alegre: Metrópole, 1975.
- OLIVEIRA, Vinicius. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: a trajetória de um africano ladino em terras meridionais – século XIX*. Porto Alegre: EST, 2006.
- RELLY, Eduardo. Imigração alemã ao Brasil (século XIX) e Prússia: fronteiras permeáveis e diálogos entre história global e micro-história. *História Unisinos*, v. 20, n. 3, set./dez. 2016, p. 273-286.
- RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. *Documentos da escravidão: inventários*. Porto Alegre: CORAG, 2010.
- ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.
- WALKER, Mack. *Germany and the Emigration, 1816-1885*. Cambridge: Harvard University Press, 1964.
- WITT, Marcos A. *Em busca de um lugar ao Sol: estratégias políticas. Imigração alemã, Rio Grande do Sul, século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2008.
- WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres. Colonos do sul e sitiantes do nordeste*. Brasília: EdUnB; São Paulo: Hucitec, 1995.
- ZUBARAN, Maria Angélica. Os teuto-rio-grandenses, a escravidão e as alforrias. In: MAUCH, Cláudia (org.). *Os Alemães no Sul do Brasil*. Canoas: Editora da ULBRA, 1994.

5ª Parte

Fontes para a Imigração



Vista interna do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. Foto de Luciano Stabel.

Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (Acervo Fotográfico).

Construção do conhecimento histórico através da literatura: narrativas ficcionais sobre o Rio Grande do Sul

Samanta Ritter

Wellington Augusto Blume

Introdução

“Condenados a uma existência que nunca está à altura de seus sonhos, os seres humanos tiveram que inventar um subterfúgio para escapar de seu confinamento dentro dos limites do possível: a ficção. Ela lhes permite viver mais e melhor, ser outros sem deixar de ser o que já são, deslocar-se no espaço e no tempo sem sair do lugar, nem de sua hora e viver as mais ousadas aventuras do corpo, da mente e das paixões, sem perder o juízo ou trair o coração.”¹

As palavras de Mario Vargas Llosa refletem sobre o poder da Literatura e da grandeza que ela ocupa na sociedade e na vida das pessoas. Além de sua capacidade artística, os escritos literários têm potencialidade para que sejam explorados pelos historiadores, que em seus textos, buscam reconhecer os símbolos de representações sociais e de ideias de uma época, entre outras questões que podem ser levantadas para análise.

A Literatura foi considerada pouco relevante para os estudos históricos até que, por volta de 1970, as novas tendências da

¹ Mario Vargas Llosa (Apud Ferreira, 2009, p. 67).

História Social e Cultural, ampliaram as possibilidades de fontes, abordagens e questionamentos para o desenvolvimento do conhecimento histórico. Principalmente o campo da história das mentalidades estimulou a utilização de obras literárias como fonte para as pesquisas. Para além das funções estéticas,

os textos literários passaram a ser vistos pelos historiadores como materiais propícios a múltiplas leituras, especialmente por sua riqueza de significados para o entendimento do universo cultural, dos valores sociais e das experiências subjetivas de homens e mulheres no tempo (FERREIRA, 2009, p.61).

As fontes são a base a partir da qual o problema de pesquisa vai ser desenvolvido pelo historiador; logo, são essenciais. Devido à importância das fontes para os trabalhos de pesquisa, tendo ciência de que não devemos tomá-las por verdade, a análise e a crítica são procedimentos indispensáveis para a construção do estudo histórico.

Ao utilizarmos a arte literária como fonte histórica, devemos estar cientes de que a literatura não tem compromisso de verossimilhança histórica, sendo antes, uma obra ficcional². São, no pensamento de José Alberto Baldissera narrativas que se apropriam de algum acontecimento histórico para contar uma história (BALDISSERA, 2014).

Esse fato, porém, não diminui sua capacidade, pois “toda ficção está sempre enraizada na sociedade, (...) é em determinadas condições de espaço, tempo, cultura e relações sociais que o escritor cria seus mundos de sonhos, utopias ou desejos, explorando ou inventando formas de linguagem” (FERREIRA, 2009, p. 67).

² Ferreira (2009) afirma que as representações de uma obra por mais verossímeis que sejam, estão imersas em um ambiente ficcional. Hayden White (Apud Ferreira) complementa que o conteúdo e as formas de uma narrativa histórica são mais comuns à literatura do que à ciência, sendo classificadas, dessa forma, como narrativas ficcionais.

Incluindo a literatura, conforme Roger Chartier (1990), dentro de um conjunto de práticas – as práticas intelectuais de escritas literárias ou ficcionais – reconhecemos que

as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 1990, p. 17).

Para além da necessidade de reconhecer as estruturas de poder que envolvem a escrita –sofrendo influência na construção e influenciando a sociedade –Antonio Celso Ferreira(2009) indica que não há uma receita única a seguir para a análise, entretanto é imprescindível conhecer o escritor, as representações criadas e os inúmeros contextos: da escrita da obra em si, do escritor e seu tempo e dos leitores e apropriações que fizeram do texto em diferentes momentos da história. Ao lado disso, deve-se perceber o contexto social, econômico e político em que o autor escreve a obra e os mesmos contextos que aparecem diluídos no texto literário.É interessante investigar a intertextualidade³ da obra, quais as funções que os livros desempenhavam na época em que o livro foi publicado, como circulavam e como eram lidos pela sociedade e, ainda, como foram apropriados.

As fontes literárias, assim como qualquer outro documento empregado como fonte, são lidas pelo historiador que tem a responsabilidade de contrastá-las com outras fontes e com a historiografia para construir a contextualização e o entendimento das fontes.Deve-se pensar na trajetória do autor, suas principais influências, o pensamento social da época e o contexto de escrita da obra para que se possa perceber a partir de qual lugar a análise

³ O conceito de intertextualidade, segundo Ferreira (2009), refere-se à ligação da literatura com outras expressões artísticas (artes plásticas, fotografia, cinema) que remetem a formas de representação de uma sociedade.

pode ser feita. Esse é um exercício metódico que acompanha o historiador na leitura de praticamente todos os tipos de fontes. O que há de novidade no desenvolvimento de trabalhos a partir de obras literárias é o fato de que está se lidando com um texto ficcional. Na maioria das vezes, lida-se com uma história dentro da História.

Levando em consideração tais apontamentos, este trabalho tem como objetivo apresentar as possibilidades que três narrativas ficcionais oferecem para o estudo da história do Rio Grande do Sul, no campo da história da imigração alemã.

Entre os gêneros literários, segundo Ferreira (2009), estão a poesia e a prosa. Na categoria da prosa encontramos os romances, as crônicas, os contos. *A ferro e fogo: tempo de solidão*, *A ferro e fogo II: tempo de guerra* e *Videiras de cristal* são os livros selecionados, os romances que tomaremos como base para explorar as possibilidades de análise das fontes.

Em *A ferro e fogo: tempo de solidão*, *A ferro e fogo II: tempo de guerra*, Josué Guimarães narra a trajetória de imigrantes alemães em sua inserção social e política no Rio Grande do Sul ao longo do século XIX. A trama perpassa momentos conflituosos que marcaram a história da província de São Pedro, como a Revolução Farroupilha e a Guerra do Paraguai. Entre um evento e outro, Guimarães apresenta a história de Catarina e Daniel Abrahão ao lado de personagens históricos como o Major vonSchäeffler, Dr. Daniel Hillebrand e a Princesa Leopoldina. O cenário criado pelo autor apresenta a vida política, econômica e social rio-grandense através de um forte vínculo entre a narrativa ficcional e a História.

Videiras de Cristal (1997), de Luiz Antônio de Assis Brasil, é uma narrativa com foco central sobre a formação de uma “seita messiânica” designada *Mucker* pelos colonos contrários ao grupo, no morro Ferrabraz, atual cidade de Sapiranga. A seita era liderada por uma figura conhecida no contexto da história da imigração: Jacobina MentzMaurer. A líder, os adeptos e a organização da estrutura, tanto física como espiritual, foram descritos pelos

personagens de Assis Brasil, tanto simpatizantes e frequentadores da seita quanto autoridades e colonos que se posicionavam contra o grupo. A escrita foi conduzida de modo que retratou desde a formação até o desfecho violento que o episódio assumiu.

Além do episódio ocorrido no Ferrabraz, também são expostos outros temas que permeavam o Rio Grande do Sul do século XIX: as disputas religiosas entre católicos e protestantes, as disputas políticas entre os liberais e os conservadores, o desconforto dos alemães para com os brasileiros; a exaltação da germanidade; ideias de selvageria e progresso; as inovações da época, como a chegada do trem a São Leopoldo; as funções e os cargos executivos; o cotidiano do trabalho rural, da esfera urbana, das famílias.

O livro de Assis Brasil é escrito com muitos detalhes, que evidenciam as questões políticas, econômicas, sociais, religiosas e de gênero sobre a imigração e colonização do estado. Sua produção colaborou para expor novas perspectivas sobre esse fato violento. Os *Mucker* eram considerados uma mancha vergonhosa para os que defendiam a ideia de que todos os alemães seriam ordeiros e civilizados.

Os autores e a escrita das obras

Escrever é comunicar-se. Faço isso desde os 19 anos de idade, embora como jornalista, batendo milhares de palavras por dia. Agora, o que escrevo em jornal é como folha de outono, o vento carrega. Largando o jornalismo (...) comecei a encontrar hora para botar no papel aquilo que sempre quis fazer: ficção⁴. (...) resta-me dizer que li e leio muito, e de modo assistemático, guiando-me pelo instinto ou pela sugestão de pessoas a quem respeito. Não me considero particularmente influenciado

⁴ Trecho da entrevista de Josué Guimarães no lançamento do livro “É tarde para saber”. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=rYv_H1ArooC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false, acesso em 29/11/2017.

por nenhum destes, mas por todos em geral; se fosse imprescindível responder à pergunta, diria que Eça ainda está no cimo desse panteão particular: com ele aprendi, ou penso ter aprendido, como se estrutura um romance e como se desenvolve uma personagem.⁵

Josué Guimarães e Luiz Antônio de Assis Brasil e Silva foram escritores extremamente sensíveis para pensar o cenário social do Rio Grande do Sul no século XIX. A paixão dos autores pela escrita deixa isso muito claro. Pensaram a sociedade, descreveram a paisagem, os personagens e alguns dos conflitos que compuseram o cenário político, econômico e social rio-grandense do Oitocentos. A narrativa dos autores se estende da chegada dos imigrantes alemães ao Rio Grande do Sul e se encerra com o conflito do Ferrabrás.

Josué Guimarães nasceu em São Jerônimo, no Rio Grande do Sul, em 7 de janeiro de 1921. Em 1939 mudou-se para o Rio de Janeiro onde, no Correio da Manhã, iniciou sua carreira como jornalista, profissão que exerceu até o final de sua vida. Como homem público foi chefe de gabinete de João Goulart na Secretaria de Justiça do Rio Grande do Sul, no governo de Ernesto Dornelles; foi vereador em Porto Alegre pela bancada do PTB e entre os anos de 1961 a 1964 foi diretor da Agência Nacional a convite do então presidente João Goulart.

Por estar trabalhando para o governo de Jango como diretor-geral da Agência Nacional no momento do golpe, este período inicial de repressão o atingiu em cheio: os alvos iniciais da repressão militar consistiam, justamente, nos apoiadores de Jango. (MOURA, 2011, p.71)

Em decorrência disso, precisou escrever sob pseudônimo. Sobre essa informação, destaca-se a utilização do alônimo “Philleas

⁵ Trecho da entrevista de Luiz Antonio Assis Brasil, concedida a José Pinheiro Torres. Disponível em <http://www.laab.com.br/bio.html>, acesso em 22/11/2017.

Fog”, que foi utilizado no período em que manteve a coluna "A Volta ao Mundo", do jornal Zero Hora (MOURA, 2011). Sua vida social esteve muito vinculada com sua atuação política, que foi manifestada ora explicitamente, ora implicitamente através da escrita.

Dentre suas principais obras destacam-se: *Os Ladrões*, *Depois do Último Trem*, *A ferro e fogo – Tempo de Solidão*, *A ferro e fogo – Tempo de Guerra*, *Lisboa Urgente*, *Tambores Silenciosos*, *Cavalo Cego*, *É tarde para saber*, *Dona Anja*, *Enquanto a noite não chega*, dentre outras. Destaque especial foi dado a *Tambores Silenciosos*, por Vanessa dos Santos Moura, em sua dissertação de mestrado, na qual a autora evidenciou a militância política encontrada na composição dessa obra. Segundo Moura, o romance poderia ser classificado como “satírico-surrealista”, uma vez que denunciou alguns momentos conflituosos do regime militar (MOURA, 2011, p.102). A epígrafe de *Tambores Silenciosos* evidencia isso:

Nós somos os homens ocos,
os homens estofados,
escorados uns nos outros,
a cabeça cheia de palha.
(GUIMARÃES, 1977, p.1)

Enquanto autor bastante sensível ao momento político vivido pelo Brasil, Guimarães soube como utilizar a sutileza das palavras para denunciar os silêncios de um período tão conturbado.

E nesse contexto, as amizades de Guimarães foram preponderantes para a construção das suas principais ideias. Moura têm algumas suposições importantes para pensar a composição da obra *A ferro e fogo*. A autora investigou qual relação de amizade Guimarães possuiu com intelectuais de sua época. Surge como nome exponencial a figura de Erico Verissimo, que teria sido, para Guimarães, “um de seus melhores amigos e

profundo admirador, além de leitor, crítico, conselheiro, entre tantos outros ‘postos’ ocupados, dialogou e contribuiu significativamente” para consolidá-lo “dentro do campo intelectual” (MOURA, 2011, p.91). A pesquisa efetuada por Moura não contribuiu apenas para conhecer Guimarães de forma mais ampla, mas também para que se possa compreender as escolhas feitas pelo autor no momento em que passa a pensar e refletir sobre as obras que escreveu e viria a escrever. Dentro dessa perspectiva, a autora destaca:

De forma análoga ao processo de “canonização” de Erico Verissimo com sua trilogia *O tempo e o vento*, que narra a saga da formação do Rio Grande do Sul, é possível ver uma tentativa de estabelecer Josué Guimarães como seguidor fiel de Verissimo, narrador da saga da imigração alemã no estado em *A ferro e fogo* (MOURA, 2011, p.68).

Guimarães escreveu *A ferro e fogo* num momento que sugere profunda reflexão. Num panorama mais geral, o romance de Guimarães foi escrito e difundido em um período no qual estudos acerca da temática da imigração eram um tabu. Como aponta Martin Dreher,

nos anos posteriores à [Segunda] Guerra [Mundial] até 1974, **os estudos sobre a imigração eram tabu**. O discurso do Estado Novo, através dos órgãos de imprensa e propaganda, buscava desqualificar de tal maneira as populações descendentes de imigrantes que **a mera abordagem da temática imigração suscitava medos e ressentimentos e ao pesquisador se recomendava que tivesse “cuidado”** (DREHER, 2014, p.19).
[Grifo nosso]

No ano de 1974, dois anos após a impressão da primeira edição do livro, ocorreram as comemorações do sesquicentenário da imigração alemã. A partir de então, os estudos que possuíam como objeto de pesquisa a imigração, voltaram a ser realizados no Brasil. Estudiosos da obra apontam que Guimarães quis dar voz e

visibilidade para os imigrantes alemães, que haviam passado por um amplo processo de repressão e silenciamento durante o Estado Novo.

Pensando a obra de forma mais ampla, Daiane Antunes Dias destaca que as narrativas de Guimarães “são marcadas por temática recorrente da dor, destruição e morte”, no qual apresenta “homens e mulheres que pesquisou, descobriu e reinventou, os quais, situando-os num determinado momento histórico, destaca, alcançando, muitas vezes, o mágico e o humor” (DIAS, 2002, p.78-79). Para Ivânia Campigotto Aquino,

Josué assume, sim, uma postura crítica, de denúncia, perante a saga da colonização, mostrando o cotidiano das famílias alemãs, voltando-se para os sentimentos, desejos, costumes e objetivos desse povo, sendo que eles estavam concentrados na luta pela sobrevivência em uma terra hostil em meio a tanto sofrimento e privações. (AQUINO, 2011, 263)

Aquino (2011) tece uma reflexão bastante pertinente em artigo intitulado de *A força do feminino em A ferro e fogo*. Trata-se de uma análise de gênero, em parceria com Mariana Cardoso Marsaro, no qual as autoras mostram algumas leituras possíveis acerca da atuação da mulher imigrante no século XIX. Utilizando as figuras de Sofia e Catarina, personagens fictícias criadas por Guimarães, as autoras lançam questionamentos sobre o cotidiano feminino, seus espaços de atuação e contribuição social para o desenvolvimento da sociedade rio-grandense. A personagem Catarina, por exemplo, é vista como uma mulher forte, pois é “ela quem toma decisões tanto no lar quanto nos negócios, responsabilizando-se por todos os afazeres domésticos, ocupando-se, assim, até das atividades que, no caso das famílias patriarcais gaúchas, seriam destinadas apenas aos homens naquela época” (AQUINO; MARSARO, 2011, 263). Por isso, para Aquino,

A ferro e fogo se faz uma história de vidas. Não de vidas passivas diante dos propósitos do mundo e dos outros, mas de vidas bem

conduzidas por seus donos, vidas determinadas pela resistência e coragem, pelo espírito que não se dobra, pelo esforço contínuo; e bem cobradas por tudo isso, cobranças medidas pelo sofrimento que advém das circunstâncias produzidas numa nova terra onde devem se fixar. (AQUINO, 2011, 1664)

Luiz Antonio de Assis Brasil e Silvanasceu em Porto Alegre no ano de 1945. Como nome literário adota Luiz Antonio de Assis Brasil. Sua graduação é em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Trocou de área ao realizar o doutorado, em 1988, com ênfase em Linguística e Letras pela mesma universidade, onde atua como professor titular da graduação e pós-graduação em Letras. Seu pós-doutorado foi realizado na Universidade dos Açores, em Portugal, na área de Linguística, Letras e Artes, no ano de 1992.

Atualmente Assis Brasil é professor, escritor e concilia suas atividades com a Oficina de Criação Literária na PUCRS, que mantém de forma interrupta há 32 anos. Em sua atuação como escritor já publicou 21 obras, especialmente no gênero ficcional-narrativo, em países como Brasil, Portugal, Espanha e França. Recebeu prêmios literários, entre alguns deles, exemplificamos o Erico Veríssimo pela obra *Um quarto de légua em quadro*, do ano de 1987; o prêmio Machado de Assis pelo livro *O pintor de retratos* de 2001; prêmio Portugal Telecom da Literatura Brasileira, Jabuti e Prêmio Açorianos de Literatura pela obra *A margem imóvel do rio* publicano no ano de 2003.

O livro *Videiras de Cristal* é escrito à memória de Josué Guimarães, como forma de homenagem e dar continuidade ao trabalho literário, contando os fatos históricos da imigração e colonização do estado, culminados pelo episódio do Ferrabraz, que havia sido começado por Guimarães. Sobre *Videiras de Cristal*, Assis Brasil escreve:

“sempre persegui a idéia de escrever um romance sobre os muckers, um romance que, com maior ou menor fidelidade aos

fatos, narresseja trajetória pessoal de algumas personagens – reais ou fictícias – que tiveram parte de suas vidas ligadas ao episódio do Ferrabrás. Nunca me passou pela cabeça escrever um romance histórico, muito menos uma ‘história romanceada’. Assim, os puristas de plantão devem esquecer o propósito de conferir datas, nomes e eventos; talvez os encontre subvertidos ou mascarados pela fantasia – não tão feérica – do amor.” (ASSIS BRASIL, 1997, p. 541).

O autor explica que para escrever tal romance consultou obras como *A nova face dos Muckers*, de Moacyr Domingues; *Conflitos sociais no Brasil*, de Janaína Amado; *Os muckers*, do padre jesuíta Ambrósio Schupp; *O episódio do Ferrabrás*, de Leopoldo Petry e *O messianismo no Brasil e no mundo*, de Maria Isaura Pereira de Queirós. Em seus agradecimentos cita, entre outros, nomes como os dos professores René Gertz e Sandra Pesavento, da área de História.

Videiras de Cristal é uma obra complexa, completa e rica em detalhes. É também uma obra que abriu espaço para as relativizações sobre o episódio *Mucker*, do qual durante muito tempo não se falou, sendo um fato muito sensível e dolorido para a população do Ferrabraz e as localidades próximas. Daniel Gevehr explica que o livro

“ao apresentar uma versão diferente dos fatos ao público, a obra acaba repercutindo de forma decisiva e positiva na criação de um novo imaginário social sobre o movimento Mucker. Se antes os Mucker eram apresentados como desordeiros e fanáticos, a partir de Videiras de Cristal, os Mucker deixam de ser rotulados negativamente e detratados” (GEVEHR, 2007, p. 34).

A adaptação desse livro chegou ao cinema através do filme *A paixão de Jacobina* com a direção de Fábio Barreto e roteiro de Ana Miranda. O filme, assim como o livro, contribuíram com novos olhares para o fato, desconstruindo os discursos postos como verdades e retirando o peso que apontava os *Mucker* como únicos responsáveis pela acontecido.

A ferro e fogo – Josué Guimarães

Esta história começa com a chegada, no Rio Grande do Sul, do bergantim Protetor, em julho de 1824, trazendo no seu precário bojo de madeira 38 colonos alemães destinados à extinta Real Feitoria do Linho Cãnhamo, no Faxinal da Courita, hoje São Leopoldo. Depois deles, outros tomaram o mesmo caminho, trazidos a tanto por cabeça, por um **aventureiro internacional**, o Major Jorge Antônio Schaeffer. Muitos conseguiram sobreviver. Bem, mas então temos a história de homens e mulheres em solidão que plantaram as suas raízes, a ferro e fogo, nas fronteiras movediças dominadas por castelhanos, índios, tigres, caudilhos e portugueses (GUIMARÃES, 1882, p.5). [Grifo nosso]

A menção ao convite que Josué Guimarães faz ao leitor em *Tempo de Solidão*, não é apenas proposital, sendo também provocativa. Percebe-se, na passagem, a ilustração de alguns detalhes do cotidiano, como o navio, as gentes a bordo, o ambiente encontrado pelos imigrantes no momento em que chegam à Real Feitoria do Linho Cãnhamo e a forma pela qual Guimarães alcunha o Major von Schaeffer.

No que toca o primeiro aspecto, o autor desnuda as precariedades encontradas nas embarcações em que os imigrantes viajavam. Guimarães se distancia de uma narrativa que beira o fantástico, dialogando de perto com uma possível realidade encontrada pelos imigrantes no XIX. Sua descrição se aproxima das anotações encontradas no diário de bordo do Inspetor Ladwig⁶, que registrava, diariamente, *sob ventos favoráveis*, as peripécias pelas quais passavam as gentes a bordo dos navios que transportavam imigrantes no século XIX.

No que diz respeito ao segundo aspecto, destacamos o cuidado de Guimarães com a ideia de mobilidade espacial,

⁶ Esse relatório pode ser encontrado em: DREHER, Martin N. **Degredados de Mecklenburg-Schwerin e os primórdios da imigração alemã no Brasil**. São Leopoldo, Oikos, 2010.

quando enfatiza que “depois deles [os 38 colonos alemães], outros tomaram o mesmo caminho”. Nesse sentido, salienta-se que Guimarães poderia estar preocupado em destacar a ida e vinda de imigrantes da Alemanha para o Brasil e do Brasil para a Alemanha. Essa foi uma constante nos movimentos migratórios do Oitocentos. Idas e vindas, sucessos e insucessos. A atual historiografia sobre a imigração alemã tem dado conta desse debate, por exemplo, através do livro *Imigração na América Latina: histórias de fracassos*. Além de apresentar o panorama frustrante de alguns imigrantes e projetos migratórios públicos e privados, a obra evidencia a grande mobilidade espacial dos imigrantes. Historiografia e literatura dialogam nesse ponto.

Ao que tange à terceira passagem, Guimarães toca em um ponto muito caro para a historiografia que se detém a discutir a imigração alemã: a tese do isolamento⁷. Talvez sem se dar conta, o autor destacou aquilo que viria a ser abordado por Marcos Justo Tramontini (2000) e Marcos Antônio Witt (2015), respectivamente, em suas teses de doutoramento: os imigrantes, diferentemente do que alguns autores clássicos da imigração sugeriram, estiveram em constante contato (e conflito) com os demais homens e mulheres das mais variadas etnias que estavam radicados no Brasil. Guimarães, quando dá ênfase ao encontro do imigrante com “castelhanos, índios, tigres, caudilhos e portugueses”, distancia-se da ideia de enquistamento étnico, no qual imigrantes alemães estariam fechados em seu mundo, não estando a dialogar com os demais grupos que estavam em constante movimento pela Província de São Pedro.

No que abarca o quarto aspecto, percebemos a posição que o autor assume em relação ao Major von Schaeffer, o “aventureiro

⁷Marcos Antônio Witt argumenta: “de maneira resumida, pode-se dizer que os defensores da tese do isolamento propagaram a falsa ideia de que determinadas Colônias deixaram de prosperar porque estavam isoladas de outros núcleos coloniais ou de centros consumidores maiores (...) da mesma forma, as dificuldades enfrentadas pelos colonos, como estradas ruins, foram usadas para justificar o isolamento de certas comunidades”. (WITT, 2015, p.196)

internacional”. São duas possibilidades: o autor pode ter alcunhado o Major de aventureiro para dar certo tom pejorativo ao personagem ou escreveu sob a forma de metáfora, em que Guimarães poderia estar pensando nas constantes viagens que o Major fazia entre o Brasil e alguns países europeus com o intuito de atrair imigrantes para o então Império brasileiro; (, e) por isso, a designação de “aventureiro internacional”.Entretanto, no decorrer da leitura, se percebe que o autor transforma o Major no culpado por todas as mazelas pelas quais passavam os imigrantes que optaram em emigrar para o Brasil. Isso fica mais claro nas falas criadas por Guimarães para o respectivo personagem.

- Então aquela **gentinha** que cacei pelos arredores de Hamburgo, toda ela agora revoltada contra seu criador. (GUIMARÃES, 1977, p.49)

- Prometi **a essa gente** tudo aquilo que me foi autorizado. Agora essa conversa de Constituição não permite isso, não permite aquilo. Deviam ter dito antes. Agora **que se danem. Sabe, que se danem.** (GUIMARÃES, 1977, p.50). [Grifo nosso]

A figura de vilão, nesse caso, ganha maior notoriedade. O trecho acima também apresenta outro ponto importante: o insucesso e a insatisfação dos imigrantes no Brasil. Quando essa questão é posta lado a lado com pesquisas atuais, pode-se, no mínimo, realizar uma reflexão mais ampla sobre a questão do fracasso e dos problemas enfrentados pelos imigrantes. Como destacou Débora Bendocchi Alves, os imigrantes constantemente estavam procurando a “culpa ‘de sua desgraça’ nos outros, nas instituições, nas autoridades, colocando-se no papel de vítima” pelo malogro do movimento migratório (ALVES, 2014, p.15). Isso fica evidente na narrativa de Guimarães. Entretanto, as posições acerca do tema mudam conforme a documentação consultada. Alves, que utilizou tradução do relato de Friedrich vonWeech, publicado na Alemanha, em 1828,suscitou uma nova possibilidade para o

problema do insucesso que, segundo Weech, estaria na própria figura do imigrante. Weech argumenta com as seguintes palavras:

com desgosto é preciso registrar aqui que, dentre os que imigraram até agora, **só alguns poucos obtiveram um êxito razoável. Seria injusto atribuir toda culpa ao país**, aos habitantes ou a alguns homens que foram particularmente incumbidos pelo governo de zelar pelo bem-estar das colônias. As **acusações justas** atingem **os membros das mesmas**, assim como aqueles que sobrevivem por conta própria, de que **são eles mesmos**, em parte, **causadores de seus infortúnios**. (WEECH, 1828, p.8) [Grifo nosso]

Portanto, a alusão que Guimarães faz ao Major von Schaeffer deve ser lida e pensada dentro do campo de possibilidades que o autor possuía na época em que escreveu seu livro, lembrando que a maioria dos trabalhos e publicações que foram feitas a partir do sesquicentenário da imigração alemã, possuíam, como uma de suas características, o louvor ao imigrante trabalhador, pioneiro e desbravador.

O cotidiano dos imigrantes acompanha o leitor durante praticamente todo o romance de Guimarães, sendo que alguns episódios, indagações e suposições levantadas pelo autor merecem maior atenção. Dentre elas, destacamos alguns momentos de sociabilidade recriados num espaço denominado de bodega (hoje, o bar). A bodega, espaço frequentado pelas mais diversas pessoas, é um local que ganha algumas páginas no romance de Guimarães. Em uma perspectiva ampla, argumenta-se que esses estabelecimentos constituíam-se como lugares de passagem, “onde trabalhadores de ofícios diversos esqueciam ou atenuavam a dura labuta diária, compravam pequenos gêneros alimentícios e interagiam com seus pares e assemelhados” (MOREIRA, 2009, p.239). Circunscrito em um ambiente em que imigrantes alemães e seus descendentes estavam radicados, a bodega ganha ainda outra atribuição: a de espaço político. Além de transitarem por aquele ambiente para deliberar sobre o cotidiano, tomar aguardente

ejogar carta, os imigrantes alemães se utilizavam deste espaço público para fazer negócios e repartir suas novidades e posicionamentos. (WITT, 2015).

Esse último elemento é percebido nas palavras de Carlos Frederico Jacob Nicolau Gründling, personagem fictício criado por Guimarães, que expressa sua opinião sobre o negro e o índio, afirmando

digó a vocês agora que Deus inventou o negro para derrubar mato, cavar terra e carregar água. Não há sol que consiga queimar a sua pele, as patas e as mãos deles têm tais cascos que fazem a inveja de quanto mula existe por aí, da Feitoria às bandas do Uruguai [...] Para domar o cavalo xucro, camperear, marcar boi, castrar bicho e servir mate, que vocês pensam que o diabo inventou? Digam, se forem capazes. Pois eu digo, seus imbecis, que para isso o diabo inventou o índio, o bugre, que forma com o cavalo um só corpo, que segue o rastro de gente e de bicho, que tem um nariz capaz de cheirar um tigre e uma légua de distância. (GUIMARÃES, 1977, p.7-8)

Este trecho desnuda não apenas um ato pelo qual o imigrante toma partido acerca de uma visão sobre determinada etnia, mas nos informa também quem é o homem que fala e quais ideias ele carrega consigo. Neste sentido, se adentrarmos no pensamento político e social do XIX, encontraremos, das mais variadas formas, as palavras destacadas pelo personagem da obra de Guimarães. O preconceito étnico e racial, presentes na fala de Gründling, foram uma constante nos debates políticos que se estenderam ao longo do século XIX. Para tanto, supomos que essa cena do cotidiano, narrada por Guimarães, pode ter sido uma dentre tantas das quais os imigrantes e seus descendentes estiveram a discutir sobre as demais etnias com as quais eles conviviam. O conflito e os estigmas, que ganharam evidência em Tramontini (2000) e Witt (2015), também figuram no cotidiano de *A ferro e fogo*.

Além de a bodega figurar como espaço onde os imigrantes tomavam partido sobre determinados acontecimentos, era lá, também, que ocorriam lamentações, xingamentos e bebedeiras. Esse elemento transparece no seguinte trecho:

No dia seguinte Schneider se fazia de surdo aos destemperos de Catarina, sua mulher, filha mais velha de Cristiano e de Maria Isabel Klumpp, de Lüdese-Hanover. Depois das **bebedeiras com dois ou três amigos** e mais o estranho Gründling, na miserável **cervejaria** da Praça do Cachorro, ele se remordia de vergonha, ficava incapaz de fitar a mulher nos olhos. (GUIMARÃES, 1977, p.11) [Grifo nosso]

Tal bebedeira teria ocorrido em decorrência da insatisfação do imigrante com o não cumprimento das promessas imperiais. Esse elemento, que demonstra a inserção social do imigrante nos ambientes nacionais e, também, sua manifestação de indignação traduzida na bebedeira, foi abordado também por Tramontini (2000), que percebe nesses momentos de rebelião, certa tomada de consciência por parte do imigrante em decorrência do momento social em que se encontravam.

Lançando um olhar mais amplo para a narrativa de *A ferro e Fogo*, podemos levantar várias possibilidades de análise que podem render bons trabalhos. Além das questões apresentadas e analisadas no texto, a narrativa permite que o historiador investigue as ressignificações do contexto social propostas por Guimarães, ao lado do contexto de guerra, conflito e desolação que marcam sua narrativa. As relações de gênero também podem ser objetos de análise e reflexão, uma vez que Catarina, uma das protagonistas da história, constrói uma trajetória singular na narrativa. E como nos reportamos a possibilidades, acentuamos a principal questão que está em evidência: a literatura de Guimarães, por possuir esse caráter histórico, oportuniza que os pesquisadores construam pontes entre o real e o imaginário.

Videiras de Cristal – Luiz Antônio de Assis Brasil

A análise dessa obra pode abordar diversas perspectivas, mesmo que o livro se atenha principalmente ao episódio *Mucker*(1868-1874). Imprensa e política sul-rio-grandense, contraste entre ambiente rural e urbano, protagonismos femininos, idealização do tipo germânico, disputas religiosas entre católicos e protestantes são algumas das possibilidades de pesquisa que encontramos nesta obra. Optamos, em nosso texto, em seguir o desenvolvimento do livro, analisando aspectos do episódio *Mucker*, dando ênfase para algumas das inúmeras temáticas que perpassam o contexto histórico do movimento.

O romance *Videiras de Cristal* tem como foco central narrar a formação de uma “seita messiânica” designada *Mucker*. Sobre a seita, Assis Brasil evidencia em seu livro mais de um ponto de vista sobre o grupo do morro Ferrabraz e isso ocorre devido há grande quantidade de personagens. Com narrador onisciente, os posicionamentos de homens e mulheres que circulam pela região do Ferrabraz, mas também por São Leopoldo, Campo Bom e Porto Alegre, adeptos e simpatizantes ou hostisao grupo, *Videiras de Cristal* formam um panorama complexo sobre o cotidiano que culminou no combate das tropas imperiais contra os *Mucker*.

A estruturação desse grupo aconteceu através das personagens João Jorge Maurer e Jacobina MentzMaurer, moradores na região do Ferrabraz. O casal recebia muitos colonos em sua propriedade, pois João Maurer era um curandeiro muito respeitado, inclusive chamado de “Doutor Maravilhoso”, devido suas prescrições de ervas medicinais que surtiam efeito de cura para a maior parte de seus pacientes.

Aos poucos, sua importância para a comunidade foi substituída pela de sua esposa, Jacobina Maurer, que através do Espírito Natural⁸, prescrevia as ervas para cada doente.

⁸ No romance o Espírito Natural é quem guia Jacobina Maurer; é o espírito que lhe diz como deve agir. Essa possibilidade de intermediar as falas do Espírito era considerada um dom, por isso

Paulatinamente, as ervas medicinais passaram a não ser mais a fonte de tratamento, diminuindo ainda mais a figura de João Maurer. Jacobina Maurer e seu dom foram transformando os atendimentos, em momentos de fé, oração e leitura da Bíblia⁹; o cunho religioso tornou-se o motivo principal de atração dos colonos que buscavam não somente a cura do corpo, mastambém a da alma. Primeiramente, esse fato despertou a curiosidade e indignação da comunidade e autoridades que não aceitavam tais procedimentos; depois, despertaram a contrariedade, preocupação e o ódio ao grupodo Ferrabraz.

A designação nominal do grupo, *Mucker*, é uma atribuição por aqueles que não o aceitavam. É uma ideia pejorativa como Assis Brasil nos faz perceber ao longo de sua escrita, relacionada a ideias negativas. MartinDreher (2014) explica o conceito:

“De maneira genérica, Mucker tem sido definido como ‘santarrão’, ‘falso beato’. Chamamos a atenção para o fato de que o verbo mucken está relacionado ao zumbido do enxame de abelhas, semelhante ao som produzido por pessoas que oram em voz alta e em conjunto. Em alemão, quem tem zumbido no ouvido, tem um mucke: é doido. Se os Mucker eram ‘santarrões’, ‘falsos beatos’, eram ‘rezadores’, ‘doidos’, quem assim os qualificava partia de um conceito normativo de sanidade, de beatitude, de reza, de normalidade” (DREHER, 2014, p.222).

Jacobina Maurer assume função religiosa, sendo chamada de *Mutter*, a Mãe, dos que buscavam a salvação da alma.

⁹JacobinaMaurer, quando criança não aprendera a ler, pois conforme diagnóstico feito pelo doutor João Daniel Hillebrand, sofria dos nervos. Quando adulta, aprendeu a ler com o professor HardeFleck, sobre quem se pouco sabe, e começou a interpretar a Bíblia para seus fiéis. Como apenas homens com formação religiosa para pregações, Jacobina Maurer passa a ser vista como uma mulher que sofria de sonambulismo – diagnóstico comum para as mulheres que não seguiam o comportamento esperado. Conforme Gevehr (2007), o doutor Hillebrand define Jacobina Maurer como uma mulher fanática com grande mania religiosa. Ainda segundo o autor, Hillebrand acusava o marido, João Maurer, por ser o responsável pelo comportamento de sua mulher; ao invés de coibir seus atos religiosos, os estimulava. A partir da líder *Mucker*as possibilidades de problematizar questões de gênero são interessantes, visto que sua desqualificação como líder, foi agravada por ser mulher.

Tal significado esclarece como eram vistos pelos que estavam “de fora”, a maneira depreciativa como foram vistos pela sociedade e, conseqüentemente, de como ocorreu a construção histórica desse fato, imputando a “culpa” pelo desenvolvimento desse movimento e as conseqüências aos que o criaram.

Com a adesão de famílias corretas ao grupo do Ferrabrazo o impacto e preocupação com a expansão desse grupo cresceu. Os membros da “nova fé” se afastavam das comunidades luteranas e católicas: não frequentavam cultos e missas, as crianças não frequentavam mais à escola e as famílias não pagavam o dízimo. Essa atitude de afastamento das igrejas tornou-se incômoda aos pastores e padres e aos fiéis de ambas as religiões. A difamação e a intolerância ao grupo de Jacobina Maurer cresciam: os próprios padres e pastores em suas pregações atacavam o grupo afirmando ser necessária sua extinção; os jornais¹⁰ que o romance cita – *A Reforma* e *Deutsche Zeitung*, por exemplo – eram escritos por conservadores e liberais; ambos expressavam sua vergonha e de forma enérgica enfatizavam que o movimento e os adeptos deveriam ser liquidados, incentivando que cada um ajudasse como pudesse para esse fim.

¹⁰ A imprensa, atuante através dos jornais citados no corpo do texto – *A Reforma* e *Deutsche Zeitung* –, colaborou, como percebemos no romance de Assis Brasil, para formar uma leitura parcial dos *Mucker*. Karl von Koseritz, alemão, escritor, político liberal e diretor do jornal *Deutsche Zeitung*, influenciado pelas ideias racionalistas e evolucionistas, a Ilustração que chegava ao Rio Grande do Sul, não reconhecia os valores germânicos do trabalho e da ordem, da vida religiosa (obrigatoriamente católica ou evangélica), da família, da vida em sociedade e da civilidade na seita *Mucker*. Em seu entender, aliás, a seita deturpava a cultura alemã erudita, que seguiam os demais imigrantes. Segundo Gevehr (2007), Koseritz referia-se ao movimento *Mucker* e aos adeptos com as palavras *selvageria*, *falta de esclarecimento*, *embuste religioso*. Koseritz, por meio de suas publicações no jornal, construiu uma imagem depreciativa não só dos *Mucker*, mas também da líder Jacobina Maurer, apenas pelo fato de ser uma mulher. A imagem que construiu de Jacobina Maurer e foram apropriadas pelo padre Jesuíta Ambrósio Schupp, que difundiu ainda mais a imagem da líder como sedutora, louca e fanática. Como esclarece Dreher, “ilustrados, padres, pastores e o grupo majoritário de colonos alemães não conseguiram admitir outra coisa: no culto religioso que acontecia na casa da família Mentz a liderança era feminina. Os padrões de masculinidade da época não o suportaram. Por isso, não causa espécie que Karl von Koseritz e, depois, o jesuíta Ambrósio Schupp afirmassem que ela só poderia ser prostituta” (DREHER, 2014, p.242).

Assis Brasil, ao dar fala a um de seus personagens, o Pastor Frederico Boeber, atuante na região do Padre Eterno que incluía o morro Ferrabraz, explicita como a seita religiosa era compreendida:

“A colônia vive uma nova ordem, agora, de reestabelecimento da verdadeira disciplina germânica. **Jacobina é um resquício dos tempos antigos, onde cada um se defendia como podia.** Agora há leis, há hierarquia, há respeito. (...) **A colônia ingressa na civilização, depois do período da barbárie.** (...) O presente está no progresso de São Leopoldo, nas indústrias que vão surgindo por todo lado, na sadia acumulação de riquezas que trará o progresso para todos. (...) Os chefes da comunidade estão todos contra a seita” (ASSIS BRASIL, 1997, p. 181). [Grifo nosso]

O trecho acima, além de evidenciar o binarismo entre civilização e selvageria, aponta outra questão interessante que pode ser debatida: os valores atribuídos aos imigrantes alemães. Essas ideias – civilização, selvageria, valores germânicos – são centrais para o entendimento desse conflito.

Vamos nos deter primeiramente na discussão que suscita dos polos civilização X barbárie. Para Janaína Amado (1978), as condições econômicas da época deram suporte para a formação do grupo *Mucker*, que, sem ter posses, agarrou-se à fé e à religião. Assis Brasil exemplifica as questões econômicas que dividiu o grupo de mesma etnia:

“O comerciante é nascido aqui, mas seus pais (...) vieram do Hunsrück e não conseguiram aprender a ler. Dizem que o dono da casa tem vários irmãos que vivem na Picada Nova e em Campo Bom, mas dos quais se envergonha por serem muito pobres. Fico imaginando o drama íntimo dos velinhos que precisam escolher a quem dedicar maior afeto: se a este filho que venceu – afinal os colonos vieram para o Brasil com esta finalidade – ou se aos outros, ‘sangue de seu sangue’.” (ASSIS BRASIL, 1997, p. 48).

Como apontam Tramontini (2000) e Witt (2015) o mundo colonial, desde 1824, foi marcado por diferenças sociais, oriundas também da situação econômica. Essas desigualdades sociais distanciaram os alemães urbanos e os colonos rurais. O fator econômico se tornou uma barreira, gerando esquecimento aos habitantes do campo, muitas vezes entre membros de mesma família como aponta o trecho acima de *Videiras de Cristal*. As atividades rurais passaram a ser o passado, enquanto que o meio urbano representava o progresso e o futuro.

Dreher (2014) aponta outras questões que marcaram a exclusão e repúdio aos *Mucker*. As ideias da ilustração e cultura que circulavam pelo Rio Grande do Sul elaboraram a figura modelo de alemão culto e inspirado na razão. O contrário dessa imagem era visto na seita, que “longe de ser uma ideia pacífica, tem o germe de uma verdadeira revolta. Não uma revolta saudável dos povos secularmente oprimidos, mas a rebeldia dos homens a quem falta a luz do saber” (ASSIS BRASIL, 1997, p. 161). Além das acusações de falta de esclarecimento, a prática da fé dos *Mucker*, devido à crença em milagres¹¹ realizados por Jacobina Maurer, também não era ilustrada: “estavam determinados pelo Pietismo¹², pela leitura da Bíblia, pelos cantos, criam nas ‘loucuras’ da Bíblia” (DREHER, 2014, p. 241).

Os alemães do romance almejavam ser sinônimos de moral, civilização, progresso e gente ordeira – representação que foi construída nas primeiras matrizes historiográficas sobre imigração e colonização alemã. Com o movimento *Mucker* a manchar essa

¹¹ “Os sectários de Jacobina afirmam que sua chefe espiritual visitou os santos e cobriu-se com um manto de luz, à semelhança de Cristo, e que neste estado previu o fim do mundo” (ASSIS BRASIL, 1997, p. 162). Trechos que narram milagres e que comparam a líder com Cristo são comuns. “Cristo de saias” é outra expressão pejorativa usada em referência a Jacobina Maurer, e também um dos motivos que alarmava religiosos e cristãos: a audácia da *Mucker* em comparar-se à figura divina de Cristo.

¹² Segundo Dreher (2014), a religião também se transformou a partir do movimento de Ilustração, que ocorreu na Europa do século XVIII. A Ilustração significava pensar a religião de modo racional, ao contrário do que ocorreu até antes desse movimento; o Pietismo era sinônimo de crença absoluta, até mesmo em milagres que não eram passíveis de explicação.

reputação, os personagens imputam aos *Mucker* a culpa pelo início do movimento e denunciavam atrocidades conhecidas pelos boatos que circulavam do Ferrabraz até Porto Alegre:

“O tal jesuíta atribui **tais insubordinações à proximidade dos luteranos, que possuem o mau hábito de espalharem Bíblias por todos os lados, estimulando as interpretações errôneas.** Com relação a Jacobina, ele é feroz. O epíteto mais brando para a mulher é o de prostituta-mor de toda colônia. Os papistas, apavorados, o escutam quase sem respirar, presos a narrativa dos acontecimentos do Ferrabrás: (...) **entre os fanáticos impera a maior devassidão, com troca de mulheres e bacanais que se estendem por toda a noite; sob a capa de reuniões para ler a Bíblia e rezar, escondem os delitos mais condenáveis contra a carne**” (ASSIS BRASIL, 1997, p. 162).[Grifo nosso]

Os *Mucker* eram vistos, desde a época do acontecimento até o final do século XX, como oposto de progresso e de disciplina: não seguiam a verdadeira fé (catolicismo ou protestantismo), não seguiam os valores de família (Jacobina Maurer era acusada de ser prostituta), não seguiam os valores de ordem do convívio em sociedade (os boatos descritos no romance também diziam que o grupo estava recolhendo armas para invadir a cidade de São Leopoldo). Por isso, segundo Maria Amélia Schmidt Dickie (apud Gevehr, 2007), os *Mucker* eram considerados inimigos muito poderosos que ameaçavam a moral religiosa, a segurança dos imigrantes e que em nada contribuíam para o futuro da raça alemã no Brasil.

A narrativa de Assis Brasil evidencia inúmeras situações, as quais os *Mucker* foram expostos na tentativa de acabar com o movimento: abaixo assinado, prisão temporária de alguns membros, estada de Jacobina Maurer na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, nova prisão e mandado de alguns membros para a Marinha, ida para o Rio Janeiro falar com Dom

Pedro I¹³, termo de bem viver sob ameaça de nova prisão. Recusa de venda de gêneros alimentícios para os *Mucker*, destruição da barca que levava comida a propriedade dos Maurer – quando conseguiram um novo fornecedor –, destruição das roças, das ferramentas, das casas e ataque aos membros do grupo. Essas situações tornaram-se incômodas e encaradas como humilhantes pelo grupo, que, reagiu às afrontas.

O autor do romance escreve que os *Mucker*, num primeiro momento, visitaram as famílias, convidando-as a se juntarem a eles, explicando suas ideias de paz, fé e adoração a Deus. Depois da volta dos membros do Rio de Janeiro em 1873, a situação estava insustentável e os *Mucker* passaram a agir com violência para com aqueles que espalhavam boatos, falavam mal de Jacobina e para aqueles que já haviam tido algum atrito com a seita. Em *Videias de Cristal*, a narrativa ilustra os ataques dos *Mucker*: assassinavam as famílias, incendiavam as casas, destruíam toda a propriedade.

No romance, Assis Brasil dá voz a duas personagens, quando os lados opostos já não se ouviam mais e a violência era realidade. O padre jesuíta Mathias Münsch e o médico Christian Fischer. O primeiro, depois de atacar os *Mucker* e proferir contra o grupo em suas missas, deu-se conta de que essa não era a maneira certa de agir; o segundo, sempre se posicionou de maneira consciente quando indagado sobre o movimento. A percepção de ambos sobre o movimento apresenta a relativização dos fatos que conduziram a tamanha violência:

“- Veja, Padre: não tenho a intenção de dizer nada que seja uma novidade para o senhor, um homem que por profissão deve compreender as pessoas por mais estranhas que sejam.

¹³ Sobre a ida de alguns representantes ao Rio de Janeiro em 1873, Gevehr (2007) aponta que pouco se sabe sobre esse fato. Informa que há um documento no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro que relata a estada de adeptos na presença de Dom Pedro I. Gevehr (2007) reflete sobre a necessidade dos *Mucker* em recorrer ao Império, elucidando que não confiavam nas autoridades locais para solucionar o caso. Foi uma decisão para a autodefesa da seita, que vinha sendo constantemente coibida e atacada.

- Sempre fiz isso. – Mathias Münsch respondeu num tom mais exaltado do que esperava.

- **Será? E seus sermões? E seus artigos no DeustchesVolksblatt? Ouvi-o na igreja, uma vez. O senhor destilava ódio e incitava os católicos a uma atitude radical contra os muckers. Cada qual com sua responsabilidade. Os muckers, inclusive.**

- E todos se julgavam certos.

- Todos estão certos. E todos estão errados. (...)” (ASSIS BRASIL, 1997, p. 379). [Grifo nosso]

O diálogo evidencia as dificuldades de compreender o outro, o diferente e de agir com tolerância. A interlocução do padre e do médico vai ao encontro da ideia de “que o conflito que se estabelece no Ferrabraz é, em última análise, consequência da incapacidade de aceitar o outro em sua alteridade, quando convicções filosóficas ou religiosas são absolutizadas ou quando teorias científicas viram religião” (DREHER, 2014, p. 237).

As incitações contra os *Mucker* não vinham apenas de lado Católico, mas também de protestantes, da imprensa, das autoridades. Estes cobravam constantemente medidas do poder público em relação à segurança; cobraram com mais intensidade quando os ataques do *Mucker* contra a vida e as propriedades de quem era contrário ao grupo começaram a ocorrer com frequência.

“Nada mais nos resta do que a ação militar. Temos sido muito generosos com um movimento que ao princípio não parecia importante, mas que se avolumou com o correr do tempo e agora põe em risco não apenas a colônia alemã e a cidade de São Leopoldo, mas a própria província do Rio Grande do Sul. (...) Toda essa folha de serviços o credencia para dar **um fim rápido a este movimento fraticida quemancha com uma tarja negra o povo ordeiro que veio da longínqua Alemanha par auxiliar o nosso progresso material e espiritual**” (ASSIS BRASIL, 1997, p. 367). [Grifo nosso]

Com a fala da personagem do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, demonstramos que as campanhas militares imperiais foram enviadas para a localidade do Padre Eterno a fim de conter o

grupo. No primeiro combate, os *Mucker* saem vitoriosos; no segundo, os imperiais. Entretanto, nesse segundo embate, no qual muitos morrem e o fogo queima o templo dos *Mucker* e a casa dos Maurer, os principais membros e a líder fogem para o mato e conseguem esconder-se; durante a noite, alguns dos *Mucker* que fugiram retornam para buscar os prisioneiros e inicia-se o conflito armado novamente; o comandante das tropas imperiais, o coronel Genuíno Olímpio Sampaio, morre devido a hemorragia causada por um tiro do qual não se sabe a procedência. O terceiro choque acontece quando as tropas adentram o mato a procura dos homens e mulheres que fugiram. Encontram o grupo e os dizimam em 2 de agosto de 1874 (02/08/1874).

Muitos colonos se ofereceram para avançar juntamente com as tropas imperiais, sendo aceitos no batalhão da Guarda Nacional, tamanho rancor e ódio que tinham aumentado ainda mais com os incêndios provocados pelos *Mucker*.

Gevehr (2007) aponta alguns fatos que ocorreram após o término do conflito, na tentativa de criar afastamento das lembranças da violência e evitar que isso voltasse a se repetir. No esforço de apagamento da memória, a partir de 1878, muitas mudanças na nomenclatura da região do Padre Eterno foram realizadas para desvincular o passado *Mucker* da região e dar abertura à prosperidade e ao futuro. Segundo o autor, em Linha Pirajá (atual Nova Petrópolis) e em Terra dos Bastos (atual Marques de Souza), em 1898 e 1903 respectivamente, ocorreram assassinatos de famílias que estavam relacionadas aos antigos *Mucker*. Conforme Gevehr (2007), os ataques aconteceram por receio de que estes pudessem reorganizar novamente a seita.

Considerações finais

Por mais que tenha ocorrido uma considerável ampliação teórica e metodológica que culminou com novas possibilidades de pesquisa e análise, a literatura ainda ocupa um lugar discreto entre

as fontes de pesquisa que vem sendo utilizadas pelos historiadores nos últimos anos. Por esse motivo, apresentamos, nesse estudo, algumas possibilidades de análise que colocam lado a lado literatura e história.

Os livros escolhidos dialogam com o contexto geral da história política, econômica e social do Rio Grande do Sul. *A ferro e fogo: Tempo de Solidão*, *A ferro e Fogo: Tempo de Guerra* e *Videiras de Cristal* escritos por Josué Guimarães e Luiz Antônio de Assis Brasil, narram a saga da imigração alemã a partir do cenário conflituoso que marcou o território rio-grandense no século XIX. Seus personagens fictícios e históricos, que transitam por diversos cenários recriados pelos escritores, evidenciam as dificuldades encontradas pelos imigrantes alemães em reconstruir suas vidas em território brasileiro.

Em função da riqueza de detalhes como as histórias são narradas, as possibilidades de análise são amplas. Em um primeiro plano, a trajetória dos escritores pode revelar muitas das suas escolhas para a escrita das obras, uma vez que o contexto político, econômico e social condiciona o trabalho intelectual. Em um segundo plano, a narrativa permite que sejam feitas inúmeras associações. Os livros podem ser vinculados a uma análise de Gênero, de História Política, Econômica e Social. De tal forma, quando associada à historiografia e a outras fontes de pesquisa, a literatura ganha potencialidade para o trabalho do historiador.

Referências:

AMADO, Janaína. **Conflitos social no sul do Brasil**: a revolta dos “Mucker”. São Paulo: Símbolo, 1978.

AQUINO, IvâniaCampigotto. **A literatura e a formação do estado em A ferro e fogo**: narrativa da imigração. Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978), v. 40, p. 1660-1672, 2011.

- AQUINO, Ivânia Campigotto. MARSARO. **A força do feminino em A ferro e fogo**. Todas as Musas: Revista de Literatura e das Múltiplas Linguagens da Arte (Online), v. 02, p. 262-276, 2011.
- ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. **Videiras de Cristal**. 5ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.
- BALDISSERA, Jose Alberto & BRUINELLI, Tiago de Oliveira. Cinema e História. In: **Tempo e magia: a História vista pelo cinema**. Editora Escritos, 2014.
- BORGES, V. R. **História e literatura: algumas considerações**. Revista de Teoria da História, v. ANO 1, p. 94-109, 2010.
- CHARTIER, Roger. **A História cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- DIAS, Daiane Antunes. Os imigrantes e o sonho de uma nova terra. In: **Revista Idéias: Revista do curso de Letras**. Santa Maria, 2002.
- DREHER, Martin N. **A religião de Jacobina**. São Leopoldo: Oikos, 2017.
- DREHER, Martin N. **190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul: esquecimentos e lembranças**. 2.ed. São Leopoldo: Oikos, 2014.
- DREHER, Martin N. **Degredados de Mecklenburg-Schwerin e os primórdios da imigração alemã no Brasil**. São Leopoldo, Oikos, 2010.
- FAE, G.; ZINANI, C. J. **A.A personagem Sofia em 'A Ferro e Fogo', de Josué Guimarães: entre a solidão e a humanização**. Cadernos do IL (UFRGS), v. 37, p. 01-16, 2011.
- FERREIRA, Antonio Celso. Literatura A fonte fecunda. In: **O historiador e suas fontes**. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2009.
- GEVEHR, Daniel Luciano. **Pelos caminhos de Jacobina: memórias e sentimentos (res)significados**. Tese (Doutorado), Universidade do Vale do Rio dos Sinos –UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2007.
- GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro Guimarães (org). **Aspectos da teoria do cotidiano: Agnes Heller em perspectiva**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

GUIMARÃES, Josué. **A ferro e fogo**: tempo de guerra. Rio de Janeiro: Olympio, 1975.

GUIMARÃES, Josué. **A ferro e fogo**: tempo de solidão. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

GUIMARÃES, Josué. **Os Tambores Silenciosos**. Porto Alegre: L&PM, 1977

LIPKE, R. R.; SANTOS, E. **Literatura e história**: representações da imigração alemã através de A ferro e fogo I Tempo de solidão. Recôncavos (Cachoeira), v. 3, p. 4, 2009.

LÖBLER, D. A. D.**Os imigrantes e o sonho de uma nova terra**. Revista Idéias, Santa Maria - RS.

MOURA, Vanessa dos Santos. **A literatura gaúcha combate o Regime Militar**: a trajetória político-intelectual de Josué Guimarães no período da ditadura cívico-militar. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, RS, 2011.

TAVARES, Enéias Farias. **Intervenções do texto bíblico no romance Tempo de Solidão, de Josué Guimarães**. Maringá.v.33, n. 1, p.107-112, 2011.

TRAMONTINI, Marcos Justo. **A organização social dos imigrantes**. A Colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850). São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

WEIZENMANN, Tiago. **“Sou, como sabem...”**: Karl von Koseritz e a imprensa em Porto Alegre no século XIX (1864-1890). Tese (Doutorado), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, RS, 2015.

WITT, Marcos Antônio (Org.); ELMIR, Cláudio Pereira (Org.). **Imigração na América Latina**: histórias de fracassos. 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2014.

WITT, Marcos Antônio. **Em busca de um lugar ao sol**: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, século XIX – 2ª ed. – São Leopoldo: Oikos, 2015.

6ª Parte

Aspectos Sociais, Culturais e Religiosos



Visita do governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, à São Leopoldo, no final da década de 1950. Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (Acervo Fotográfico).

De *outsiders* a estabelecidos: A deportação de prisioneiros alemães para o Brasil Imperial

Caroline von Mühlen

Considerações iniciais

Atualmente o mundo assiste ao capítulo de uma novela não tão desconhecida, definida como “fenômeno migratório contemporâneo” ou do século XXI. Nas últimas décadas houve a intensificação dos fluxos migratórios internacionais. Desde o fim da II Guerra Mundial, em 1945, mais de 65 milhões de pessoas – refugiados ou migrantes¹ – foram obrigadas a deixar o seu país de origem. Dados recentes da Organização Internacional das Migrações (OIM) aponta que o Mar Mediterrâneo é considerado “a fronteira mais mortal do mundo”. Desde o ano 2000 até 2017,

¹A Convenção de Genebra define refugiado como toda a pessoa que “temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode, ou em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual, em consequência de tais acontecimentos não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele”. Já o migrante é aquela pessoa que sai do seu lugar habitual ou de seu local de nascimento e se transfere para outro lugar, região ou país. Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=100> Acesso em 20/11/2017.

quase 34 mil pessoas morreram afogadas ao tentar atravessar o Mar Mediterrâneo e chegar à Europa².

Já o Brasil, de acordo com os dados do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), reconheceu até o final do ano de 2016, um total de 9.552 refugiados de 82 nacionalidades³, significando um aumento de 12% no número total de refugiados reconhecidos no país. As motivações atuais são variadas e, às vezes agravadas, aos motivos das acentuadas correntes migratórias do passado, como por exemplo, a busca por melhores condições de vida, fugindo de guerras, conflitos internos, perseguições políticas ou religiosas, fugindo da pobreza, das catástrofes naturais, da violência e intolerância. Com o sonho de uma vida nova, essas pessoas tentam chegar ao continente europeu por meio de travessias perigosas no Mar Mediterrâneo ou solicitam apoio de outras nações.

Em 2024 comemoramos duzentos anos do “fenômeno migratório do século XIX” que visava trazer europeus alemães para o Império brasileiro. Os grupos imigrantes eram provenientes de regiões como o Palatinado (Hunsrück e do vale do Mosela, Hessen-Darmstadt), da Saxônia, de Baden-Württemberg, Hannover, Saxônia-Coburgo, Schleswig-Holstein, Mecklenburg-Schwerin. A maioria desses imigrantes eram agricultores e artesãos, protestantes e católicos, de zonas rurais e urbanas, que por variados motivos daquela época (não muito diferente das atuais) decidiram emigrar da Europa e estabelecer-se no Novo Mundo. Cabe lembrar, no entanto, que a história nos fornece inúmeros exemplos de territórios e nações que receberam migrantes e deportados. “Em 1801, por exemplo, a Prússia, através de um contrato com a Rússia, permitiu a deportação de prussianos para a

² Disponível em: <http://www.dw.com/pt-br/mediterr%C3%A2neo-%C3%A9-a-fronteira-mais-mortal-do-mundo-diz-oim/a-41528935> Acesso em: 25/11/2017.

³ Refugiados originários da Síria, República Democrática do Congo, Paquistão, Palestina e Angola. Recentemente o país recebeu milhares de solicitações de refúgio de venezuelanos, em decorrência da grave crise econômica que assola a Venezuela. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil/> Acesso em: 20/11/17.

Sibéria. Em 1803, o Grão Ducado de Mecklenburg-Schwerin, através do Conselheiro de Justiça von Raven, solicitou a deportação de um prisioneiro para a Sibéria” (MÜHLEN, 2013, p. 87).

Desse modo, tanto os movimentos migratórios do passado, quanto do presente são fenômenos complexos e que deixam marcar profundas nas pessoas dos dois mundos (partida e chegada). A partir desta reflexão, pretende-se analisar, neste texto, os movimentos migratórios do passado, de forma especial, a deportação de apenados provenientes do Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin, ocorrida na primeira metade do século XIX. Num primeiro momento, objetiva-se apreender o contexto de saída dos apenados, com o intuito de entender os fatores que motivaram a reclusão dos atores sociais em Casas de Correção e, posterior, deportação. Em seguida, refletir acerca do perfil social dos apenados que foram deportados para o Novo Mundo, no sentido de identificar as características determinantes para se tornar um soldado ou agricultor/colono. Considerados *outsiders* no Estado Alemão, para usar o conceito de Nobert Elias, e silenciados pela historiografia brasileira, faz-se necessário refletir sobre esse estigma e se o mesmo permaneceu na Nova Pátria, através da análise de algumas trajetórias pessoais de ex-prisioneiros.

Grão-ducado de Mecklenburg e o perfil social dos apenados: um contexto de transformações

Os emigrantes fugiam do crescente *Pauperismus*, aumento populacional sem o correspondente desenvolvimento dos métodos de produção agrícola. Os artesãos sofriam com a falta de mercado para os seus produtos e de sua decorrente proletarização devido à substituição da produção manufatureira pela industrial. Os agricultores e pequenos proprietários de terras, sem condições de concorrer com os latifúndios, almejavam ocupar terras no oeste americano. [...] Tecelões e fiadores domésticos, junto com os artesãos, sofriam com o processo da produção industrial a vapor e conseqüente trabalho mecânico e não-qualificado. Perdendo a sua atividade autônoma, a sua posição na comunidade, só lhes restava

adequar-se ao anonimato das cidades industriais, à disciplina do trabalho nas fábricas, enfim, à proletarização, ou emigrar para o estrangeiro (LENZ, 1999, p. 79).

Entre os anos de 1824 e 1826, o Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin permitiu a deportação de um total de 329 apenados, em três levas de mecklenburgueses, para o Império brasileiro. Do número total de prisioneiros deportados, 135 pessoas saíram da Casa de Correção de Dömitz, (totalizando 41%), 10 apenados (3%) deixaram a Prisão Criminal de Bützow, 11 prisioneiros (3%) eram provenientes de Rostock e 53% indivíduos foram recrutados da Casa de Correção Rural de Güstrow.

A Casa de Correção ou Casa de Trabalho, no século XIX, tinha a função de combater a ociosidade, inibir a prática de crimes, ensinar a valorização da concepção do trabalho, reeducar o pobre, para que não fizesse despesas desnecessárias e aprendesse a trabalhar, principalmente aqueles que se recusavam a trabalhar nas fábricas e indústrias. Ao estudar à Casa de Correção do Rio de Janeiro, Marilene Antunes Sant'Anna (2009, p. 196) destaca que ela “havia sido proposta [...] para ‘reprimir a mendicidade, acostumar os vadios ao trabalho, e corrigi-los de seus vícios tão prejudiciais a eles mesmos como à sociedade em geral’”. Ou seja, a falta de trabalho era sinônimo de vadiagem, por isso, houve a necessidade de criar e reformular o sistema prisional brasileiro e europeu, pois somente a prisão do vadio poderia coibir a formação “de uma massa de vadios” ou um bando de desocupados (SANT'ANNA, 2009, p. 296).

Através de uma pesada carga horária, trabalhos diversos, educação e oração, o objetivo da Casa de Correção e de Trabalho era de ajudar a alma dos necessitados, bem como constituir um “refuerzo moral”. Dito de outra forma, a Casa de Correção propunha a “regeneração” através do valor do trabalho, ou seja, havia a necessidade extrema de converter o indivíduo ocioso e beberrão em um cidadão útil para a sociedade. Não podemos

esquecer que a Casa também foi uma forma de proteger os “ciudadanos decentes” dos criminosos, mendigos, vagabundos.

Entretanto, as instalações prisionais do Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin eram inadequadas e não permitiam a reabilitação dos criminosos. Eram

infelizes delinquentes, que muitas vezes só se tornaram condenáveis porque sua educação foi negligenciada ou pela conjugação e o entrelaçamento de situações infelizes – para cuja eliminação lhes faltava a força moral – que os tornaram criminosos – e que, portanto, sempre serão merecedores de nossa comisseração – com a mesma finalidade visitei e examinei minuciosamente muitas instituições – encontrei muitas instalações ruins, dentre as quais, no entanto, nenhuma tinha condições tão precárias como as de nossas penitenciárias pátrias em Dömitz. (...). Grande participação nas instalações inadequadas tem a **superpopulação** das penitenciárias e por meio de um esvaziamento das mesmas não acontecerá apenas uma diminuição dos males, mas também haverá a melhor oportunidade de se obter aí melhores e mais apropriadas instalações (DREHER, 2010, p. 95).

Os dados estatísticos apontaram que de 2% a 10% da população alemã era constituída por vagabundos no século XVIII, porcentagem que tendia a aumentar, especialmente, nos momentos de crise, provocando o declínio social, econômico e moral da classe pobre. Por conseguinte, a pobreza não foi igual em todas as épocas, uma vez que “siempre ha estado en relación con el desarrollo económico y social, y siempre se ha percebido de manera subjetiva” (RHEINHEIMER, 2009, p. 1).

As causas do empobrecimento da população, segundo Martin Rheinheimer (2009, p. 5 e 7), foram motivadas pela “pérdida del sustentador, la enfermedad, algún accidente o la vejez [...], el crecimiento de la población”, além de “las guerras, las bandas de mercenarios merodeadores y las epidemias contribuyeron lo suyo a impulsar el proceso de pauperización. El hambre era una amenaza

constante para la mayoría de la población europea de la Edad Moderna”.

A consequência do processo de pauperização e desintegração, como bem demonstra a epígrafe acima, motivou à miséria social de inúmeras pessoas, a migração para outras regiões, o aumento de mendigos, de vagabundos e criminosos nos centros urbanos e, em última instância, a emigração para outro país. É importante lembrar que o empobrecimento também podia levar os indivíduos a transgredir as regras e normas sociais, principalmente durante as crises de fome. Delitos contra a propriedade, como por exemplo, furtar lenha, pequenos furtos de alimentos, ferramentas, roupas, produtos do campo e das hortas frequentemente levaram indivíduos à prisão (MÜHLEN, 2013, p. 119).

No sólo eran los que aparecían con mayor frecuencia en los expedientes judiciales, sino que también en las ordenanzas locales se amenazaba muchas veces con multas de cierta cuantía a los que cometieran este tipo de delitos. Era evidente que las comunidades aldeanas intentaban empezar por arreglar internamente tales acciones. Pero en tiempos de necesidad no estaban ya en condiciones de hacerlo, por lo que la autoridad judicial territorial tenía que adoptar medidas más severas frente a los robos (RHEINHEIMER, 2009, p. 30).

Os conceitos utilizados por Norbert Elias e John L. Scotson para explicar as múltiplas tensões ocorridas numa pequena cidade da Inglaterra (Winston Parva), explicita muito bem a complexa e desigual relação social entre os habitantes *Estabelecidos* e os indivíduos *Outsiders* do Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin. Desse modo, os apenados eram considerados *outsiders* porque não seguiam as normas sociais do seu grupo, não partilhavam dos mesmos valores e não possuíam o modo de vida imposto na época pelos estabelecidos. Eram estigmatizados pelos grupos *estabelecidos* por não serem “membros da ‘boa sociedade’” e afastados ou excluídos do convívio cotidiano e social, pois eram

associados com a delinquência, a vagabundagem, a criminalidade e a violência (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 7-50).

Os autos acerca do recrutamento de prisioneiros, contudo, demonstra que os apenados exerciam algum tipo de ofício, antes do encarceramento. Eram geralmente atividades ligadas diretamente à terra, como por exemplo: agricultor, servo da gleba⁴ e diarista. Nas Casas de Correção, Trabalho e Penitenciárias de Mecklenburg-Schwerin podiam ser encontrados desde pobres, profissionais que não conseguiam mais sobreviver de seu trabalho, mendicantes de outros Estados germânicos e até algumas pessoas que haviam cometido furtos e assassinatos. Ao analisar a ocupação profissional exercida pelos apenados antes do encarceramento, constatamos que se tratava de atividades artesanais e manuais. Classificações como criado ou servo da gleba e diaristas são resquícios do período medieval.

Do total de 329 prisioneiros emigrados nas três deportações (1824 a 1826), 66% (216) envolveram-se em crimes contra a ordem pública, enquanto só 34% (113) enquadraram-se na categoria: crime contra a propriedade e contra a vida. Essa diferença talvez se justifique pelo fato de haver uma significativa emigração de famílias.

Dos 113 prisioneiros que cometeram crimes contra a propriedade e contra a vida (96 homens e 17 mulheres), mais de 19% eram agricultores, diaristas, ou seja, trabalhavam na terra. Tendo como variável o sexo dos envolvidos, constatamos que 15% dos prisioneiros trabalhavam como criado ou servo da gleba, 13% eram jornaleiro, 12% agricultores e 11% exercia anteriormente o ofício de caçador (soldado). Em relação às mulheres, 41% delas trabalhavam como criada ou empregada doméstica, submetendo-se à sociedade patriarcal da época. Dreher ressalta a consequência catastrófica da emancipação do campesinato. Os latifundiários aproveitaram a oportunidade (propiciada pelo aumento dos preços

⁴ Não era considerada uma profissão, mas a condição de vida de milhares de pessoas.

dos cereais) para comprar mais terras, e os camponeses e pequenos agricultores, sem condições de manter mais suas propriedades e concorrer com os latifundiários, tiveram de migrar e emigrar (DREHER, 2010, p. 16).

Já em relação aos apenados que cometeram crimes contra a ordem pública (216 indivíduos, 167 homens e 49 mulheres), constatamos que a maioria não informou ou declarou a profissão anterior. Daqueles que informaram, a maioria exercia atividades ligadas à terra, isto é, 33 eram agricultores e 23 servos da gleba, justificando-se, pois, em decorrência da abolição da servidão da gleba no Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin, em 1818. Além desses números, outra atividade profissional destacou-se: os ex-soldados. Provavelmente, refere-se ao contingente desincorporado dos batalhões de Napoleão Bonaparte.

Nesse sentido, o que de fato motivou o aumento da pobreza no Grão Ducado de Mecklenburg-Schwerin e a transgressão de normas e valores sociais? Fatores como o crescimento populacional, distribuição desigual da terra, o início do processo industrial e sucessivas crises, carestias e más colheitas podem ser citados como motivadores das transformações sociais, bem como da pobreza entre os germânicos. A maioria só possuía uma única muda de roupa, que geralmente era remendada para que pudesse ser vestida até que tal procedimento não pudesse ser mais realizado, por isso, antes do embarque dos apenados, o Major von Schaeffer concedeu a cada mecklenburguês do sexo masculino, um enxoval.

É importante destacar que o Grão-Ducado de Mecklenburg (atual Mecklenbug-Vorpommenn), no século XIX, era formado por dois grandes ducados que pertenciam ao ramo das famílias Schwerin e Strelitz, ambos localizados no norte da Alemanha, junto ao Mar Báltico. Administrativamente, o território de Mecklenburg foi dividido, em 1229, em Mecklenburg-Schwerin e Mecklenburg-Strelitz. Nesse sentido, cada família governava seu ducado, dispondo de uma autoridade administrativa independente, ou seja, o poder estava centrado, exclusivamente, nas mãos dos

duques e dos senhores de terras. Só no ano de 1815, de fato o território de Mecklenburg foi elevado a Grão-Ducado, e seus Duques receberam o título de Grão Duque.

Em 1890, o Grão-Ducado de Mecklenburg contava com um total de 578.342 habitantes. Sempre foi um estado pequeno, pobre e majoritariamente agrário, visto que 7/10 das terras estavam destinadas à agricultura. O solo utilizado para o desenvolvimento da agricultura era composto basicamente por areia e barro, além disso, a fertilidade do solo apresentava variações de uma região para outra. Desde o século XV, apesar das divisões⁵, foram os estamentos que contribuíram significativamente para a manutenção do ideal da unidade territorial, bem como de uma estrutura agrária.

A pobreza foi uma constante na Europa. Sucessivas crises, carestias e más colheitas favoreciam cada vez mais a proliferação de vagantes, mendigos e desocupados nos centros urbanos, pois deixavam a zona rural para buscar melhores condições de vida na cidade. A partir do final da Idade Média, verificou-se um movimento anti-mendigos e vagantes. As autoridades europeias reagiram com restrições em relação aos cuidados concedidos a essas pessoas. Em *Senhores e Caçadores*, Thompson constatou que os conflitos iam muito além do que um simples desentendimento entre apenados (caçadores) e proprietários (senhores). Constata que num contexto de injustiças e lei rigorosa, o embate entre as concepções feudais estava diretamente ligado à regulamentação jurídica da propriedade. Dito de outra forma, é peculiar de *Senhores e Caçadores*, a disputa entre a normatização (direito) e os costumes feudais. Para essas pessoas, romper com algumas tradições e costumes feudais significava a violação dos direitos protegidos e preservados por várias gerações. Tal situação também foi verificada no Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin, especialmente, no contexto das deportações.

⁵ O território de Mecklenburg passou por dois momentos importantes: o primeiro ocorreu em 1701, com a separação de Mecklenburg-Strelitz, criando, assim, dois estados independentes, e outra divisão ocorreu com a reunificação em 1933.

Em decorrência do empobrecimento, os artesãos, por exemplo, sofriam com a falta de mercado para seus produtos. Devido à substituição gradativa da produção manufatureira pela industrial, encontramos na documentação, inúmeros artesãos ou pessoas que exerciam alguma atividade artesanal. Famílias inteiras dedicadas ao trabalho manual, geralmente realizado na própria casa, deixaram de ter importância; a fábrica e as máquinas substituíram a casa e a família. Situação semelhante ocorreu com os tecelões, fiadores domésticos e artífices. A produção industrial a vapor e o trabalho mecânico não qualificado contribuíram para que os mesmos perdessem a sua atividade econômica, bem como a sua posição na sociedade, tornando-se *outsiders*.

Difícil também ficou a situação dos camponeses e agricultores que, devido ao avanço do latifúndio e dos latifundiários, transformaram-se em pequenos proprietários e diaristas sem terras. Os diaristas eram aquelas pessoas que viviam “por favor” nas terras dos latifundiários. Com as transformações sociais e econômicas estavam condenados a ser expulsos das terras. A expulsão encaminhou inúmeros diaristas às Casas de Correção e prisão de Mecklenburg e, doravante, à América.

Além de diaristas, inúmeros apenados emigrados ocupavam a condição de servo da gleba. A servidão da gleba pode ser entendida como a ausência de liberdade, tanto econômica quanto social. Nesse sentido, o servo estava obrigado a prestar serviços, pois era considerado um vassalo da propriedade, logo devia prestar diversos serviços ao senhor e entregar parte do que produzia. Com a eliminação dessa condição em 1820, inúmeros camponeses continuavam dependentes, pois necessitavam prestar serviços para sobreviver e alimentar sua família. Diante desta transformação, alguns foram obrigados a deixar o campo e buscar outra forma de subsistência.

Diversos mecklenburgueses ex-servos, conforme aponta a documentação, foram encaminhados à Casa de Correção por estarem mendigando e/ ou vagando no território, ou seja, foram qualificados

como Heimatlose – sem pátria. Os Heimatlose não eram considerados súditos e, portanto, nenhum Estado tinha compromisso para com os mesmos. A legislação relativa à permanência e residência estabelecia que os mecklenburgueses só podiam residir e pedir esmolas no território em que haviam nascido.

Assim, no dia 12 de maio de 1824, o Grão-Duque de Mecklenburg-Schwerin recebeu um documento oficial do Conde von der Osten-Sacken, informando acerca da oportunidade de enviar para o Novo Mundo (recém independente Império do Brasil) indivíduos “totalmente sem pátria e cuja permanência ameaça tornar-se peso por toda a sua vida para a Casa de Correção e obter-lhes assim novamente um lar e um meio de subsistência, caso quiserem fazer uso de suas forças” (MÜHLEN, 2013, p. 73).

Através do emissário brasileiro Georg Anton von Schaeffer, um Decreto Real sobre a admissão de colônias estrangeiras no Brasil, datado de 1820 foi apresentado as autoridades mecklenburguesas, listando inúmeras vantagens aqueles que decidissem pela emigração. Dentre elas podemos citar: optar livremente em ser colono ou artesão, isenção de impostos por dez anos, concessão de terras gratuitas, cidadania brasileira, liberdade religiosa, concessão de utensílios agrícolas e sementes.

Além de mendigos, vagabundos e criminosos, inúmeros apátridas integraram as três deportações, que por sua vez, revelam a crescente mobilidade e a dificuldade de encontrar condições dignas de vida na Europa. A exclusão de um indivíduo ou de um grupo de pessoas não pode ser explicada só por fatores econômicos, mas, sobretudo, por questões políticas, religiosas, aspectos culturais, sociais, étnicos, etc; todas elas devem ser analisadas.⁶ A exclusão dos apenados de Mecklenburg-Schwerin

⁶ “El crecimiento demográfico y las crisis de hambre no son los dos únicos factores que condujeron al aumento de la pobreza. También la peste y otras epidemias favorecieron este aumento, ya que detenían temporalmente por completo la producción económica, por lo que había que prestar ayuda a gran parte de la población (...) Las epidemias solían declararse en los barrios más pobres, donde peores eran las condiciones de vida. Las guerras no sólo ocasionaban destrucciones que amenazaban la existencia, la pérdida del sustentador y riadas de refugiados, (...)” (RHEINHEIMER, 2009, p. 10-11).

denunciou uma situação de transformação, conflito e desigualdade, pois estavam inseridos num contexto, no qual as instituições políticas, econômicas, sociais e o sistema penitenciário apresentavam características exclusivamente de caráter feudal. Os apenados eram considerados “o outro”, “os de fora”, ou *outsiders*, na sua terra de origem, bem como aqueles que estavam à margem da vida social (pobre, desempregado, sem terra e moradia). É lícito destacar que o mau imigrante na terra de origem (*outsiders*) não necessariamente adotaria o mesmo comportamento na nova terra, bem como o bom imigrante (*estabelecido*) poderia transformar-se em “imigrante indesejável”. Nesse sentido, a criminalidade entre as classes subalternas pode ser entendida como uma adaptação ou resistência frente à dominação de classe, pois a pobreza pode levar pessoas a quebrar as normas sociais.

Vale ressaltar que em épocas de crises e transformações no sistema econômico germânico, a fome e a criminalidade aumentaram consideravelmente, pois os furtos aconteciam em decorrência do desemprego e da miséria. Assim, os mecklenburgueses *outsiders* protestaram contra as transformações provocadas pela Revolução Industrial, contra a miséria, o desemprego e a exclusão social. No entanto, em função de uma postura reivindicatória e a adoção de práticas consideradas como uma transgressão às normas, indivíduos foram encaminhados às Casas de Correção e Penitenciárias alemãs, sendo estigmatizados pelos grupos estabelecidos.

Inserção de ex-prisioneiros no Rio Grande do Sul: estratégias e trajetórias

A partir da primeira metade do século XIX, lavradores, agricultores, artesãos, soldados, comerciantes, militares e, mais tarde, burgueses e intelectuais emigraram para a Colônia Alemã de São Leopoldo, com intuito de “procurar uma nova pátria nas florestas do Brasil”. Vimos ao longo deste trabalho que os

mecklenburgueses emigrados perfaziam uma parcela da população empobrecida na Europa.

Estabelecida às margens do Rio dos Sinos, em 1824⁷, a Colônia Alemã de São Leopoldo fazia parte de um projeto imperial que visava a criação de colônias oficiais e particulares. Tratava-se de um empreendimento que objetivava desenvolver o artesanato, o comércio, a policultura com base no trabalho familiar para abastecer os centros urbanos mais próximos e os batalhões de militares, recrutar colonos e descendentes para os corpos militares, a construção do Estado Nacional e, principalmente, substituir o braço cativo por uma classe de homens livres, europeus e “civilizados”, bem como promover o branqueamento da população brasileira.

Na documentação analisada fica evidente que o Império do Brasil solicitou que o Major Georg Anton von Schaeffer contratasse no Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin soldados para serem incorporados aos três batalhões de estrangeiros no Rio de Janeiro/Brasil (criados por D. Pedro, em janeiro de 1823), bem como algumas famílias para desenvolver a pequena propriedade na primeira colônia alemã a ser fundada, em 1824, no Rio Grande do Sul (São Leopoldo, fundada em 1824, São João das Missões, em 1825, e Torres, em 1826).

Em relação aos soldados, as informações quantificadas acerca da faixa etária dos apenados deportados revelam que um número considerável de homens adultos e solteiros aportou no Brasil (15 a 49 anos de idade), evidenciando que o Brasil recrutou preferencialmente homens adultos para servir como soldados no Exército Imperial. Esses soldados foram recrutados por Schaeffer, sob a ordem de José Bonifácio, que entregou em 21 de agosto de 1822, as instruções para a sua atividade na Europa.

⁷ A Colônia Alemã de São Leopoldo localizava-se no vale do Rio dos Sinos, onde em 1788 funcionava a Real Feitoria do Linho Cânhamo (AMADO, 2002, p. 33). Segundo Oliveira, a feitoria era um empreendimento estatal que, com base no trabalho escravo, se produzia fibras destinadas a fabricação de cordas para navios (OLIVEIRA, 2006, p. 44).

Depois de seis anos atuando como soldados nos batalhões do Exército Imperial, no Rio de Janeiro, os mecklenburgueses foram desincorporados. Destes, alguns permaneceram no Rio de Janeiro, mas o maior contingente migrou para a Colônia Alemã do Rio Grande do Sul, com intuito de dispor das mesmas vantagens concedidas aos demais colonos. Entretanto, a maioria dos ex-soldados do Imperador não recebeu os benefícios aos quais tinha direito.

A situação só piorou após 1831, quando os batalhões do exército imperial foram totalmente dissolvidos, e os soldados largados a sua própria sorte. Muitos deles radicaram-se no Rio Grande do Sul. Conforme Lemos (1993, p. 419), “morreram todos miseravelmente, ou então levaram uma vida triste e cheia de privações”. Contudo, é pertinente levar em consideração que nem todos os “avulsos”, aportados no Rio Grande do Sul pereceram miseravelmente. Vários são os exemplos de mecklenburgueses que conseguiram prosperar, adquirindo um lote ou uma colônia para produção de alimentos.⁸

Assim como os colonos, os soldados receberiam os mesmos benefícios que outrora foram concedidos aos colonos. No entanto, marcou o contexto da década de 30, a aprovação de um decreto que proibia os gastos com a imigração e o fechamento dos batalhões do Exército Imperial. É nesse cenário, pois, que desentendimentos, conflitos e reivindicações alicerçaram os primórdios da imigração. Muitos soldados ficaram à deriva e espalhados pelo território brasileiro. No Rio Grande do Sul, desde 1824, o projeto de imigração encontrava dificuldades para a sua concretização, “os factos escandalozos que aqui se tem praticado [...] se reproduzem com frequencia [sic]⁹” na colônia. Em ofício de 25 de maio de 1852, o secretário do Governo, Antonio José Affonso

⁸ Mais informações podem ser encontradas na terceira parte, intitulada *Trajatória de mecklenburgueses no Rio Grande de São Pedro Oitocentista* (MÜHLEN, 2013, p. 155-206).

⁹ ANRJ. Série Justiça - Gabinete do Ministro - IJ1578 - Ofícios da Presidência da Província do Rio Grande do Sul dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça - 1852-1853.

Guimarães, destaca “o estado de ignorância dos colonos [e] a sua rebeldia contra as leys e autoridades”.¹⁰

Nesse sentido, a década de 30, do século XIX foi emblemática não somente para os soldados mecklenburgueses desincorporados do Exército Imperial, no Rio de Janeiro, mas, sobretudo para os colonos e agricultores estabelecidos em São Leopoldo que enfrentaram inúmeras dificuldades quando o Parlamento brasileiro retirou do orçamento todos os recursos destinados à imigração e colonização estrangeira.

Os mecklenburgueses que não estavam aptos para servir como soldados, seja por idade, doença física ou mental, alguma deficiência física ou outros problemas, bem como as famílias deportadas do Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin foram enviadas para a Colônia Alemã de São Leopoldo, com a finalidade de exercer o ofício de colono/agricultor ou ser artesão.

Os primeiros colonos enfrentaram alguns problemas para sobreviver. Os recursos de que dispunham eram escassos. Com poucas sementes, alguns instrumentos agrícolas, subsídios irregulares eram obrigados a se adaptar ao novo meio e, geralmente, produzir para subsistência da família. Além disso, os mecklenburgueses enfrentavam o estigma de ex-prisioneiros perante indivíduos do próprio grupo e de outras origens étnicas.

Se as condições de vida para uma família imigrante no início da colonização eram precárias, para uma viúva com filhos menores de idade e/ou solteiros se tornava mais difícil. Sendo assim, quais as estratégias adotadas pelos mecklenburgueses, para enfrentar as adversidades, as dificuldades e o estigma de prisioneiro? Quando falamos de estratégias sociais, é preciso ter cuidado para não estabelecer um único padrão ou um modelo adotado pelas famílias, pois como diz Levi (2005, p. 45), “durante a vida de cada um aparecem, ciclicamente, problemas, incertezas, escolhas, enfim, uma política de vida cotidiana cujo centro é a utilização estratégica

¹⁰ ANRJ. Série Justiça – Gabinete do Ministro – IJ1578 – Ofícios da Presidência da Província do Rio Grande do Sul dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça – 1852-1853.

das normas sociais”, que são balizadas pelos “recursos” a que os agentes sociais tinham acesso no contexto social em que estavam inseridos. Dessa forma, as estratégias sociais poderiam ser consideradas como parte de “campos de possibilidade”, nos quais as pessoas “atuam com uma própria estratégia significativa”, com intuito de condicionar e modificar as normas, pois tais estratégias não eram suficientes para impedir as formas de dominação.

Nesse caso, os mecklenburgueses condenados ao estigma de prisioneiros, valeram-se da estratégia matrimonial para inserir-se e ampliar suas relações na sociedade de destino, pois, conforme Sheila de Castro Faria (1998, p. 304), “casar-se significava uma estabilidade familiar e um respeito social”. A dificuldade de adaptação, de cumprimento das tarefas, a pobreza, bem como o descomprometimento do governo fez com que “ter e formar” uma família fosse a base da manutenção da sobrevivência na colônia hostil. A família, segundo Amado (2002, p. 45), foi “um tipo de grupo já constituído e conhecido, o único a ser transportado integralmente da Alemanha para o Brasil”. No Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin, a família era extremamente importante, principalmente nos momentos de crise. O valor da família pode ser claramente percebido na nova Colônia Alemã de São Leopoldo, pois representava o traço de “união entre os homens, razão e força de seu viver: ‘sem minha família eu não sou ninguém’” (Ibid. p. 45), escreveu um colono, em 1842. Assim sendo, ao perseguir as estratégias matrimoniais de algumas famílias de ex-prisioneiros (Klinger, Haacker e Bobsin), o intento foi desmistificar a “idéia-força” de que os mecklenburgueses “sumiram sem deixar vestígios”, “desapareceram da colônia alemã” ou “morreram”.¹¹

Além do matrimônio, o compadrio também permitiu o fortalecimento dos laços familiares entre os colonos alemães e descendentes, no início do século XIX, no sul do Brasil. O

¹¹ Mais informações sobre a trajetória de algumas famílias em: *Tecendo alianças: cruzando destinos e trajetórias diversas*. In: MÜHLEN, 2013, p. 160-183.

compadrio se caracteriza como um laço não consanguíneo, no qual era proporcionada a socialização e a formação de uma nova comunidade. Essas alianças podiam ser estabelecidas com membros do mesmo grupo étnico, com o mesmo grupo étnico, mas de outros Estados Alemães e/ou ainda com os nacionais. Desse modo, os compadres e as comadres eram considerados integrantes da mesma família, pois eram vistos como “segundos pais” e possuíam várias obrigações, como por exemplo, “de orientar, auxiliar e tomar a seu cargo o afilhado em caso de orfandade” (AMADO, 2002, p. 46).¹²

Tanto os enlaces matrimoniais, quanto o compadrio caracterizaram-se como redes sociais estabelecidas pelos mecklenburgueses, vertical e horizontalmente, para se inserir na sociedade local. Essas relações sociais podem ser tanto as redes de parentesco, de vizinhança, de amizade, profissionais, confessionais quanto outras intrinsecamente ligadas ao cotidiano dos indivíduos. Através dessas redes eles não apenas sobreviveram ao estigma e às difíceis condições de vida inicial, sobretudo (embora de forma modesta) encontraram estratégias que permitiram a inserção e manutenção da família, através de compadrio, casamento, via parentes, amizade e vizinhança.

Por fim, reiteramos que o estudo dos laços matrimoniais e do compadrio, enquanto uma forma de observação dos comportamentos sociais daqueles sujeitos que estavam à margem da sociedade, permitiu relativizar a tese do isolamento, da endogamia étnica, da homogeneidade dos imigrantes alemães e, principalmente, refutar a teoria do desaparecimento dos mecklenburgueses, dando dignidade e visibilidade aos sujeitos esquecidos (intencionalmente) pela historiografia.

¹² Através de registros paroquiais – batismo, casamento e óbito – e inventários analisamos o compadrio das famílias Scheck (estabelecidos em São Leopoldo e Porto Alegre) e Witt (estabelecidos em Três Forquilhas). Mais informações em: *Relações interpessoais: muitos parentes*. In: MÜHLEN, 2013, p. 183-200.

Considerações finais

Segundo Martin Dreher (2009, p. 117), “silêncio não é, necessariamente, o que foi esquecido, calado ou apagado da memória. [...] silenciar não significa dizer que algo não tenha acontecido, não tenha existido. Há sempre motivos para se silenciar”. Desse modo, a história da Imigração Alemã e suas produções historiográficas estão envoltas numa dicotomia, na qual, ora privilegiou alguns grupos, qualificando-os como “trabalhadores”, “honestos”, “pacíficos”, ora estigmatizou, marginalizou e silenciou outros. Silenciar acerca da deportação de apenados tinha como mote principal renegar o outro, ao qual não queriam fazer parte, pois os mecklenburgueses eram considerados *outsiders*, logo não pertenciam a “minoría dos melhores” (ELIAS, 2000, p. 7). Assim, por muitos anos a história da deportação de apenados de Mecklenburg-Schwerin foi relegada ao esquecimento, permanecendo inúmeras lacunas.

No entanto, a leitura, a análise e o cruzamento de inúmeros documentos acerca da deportação e da inserção de apenados mecklenburgueses permitiu visibilizar esse grupo. Por um lado, evidenciou que os ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin constituíram-se num grupo ativo e indispensável para a formação e o desenvolvimento das Colônias Alemãs de São Leopoldo e do Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Por outro lado, permitiu dar voz aos calados, romper com o silêncio e transformar estigmas em dignidade, *outsiders* em estabelecidos.

Cabe lembrar que as narrativas produzidas sobre a imigração e imigrantes tinham um viés apologético, logo, essas características contribuíram significativamente para moldar o senso comum da população por várias gerações e estigmatizar os outros com “os atributos associados com a anomia, como delinquência, a violência e a desintegração” (ELIAS, 2000, p. 7). Em decorrência disso, é importante reiterar que a função do historiador é “lembrar aquilo que os outros esquecem, ou querem

esquecer” (HOBSBAWM, 2007, p. 9), mas, sobretudo, compartilhar com as comunidades locais as pesquisas desenvolvidas no meio acadêmico, descortinando o outro lado da Imigração Alemã.

Referências

- BARROS, José D'Assunção. História Social: Caminhos de um Campo Histórico. In: *Revista do Mestrado, nº 10*, Rio de Janeiro: Universidade Severino Sombra, 2007, p. 193-220. v. 9;
- BARROSO, Vera Lucia Maciel. *Santo Antônio da Patrulha: vínculo, expansão, isolamento (1803-1889)*. 1979. Dissertação (Mestrado em História) -- PPGHIS/PUCRS, Porto Alegre, 1979.
- BECKER, Howard S. *Outsiders*. Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar. 2008 [1963].
- BONNEFON, Charles. *História da Alemanha*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1945.
- CARNEIRO, Deivy Ferreira. *Conflitos, crimes e resistência: Uma análise dos alemães e teuto-descendentes através de processos criminais (Juiz de Fora - 1858/1921)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) -- PPG/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2004.
- CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro Flamorion e VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Domínios da história. Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-59, 11ª tiragem.
- CERUTTI, Simona. *Processo e Experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII*, 1998;
- CUNHA, Jorge Luiz da. *Rio Grande do Sul und die Deutsche Kolonisation: eine Beitrag zur Geschichte der deutsch - brasilianischen Auswanderung und der deutschen Siedlung in Südbrasilien zwischen 1824 und 1914*. Santa Cruz do Sul: UNISC, Gráfica Léo Quatke, 1995.
- _____. O Rio Grande do Sul e a colonização alemã entre 1824 e 1830. In: QUEVEDO, Júlio (org). *Rio Grande do Sul: quatro séculos de história*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX* – Ana Gertrudes de Jesus. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DREHER, Martin Norberto. A lenda dos imigrantes de Mecklenburg e a Colonização do Litoral Norte/RS. In: ELY, Nilza Huyler (org). *Arroio do Sal marcas do tempo*. 4 Simpósio sobre Imigração Alemã no Litoral Norte. Porto Alegre: EST, 2007, p. 135-144.

_____. *Degredados de Mecklenburg-Schwerin e os primórdios da Imigração Alemã no Brasil*, São Leopoldo: Oikos, 2010.

_____. *O caso de Maria Olga Duncker, detida no presídio de Bützow/Mecklenburg (1825)*, 2009, (no prelo).

_____. *Servidão da gleba em Mecklenburg* 2009, (no prelo).

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FENSTERSEIFER, Ellen. *Aspectos gerais da Colônia alemã de Três Forquilhas*. 1973. Trabalho de conclusão (Graduação em História) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 1973.

FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. In: *Topoi*. Revista de História do PPG em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro. 2002. v. 5.

GANS, Magda Roswita. *Presença Teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: UFRGS/ANPUH/RS, 2004.

GINZBURG, Carlo. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. In: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 249-279.

_____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

- _____. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989, p. 169-178.
- HOBSBAWM, E. Globalização, democracia e terrorismo. Tradução de José Viegas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LEMOS, Juvêncio Saldanha. *Os Mercenários do Imperador: A primeira corrente imigratória alemã no Brasil (1824-1930)*. Porto Alegre: Palmarinca, 1993.
- LENZ, Sylvia. *Brasil, cidades hanseáticas e Prússia: uma história social dos alemães no Rio de Janeiro (1815-1866)*. 1999. Tese (Doutorado em História) -- UFF, Niterói, 1999.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. Comportamentos, recursos, processo: antes da 'revolução' do consumo. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- _____. Sobre micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- MUGGE, Miquéias Henrique. *Os apenados de Mecklenburg-Schwerin e a formação do exército imperial brasileiro (1823-1831)*. 2009. Trabalho de Conclusão (Graduação em História) -- UNISINOS, São Leopoldo, 2009.
- MÜHLEN, Caroline von. "Quem quiser viver mais uma vez feliz deve viajar para o Brasil". A trajetória dos degredados de Mecklenburg no Rio Grande do Sul. In: *VI Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2008, p. 239-258.
- _____. *Degredados e Imigrantes: Trajetórias de ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin no Brasil Meridional (século XIX)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013.
- _____. Eram os mecklenburgueses "ladrões de cavalos"? Análise do perfil dos prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin (1824-1826). In: *VII Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2009, p. 39-59.

_____. Sociabilidade e estratégia matrimonial entre ex-prisioneiros mecklenburgueses no Rio Grande de São Pedro oitocentista. In: COSTA, Miguel Ângelo S. da, DREHER, Martin N. Dreher, CARVALHO, Enildo de M. (Org.). *Explorando possibilidades: experiências sociais entre imigrantes alemães, seus descendentes e outros mais no Brasil Meridional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009, p. 149-176.

OBERACKER JR., Carlos H. *Jorge Antônio von Schaeffer: criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1957.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 4. ed. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

REVEL, Jacques. *Microanálise e construção social*. In: _____. *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RHEINHEIMER, Martin. *Pobres, mendigos y vagabundos: la supervivencia en la necesidad, 1450-1850*. Tradução de Carlos Martín Ramírez. Madrid: Siglo XXI de España, 2009.

SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização de São Leopoldo: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850*. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2003.

_____. A questão da terra na fase pioneira da colonização. In: MAUCH, Cláudia e VASCONCELLOS, Naira. *Os alemães no Sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Editora da ULBRA, 1994, p. 55-63.

_____. O 'mau' imigrante: má origem ou capacidade de organização e luta. In: ELY, Nilza Huyer (Org.) e BARROSO, Véra Lúcia Maciel. *Raízes de Terra de Areia*. Porto Alegre: EST, 1999, p. 202.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. *Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste*. São Paulo/Brasília: HUCITEC/EdUNB. 1995.

Aspectos socioculturais da religiosidade na colonização alemã no sul do Brasil

Tiago Weizenmann

O deslocamento de um considerável contingente de imigrantes para o Brasil, a partir do século XIX, provenientes, sobretudo, da Europa, projetou novas circunstâncias sociais e culturais ao país. Além da contribuição econômica e populacional que se esperava desses grupos, inseriram-se com eles novas manifestações socioculturais no país, incluindo diferentes expressões de religiosidade.

Constata-se, pois, que os imigrantes alteraram profundamente o rosto da religião no Brasil. Se deixarmos de lado os episódios protestantes dos séculos XVI (Rio de Janeiro) e CVII (holandeses no Nordeste), o século XIX traz, pela primeira vez, ao Brasil permanentemente luteranos, anglicanos, batistas, presbiterianos, muçulmanos, budistas; traz também dissidentes sociais e políticos: carbonários, liberais, socialistas, anarquistas. (DREHER, 2017, p. 98)

Entre os imigrantes alemães que ingressaram no país, encontrava-se, sobretudo, a predominância das confissões católica e evangélica. Embora o catolicismo romano fosse a religião oficial do Império, o artigo 5º da Constituição de 1824 previa a permissão de outras religiões, dando a elas o direito de realizarem seus cultos domésticos em locais que não apresentassem a forma exterior de

templos. Isso explica, por exemplo, a inexistência das características torres nas primeiras igrejas luteranas, além da ausência dos tradicionais sinos.¹

Ao longo de todo processo da imigração alemã, registrou-se a presença importante de evangélicos, embora fosse uma minoria absoluta no contexto do Império. Além disso, restrições se fizeram presentes a sua confessionalidade. Com o passar do tempo, os denominados não católicos conquistaram direitos religiosos e políticos, que, inicialmente, haviam sido restringidos. É o caso dos matrimônios, que, em 1863, passaram a ser reconhecidos pelo governo e realizados por um pastor, além da permissão de ocupar cargos legislativos, em 1881, mudança instituída com a reforma eleitoral (Lei Saraiva), garantindo a participação do elemento teuto-brasileiro, incluindo os protestantes alemães, que passaram a ocupar espaços oficiais da política da província e do Império com a elegibilidade de seus primeiros representantes (WEIZENMANN, 2015, p. 140).

Nas áreas de colonização alemã, ao passo em que surgiam as áreas coloniais, as comunidades religiosas iniciavam sua organização. Muitas vezes, as dificuldades para organizar as atividades voltadas à espiritualidade eram grandes. Havia, de maneira generalizada, a ausência de sacerdotes que pudessem dar conta dos trabalhos eclesiais dessas regiões. Em 1852, a carta de um imigrante (MÜLLER, 2004, p. 34) retratava a situação local quanto a essas dificuldades:

O que não me agrada, aqui, são os domingos. Os colonos não pensam em culto. E nem teriam condições de celebrá-los. Em primeiro lugar, porque não são todos da mesma confissão religiosa. Em segundo lugar, porque não possuem templo. E, em terceiro lugar, porque o eclesial de São Leopoldo, responsável

¹Registra-se, no entanto, a inauguração da primeira igreja evangélica com torre, durante o período imperial, no ano de 1867, na comunidade de Faxinal, na Colônia de Santa Cruz. Em Santa Maria, no ano de 1886, iniciava uma polêmica em relação à instalação de sinos, já que a legislação não o permitia.. (MÜLLER, 2004, p. 36)

pela Colônia de Santa Cruz, cobra 16 táleres espanhóis por um culto apenas.

Diferentes são os registros que demonstram tal realidade. O pastor evangélico Borschard, em seus escritos datados de 1865, questionava: “Pois, porque motivo não enviam pastores para cá? Se missionários são enviados aos pagãos, no mundo inteiro?” (MÜLLER, 2004, p. 35). Enfim, tratava-se de uma realidade que carecia de representantes eclesiásticos nas diversas colônias que se instalavam a partir de 1824. Em vista disso, muitos imigrantes passaram a assumir a organização religiosa dentro de suas comunidades, como é o caso dos pastores-colonos, sendo escolhidos entre os membros participantes, organizando encontros para rezar e proceder com a leitura da Bíblia, ou assumindo as obrigações que cabiam a pastores e padres. Nesses casos, geralmente, a função permanecia com as pessoas que assumiam a função de professores nas escolas comunitárias.

Para compreender algumas especificidades sobre os aspectos socioculturais da religiosidade imigrante do século XIX, faremos uma distinção entre as duas principais confessionalidades presentes nesse contexto. Assim como o fazemos aqui, é importante perceber que havia uma divisão visível e demarcada entre católicos e evangélicos, sendo a identidade ético-religiosa, muitas vezes, reforçada a partir da existência e da diferenciação do outro. Este aspecto gerava embates, como os que se demonstravam, por exemplo, no campo escolar, produzindo tensões por disputas de clientelas, já que “luteranos e católicos entendiam que a manutenção e fortalecimento de sua confessionalidade dependia de uma boa base escolar” (KLUG, 1998, p. 111). Além disso, é preciso considerar que as convicções doutrinárias e as visões de mundo de católicos e evangélicos influenciaram a construção dos preceitos socioculturais da população imigrante no Brasil (BLUME, 2010, p. 41).

Os alemães católicos

É recorrente destacar a presença de um catolicismo de imigração, romanizado, e de orientação tridentina² para os alemães que ingressaram no Brasil. Por outro lado, ao analisarmos a variedade de elementos da história, não é possível considerar que os imigrantes alemães católicos formassem um único e homogêneo grupo. É preciso, portanto, considerar as variáveis temporais que definiram concepções éticas e morais diferentes ao catolicismo romano (BLUME, 2010, p. 40-41). Nesse sentido, é possível estabelecer características distintas ao tomarmos como referência a história dos alemães católicos no Brasil. A partir dela, propõe-se uma divisão em três diferentes períodos (LERMEN, 2004, p. 65), que definem uma heterogeneidade aos alemães católicos: uma primeira fase corresponde às primeiras décadas do século XIX, até o ano de 1848, momento em que há predominância da secularização e da interferência do Estado sobre as questões religiosas; entre os anos de 1850 e 1860, quando a Igreja Católica recebe forte influência do movimento de Restauração³; e, por fim, uma reaproximação da Igreja e do Estado nos anos de 1870, quando se estabelece, também, o *Kulturkampf*⁴.

²A orientação tridentina corresponde à adoção de práticas litúrgicas da Igreja Católica Apostólica Romana, normatizadas pelo Concílio de Trento (1570), em resposta aos movimentos de Reforma Protestante na Europa. Entre as práticas, encontrava-se o uso do latim para a realização do rito religioso (missa), permanecendo o padre de frente para o altar (de costas para os fiéis), além da valorização do silêncio como expressão de formalidade no interior do templo, entre outros aspectos.

³A Restauração Católica refere-se à retomada pela Igreja do Concílio de Trento, no que diz respeito à doutrina, à prática e à disciplina, sob a orientação de Roma e do Papa. Entre as estratégias, destacam-se “a rejeição ao governo laico na França (ultramontanismo), o combate ao *Kulturkampf* na Alemanha que resultou na expulsão dos jesuítas desse país, como os agentes mais ativos da Restauração Católica, até uma coexistência produtiva, com o Estado laico.” (RAMBO, 2002, p. 179) No Rio Grande do Sul, o movimento ganhou força com a nomeação do bispo D. Sebastião Laranjeiras, em 1860.

⁴*Kulturkampf* trata-se de um conflito cultural e de influência liberal, ocorrido entre o governo alemão de Otto von Bismarck e a Igreja Católica, entre os anos de 1871 e 1887. Diferentes leis foram adotadas na Alemanha para limitar a atuação da Igreja Católica, sendo que o auge dessa política ocorreu entre 1873 e 1878. Durante o *Kulturkampf*, jesuítas viram-se obrigados a migrar para o sul do Brasil, onde passaram a atuar junto a comunidades de imigrantes alemães e seus descendentes. (WERLE, 2006)

No Brasil, diante da falta de assistência espiritual que marcou as primeiras décadas da imigração, os próprios colonos assumiram a tarefa de organizar a construção de seus templos, casas paroquias e cemitérios, bem como preocupar-se com os rituais sagrados - batismos, matrimônios e funerais. Era comum, portanto, encontrar a figura do padre-colono, escolhido entre os pares de uma comunidade para que assumisse as funções eclesiásticas.

Mudanças foram ocorrendo ao longo do tempo. A instalação da freguesia de São Leopoldo (1846), por exemplo, foi motivo primordial para trazer padres jesuítas à região, que também falavam a língua alemã, passando a percorrer as picadas⁵ onde se encontravam os imigrantes. É o caso dos padres Augustin Lipinski e Johannes Sedlack, que chegaram a São Leopoldo em 1849. Antes disso, mesmo que a freguesia contasse com a presença de um vigário secular, um dos principais impeditivos estava no fato dele não conseguir se comunicar com os imigrantes, embora não fosse uma limitação para as missas, celebradas em latim, a língua universal dos ritos católicos. Somavam-se o fato de que as visitas realizadas nas localidades mais distantes eram esporádicas, o que se resumia a duas ou três visitas ao ano, para rezar, batizar e celebrar o matrimônio (BLUME, 2010, p. 42).

Com a vinda de padres jesuítas à região de São Leopoldo, chegavam, também, novas ideias, que definiram a atuação desses sacerdotes em meio aos imigrantes alemães católicos. Lipinski e Sedlack, influenciados pela Restauração Católica, um movimento que defendia o catolicismo sob autoridade direta do Papa, opondo-se à interferência e à tutela do Estado, atuaram de maneira a

⁵ Denominação aplicada à organização social das colônias, sendo a “forma básica de penetração na floresta subtropical, na qual se busca abrir com os instrumentos disponíveis vias, ao longo das quais vão sendo instalados imigrantes, em lotes que lhes são designados. Na demarcação dos lotes, obedeciam-se critérios de natureza topográfica. Numa das extremidades, o rio ou seu afluente servia de limite. O lote estendia-se encosta acima até encontrar-se com outro que subia de outro vale. Nos topos dos morros ficava localizada a linha, picada ou travessa. A geografia determinava, assim, o tamanho de cada uma das comunidades que se estabeleciam.” (DREHER, texto digital)

“corrigir” os desvios da religiosidade colonial, que se constituiu ao longo dos primeiros anos de imigração:

A longa falta de um regular cura d'almas havia produzido para além disso uma espécie de embrutecimento [...]. E visto que lhes faltava o sacerdote, tinham-se metido, eles mesmos a organizar um culto leigo. A direção desse culto foi confiada a um colono do meio ambiente [...] permitindo a si mesmo coisas, coisas incríveis. (LIPINSKI apud RABUSKE, 1974, p. 141)

Esses supostos desvios religiosos, que eram frutos das adaptações produzidas pelos colonos em meio à nova realidade, perpassaram registros de outros sacerdotes, o que fundamentava a reivindicação pela criação de fundos por parte da Alemanha para que fossem financiados projetos missionários. Ao passo em que procuravam agir diante daquilo que consideravam ser distorções religiosas, a atuação de padres jesuítas em áreas coloniais ditou os rumos do catolicismo nesses espaços. Sua presença no meio imigrante se fez valer por meio de várias ações: pela atuação de padres, pela imprensa, pela fundação de escolas e paróquias. Também, a organização de missões populares, incluindo uma série de atividades religiosas (missas, procissões, rezas) que ocorreram nas primeiras décadas da imigração, tal como se registrava na colônia de São Pedro de Alcântara⁶, em 1843, e São Leopoldo, em 1845. A boa impressão deixada pela realização das missões populares nas colônias alemãs despertou ainda mais o interesse e a necessidade em dirigir mais clérigos da ordem para que trabalhasse no meio de tantas almas que sabiam, inclusive, ler (AZEVEDO, 2005, p. 6).

Em grande parte, foram os jesuítas que concentraram uma preponderante influência sobre as regiões de imigração alemã. Em 1885, contabilizavam-se 78 padres jesuítas distribuídos em 13 residências (RAMBO, 2002, p. 291). Mas não foram os únicos. Além

⁶ Núcleo colonial formado por alemães católicos, próximo a Torres, área litorânea do Rio Grande do Sul.

destes, a congregação marista atuou em diferentes comunidades, em áreas distantes do núcleo pioneiro, em meados dos anos de 1900 (RIGO, 2007), dedicando-se à fundação de escolas e à vida religiosa em comunidades teuto-brasileiras. A lista se completa com outras ordens religiosas (RAMBO, 2001, p. 292), as quais exerceram importantes atividades junto ao mundo imigrante: - franciscanas da caridade (1872), palotinos alemães (1882), capuchinhos franceses (1896), irmãs de São José de Moutiers (1898), irmãs de Santa Catarina (1900), lassalistas franceses (1904), irmãs do Imaculado Coração de Maria (?); salesianos italianos (1901) e padres diocesanos (1890-1904). De modo geral, é preciso lembrar que a presença de imigrantes alemães, italianos e poloneses, tornou-se justificativa para que ordens religiosas dos respectivos países a assistirem seus emigrados (RAMBO, 2002, p. 291).

Ao longo do século XIX, e também nas primeiras décadas do século XX, pode-se constatar que os espaços de sociabilidade étnico-católica eram fomentados pela criação de comunidades, associações e escolas confessionais. Além disso, a imprensa em língua alemã, voltada ao público católico, também foi importante para enraizar preceitos religiosos dessa confessionalidade, fosse através da publicação de jornais, de *Kalenders* (almanaques) ou de revistas. De modo geral, é possível identificar três diferentes vertentes que disputavam espaço entre os imigrantes, e que refletem as orientações editoriais dos principais jornais do século XIX: o liberalismo, o protestantismo e catolicismo (RAMBO, 2003; DREHER, 2001; WEIZENMANN, 2015).

Entre as produções de maior alcance podem ser citados, por exemplo, o jornal *Deutsches Volksblatt*, editado em São Leopoldo a partir de 1871, e posteriormente em Porto Alegre, vinculado em seus primeiros anos de existência à atuação de padres jesuítas.

Figura 1 – Jornal *Deutsches Volksblatt* (13 de janeiro de 1893)



Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira

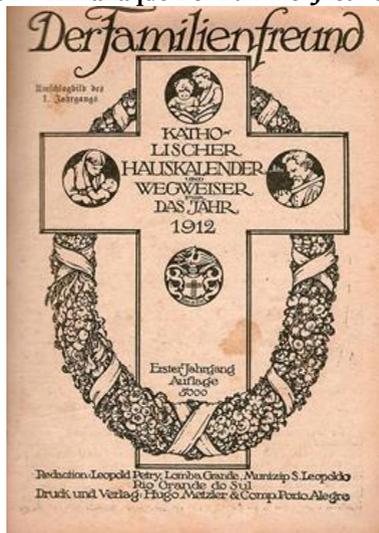
Há que se lembrar que a circulação de jornais, bem como de outras publicações, tornavam-se importantes canais de comunicação. Suas páginas eram compostas por notícias sobre diferentes partes do mundo, assim como informações sobre as colônias alemãs, romances-folhetim, notas de falecimento, propagandas de casas e empresas coloniais, entre outros assuntos. Publicados em alemão e em letra gótica de padrão rotundo⁷, esses periódicos reforçam a manutenção de traços socioculturais manifestados pela continuidade do uso da escrita e da língua dos imigrantes, e manifestavam as orientações confessionais de seus editores. Portanto, é possível dizer que a imprensa assumiu “papel importante na manutenção da cultura germânica quando começou um intercâmbio maior com a sociedade de adoção dos imigrantes. Ao lado da escola, a imprensa foi elemento dinâmico desta cultura.” (CAPARELLI, 1980, p. 103)

O Der Familienfreund – Katholischer Hauskalender und wegweiser (O amigo da família – almanaque católico e guia), em circulação a partir de 1912, seguia formato característico dos

⁷ Trata-se de uma simplificação da escrita gótica. É um tipo de escrita ensinado nas escolas e utilizada por populações de imigração teuta. É comum encontrar a escrita gótica rotunda na imprensa de língua alemã do século XIX. (WEIZENMANN, 2015, p. 79-80)

almanaques. Editado por Hugo Metzler, pronunciava em sua primeira edição as seguintes palavras: “nós católicos alemães, numerosos no campo e na cidade, espalhados por muitos lugares no chão da pátria brasileira, queremos ter e ler o nosso próprio almanaque.” (FAMILIENFREUND, 1912 apud RAMBO, 2003, p. 75).

Figura 2 – Almanaque *Der Familienfreund* (1912)



Fonte: ALMEIDA, 2015, p. 76.

A revista *Sankt Paulus Blatt*, com publicação desde 1912, e em circulação até os dias atuais, foi criada como veículo oficial de comunicação da entidade católica Sociedade União Popular, com o propósito de promover a manutenção da identidade católica entre os descendentes de alemães da Região Sul do Brasil. Foi redigida e editada nas primeiras duas décadas de existência pelo padre jesuíta Teodoro Amstad (KLAUCK, 2009; DORNELLES, SCHAEGLER, 2016)

Figura 3 – *St. Paulus Blatt* (1912)

Fonte: KLAUCK, 2009, p. 119

Os alemães evangélicos

Dentre o grupo de imigrantes evangélicos, é recorrente identificar três diferentes confessionalidades: a luterana, que constituiu a maioria, a calvinista, e a igreja nova – uma conjunção de luteranos e calvinistas. Contudo, existem outras maneiras de diferenciá-los, como se pode proceder a partir da abordagem historiográfica, que sugere outra divisão para os protestantes, assim categorizados: protestantismo de imigração, protestantismo de missão e protestantismo pentecostal (GERTZ, texto digital, p. 13).

Como já destacado, os evangélicos, embora encontrassem liberdade religiosa no país, enfrentaram diferentes restrições, desde a construção de templos que não deveriam apresentar torres, à proibição de enterrar seus mortos em cemitérios de irmandades e paróquias católicas, ao não reconhecimento dos matrimônios, tratados como concubinatos, e dos batismos, considerando os filhos ilegítimos, já que eram evangélicos. Contavam-se, também, restrições à participação política. (BLUME, 2010, p. 46-47). Com a instalação da República, e a conseqüente separação entre Estado e Igreja, a realidade e o reconhecimento das confessionalidades passaria por significativas mudanças: as restrições a evangélicos seriam, enfim, suprimidas, ao mesmo tempo em que as questões da Igreja Católica não seriam mais resolvidas com o Estado, “mas na sociedade civil e, principalmente, no seio da própria comunidade religiosa (DREHER, 2017, p. 95).

Mesmo diante desses obstáculos, que restringiam a integração política e sociocultural ao contexto brasileiro, os imigrantes evangélicos também passaram a assumir uma organização autônoma em relação aos cuidados eclesiásticos, o que fez surgir a figura do pastor-colono. Os primeiros pastores formados foram designados somente em 1866, e sua atuação caracterizava-se, sobretudo, pelo trabalho itinerante.

Em relação à história dos luteranos, é possível demarcar diferentes períodos para a o contexto da imigração alemã (DREHER, 2004, p. 134-135). Um primeiro momento se deu entre os anos de 1824 e 1864, registrando a entrada de luteranos no Brasil que eram procedentes de várias regiões e Estados alemães. Nesse grupo, incluíam-se artesão, soldados e agricultores, e organizaram suas comunidades em torno de um centro formado pela escola, pelo cemitério e pelo templo, desenvolvendo “sociedade e cultura próprias, em que as tradições alemãs e principalmente a língua alemã eram preservadas” (DREHER, 2004, p. 135).

Na década de 1860, muitas comunidades em desenvolvimento passaram a chamar a atenção, o que resultou no envio de missionários e pastores da Prússia e da Suíça para que exercessem as funções eclesiásticas nas áreas coloniais. Sendo assim, mudanças significativas passaram a ocorrer a partir de 1864, quando se registrava, por exemplo, a chegada do pastor Hermann Borschard a São Leopoldo. Dedicou-se a organizar a estrutura das comunidades da província do Rio Grande do Sul, o que resultou na vinda de pastores alemães ligados ao movimento de revivalismo luterano, os quais pregavam, entre outras coisas, a eliminação da influência racionalista no meio evangélico. No entanto, conflitos seriam registrados, incluindo a resistência dos pastores-colonos e do imaginário popular frente à atuação de pastores e missionários com formação teológica (BLUME, 2010, p. 48).

Essa nova fase (1864-1889) viu nascer as primeiras estruturas eclesiásticas, com a instalação de sínodos, “veículos da reivindicação de direitos de cidadania para os luteranos” (DREHER, 2004, p. 135).

Em 1886, fundava-se o Sínodo Rio-Grandense, iniciativa atribuída ao pastor Wilhelm Rotermund, chegado ao Brasil no ano de 1876. Registra-se, também, o início da participação política de luteranos nas instâncias de poder, a partir da alteração da lei imperial, que passou a permitir a sua atuação no cenário político.

Instalada a República, em 1889, até 1930, o grupo luterano construiu representatividade junto às instâncias municipais, contudo, afastando-se da vida político-partidária do estado. Nesse período, destaca-se a atuação do pastor Hermann Gottlieb Dohms, nascido em Saporanga, no Rio Grande do Sul, influenciando significativamente as atividades do Sínodo Rio-Grandense, com uma importante produção intelectual que girou em torno de três importantes temas: Igreja evangélica, germanidade e Brasil, defendendo a concepção de Igreja com bases étnicas, além “da ligação de Igreja e germanidade que a ela estava ligada” (DREHER, 2004, p. 147). Na década de 1930, a atuação do pastor Dohms ainda estaria ligada às discussões que envolveram o nazismo, bem como ao impacto das ações nacionalistas do governo de Getúlio Vargas.

Como se pode perceber até hoje, coexistem duas instituições luteranas em áreas de colonização alemã. Uma delas é a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), que estabelece uma relação histórica que inicia no século XIX, e que se vincula à trajetória do Sínodo Rio-Grandense, como analisado anteriormente. A outra, a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB) é fruto da atuação missionária empreendida por uma vertente luterana cuja origem encontra-se o Sínodo Evangélico-Alemão de Missouri, Ohio e outros Estados, fundado nos Estados Unidos por imigrantes alemães provenientes da Saxônia, em 1847. Entre os desdobramentos de sua atuação, encontram-se as atividades que alcançaram o Brasil. Sendo assim, diante das dificuldades em atender a todos os luteranos alemães e seus descendentes, chegava, em 1900, o pastor missionário Christian J. Broders, para o sul do Brasil, mais precisamente para o estado do Rio Grande do Sul, com a “finalidade de avaliar as oportunidades missionárias no país. Sua missão teria um tempo

determinado de no máximo dois anos, e suas impressões seriam decisivas para o estabelecimento ou não dos trabalhos do Sínodo em território brasileiro.” (HELFENSTEIN, 2016, p. 99) Assim, novas comunidades foram fundadas, e outras se desligaram do Sínodo Rio-Grandense para integrar a nova organização. Também, em 1903, um instituto de pastores e professores foi criado para formação de novas lideranças comunitárias.⁸ Sua atuação reivindicava uma posição doutrinária luterana ortodoxa, apolítica, tanto aos problemas locais como internacionais, e posicionando-se contra a relação estreita entre Igreja e germanidade. Residia aí uma das diferenças fundamentais entre as correntes luteranas. Tais posturas demonstravam que a convivência entre as duas vertentes luteranas nem sempre foi harmoniosa, uma vez que se registraram rivalidades entre os sínodos.

Periódicos locais e periódicos eclesiásticos alertavam em relação aos invasores ianques, que poriam em risco o sucesso econômico dos colonos e sua identidade cultural germânica. Também integrantes do Sínodo Riograndense criticaram publicamente a presença de pastores do Sínodo de Missouri no RS, considerada como concorrência desleal. Os do SM, por sua vez, contratacavam apontando para os chamados a eles enviados pelas comunidades e declarando o Sínodo Riograndense incapaz de atender os colonos luteranos devido à sua indefinição confessional. (RIETH, 2009, p. 214)

A imprensa evangélica, com destaque a partir da segunda metade do século XIX, ganhou projeção com a publicação de jornais, almanaques e folhas informativas em língua alemã. O *Kalender für die Deutschen in Brasilien*, “de orientação evangélica, criado, em São Leopoldo, pelo Dr. Wilhelm Rotermund, pastor, teólogo e livreiro, [...] circulou no período de 1881-1918 e de 1920-1941” (GRÜTZMANN, 2006, p. 72).

⁸ Corresponde ao atual Seminário Concórdia, no município de São Leopoldo, Rio Grande do Sul.

Figura 4 - Almanaque *Kalender für die Deutschen in Brasilien*



Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira

Nesse universo, ainda podemos destacar o jornal *Deutsche Post*, que entrou em circulação duas vezes por semana, a partir de 1880⁹. Seu proprietário e editor, Wilhelm Rotermund fez desse jornal um importante canal de comunicação com a comunidade evangélica do sul do Brasil, tratando temas que retomam diferentes discussões: religiosidade, relações entre católicos e evangélicos, vida escolar, espaços de sociabilidade, economia, entre outros. Além desse periódico, Rotermund passou a editar, em 1888, para o público luterano o semanário *Sonntagsblatt für die Evangelischen Gemeinden in Brasilien*, e circulava como encarte dominical do jornal *Deutsche Post* (HELFENSTEIN, 2016, p. 100).

⁹ Rotermund adquiriu uma tipografia, o que criou condições para que ele criasse o seu próprio jornal. A instalação possuía bons equipamentos para realizar impressões, além de produzir livros impressos e folhetos coloridos ou em bronze (WEIZENMANN, 2015, p. 56)

Figura 5 - Jornal *Deutsche Post* (7 de janeiro de 1893)



Fonte: Biblioteca Digital Luso-Brasileira

Outras publicações se apresentaram ao público luterano, como o *Deutsche Evangelische Blätter für Brasilien* (Folhas Evangélicas Teutas para o Brasil), editado pelo pastor Dohms. Além disso, destacava-se “a Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB), que possuía duas publicações de maior circulação; o jornal *Kirchemblatt*, e a revista *Der Lutheraner*” (HELFENSTEIN, 2016, p. 95). A revista, publicada desde 1844, era editada em St. Louis (EUA) e tornou-se o órgão oficial do Sínodo de Missouri. Mais tarde, a revista daria origem a um jornal especialmente voltado para a América do Sul, o *Evangelisch-Lutherisches Kirchenblatt fuer Suedamerika* (Folha da Igreja Evangélica Luterana da América do Sul), sendo impresso em Porto Alegre, e com circulação bimensal que atingia o Brasil, a Argentina, os Estados Unidos e a Alemanha (HELFENSTEIN, 2016, p. 107).

Manifestações religiosas dos imigrantes alemães

A religiosidade dos imigrantes alemães no Brasil demonstra a riqueza sociocultural presente nas comunidades. É possível identificar características étnicas na forma como imigrantes e

descendentes comemoravam suas festas religiosas, incluindo a páscoa e o natal. Assim, por exemplo, “relatos de imigrantes sobre os tempos pioneiros na colônia Blumenau, a festa de natal, por causa do costume de armar a árvore e entoar canções apropriadas em língua alemã, evoca a pátria deixada para trás e ao mesmo tempo presente nesse outro lugar.” (SEYFERTH, 2011, p. 54) A religiosidade dos imigrantes, em relação direta com as tradições étnicas, era vivenciada cotidianamente no espaço doméstico. Valores morais e religiosos permeavam os comportamentos dos membros familiares e ditavam regras sociais, e materializavam-se em artefatos que eram dispostos pela casa, como os panos de parede, os *Wandschoner*, para decorar os ambientes da moradia com frases educativas, religiosas, ou com provérbios religiosos, que eram bordados pelas mulheres.

Essa configuração religiosa mais intimista projetava-se para espaços coletivos das colônias. Atividades festivas, rituais e eventos religiosos eram os principais espaços de sociabilidade, responsáveis em reunir e congregar as famílias. Práticas sociais e culturais das comunidades – escola, cotidiano doméstico, celebrações religiosas, festas religiosas, trabalho, casamentos – eram, portanto, traçadas a partir da relação com os preceitos da confessionalidade, fosse ela evangélica ou católica (SEIDL, 2008, p. 79). Não seria à toa que, juntamente com o prédio escolar e a casa paroquial/pastoral, a construção do templo definia a centralidade da vida comunitária, e local onde nasceriam as demais entidades associativas e as principais lideranças comunitárias. Fazer parte “da organização comunitária, ocupar algum cargo na comunidade [...], ou ainda simplesmente externalizar a devoção através de doações, de demonstrações de “piedade” [...], significava obter visibilidade e respeito frente aos demais.” (SEIDL, 2008, p. 80)

Figura 6 - Antiga igreja católica e prédio da comunidade escolar São José dos Conventos (Lajeado)



Fonte: BLACK, 2004, p. 39

Além das orações e demais práticas que ocorriam no seio familiar, a ida frequente aos cultos e às missas, bem como aos principais eventos e celebrações religiosas, ocupava um importante espaço de sociabilidade. A igreja constituía o local de reza e de ritualização de eventos religiosos, batismo, primeira eucaristia e confirmação, a celebração do matrimônio, entre outros. Dentro dela, os locais ocupados por cada membro da comunidade era definido pelo critério de gênero: tanto em cultos evangélicos, rezados em língua alemã, como em missas católicas, ministradas por padres no latim, homens sentavam-se à direita e mulheres à esquerda.

Os diferentes sacramentos, como os batizados que introduziam oficialmente as crianças ao mundo cristão, eram, em grande parte, momentos para celebrar em família e em comunidade. No casamento, por exemplo, as celebrações religiosas que ocorriam durante o dia seguiam com a reunião de familiares, vizinhos e amigos, na propriedade do casal ou de seus genitores. A festa “era marcada com comida farta, bebidas (vinho, cerveja, limonadas), música, conversas e jogos de carta entre os homens” (WEIZENMANN,). Embora o registro fotográfico não fosse ainda de acesso universal, tais momentos constituíam a exceção para

muitas famílias, que dispensavam consideradas somas de dinheiro para materializar as ocasiões. Mais tarde, essas fotos eram distribuídas a um seleto grupo de familiares, que as guardava como recordação, um artefato de grande valor sentimental.

Traço característico e pitoresco para a história da imigração são as ‘noivas de preto’. Em fotografias mais antigas, é possível perceber que o branco nem sempre foi a cor dos vestidos usados pelas mulheres. Em muitos locais, a tradição se estendeu até as primeiras décadas do século XX. O uso de vestidos pretos está relacionado a duas explicações: trajes nesta cor poderiam ser usados em outras ocasiões. Por outro lado, a tradição teria surgido em ainda na Europa, durante a Idade Média, como sinal de protesto à prática de senhores feudais, que se valiam do direito à primeira noite conjugal com as esposas de seus vassalos (BRAUN, 2010, p. 58-59). Aos poucos, o branco passou a incorporar o traje, simbolizando a pureza feminina, fosse pela inclusão do véu, ou pela preferência da cor para todo o vestido.

Figura 7 - Casais fotografados na década de 1860.



Fonte: BRAUN, 2010, p. 27.

Outra prática religiosa comum nas comunidades de colonização alemã eram as festividades ligadas à confirmação – para os evangélicos, ou primeira comunhão – para os católicos. Crianças, entre as idades de 10 a 13 anos, eram preparadas e apresentadas à comunidade, e marcava, também, o fim do período escolar.

A primeira comunhão apresentava-se como uma passagem da criança a uma nova etapa dentro da comunidade religiosa e constituía uma razão para promover uma reunião de família. Segundo Anne Martin-Fugier, a primeira comunhão constituía o “dia mais belo do ano”, juntamente com o casamento, antecipando o papel do casamento. Até mesmo a cena religiosa em muito lembra o matrimônio: o vestido branco e o véu para as meninas e o traje negro para os meninos. (WEIZENMANN, 2014, p. 196)

Entre as festividades religiosas mais significativas, e que permanecem até hoje em muitas regiões de imigração alemã, é o *Kerb*¹⁰. Ao longo de três dias, os moradores das comunidades e seus convidados, os quais poderiam deslocar-se de outras localidades, comemoravam algum sentido mais expressivo, o que poderia corresponder à construção e à inauguração de templos, à celebração do padroeiro, à intenção de arrecadar fundos, à instalação de paróquias imediatamente depois das colheitas, bem como à “relação direta com a festa alemã “Kirchmessel” - festa da igreja - praticada mais especificamente na Renânia, no sul da Alemanha.” (WOLLF, 1999, p. 79) Se pode também dizer que tais festividades rompiam com isolamento construído pelas distâncias entre as propriedades dos primeiros imigrantes, prevalecendo laços de solidariedade que se reforçavam a partir da realização de um encontro anual (LENZI, 1989, p. 37-39).

A realização da festa do *Kerb* era previamente pensada e organizada. A casa passava por uma rigorosa faxina para receber

¹⁰ Existem variações para a expressão *Kerb*: Kirche Einweihfest, Kerchweihfest, Kerchweih, Kerw, Kirmes, Kächefest

os convidados. Roupas e sapatos novos eram usadas. Chegada a festa, contava-se com um amplo e farto cardápio, incluindo bebidas, como vinho e cervejas¹¹. Além das celebrações religiosas que ocorriam durante os dias de *Kerb*, bailes animados reuniam as pessoas para que pudessem divertir-se com música e dança. Além disso, abriam-se espaços para outros temas como negócios e ‘arranjos’ de casamento (FOCHESATTO, 2016, p. 128).

Nos dias de festa, o colono tinha a chance de relembrar sua terra de origem, já que diversos aspectos eram reproduzidos similares aos que ocorriam na Alemanha, como as canções, os hábitos alimentares, e as vestimentas. Os dias de festa eram marcados por muita fartura, mas isso não significava que durante todo o resto do ano essa fartura se repetiria. Os bailes do *Kerb* também desempenhavam um importante papel na sociabilidade dos colonos [...].(FOCHESATTO, 2016, p. 128).

Se a festa constituía uma importante manifestação das colônias, o momento de morte na colônia alemã também seguia certas tradições, muitas delas trazidas do contexto europeu, outras criadas ou adaptadas de acordo com as necessidades enfrentadas no Novo Mundo (BLUME, 2010). Ao lado da igreja, surgiram os primeiros cemitérios. Devido às dificuldades econômicas vivenciadas inicialmente, a maioria dos imigrantes não teve condições em garantir lápides com materiais mais elaborados, fato que se reduzia o jazido à combinação de terra, madeira e flores. O espaço do túmulo acabava sendo demarcado por uma cruz de madeira.

Nos cemitérios evangélicos e católicos, a forma de sepultar os mortos sob lápides no chão, com o passar do tempo, tornou-se uma característica comum. Além disso, as pedras instaladas verticalmente apresentavam inscrições com dados pessoais do morto, a cidade alemã de procedência, bem como inscrições

¹¹ Entre as cervejas, a *malzbier*, de coloração escura. Em muitos casos, os colonos produziam sua própria cerveja, de maneira caseira, a qual recebe o nome de *Spritzbier*.

tumulares, denominadas de epitáfios (BLUME, 2010, p. 69). Tais registros são importantes fontes para compreender elementos cotidianos da religiosidade nas áreas de imigração alemã, e a forma como estes locais passaram a desempenhar a função de preservação da memória das comunidades.

Figura 7 – Cemitério católico de Picada Schneider – Presidente Lucena/RS



Fonte: BLUME, 2010, p. 68.

A morte na colônia alemã mobilizava a comunidade, que se organizava para garantir e providenciar os cuidados fúnebres. Vizinhos distribuíam as tarefas, “ocupavam-se preparando a cova do cemitério, outros se encarregavam de fabricar o caixão, lavar o corpo, bem como costurar a roupa do falecido” (BLUME, 2010, p. 207). Anunciada a morte pelas badaladas do sino da igreja, que a forma de comunicar aos membros da comunidade sobre a morte, o velório ocorria na residência da pessoa falecida, que reunia familiares e vizinhança. A roupa preta representava o luto. Seguiu-se o rito: velório, féretro, sepultamento e luto. Quando da existência da sociedade de cantores, ela se fazia presente para

participar dos atos religiosos e do cortejo. Ainda, durante os velórios, era etiqueta religiosa servir aos presentes uma variedade de comes da culinária alemã, uma forma de alimentar as pessoas que se deslocavam alguns quilômetros (BLUME, 2010, p. 210). Algumas pessoas se encarregavam de percorrer as picadas próximas a cavalo para noticiar o ocorrido. Com o desenvolvimento da imprensa, a notícia da morte era veiculada em anúncios fúnebres e necrológicos. Entre tantas práticas, é interessante perceber que muitas conservaram o padrão étnico alemão em ocasiões da morte na colônia, permanecendo vivas algumas tradições ao longo das décadas subsequentes à chegada dos primeiros grupos. Por outro lado, novos rituais foram apropriados, ou adaptados pelos imigrantes e seus descendentes, à medida que contatos com outros grupos passavam a fazer parte do cotidiano, incluindo as populações luso e ítalo-brasileiras.

No que se refere a práticas e costumes atrelados à morte e ao morrer, igualmente, ocorriam ritos das mais diversas matizes. Rezar no cemitério num determinado local onde está erguida uma cruz maior e ali acender velas, colocar uma cruz à beira da estrada na qual ocorreu uma morte trágica, fazer o sinal-da-cruz ao passar na frente do cemitério, colocar três punhados de terra sobre o caixão da cova, confeccionar a mortalha do falecido (ex.: crianças vestidas de branco ou até mesmo de anjo), colocar vela na mão do agonizante, são costumes presentes nas regiões de confluência entre os mundos teuto e luso-açoriano, mas que de alguma forma estão relacionados ao catolicismo popular, sendo que algumas acontecem em maior e outras em menor escala. (BLUME, 2010, p. 142-143)

O universo religioso nas colônias alemãs tem sua singularidade definida pela pluralidade de percepções sobre a morte e o morrer. Em muitos casos, as práticas e manifestações religiosas estavam associadas ao local de procedência dos imigrantes católicos e evangélicos (BLUME, 2010, p. 259).

Entre conflitos e protagonismos: um pouco mais de religiosidade nas colônias alemãs

Se considerarmos as diferentes formas em que a manifestação religiosa se apresentava nos espaços de imigração alemã, encontraremos uma vasta riqueza sociocultural que foi responsável em demarcar os principais códigos morais, éticos e religiosos do viver nas colônias. Portanto, existem peculiaridades tão importantes quanto as características gerais que até aqui apresentamos. Assim, por exemplo, embora possa parecer que a religião definisse muros seguros de orientação e de proteção aos imigrantes e seus descendentes, a possibilidade de emigração para o Brasil foi vista, por muitos, “como uma libertação das imposições sociais e políticas, mas também das religiosas. São abundantes as manifestações de que não se desejava submeter-se a um pastorado imposto de fora, por uma autoridade eclesiástica” (GERTZ, texto digital, p. 16). Portanto, não esgotaremos, aqui, todas as possibilidades que contribuem para reconstruir a história da religião em meio à colonização dos séculos XIX e XX, mas apontar para as várias possibilidades de traçar caminhos narrativos para compreender a história da religiosidade em espaços de colonização alemã.

Da mesma forma, podemos reconhecer a importância de diferentes instituições e sujeitos históricos sobre os processos para a constituição da religiosidade imigrante entre católicos e evangélicos, fossem padres jesuítas, pastores evangélicos, sínodos, imprensa, ordens religiosas, entre outros. Se homens dominaram a cena do protagonismo religioso, podemos, contudo, relativizar tal perspectiva e reivindicar o importante papel que foi desempenhado por mulheres ao longo dos séculos XIX e XX.

Um primeiro exemplo pode ser construído a partir da figura de Jacobina Mentz Maurer, inserida no contexto do movimento *mucker* (1869-1974), em uma área de colonização alemã, no atual município de Sapiranga. Jacobina e seu esposo, João Jorge Maurer,

ambos agricultores, encontram-se no centro de disputas religiosas, e reuniram em sua propriedade um considerável número de participantes, 10 famílias que contabilizavam em torno de 150 pessoas. Eram chamados pejorativamente de *mucker*¹².

Figura 8 – João Jorge Maurer e Jacobina Mentz Maurer



Fonte: DREHER, 2017, p. 12.

João Jorge Maurer atraiu um crescente número de pessoas interessado em suas práticas como curandeiro, enquanto Jacobina passava a dedicar-se a interpretação da bíblia, e a organizar momentos de oração em cultos domésticos. O movimento acabou tomando proporções maiores, passando a desafiar autoridades locais – civis e religiosas, confessionalidades tradicionais da imigração, bem como lideranças econômicas da região. Assim, vários episódios de enfrentamento antecederam o desfecho trágico,

¹² A palavra *mucker* tem sido compreendida como “santarrão”, “falso beato”, “rezadores”, “doidos”. Na história da religião, é possível identificar que *mucker* era utilizado como sinônimo depreciativo de pietista. (DREHER, 2017, p. 26)

culminando com a morte de um expressivo número de *mucker*, que sucumbiram à intervenção de tropas do Exército e da Guarda Nacional, com auxílio de colonos armados. Além de difamados, sobreviventes *mucker* passaram a carregar estigmas sociais e religiosos. Por muito tempo, a própria história, calcada em relatos sexistas e depreciativos, tratou de marginalizar e desaprovar social, religiosa e culturalmente a atuação e o papel da mulher no movimento, fato que se seguiu nas décadas posteriores ao ocorrido no morro Ferrabrás. Acusados os seguidores de fanatismo religioso, e Jacobina aclamada por opositores como curandeira, prostituta, doente e falso cristo feminino, o movimento foi descrito como expressão de ignorância, loucura e devassidão, sendo responsável em trazer agitações à pacífica colônia. Por outro lado, estudos recentes (AMADO, 1970; BIEHL, 1991; DICK, 1996; DREHER, 2017) têm demonstrado outra visão sobre o fato, e desconstruindo interpretações equivocadas. Além disso, esses estudos apontam para outras possibilidades de interpretação e de análise, inclusive para o significado da liderança de Jacobina para o movimento *mucker*. Dentro dessa perspectiva, a releitura sobre a origem e os efeitos do movimento é percebida a partir de elementos sócio-teológicos, condizentes à convivência comunitária, às necessidades e às angústias que permeiam o cotidiano de imigrantes alemães recém-chegados e de seus descendentes (DREHER, 2017). Ainda, é possível considerar o papel de Jacobina em meio a um processo de reavivamento da tradição pietista¹³, experiência ligada à trajetória de sua família ainda na Alemanha.

Sendo assim, é possível identificar novas variáveis e abordagens para a história que se ocupa em compreender o universo religioso presente na imigração alemã. Exemplo disso é o resgate do protagonismo feminino, que tem revelado a importância da mulher em diferentes espaços sociais,

¹³A tradição pietista corresponde a um movimento que surgiu na metade do século XVII, em territórios da atual Alemanha. O pietismo é uma reação à ortodoxia escolástica do protestantismo, ao formalismo, defendendo um caráter mais subjetivo à religião

ultrapassando perspectivas que, por muito tempo, definiram papéis meramente coadjuvantes, pouco importantes ou que relegaram invisibilidade a sua presença.

[...] se fala muito de “Nossos pioneiros e colonos”, mas até agora não foi escrita palavra alguma sobre “Nossas pioneiras e nossas mulheres colonas”. E que elas também estavam junto, em postos avançados, que cumpriam calmas e fiéis o seu dever e que, sem dúvida, contribuía para o bom êxito de tudo, tanto quanto os homens, se não mais do que muitos deles, isso só Deus sabe. (ROHDE, 1996, p. 192)

Reconstruir a narrativa histórica, valorizando o papel da mulher, permite apreender a complexidade do passado, inclusive para a reescrita da história. Nesse sentido, voltar a necrológios presentes na imprensa de língua alemã dos séculos XIX e XX, cria condições para reencontrar memórias de mulheres que desempenharam importantes funções para as comunidades, como é o caso de parteiras (LERMEN, 2004, 2006).

O cenário religioso da imigração alemã para o Brasil é marcado, como podemos ver, por pluralidades de sujeitos. Da mesma forma, tendências e influências distintas podem ser identificadas, o que rompe com qualquer intenção de homogeneidade para as populações em áreas coloniais. Reconhecidas as influências católica e evangélica, é importante não esquecer as reviravoltas científicas que se projetaram a partir do século XIX, na Europa, e que se fizeram sentir, também, no país, provocando reações anticlericais. Assim, é possível considerar três grupos que produziam orientações filosófico-religiosas: para os teuto-luteranos, os pastores Wilhelm Rotermund e Hermann Dohms, para os teuto-católicos, os jesuítas Teodoro Amstad e Max von Lassberg. Uma terceira influência, calcada por pressupostos liberais, cientificistas e anticlericais, teve como liderança Karl von Koseritz. Essa vertente, de cunho liberal, expressada pela presença de um racionalismo científico, evolucionista, agressivo e

contudente, opôs-se contra a atuação de jesuítas e de pastores luteranos entre as populações coloniais. Entre as questões, foi responsável em levantar as primeiras problematizações quanto aos preceitos bíblicos, como a teoria criacionista, bem como pressupostos católicos de infalibilidade papal romana (WEIZENMANN, 2015).

Conflitos de orientação teológico-filosófica eram acompanhados, também, por tensões entre grupos de imigrantes evangélicos e católicos. Em muitos casos, rivalidades foram acentuadas pela presença de um clero intransigente. Isso significa que a etnia não foi suficiente para evitar conflitos (KLUG, 1998, p. 125-126).

A tão decantada unidade étnica alemã deve ser relativizada e a carga da tradição religiosa e da confessionalidade logo se fizeram sentir. E necessário levar em conta que os próprios núcleos coloniais, dentro do possível, se organizavam levando em conta fortemente o fator religioso. Assim, vamos perceber a formação de "linhas" coloniais formadas basicamente por colonos luteranos, enquanto outras, são formadas por católicos. Verifica-se, portanto, que o zelo pela homogeneidade religiosa, muitas vezes revela-se mais forte que a homogeneidade étnica. O crescente aumento de poder da igreja católica na Área da educação, com seu clero alemão romanizado, era visto como um sério problema a ser enfrentado pelos evangélicos luteranos. Estratégias foram pensadas, não para reduzir o poder do clero teuto-católico, pois na conjuntura política e religiosa do período, seria uma tarefa impossível, mas para ampliar a influência do clero teuto-luterano. (KLUG, 1998, p. 126)

Finalmente, chegada a década de 1930, o contexto religioso também passaria por mudanças impostas pela configuração política que se desenhava com a implantação da política nacionalista do Estado Novo, assim como se fez em outros campos – cultural, escolar, imigratórios. Com o artigo 16 do decreto 1.545, de 25 de agosto de 1939, instituiu que sermões em igrejas deveriam ser realizados em língua portuguesa. Traços étnicos presentes no

âmbito religioso foram cerceados pela ação autoritária, trazendo transformações, adaptações e ressignificações aos espaços de manifestação cultural nas comunidades teuto-brasileiras no Brasil.

Enfim, se considerarmos a trajetória do processo imigratório para o Brasil até os dias atuais, muitos aspectos da religiosidade imigrante permanecem sendo cultivados em comunidades teuto-brasileiras. Há uma riqueza imensa quanto ao patrimônio cultural, vivenciado no cotidiano religioso, seja ele material ou imaterial, tratado como fonte de pesquisa ou como monumento de memória. Assim, cabe lembrar que o processo migratório cria etnicidades, e suas identidades são produzidas por grupos e sujeitos a partir de seus símbolos culturais (BAHIA, 2014, p. 327). Nessa perspectiva, as construções religiosas que se fizeram presentes nos projetos de colonização alemã no sul do Brasil envolveram negociações, contatos, ressignificações, adaptações e apropriações, permitindo que os descendentes teuto-brasileiros perpetuassem elementos da tradição ao longo do tempo.

Referências

- ALMEIDA, Celine Lehmann Escher. **A propósito da leitura de altas verdades vitais**: impressão, difusão da palavra escrita em língua alemã e práticas de leitura do almanaque Der Familienfreund (RS, 1912-1956). 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- AZEVEDO, Ferdinand. O manuscrito de Santiago Luiz Villarrubia, S.J. sobre as missões populares na província de São Pedro do Rio Grande, 1842-1846. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História**, Londrina, 2005. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0359.pdf>> Acesso em: 21 nov. 2017.
- BAHIA, Joana. Under the Berlin sky.Candomblé on German shores. **Vibrant**, Virtual Brazilian Anthropology, Brasília, vol.11, n.2, jul./dez., 2014, p. 327-370.

BLACK, Olavo. **Colinas da esperança**: Conventos - 150 anos de história. Lajeado/Porto Alegre: Evangraf, 2004.

BLUME, Sandro. **Morte e morrer nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul**: recortes do cotidiano. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

BRAUN, Felipe Kuhn. **História da imigração alemã no Sul do Brasil**. Porto Alegre: Castoldi Soluções Gráficas, 2010.

_____. **Memórias do povo alemão no Rio Grande do Sul**. Nova Petrópolis: Amstad, 2010.

CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa**. São Paulo: Cortez, 1980.

DORNELLES, Beatriz; SCHAEDLER, Cândida. Um século de Sankt Paulusblatt: trajetória da mais longa revista em língua alemã com circulação mensal no Brasil. **Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, v. 15, n. 30, jul./dez., 2016, p. 88-110.

DREHER, Martin Norberto. **Igreja e germanidade**. Estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. São Leopoldo, Porto Alegre, Caxias do Sul: Sinodal, EST, EDUCS, 1984.

DREHER, Martin Norberto Dreher (org.). **Hermann Gottlieb Dohms**. Textos escolhidos. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

_____. (org.). **500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: EST Edições/Cehila, 2002.

_____. Hermann Gottlieb Dohms: um perfil biográfico. **História**, São Paulo, 23 (1-2), 2004, p. 133, 159.

_____. **Wilhelm Rotermund**. Seu tempo – Suas obras. São Leopoldo: Oikos, 2014.

_____. **Primeiros imigrantes alemães no campo**. Disponível em: <<http://brasil-alemanha.com/capitulo/19sec/Primeiros-imigrantes-alemaes-no-campo.php>>. Acesso em: 5 dez. 2017.

FISCHER, Joachim. A luta contra os pastores-colonos no Rio Grande do Sul no século XIX. In: _____. **Ensaios Luteranos**. Dos primórdios aos tempos atuais do luteranismo no Brasil. São Leopoldo: Sinodal, 1986.

FOCHESATTO, Cyanna. O baile do Kerb como espaço de memória: Continuidades, permanências e transformações por meio de dois eixos de análise. **Patrimônio e Memória**, Unesp, São Paulo, v. 12, n.1, jan.-jun. 2016, p. 122-141.

GERTZ, René Ernaini. **Os luteranos no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ieadcnf.org.br/brindes/luteranos.pdf>> Acesso em: 16 nov. 2017.

GRÜTZMANN, Imgart. Almanagues em língua alemã em Santa Catarina (1864-1938): tipos, editores, objetivos. **Dimensões**, Universidade Federal do Espírito Santo – Departamento de História, v. 18, 2006, p. 71-103. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/2438/1934>> Acesso em: 16 nov. 2017.

HELFENSTEIN, Janaína. Kirchenblatt, Sonntagsblatt e Der Lutheraner: a imprensa periódica luterana no Brasil. **Temporalidades – Revista de História**, edição 22, v. 8, n. 3, set./dez. 2016, p. 95- 112).

KLAUCK, Samuel. **O apostolado da imprensa**: a revista St. Paulus-Blatt como instrumento de informação, formação e catequese no Rio Grande do Sul (1912-1934). 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

KLUG, João. Confessionalidade e etnicidade em Santa Catarina: tensões entre luteranos e católicos. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v.16, n.24, out. 1998, p. p.111-127.

LENZI, Zuleica Mussi. **O Kerb em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1989.

LERMEN, Gisela Anna Büttner. **Mulheres e Igreja – memórias desafiadoras**. Contribuição ao resgate da história de mulheres imigrantes alemãs católicas, na região colonial alemão do Brasil Meridional, durante a época da Restauração Católica (1850-1939). 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

- _____. Mulheres imigrantes alemãs e Igreja no Brasil: dificuldades e possibilidades para uma pesquisa histórica. **Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo (NEPP)**, Escola Superior de Teologia, vol. 10, maio-ago., 2006, p. 36-48. Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/viewFile/2102/2014>> Acesso em: 26 nov. 2017.
- MÜLLER, Armino. O começo da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil contado a partir da atividade dos assim chamados pseudo-pastores (1824-1886). In: ARENDT, Isabel Cristina; WITT, Marcos Antonio. **Anais do Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras**. São Leopoldo: Oikos, 2004, p. 34-48.
- RABUSKE, Arthur. A contribuição teuta à Igreja Católica no Rio Grande do Sul. **Estudos Leopoldenses**. São Leopoldo, 1974, n. 28.
- RAMBO, Arthur Blásio. Restauração Católica no Sul do Brasil. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 36, 2002, p. 279-304.
- _____. A história da imprensa teuto-brasileira. In: CUNHA, Jorge Luiz da; GÄRTNER, Angelika (Org.). **Imigração alemã no Rio Grande do Sul: história, linguagem, educação**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2003, p. 59-79.
- RIETH, Ricardo Willy. Raízes históricas e identidade da Igreja Evangélica Luterana do Brasil (IELB). **Revista Estudos Teológicos**. São Leopoldo, v. 49 n. 2 jul./dez. 2009.
- RIGO, Kate Fabiane. **Conflitos e identidades**. A ação marista nos núcleos teutos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.
- ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul I**. Porto Alegre: Globo, 1969.
- ROHDE, Maria. **Wie eine Frau eine Urwaldsiedlung wachsen sah**. Beitrag zur 25-jährigen Geschichte der Volksvereinskolonie Porto Novo. 2. ed. Nova Petrópolis: Amstad, 1996.
- SEIDL, Ernesto. Escola, religião e comunidade: elementos para compreensão do “catolicismo imigrante”. **Pensamento Plural**, Pelotas, n.03, jul./dez. 2008, p. 77 - 104.

SEYFERTH, Giralda. A dimensão cultural da imigração. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 26, n° 77, p. 47-63.

WEIZENMANN, Tiago. O registro fotográfico familiar na história das comunidades teuto-brasileiras. In: REINHEIMER, Dalva; NEUMANN, Rosane Marcia (org.). **Patrimônio Histórico nas comunidades teuto-brasileiras**. História, memória e preservação. São Leopoldo: Oikos, 2014, p. 183-200.

_____. **“Sou, como sabem...”**: Karl von Koseritz e a imprensa em Porto Alegre no século XIX (1864-1890). 2015. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

WERLE, André Carlos. **A revista de tropas do exército católico alemão**. Congressos Católicos na Alemanha e no Sul do Brasil. 2006. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

WOLFF, Juçara Nair. Festa do Kerb: Espaços de Sociabilidade, Conflitos e Resistências. **Cadernos do CEON**, v. 13, n. 11, 1999, p. 55-98.

Entre a cruz e a espada, entre a fé e o poder: imigração, política e religião no Rio Grande do Sul do início do século XX

Rodrigo Luis dos Santos

Se prestarmos atenção nas notícias que circulam nos jornais, sejam os impressos, seja nas rádios, televisão ou pela internet, assim como pelas redes sociais, percebemos claramente como a religião está cada vez mais inserida no meio político. Exemplo disso, encontramos na chamada *bancada evangélica* (ou *da Bíblia*), no Congresso Nacional brasileiro. Quando entra em pauta alguma questão mais polêmica, como a legalização do aborto, a união homossexual, entre outros, é comum vermos surgirem discursos que mencionam os aspectos religiosos, que utilizam de textos sagrados para embasar opiniões e votos. Entretanto, enganam-se aqueles que acreditam que as interferências e relações entre religião e política são um fenômeno recente. Essa *afinidade* é uma construção de longa data na história de nosso país. Podemos dizer que desde seus primórdios (basta lembrarmos da primeira missa celebrada neste solo, pelas mãos do frei Henrique de Coimbra, cuja representação foi imortalizada na pintura de Victor Meirelles).

Neste texto, buscamos trazer ao leitor e leitora algumas questões que envolvem a relação entre política e religião no Rio Grande do Sul do início do século XX (e primeiras décadas da República). Para tanto, escolhemos trazer para o campo de

investigação histórica (termo acadêmico, mas que traz um certo charme) as disputas envolvendo católicos e evangélico-luteranos (protestantes vinculados ao Sínodo Riograndense, atual Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - IECLB).¹

Para darmos início ao que nos propomos, cabe narrar um acontecimento de tom mais festivo, retomando ao ano de 1925. No dia 17 de maio daquele já distante ano, os moradores das redondezas do então distrito de Novo Hamburgo, pertencente ao município de São Leopoldo, puderam ouvir, até mesmo de certa distância, tiros dos pequenos canhões que geralmente eram utilizados nas festas religiosas de então.²Também devem ter sido ouvidos cantos, orações e, posteriormente, os sons mais entusiasmados das festividades. Os que moravam mais próximo também podem ter ouvido pelo menos alguns trechos do discurso proferido na ocasião por Leopoldo Petry. Naquele dia, o padre Antônio Schimmoeller, pároco da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Hamburgo Velho, com a autorização do então arcebispo metropolitano de Porto Alegre, Dom João Becker, procedeu à bênção de uma nova capela católica,³ construída próxima da linha férrea na localidade de Novo Hamburgo. A nova capela recebeu como seu padroeiro São Luiz Gonzaga, postulante jesuíta falecido ainda jovem, no ano de 1591.

A inauguração da nova capela católica se deu pouco mais de quinze meses após o lançamento da pedra fundamental da obra, em

¹Este texto é uma versão adaptada do Capítulo 2 de minha Dissertação de Mestrado, defendida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), em abril de 2016. A referência completa da mesma encontra-se no final deste trabalho, juntamente com as demais obras utilizadas.

²Pelo fato de não termos tido acesso ao Livro Tombo e documentos relacionados à fase inicial da Comunidade São Luiz Gonzaga de Novo Hamburgo, essa hipótese foi formulada a partir do conhecimento de características gerais das festividades religiosas e comunitárias realizadas nesse período, além de informações indicadas em obra comemorativa ao cinquentenário de fundação da paróquia, ocorrido em 1976. Maiores informações podem ser obtidas em: RABUSKE, Arthur; SPOHR, Gastão J. *Resenha histórica da Paróquia São Luiz Gonzaga de Novo Hamburgo 1926-1976*. Novo Hamburgo: [s.n.], 1977.

³Entre 1952 e 1954, na medida em que o novo templo era finalizado, a capela inaugurada em 1924 era demolida. Parte do material resultante da demolição foi utilizada na construção da capela Nossa Senhora das Graças, em 1954, hoje igreja matriz da paróquia de mesmo nome, localizada no Bairro Rondônia, em Novo Hamburgo. A demolição definitiva da antiga capela se deu em 1956.

cerimônia que contou com a presença do arcebispo metropolitano, em 3 de fevereiro de 1924. Aliás, o ano de 1924 foi marcado por intensas atividades no distrito de Novo Hamburgo e no município ao qual estava vinculado. Nesse ano, comemorava-se o centenário da chegada dos primeiros imigrantes alemães na região,⁴ que recebeu o nome inicial de Colônia Alemã de São Leopoldo.⁵ As obras de construção da capela tiveram sua execução realizada pela Construtora Breidenbach & Mosmann, fundada em 1923, de propriedade de Arthur Oscar Breidenbach e Alberto Mosmann. O projeto da capela foi elaborado pelo arquiteto Joseph Lutzenberger, nascido na Alemanha, chegado ao Brasil em 1920. Houve a constituição de uma comissão para supervisionar a obra e angariar fundos para custear a mesma. Essa comissão era composta pelos empresários Pedro Adams Filho, Pedro Alles e Léo João Campani, além de Leopoldo Petry, funcionário da intendência de São Leopoldo.

Em 19 de julho de 1921, é elaborado o estatuto da chamada Sociedade Católica de Novo Hamburgo, entidade civil responsável pela compra de um terreno e por conduzir os trabalhos de construção de uma capela em Novo Hamburgo. Em 19 de agosto do mesmo ano, o estatuto é aprovado pela Cúria Metropolitana de Porto Alegre, e depois disso, é empossada a primeira diretoria da comunidade, formada por: José João Martins, presidente; Ervino

⁴Deve-se levar em consideração que, no período em que essas primeiras levas de imigrantes vieram para o Sul do Brasil (entre 1824 e 1830), ainda não existia a Alemanha como país unificado e constituído, fato que ocorreria apenas a partir de 1870. Esses imigrantes vieram de regiões como Mecklenburg-Schwerin, Hamburgo, Holstein, Renânia-Palatinado, entre outras. Nesse período, eram regiões que possuíam proximidade linguística e cultural, mas ainda não constituíam uma unidade político-administrativa.

⁵No período anterior à fundação da Colônia Imperial de São Leopoldo e à chegada dos imigrantes alemães, funcionava nesta região a Real Feitoria do Linho Cânhamo, onde o cânhamo era produzido para a fabricação de cordas, que por sua vez eram utilizadas em navios. A Real Feitoria foi instalada no denominado Faxinal do Courita em 1788, sendo desativada em 1824, poucos meses antes da chegada dos imigrantes. Não há exatidão na origem da Real Feitoria que foi instalada próximo ao rio dos Sinos em 1788, mas há indicações de que seja oriunda da região sul da então província de São Pedro do Rio Grande do Sul, provavelmente próximo de Pelotas, tendo sido fundada por volta de 1783. A transferência deve-se ao fato de o solo daquela região não ser o mais indicado para a produção do linho cânhamo. A antiga sede da feitoria serviu de paradoro para os primeiros imigrantes, que desembarcaram em São Leopoldo em 25 de julho de 1824. Os escravos negros que trabalhavam no local foram levados para outras fazendas pertencentes ao Império.

João Schmidt, secretário; João Wendelino Hennemann, tesoureiro, que também ocupa o cargo de zelador, juntamente com José Treis, João Petry e Albino Kieling.

Além do mais, o ano de 1926 marca uma mudança importante na trajetória dos católicos de Novo Hamburgo. Em 14 de maio daquele ano, véspera do primeiro aniversário da inauguração da capela, ocorre a criação da Paróquia São Luiz Gonzaga de Novo Hamburgo, a partir de decreto emitido pela Cúria Metropolitana de Porto Alegre, assinado por Dom João Becker. O padre José Bloemecke, S. J., que desde março daquele ano reside na casa canônica, na qualidade de vigário, e auxilia nos ofícios religiosos da capela local, é nomeado o primeiro pároco da nova Paróquia.

Mas, o estimado leitor e estimada leitora, pode se perguntar (embora o objetivo do texto já antecipe a resposta) a motivação de contar essa história? Além da importância destes fatos para a comunidade católica local, de uma forma mais geral, acreditamos que a percepção dos detalhes presentes no desenvolvimento destes fatos é de importância para entendermos a relação estreita entre política e religião.

A constituição da comunidade católica São Luiz Gonzaga não deve ser entendida apenas pelo prisma religioso, como reflexo dos anseios de um grupo. Evidentemente, questões como eventuais dificuldades de deslocamento para participar das atividades na igreja matriz Nossa Senhora da Piedade de Hamburgo Velho, como, por exemplo, das missas dominicais e recepção de sacramentos, devem ser consideradas. Talvez estes aspectos sejam os que motivaram a maior parte da comunidade católica. Porém existem outros aspectos fundamentais que precisam ser vislumbrados e analisados. Aspectos estes que atendem aos objetivos de outro grupo de pessoas, as quais têm grande influência e que ocupam significativos postos de liderança.

A elevação da capela São Luiz Gonzaga ao status de paróquia ocorre cinco anos após a articulação e a criação de uma comunidade organizada. Podemos dizer que este processo ocorreu

de forma bastante rápida. E o, pelo que tudo indica, não foi apenas o fervor religioso e o empenho comunitário. Estas razões existiam, não podemos desconsiderá-las. Contudo, as motivações políticas, foram elementos-chave para esse processo. Acreditamos em, pelo menos, dois interesses fundamentais: um, que interessa diretamente à principal autoridade católica do Rio Grande do Sul, Dom João Becker, e outra, em nível político mais local.

Dom João Becker assumiu o governo episcopal da Arquidiocese de Porto Alegre em 1912. Nesse período, a Igreja Católica, tanto no Brasil quanto no Rio Grande do Sul, ainda estava bastante vinculada com o Projeto de Restauração Católica.⁶ Na qualidade de principal liderança do catolicismo no estado, Dom João Becker tratou de implementar ações que garantissem a execução deste projeto, a partir das orientações advindas de Roma, dando continuidade a um trabalho realizado por seus predecessores no governo arquidiocesano. Embora,

Até 1921, ano em que se organizou a criação da comunidade católica de Novo Hamburgo, a região do 2º Distrito de São Leopoldo (formada por Novo Hamburgo, Hamburgo Velho e Campo Bom) era atendida apenas pela Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Hamburgo Velho, criada em 1875, mas instalada

⁶A Restauração Católica no Rio Grande do Sul se iniciara ainda no período do Império, a partir de 1860, quando da nomeação e posse de Dom Sebastião Dias Laranjeira para o Bispado do Rio Grande do Sul. Alinhada com o pensamento Ultramontano, que, entre outras questões, visava a uma não vinculação da Igreja aos poderes do Estado, a um maior rigor na obediência hierárquica e no âmbito da ação pastoral e centralização do poder na figura do Papa e da Cúria Romana (Santa Sé), essa proposta começou a ser implantada pelos bispos que governaram a Diocese do Rio Grande do Sul e, a partir de 1910, Arquidiocese de Porto Alegre. Em 1890, substituindo Dom Sebastião Dias Laranjeira, assume o governo episcopal o mineiro Dom Claudio Ponce de Leon, que ficaria no poder até 1912. A Dom Claudio Ponce de Leon três linhas de ação são atribuídas: fortalecimento das escolas comunitárias católicas e de seus professores, incentivo ao papel da imprensa vinculado com a Igreja e a vinda de diversas ordens religiosas com maior número de membros, como no caso dos jesuítas. Diversos sacerdotes desta ordem vieram para o Brasil em um número significativo, principalmente com a expulsão promovida pelo governo da Alemanha, o que permitiu uma atuação mais incisiva destes nas regiões de colonização alemã do estado, além de lhes ser confiada a missão de conduzirem mais de perto o Projeto de Restauração. Para informações mais detalhadas, ver: RAMBO, Arthur Blásio. A Igreja da Restauração Católica no Brasil Meridional, In: DREHER, Martin Norberto. *Populações Rio-Grandenses e Modelos de Igreja*. Porto Alegre: Edições EST / São Leopoldo: Sinodal, 1998; _____. Restauração católica no Sul do Brasil, *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 36, p. 279-304, 2002.

apenas em 1880. Enquanto isso, os evangélico-luteranos do Sínodo Rio-grandense contavam com três comunidades, uma em cada localidade anteriormente referida. Com o decorrer do tempo, este fator começou a ser motivo de preocupação para as lideranças católicas locais e também para a Cúria Metropolitana. A partir do momento em que o grupo evangélico-luterano consegue se articular melhor em suas estruturas comunitárias, isso permite também uma composição política mais alicerçada. Para as lideranças católicas locais, isso envolvia uma questão político-partidária bastante séria. E para a Cúria Metropolitana representava que o êxito das ações do Projeto de Restauração Católica poderia sofrer prejuízos, ao mesmo tempo em que o próprio alcance da autoridade de Dom João Becker se tornava limitado. Para atender estas duas demandas, a articulação em torno da criação de uma nova comunidade e, em consequência disso, de uma nova paróquia na região foi efetivada com afinco pelos envolvidos na questão. O que explica também a rapidez do processo de estruturação da comunidade, construção do templo e criação da paróquia que, como vimos, durou apenas cinco anos.

A partir dessas informações, chegamos ao segundo tópico que mencionamos anteriormente, assim como passamos a nos dedicar mais detalhadamente ao processo político-histórico envolvendo católicos e evangélico-luteranos.

Cabe salientar que determinadas ações no campo religioso são expressões de objetivos políticos bem delimitados. Desta forma, precisamos analisar estes aspectos, levando em conta estes fatores e estas intencionalidades. Temos consciência de que não podemos nos deixar influenciar meramente por esta concepção, com o risco de não percebermos outras possibilidades. Mas, dentro do período analisado, a partir das fontes consultadas e dos referenciais dos quais dispomos, é oportuno afirmar que religião e política constituem-se de elementos inseparáveis para os agentes históricos que atuam neste cenário social.

Quando atentamos para os nomes envolvidos nas diferentes etapas que resultaram na constituição da segunda paróquia católica de Novo Hamburgo, é possível fazer um mapeamento de quem foram estes agentes históricos e em quais meios atuaram. A partir disso, veremos que a atuação política (não apenas partidária, mas também muito forte nesse sentido) tem bases muito bem sedimentadas, advindas de, pelo menos, trinta anos antes do referido acontecimento. E entender esse panorama político e religioso é fundamental para melhor compreender os desdobramentos que se efetivam. Dentre estes acontecimentos, há um que ocorreu mais precisamente em 1920. Fazemos assim um pequeno retorno no tempo, pois começamos falando de fatos entre 1921 e 1926. Mas esse *jogo temporal* demonstra como os fatos estão conectados entre si.

São Leopoldo andava agitada no princípio de 1920. As eleições municipais para a escolha do novo intendente estavam marcadas para o dia 12 de agosto. Porém, o clima em torno da escolha dos candidatos ao posto indicava que tensões bastante ferozes ocorreriam até o dia do pleito. O nome indicado como candidato oficial do PRR, investido pelo próprio chefe do partido e presidente do estado, Antônio Augusto Borges de Medeiros, recaí sobre Mansueto Bernardi.⁷

Secretário pessoal de Borges de Medeiros, Mansueto Bernardi foi nomeado intendente de São Leopoldo após a renúncia de Gabriel

⁷Mansueto Bernardi era italiano de nascimento, tendo nascido em 20 de março de 1888 em Asolo, Treviso. Ainda muito pequeno veio com seus pais para o Brasil. Passou a infância no município de Alfredo Chaves, atual Veranópolis. Trabalhou como professor e colaborou, como redator, para o jornal *Correio do Povo*, além de ter sido diretor da Livraria e Editora do Globo e da *Revista do Globo*. Exerceu também funções nas secretarias da Fazenda e de Obras Públicas do Rio Grande do Sul. Apoiou, em 1929 e 1930, a Aliança Liberal, tanto na campanha eleitoral quanto no processo que culminou com a ascensão de Getúlio Vargas ao executivo do governo federal. Mansueto Bernardi também exerceu a função de diretor da Casa da Moeda. Aderiu a Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada por Plínio Salgado, o que ocasionou que Mansueto Bernardi fosse preso após a implantação do regime do Estado Novo. Também se dedicou à Literatura, escrevendo algumas obras. Faleceu em 9 de setembro de 1966, em Veranópolis, onde voltou a residir após sua aposentadoria como funcionário público estadual.

de Azambuja Fortuna.⁸ Assumiu o cargo em 31 de outubro de 1916. Conforme nos indica René Gertz (2002), desde o início de seu mandato, Mansueto Bernardi sofria oposição de parte dos diretórios do PRR, tanto em São Leopoldo quanto em Novo Hamburgo.

Por conta disso, a indicação do nome de Mansueto Bernardi não seria aceita de forma passiva por alguns integrantes do partido, de maneira especial os que atuavam no diretório do distrito de hamburguense. Parte do descontentamento desse grupo, assim como de integrantes do diretório republicano leopoldense, estava no fato de Borges de Medeiros impor, desde 1916, intendentes que eram alheios ao cenário político local. Além disso, também pesa o fato de impor a candidatura deles nos pleitos eleitorais, fazendo com que passassem de governantes provisórios para efetivos, desconsiderando, muitas vezes, candidatos locais e os interesses dos grupos que compunham estes diretórios.

Essa prática política de Borges de Medeiros não ficara restrita apenas ao caso de São Leopoldo. Tratava-se de um instrumento político utilizado em larga escala, sendo recorrente em vários municípios do Rio Grande do Sul ao longo da Primeira República.⁹ Essas ações de intervenção nos municípios, assim como a prática de fomentar disputas intrapartidárias, faziam parte do arcabouço estratégico de Borges de Medeiros, que utilizava destes dispositivos

⁸O engenheiro Gabriel de Azambuja Fortuna assumiu o cargo de intendente provisório de São Leopoldo em 12 de outubro de 1916, substituindo o coronel Guilherme Gaelzer Neto, que governara o município entre 1902 e 1916, deixando o cargo por conta de atritos com o presidente do estado e chefe do PRR, Borges de Medeiros, além de atritos com opositoristas dentro do próprio partido, com destaque para Jacob Kroeff Neto. Em 1917, por indicação de Borges de Medeiros, Azambuja Fortuna é o candidato situacionista a intendência leopoldense, sendo eleito no pleito ocorrido em 24 de junho de 1917. Exerceu seu mandato até 13 de outubro de 1919, quando pediu exoneração do cargo.

⁹ Exemplos de ações desse tipo também ocorreram em municípios como Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Taquara, Lajeado, São Sebastião do Caí e Montenegro. Sobre o caso de Santa Cruz, um trabalho que se destaca por analisar este jogo político local e a interferência das ações de Borges de Medeiros, foi escrito por Silvana Krause. Ver: KRAUSE, Silvana. *Migrantes do tempo: vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemãs na República Velha*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. Sobre os demais municípios citados, sugerimos o trabalho de René Gertz, que traz um apanhado importante para entendermos este processo. Ver: GERTZ, René E. *O aviador e o carroceiro: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. (Coleção História; 50).

para garantir seu controle unipessoal sobre os rumos do partido. Conforme salienta Loiva Otero Félix (1987), Borges de Medeiros “manteve o partido sempre fracionado, dividindo permanentemente suas bases, para ter margem de barganha, colocando-se sempre acima das facções locais”. O caso de São Leopoldo pode ser perfeitamente inserido nessa mecânica política. Mas a questão da divisão interna do partido localmente também precisa levar em consideração outros aspectos, sobretudo a relação entre o diretório da sede municipal e o grupo político de Novo Hamburgo.

O relacionamento entre as lideranças republicanas de Novo Hamburgo e de São Leopoldo sempre foi marcado por, no mínimo, um clima de instabilidade. Instabilidade essa com fases mais agudas, outras um pouco mais amenas. Mas sua presença é constante. Cabe aqui mencionar um dos fatos que desagradou profundamente às lideranças políticas de Novo Hamburgo, e que colaborou para a renúncia de Azambuja Fortuna. Mais que isso, foi um ponto de convergência para a intensificação das ideias de emancipação do então distrito. Trata-se do episódio da mudança do nome da localidade, em 1919.

Uma das consequências da Primeira Guerra Mundial foi o rompimento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha, fato este ocorrido em 17 de abril de 1917. Antes disso, no dia 5 de abril do mesmo ano, o vapor brasileiro *Paraná*, que fazia transporte de café para a Europa, foi atacado por um submarino alemão e acabou afundando na costa francesa. A repercussão do ataque causou uma série de intensas manifestações no Brasil. O então ministro das Relações Exteriores, o catarinense Lauro Müller, teve que renunciar ao cargo por conta de sua postura de neutralidade (mas apontada por alguns historiadores como favoráveis à Alemanha). Em algumas capitais, empresas e entidades de origem alemã foram atacadas, ocorrendo assim depredações, invasões, pilhagens e até incêndios. Em Porto Alegre, os locais que sofreram sérios danos foram o Hotel Schmidt, a Sociedade Germânia, o Turnerbund (atual Sociedade Ginástica de Porto Alegre – SOGIPA) e a sede do jornal *Deutsche*

Zeitung. Em 19 de dezembro de 1918, pouco mais de um mês após o término do conflito, ainda em decorrência do rompimento de relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha, o governo do Rio Grande do Sul emitiu uma circular indicando a substituição de nomes de localidades em língua alemã ou que, de alguma forma, se referissem à Alemanha, por nomes brasileiros.¹⁰

Em São Leopoldo, o intendente Gabriel de Azambuja Fortuna decide modificar o nome do 2º Distrito, Novo Hamburgo. Em 28 de fevereiro de 1919, emite um decreto que modifica a denominação do distrito, que passa a se chamar Borges de Medeiros. O presidente estadual, por sua vez, recusa a homenagem. Em junho de 1919, ocorre, desta vez, a modificação do nome da localidade de Hamburgo Velho (tradicionalmente chamada de Hamburger Berg), denominando-a de Coronel Genuíno Sampaio, em homenagem ao militar baiano que comandou uma expedição contra o movimento dos *Mucker*,¹¹ no morro Ferrabrás, então distrito de Sapiranga, pertencente a São Leopoldo, em 1874. A mudança de nome não foi bem recebida por lideranças políticas e empresariais das duas localidades, que mobilizaram a comunidade contra esse procedimento do intendente leopoldense.

¹⁰ Circular nº. 1.634, de 19 de dezembro de 1918.

¹¹O chamado movimento dos Mucker ocorreu entre 1868 e 1874, no morro Ferrabraz, em Sapiranga, então pertencente ao município de São Leopoldo. Envolveu colonos de origem alemã, que se tornaram adeptos de Jacobina MentzMaurer e de seu marido, João Jorge Maurer. Em 1874, após se intensificarem conflitos entre comerciantes e religiosos locais com o grupo do Ferrabraz, inclusive com ataques a residências e mortes de ambos os lados, ocorreram investidas por parte do Exército imperial, a fim de acabar com o conflito e conter o grupo dos Mucker, já considerados rebeldes e inimigos da ordem pública. O comando inicial das tropas foi do coronel Genuíno Olímpio de Sampaio, que se destacara durante a Guerra do Paraguai. O coronel Genuíno Sampaio acabou sendo morto durante um ataque, em 20 de julho de 1874. O ataque final aos Mucker, que culminou inclusive com a morte de Jacobina MentzMaurer, ocorreu em 2 de agosto de 1874, sendo comandante da operação o então capitão Francisco Clementino Santiago Dantas. Para diferentes versões sobre o conflito, ver: PETRY, Leopoldo. *O episódio do Ferrabraz: os Mucker*. 2. ed. São Leopoldo: Rotermund, 1966; SCHUPP, Ambrósio. *Os Mucker*. 2. ed. Porto Alegre: Selbach & Mayer, sem data; GEVEHR, Daniel Luciano. *Fanáticos, violentos e ferozes liderados por Jacobina endiabrada: as representações anti-Mucker em “O Ferrabraz” (1949-1960)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2003.

Entre as lideranças políticas e empresariais de Novo Hamburgo que se posicionaram contra os decretos emitidos por Azambuja Fortuna, estão Jacob Kroeff Neto, deputado estadual, José João Martins, empresário e membro do diretório hamburguense do PRR, Pedro Adams Filho, empresário do setor coureiro-calçadista e representante de Novo Hamburgo no Conselho Municipal de São Leopoldo, Ervino João Schmidt, João Wendelino Hennemann, João Wendelino Hennemann Filho, Alberto Mosmann, Carlos Augusto Brenner, Leo João Campani, Augusto Wolf, Pedro Alles, Leopoldo Petry, Albino Kieling, Leonardo Alles, entre outros. Dentre os nomes citados, todos, além de suas atividades empresariais e da militância no diretório republicano hamburguense, eram membros ativos da comunidade católica local. Além destes, também encontramos entre os manifestantes o diretor do Colégio São Jacó, de Hamburgo Velho, Irmão Manuel, e professores Irmão Rodolfo e Irmão Tarcísio, que lecionavam no mesmo educandário. Estes eram membros da congregação religiosa dos Irmãos Maristas.

Mas a questão da mudança de nomes não causou incômodo apenas entre os republicanos católicos. Entre os evangélico-luteranos ocorrera a mesma discordância. Entre os nomes que assinaram a petição, encontramos: Balduino Michels, Oswaldo J. Driesch, Ernesto Olypho Moeller, Augusto Jung, Roberto Streb, João Brandenburger, Germano Fehse, Júlio Trein, Henrique Alberto Steigleder, Jacob Sperb Filho, Waldemar Kremer, Guilherme Ludwig, Eduardo Springer e Frederico Kremer.

A disputa política por conta da troca de nomes não movimentou apenas moradores das duas localidades que sofreram alterações. Na documentação que investigamos, vemos que também foi mobilizada a sociedade da localidade de Campo Bom, então pertencente ao 2º Distrito. Os nomes que encontramos nesta lista representam tradicionais famílias de origem alemã campobonense, com atuação econômica principalmente na área coureiro-calçadista, no comércio e na indústria oleira. Entre os signatários, encontramos:

Gustavo Vetter, Emílio Vetter, Willy Korndörfer, Walter Blos, Alfredo Krummenauer, Alberto Fleck, Carlos Strassburger, Pedro Blos, Alfredo Blos, Balduino Dreger, Oswaldo Neumann, Felipe Blos II, Emilio von Reisswitz, Miguel Blos Neto. Dos nomes citados e dos demais que constam no abaixo-assinado, residentes em Campo Bom, todos são evangélico-luteranos. Esse fator corrobora com nossa tese de que, entre os evangélico-luteranos, a possibilidade de uma articulação sociopolítica era mais favorável, por conta da existência de comunidades constituídas e organizadas nas três localidades que formavam o distrito de Novo Hamburgo.

O clima de pressão política que se instalou no município de São Leopoldo fez com que Gabriel de Azambuja Fortuna pedisse sua exoneração do cargo de intendente. Logo após a sua saída, um manifesto com 914 assinaturas que reivindicava o retorno das antigas denominações das duas localidades integrantes do 2º distrito leopoldense foi encaminhado ao novo intendente nomeado, Mansueto Bernardi. Os nomes que apontamos anteriormente estavam entre os signatários deste manifesto. No início de janeiro de 1920, o intendente Mansueto Bernardi revogou o decreto de seu antecessor, estabelecendo o retorno das antigas nomenclaturas.¹² Mas, mesmo com essa medida, que politicamente tentava contentar e acalmar os ânimos dos republicanos e da própria oposição em Novo Hamburgo, a aversão em torno de seu nome permanecia.

A mobilização em torno da mudança de nome das localidades de Novo Hamburgo e de Hamburgo Velho foi o primeiro grande momento de aproximação entre lideranças políticas católicas e evangélico-luteranas, tanto republicanas quanto integrantes da oposição federalista. O segundo momento ocorre justamente no ano seguinte, 1920, na eleição para a intendência municipal de São Leopoldo, quando se articulam em nome de um candidato que se oponha a Mansueto Bernardi. Mais

¹² Decreto nº. 3, de 05 de janeiro de 1920 - Documentos da restituição dos nomes a Novo Hamburgo e Hamburgo Velho - Caixa Nomes de Novo Hamburgo e Hamburgo Velho - Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

que isso, significa uma discordância com as práticas políticas intervencionistas de Borges de Medeiros.

O candidato escolhido pela dissidência republicada, com apoio da oposição, foi o advogado Carlos Octaviano de Paula,¹³ que possuía uma ligação bastante forte com algumas lideranças políticas de Novo Hamburgo, como o empresário evangélico-luterano Guilherme Ludwig. Seu companheiro de chapa foi o hamburguense José João Martins, um dos dirigentes do diretório republicano no distrito de Novo Hamburgo. Desde os primeiros meses de 1920, a movimentação em torno das eleições é bastante intensa.

Em julho de 1920, um panfleto é distribuído em São Leopoldo, conclamando a população para que deposite sua confiança e seu voto no candidato dissidente. Conforme consta no seguinte panfleto, após uma reunião popular, argumenta-se que a escolha de Carlos Octaviano de Paula se deu pelas *qualidades* que ele possui:

[...] tendo a escolha da reunião popular acima referida recaído no verdadeiro candidato para o honroso posto de Intendente Municipal, por ser inteiramente merecedor de distinção, que o povo deste município lhe confere, acrescentamos, que a resolução supra foi tomada de accordo com influentes próceres do partido republicano e de accordo com a opinião popular geral, pelas excellentes qualidades civis e políticas, que caracterizam o nosso candidato, que é bom cidadão, digno chefe de família, honesto advogado, prestigiado republicano e ardoroso co-municepe, cujos esforços não se esgotarão tratando-se do bem da collectividade e da prosperidade de nosso município, cujo bemestar todos desejamos.¹⁴

¹³Carlos Octaviano de Paula nasceu em Montenegro, no dia 14 de julho de 1878. Aos sete anos de idade, após a morte do pai, a família mudou-se para São Leopoldo. Estudou, durante algum tempo, no Ginásio Conceição de São Leopoldo, mantido pelos padres jesuítas. Casou-se, em 1901, com FriggaTufvesson, com quem teve seis filhos: Maria Emília (vereadora e prefeita de São Leopoldo), Aracy Virgínia, Carlos Octaviano Junior, Teodoro, Gilda e Paulo. Carlos Octaviano de Paula era sobrinho de Epifânio Orlando de Paula Fogaça, primeiro intendente de São Leopoldo. Assim como seu pai e seu tio, seguiu a carreira de advogado, sendo inclusive Promotor Público de São Leopoldo. Envolvido em atividades sociais, esportivas e políticas, foi membro dissidente do Partido Republicano Rio-grandense, além de ter sido um dos fundadores da Junta Libertadora de São Leopoldo, posteriormente, a partir de 1928, diretório municipal do Partido Libertador. Faleceu em 19 de setembro de 1932, em São Leopoldo.

¹⁴Este documento faz parte do acervo pessoal de Carlos de Souza Moraes, doado por seus familiares ao Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. Esta documentação se encontra em fase de

Alguns aspectos chamam a atenção no referido panfleto. O primeiro ponto é a referência que se faz ao candidato dissidente como *o verdadeiro candidato*, clara crítica ao candidato oficial, que não era *nativo* da política local leopoldense. Ao mesmo tempo, a crítica também se direciona ao presidente estadual, Borges de Medeiros e sua política intervencionista nos governos municipais. O segundo aspecto diz respeito ao grupo que legitimou a escolha de Carlos Octaviano de Paula. conforme cita o documento, a escolha ocorreu de acordo com a definição dos republicanos e da *opinião popular geral*. Neste sentido, acreditamos que há uma referência às lideranças políticas de oposição, que decidiram unir forças com o grupo dissidente.

Outro ponto que cabe ressaltar é que, neste grupo, não vemos inseridos os nomes de Jacob Kroeff Neto, Pedro Adams Filho, Leopoldo Petry (católicos) e Júlio Kunz (evangélico-luterano), importantes lideranças republicanas. Neste período, Jacob Kroeff Neto ocupava o cargo de deputado estadual, enquanto Pedro Adams Filho exercia o cargo de conselheiro municipal (além das funções empresariais). Leopoldo Petry era o secretário da intendência de São Leopoldo e Júlio Kunz ocupava o cargo de subintendente em Hamburgo Velho. Conforme indica René Gertz (2002), estes deram seu apoio ao candidato oficial do PRR, Mansueto Bernardi. Deste modo, podemos deduzir que ocorrera dentro do diretório republicano hamburguense uma divisão, onde algumas das principais forças se colocaram em lados opostos. Mas, quais as razões que levaram a essa cisão interna? Quais os interesses dos quatro republicanos que não apoiaram o candidato dissidente? Seriam interesses coletivos ou individuais? Estariam, de certo modo, tentando ganhar pontos junto ao líder máximo do partido, Borges de Medeiros? Talvez não tenhamos respostas mais precisas sobre este

catalogação. Por conta disso, ainda não foram conferidas referências específicas aos documentos existentes. Provisoriamente, este documento pode ser encontrado na caixa 120 do referido acervo. Sobre a grafia, optamos por manter a original do documento.

aspecto. Mas pelo que acontecimentos posteriores indicam, esta ruptura política parece ter sido momentânea.

Também devemos considerar é o número expressivo de evangélico-luteranos que se mobilizaram em torno da candidatura dissidente. Mesmo sem maiores detalhes sobre a vinculação partidária de alguns agentes históricos, esta situação evidencia a intensa mobilização deste grupo na vida política da região. Este crescimento se tornou mais acentuado com o desenvolvimento do regime republicano, ao longo das primeiras décadas do século XX. Um dos motivos que podemos apontar para essa mobilização talvez seja o fato de Carlos Octaviano de Paula possuir uma relação próxima com o grupo evangélico-luterano, de forma especial com Guilherme Ludwig, destacado empresário do setor de curtumes. Ao mesmo tempo, podem ter visto uma oportunidade de diminuir a influência dos líderes católicos em Novo Hamburgo, mesmo tendo um destes líderes na chapa dissidente, na pessoa de José João Martins, que aparentemente se distanciou do núcleo formado por Leopoldo Petry, Pero Adams Filho e Jacob Kroeff Neto. No caso dos evangélico-luteranos, ocorre fenômeno semelhante aos católicos, que é o forte engajamento na vida de suas comunidades confessionais. Podemos citar, por exemplo, os casos de Germano Fehse e Guilherme Ludwig, que foram presidentes das Comunidades Evangélicas de Novo Hamburgo e Hamburgo Velho, respectivamente.

Retornando para o primeiro episódio que citamos neste texto, sobre a criação da comunidade católica São Luiz, em 1921, veremos que, no grupo fundante e na comissão de construção da capela, estão justamente José João Martins, Leopoldo Petry, Pedro Adams Filho e Ervino João Schmidt. Se, por um lado, as questões partidárias os distanciaram por algum momento, por outro, o fator religioso os unia. Mas este fator religioso, ao mesmo tempo, também é expressão de uma questão política. E o resultado eleitoral de 1920 nos ajuda a entender isso.

Conforme nos indica René Gertz,

realizadas as eleições, ficou claro que Mansueto não era bem-visto por uma parte muito significativa do eleitorado, pois, apesar de o odiado candidato dissidente ser de Novo Hamburgo, venceu por 229 votos contra 223 na própria sede, São Leopoldo, perdendo, porém, para Mansueto no seu próprio reduto, Novo Hamburgo, com 366 contra 381 (GERTZ, 2002, p. 185).

Tendo em vista esta derrota, acreditamos que os republicanos hamburgueses, liderados principalmente pelo grupo católico, perceberam que, para atingir seus objetivos políticos, precisariam se articular de outras maneiras. E, na tentativa de cooptar uma adesão maior por parte da população católica local, a organização social em torno de uma nova comunidade expressava um caminho profícuo para essa finalidade. Assim, eram atendidas demandas da fé e da razão. Da fé católica da comunidade de Novo Hamburgo e da razão política dos principais líderes republicanos locais.

Estes acontecimentos políticos envolvendo Novo Hamburgo e São Leopoldo não são fatos isolados ou desconexos de um cenário político, social e religioso mais amplo e bastante complexo. É importante compreender o processo histórico que contribuiu para uma divisão política dos imigrantes alemães e descendentes, não apenas em nível local, mas ampliar essa dimensão para a esfera estadual. Sendo o processo de construção política algo dinâmico, tanto as esferas locais sofriam influências dos acontecimentos estaduais como, por outro lado, as diferentes realidades locais contribuíam para as determinações em nível estadual. Assim precisamos entender as razões que levaram os católicos a se vincularem ao Partido Republicano Rio-grandense, e os evangélico-luteranos, à oposição federalista e, posteriormente, libertadora.¹⁵

¹⁵Os federalistas eram integrantes do Partido Federalista, fundado em 1892, cujo nome de liderança mais expoente era Gaspar da Silveira Martins. Existiu até 1928, quando deu origem ao Partido Libertador, fundado por Joaquim Francisco de Assis Brasil e Raul Pilla. O Partido Federalista fazia oposição ao Partido Republicano Rio-grandense. Em 1893, quando Júlio de Castilhos, presidente do Partido Republicano Rio-grandense, foi eleito para o governo estadual, teve início a guerra civil de 1893 (também chamada Revolução Federalista ou Guerra da Degola), colocando os dois partidos em luta armada. Em 1895, com a vitória dos republicanos, a oposição acabou sendo bastante

Entretando, convém aqui evitar o equívoco de enquadrar e generalizar os católicos apenas com os republicanos e os evangélico-luteranos apenas com a oposição.¹⁶ Existiam evangélico-luteranos inseridos no PRR, assim como católicos entre os federalistas/libertadores. Mas em Novo Hamburgo (assim como em outras localidades de origem imigrante), os principais líderes republicanos eram católicos militantes, assim como havia uma forte militância dos líderes oposicionistas dentro das comunidades evangélico-luteranas do Sínodo Rio-grandense.

Historicamente, havia uma identificação por parte de alguns imigrantes e descendentes, moradores das regiões coloniais, com as figuras de Gaspar da Silveira Martins e de Karl von Koseritz,¹⁷

enfraquecida nas eleições seguintes, até 1922, quando aconteceram as eleições para o governo estadual, vencidas por Borges de Medeiros, o que ocasionou nova guerra civil, em 1923.

¹⁶Sobre São Leopoldo, principalmente na sede municipal, “apesar do acordo que importantes setores católicos gaúchos estabeleceram com Júlio de Castilhos, no início da República, e que foi mantido, a nível estadual, durante todo o governo de Borges de Medeiros até 1928, pelo qual os “católicos” tinham direito a indicar um pequeno número de deputados na lista eleitoral do Partido Republicano Rio-grandense, as relações entre “católicos” e republicanos sempre foram tensas em São Leopoldo. Em compensação, o luterano Rotermund procurou aproximar-se do Partido Republicano local, a ponto de, na década de 1920, o jornal oficial no PRR em São Leopoldo, *União*, ser impresso na sua gráfica”. Ver: GERTZ, René E. O nativismo, os teuto-brasileiros católicos e luteranos no Rio Grande do Sul. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v.16 n. 24, p.43-60, out. 1998

¹⁷Karl von Koseritz nasceu em Dessau, localizada na Saxônia, Alemanha, em 7 de junho de 1830, falecendo em Porto Alegre, aos 59 anos de idade, em 30 de maio de 1890, em decorrência de um ataque cardíaco. Chegado ao Brasil em 1851, fazia parte dos chamados *Brummer*, nome dado ao grupo de aproximadamente 1800 soldados mercenários vindos de regiões que hoje formam a Alemanha. Este grupo foi contratado para a guerra contra o ditador argentino Juan Manuel de Rosa e o uruguaio Manuel Oribe, que tentava tomar o poder no país. Além de soldado, fundada a guerra, se tornou professor e jornalista. Trabalhou, entre outros jornais, no *A Reforma*, de propriedade do político liberal rio-grandense Gaspar da Silveira Martins. Desliga-se do jornal em 1870. Em 1881 funda seu próprio jornal, o *Koseritz Deutsche Zeitung*, onde continua tecendo severas críticas à Igreja Católica e aos padres jesuítas, além de fazer uma relevante defesa da colônia alemã, reivindicando uma maior participação política desse grupo na sociedade brasileira. Em 1883 se elege deputado provincial do Rio Grande do Sul, pelo Partido Liberal, de Silveira Martins. Ao lado deste, se destacou mais uma vez como defensor dos imigrantes alemães, sobretudo os acatólicos. Proclamada a República, tornou-se um dos alvos das críticas dos republicanos, entre eles Júlio de Castilhos. Koseritz também estabeleceu uma série de críticas sobre a forma como o novo regime estava sendo implantado. Por fim, Karl von Koseritz acabou sendo preso, em prisão domiciliar, na qual inclusive suas filhas acabaram sendo envolvidas, não podendo sair de casa. Argumenta-se que esta prisão fragilizou sua saúde, colaborando para o problema cardíaco que lhe causou a morte. Sobre Karl von Koseritz, ver: WEIZENMANN, Tiago. “*Sou, como sabem...*”: Karl von Koseritz e a imprensa em Porto

membros do Partido Liberal durante o período imperial. Isto se deve, em grande parte, ao fato de Silveira Martins e Koseritz (mesmo com atritos entre si) defenderem uma maior participação política dos imigrantes e de seus descendentes, sobretudo dos acatólicos. E parte deste grupo social, por sua vez, quando aconteceu a mudança de regime monárquico para republicano, acabou acompanhando os caminhos políticos tomados por Koseritz e Silveira Martins, que fora a oposição ao Partido Republicano Rio-grandense.

Nesse mesmo período, surgiram boatos de que algumas lideranças republicanas, como o próprio Júlio de Castilhos (líder unipessoal do PRR até 1903, ano de seu falecimento, e governante estadual entre 1893 e 1898), nutriam certas desconfianças em relação a essa parcela da população. Nesse sentido, tornou-se emblemático um caso envolvendo secretário de Obras Públicas do estado, engenheiro João José Pereira Parobé. Este, que via com certa desconfiança o fato de alemães estarem tendo um aumento de seu poder político, chegou a afirmar que “preferia ver o Rio Grande do Sul em atraso do que dever o desenvolvimento estadual aos imigrantes, especialmente os de origem alemã”.¹⁸ Esses fatores influenciaram decisões político-partidárias tanto de uma parte dos evangélico-luteranos como de católicos. No caso dos católicos, muitas vezes influenciados pela ação dos padres jesuítas e seu Projeto de Restauração Católica, pesava o fato de estar à frente do PRR estadual o grupo alinhado com a ideologia positivista, sob liderança de Júlio de Castilhos. E para alguns, catolicismo e positivismo eram incompatíveis.

Porém, nesse sentido, o que mais pesou não foi a discordância entre o ideário positivista e a fé católica. O elemento mais significativo era a possível perda de poder e de influência que a Igreja Católica teria no Brasil a partir da implantação da

Alegre no século XIX (1864-1890). Porto Alegre, 2015. Tese [Doutorado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

¹⁸Ver: GERTZ, René E. O castilhismo e a colônia alemã. In: AXT, Gunter et al (orgs.). *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

República, com a separação entre Estado e Igreja. O fato de alguns dos principais líderes do movimento republicano serem positivistas e maçons era visto por alguns setores da Igreja Católica também como uma ameaça, que deveria ser combatida. Arthur Rabuske assim define as mudanças ocorridas nesse período:

a queda do Império e a introdução da República havia sido, em grande parte, obra dos positivistas e maçons. Temia-se, assim, no lado católico, *não sem motivos justos*, que houvesse de chegar-se no novo regime a determinada luta entre o Estado e a Religião Católica ou Igreja (RABUSKE, 1974, p. 34, grifo nosso).

O componente religioso, de forma cônica ou subjetiva, está no bojo dos códigos norteadores das ações políticas, tanto individuais quanto coletivas, dos agentes históricos que analisamos. Ao mesmo tempo, as instituições religiosas almejam o poder político e o exercício deste poder. Não apenas em uma conotação político-partidária ou burocrático-administrativa, mas em um processo mais amplo: o de influência social.

Ao atentarmos para esta premissa, poderemos melhor compreender as escolhas e articulações executadas por evangélico-luteranos e católicos. Enquanto os primeiros se dividem entre a oposição (a maioria) e a inserção de uma minoria no PRR, os católicos, em um primeiro momento, tentam se articular em torno de uma agremiação partidária própria. Trata-se do Partido Católico do Centro, formado em maio de 1890, seis meses após o evento da proclamação e instauração do regime republicano no país. Por outro lado, consideramos também as tentativas, por parte de lideranças evangélico-luteranas, para a organização de um partido político, o chamado Partido Colonial. Entre os nomes que formularam e lideraram esta tentativa, estão os pastores Heinrich Ernst August Kunert e Wilhelm Rotermund. Mesmo não adentrando mais diretamente na abordagem sobre esta experiência de organização política, a consciência de que houve essa articulação

ratifica a complexidade do ambiente social e político rio-grandense, durante essa fase inicial da República em nosso estado.

O Partido Católico do Centro, também chamado de Partido do Centro Católico ou simplesmente Centro Católico, teve existência efêmera no Rio Grande do Sul. A reformulação desta agremiação partidária, ocorrida em 1890, tentou reabilitar um projeto que já ocorrera alguns anos antes, na década de 1870. Porém, conforme nos indicam Arthur Blásio Rambo (2002) e René Gertz (2010), embora houvesse uma tentativa de arregimentação que promovesse uma votação expressiva nos candidatos do partido, tanto em nível estadual, para a Assembleia dos Representantes, tanto em nível federal, para a Câmara dos Deputados, esse objetivo não foi alcançado de maneira satisfatória.

O fato é que, em eleições posteriores, candidatos do Partido Católico do Centro unem-se aos candidatos republicanos, visando eleger seus representantes nas eleições federais e estaduais. Essa política de alianças acabou trazendo frutos, pois alguns representantes católicos foram eleitos para a Assembleia dos Representantes a partir de 1893. Dentre eles, destacamos o empresário do setor hoteleiro e de matadouros Jacob Kroeff Filho, residente no distrito de Novo Hamburgo, além de Luís Englert (já eleito em 1891), natural de São Leopoldo, que listam entre os fundadores do Partido Católico do Centro. Temos aí, deste modo, representantes dos católicos das áreas de imigração alemã inseridos na máquina política estadual. Tanto Jacob Kroeff Filho quanto Luís Englert ingressariam nas fileiras do Partido Republicano Rio-grandense, ao qual estariam vinculados até o fim da vida.

Retomando uma análise mais focalizada nas questões locais, envolvendo os dois grupos, é interessante estabelecer um paralelo com situação ocorrida em Santa cruz do Sul, que pode ser colocada em um quadro comparativo com os fatos políticos ocorridos em São Leopoldo e Novo Hamburgo, que ajudam a reforçar nossas considerações. Silvana Krause, ao se dedicar à análise da vida econômica, política e religiosa de Santa cruz, no período da

Primeira República, evidencia que nesta localidade a divisão política de católicos e evangélico-luteranos também possui uma dimensão não dualista. No caso dos evangélico-luteranos e outros grupos acatólicos,¹⁹ segundo a autora,

mesmo com a política do PRR de alargar as liberdades dos acatólicos, não é possível afirmar que as lideranças políticas locais (em especial no início da República) aderiram em massa a esse projeto. Foi constatado que muitas lideranças políticas acatólicas tinham se juntado aos liberais no Império, gerando, como consequência, uma resistência a uma nova agremiação partidária. A fidelidade aos liberais, que também lutaram em favor aos acatólicos, foi um dos motivos que levaram a não adesão completa ao PRR destas lideranças. Além desse aspecto, as resistências ao PRR eram também ligadas à falta de autonomia dos municípios e à imposição de lideranças que não eram da região (KRAUSE, 2002, p. 184).

No caso de São Leopoldo e Novo Hamburgo, as intervenções na administração local também se tornaram um dos pontos de maior embate entre as forças políticas locais e a liderança partidária estadual, Borges de Medeiros, sobretudo após as já mencionadas nomeações de Gabriel de Azambuja Fortuna e Mansueto Bernardi. No tocante à participação e inserção dos católicos junto ao PRR, em Santa Cruz do Sul veremos um fenômeno diferenciado do que ocorrera em São Leopoldo e Novo Hamburgo. Enquanto nestas duas localidades a entrada de católicos no partido foi expressiva, inclusive com membros deste grupo confessional estando à frente dos diretórios locais, em Santa Cruz do Sul observamos que a presença de católicos possui uma escala mais reduzida. No ambiente político santa-cruzense, parece que o PRR era visto com mais desconfiança do que no caso

¹⁹Além dos evangélico-luteranos, vinculados ao Sínodo Rio-grandense, precisamos considerar também outros grupos de confissões diferentes, como os vinculados ao Sínodo de Missouri, chegados ao Brasil em 1900. Também podemos citar os participantes da Igreja Metodista, instalada no Rio Grande do Sul a partir de 1875, e a Igreja Anglicana, a partir de 1890.

leopoldense e hamburguense. Houve um peso mais expressivo da discordância entre positivismo e catolicismo no fomento das relações e vinculações partidárias locais. Tanto que no Partido Católico do Centro, mesmo com sua curta duração, a participação de agentes históricos locais foi intensa. E, mesmo após o encerramento das atividades do partido, segundo Silvana Krause (2002), ocorreu a formação de um bloco local, denominado Aliança Católica, com o qual as lideranças do diretório republicano local acabavam tendo que negociar, na tentativa de uma adesão maior dos católicos nos processos eleitorais. Não apenas em nível local, mas até mesmo nas eleições estaduais e federais.

Compreender estas diferentes realidades locais ajuda a perceber a complexidade do mecanismo político. São distintos interesses, relações, ajustes, distanciamentos e conflitos que se entrecruzam, em diferentes momentos e em distintas escalas. Não podemos traçar uma linha retilínea na análise das relações entre política e religião, pois as disparidades e particularidades locais fazem emergir um *tecido social multifacetado*. É justamente para deixar transparecer essas múltiplas dimensões da configuração política e partidária ocorridas em Novo Hamburgo que estabelecemos esta combinação entre o local e o mais amplo, ambos guiados por um olhar mais crítico, percebendo os detalhes, os elementos utilizados para a estruturação das redes sociais formadas pelos diversos agentes históricos envolvidos. No caso em que nos propomos a trabalhar, existem outros elementos marcantes que precisam ser considerados. Estes, porém, ficarão para outros momentos, outros trabalhos.

Por fim, destacamos que, em nossa análise, percebemos um panorama social bastante intenso, onde, na raiz de todo este processo, temos pessoas envolvidas. Pessoas que buscam o poder, que buscam participar da vida política. Podemos comparar a vida política e religiosa (não no sentido *vocacional* do termo) com uma máquina. E as máquinas são compostas por diferentes peças, engrenagens. E na analogia que fazemos, os agentes históricos são

estas engrenagens. Então, para melhor compreendermos o funcionamento desta grande máquina, é salutar conhecer melhor quem são estas pessoas que operacionam este complexo sistema.

Referências

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. **O perigo alemão**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1991.

_____. O nativismo, os teuto-brasileiros católicos e luteranos no Rio Grande do Sul. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v.16 n.24, p.43-60, out. 1998.

_____. **O Aviador e o Carroceiro**: política, etnia e religião no Rio Grande do Sul dos anos 1920. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002a. (Coleção História: 50).

_____. D. João Becker e o oportunismo político. In: DREHER, Martin Norberto (Org.). **500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: EST; São Leopoldo: Sinodal, 2002b.

_____. **O Estado Novo no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: ed. Universidade de Passo Fundo, 2005a.

_____. O castilhismo e a colônia alemã. In: AXT, Gunter et al (orgs.). **Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005b.

_____. A República no Rio Grande do Sul: política, etnia e religião, **História Unisinos**, São Leopoldo, vol. 14, n. 1, p. 38-48, janeiro/abril, 2010.

_____. Conflitos intraétnicos em uma região de colonização alemã: o processo de emancipação de Novo Hamburgo. In: FERNANDES, Evandro; NEUMANN, Rosane Marcia; WEBER, Roswithia (Orgs.). **Imigração: diálogos e novas abordagens**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

KRAUSE, Silvana. **Migrantes do tempo**: vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na República Velha. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

PETRY, Leopoldo. **A emancipação de Novo Hamburgo**: a análise do parecer aprovado pelo Conselho Municipal e outras notas. Novo Hamburgo: Typographia Hans Behrend, 1925.

RABUSKE, Arthur; SPOHR, Gastão J. **Resenha histórica da Paróquia São Luiz Gonzaga de Novo Hamburgo 1926-1976**. Novo Hamburgo: [s.n.],1977.

RAMBO, Arthur B. Restauração católica no Sul do Brasil, **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 36, p. 279-304, 2002.

_____. A Igreja da Restauração Católica no Brasil Meridional, In: DREHER, Martin Norberto. **Populações Rio-Grandenses e Modelos de Igreja**. Porto Alegre: Edições EST / São Leopoldo: Sinodal, 1998.

SANTOS, Rodrigo Luis dos. **Nomes, laços e interesses**: Formação de redes sociais e estratégias políticas de católicos e evangélico-luteranos em Novo Hamburgo/RS (1924-1945). 2016. Dissertação [Mestrado em História] - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, RS, 2016.

WEIZENMANN, Tiago. **“Sou, como sabem...”**: Karl von Koseritz e a imprensa em Porto Alegre no século XIX (1864-1890). Porto Alegre, 2015. Tese [Doutorado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

Sobre os autores e autoras

Caroline von Mühlen

Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS (2007). Foi bolsista de Iniciação Científica no Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros (NETB) do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS (2006-2007). Possui Mestrado em História na mesma instituição (Bolsista Capes/2010). Possui Doutorado pelo Programa de Pós Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS (Bolsista CNPq/2017). Atualmente é professora de História no Colégio Sinodal (Unidade de Portão - Ensino Fundamental II). Possui experiência como professora no Ensino Fundamental da rede pública e privada. É associada à Associação Nacional de História - Seção Rio Grande do Sul, integrando o grupo de trabalho História do crime, da polícia, das práticas de justiça e suas fontes (desde 2009) e o grupo de trabalho Estudos Étnicos e Migrações (coordenadora - gestão 2017-2018). É associada e vice-presidente da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto Brasileiras (ANPHCTB - gestão 2016-2017). Tem interesse e atua nas seguintes áreas: Alemanha no contexto das emigrações; Brasil e Rio Grande do Sul Imperial; (e)imigração e sua contextualização; relações interétnicas; trajetórias, criminalidade e justiça; acervos e arquivos documentais e históricos do judiciário.

Cristiano Nicolini

Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Maria, na Linha de Pesquisa Cultura, Migrações e Trabalho. Possui mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2013), Especialização em História do Brasil pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2006) e Graduação em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2003). Tem experiência nas áreas de História e Sociologia, atuando principalmente nos seguintes temas: representações, identidade regional, imigração no Rio Grande do Sul, ensino de história, processos de patrimonialização da memória.

Daniel Luciano Gevehr

Doutor em história (2007) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Possui graduação em história (2000) e mestrado em história (2003) pela mesma Universidade. Autor da Tese Pelos Caminhos de Jacobina: memórias e sentimentos (res)significados, aprovada com grau máximo pela banca examinadora. É Professor Titular II, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR - FACCAT), onde também atua como Líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) Instituições, Ordenamento Territorial e Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional, das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). Seu campo de investigação privilegia, atualmente, as questões que envolvem a problemática do patrimônio cultural, da educação patrimonial, da memória, das sensibilidades, da produção dos espaços urbanos. Pesquisa, ainda sobre as representações de raça, etnia e gênero, em especial no âmbito da educação e dos processos de ensino-aprendizagem. Tem experiência na área de história, patrimônio e educação, atuando principalmente nos seguintes temas: História do Brasil e do Rio Grande do Sul, movimentos migratórios históricos e contemporâneos, movimento Mucker, patrimônio cultural, espaços urbanos, memória, representações e relações de Gênero, raça e etnia e processos identitários.

Jorge Luís Stocker Júnior

Arquiteto e Urbanista graduado pela Universidade Feevale (2015) e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS), onde desenvolve a dissertação com o tema “Paisagem Cultural da Antiga Colônia Alemã de São Leopoldo”. Atua na área de patrimônio cultural, através de estudos técnicos, inventário de patrimônio cultural edificado, projetos de conservação e restauração, pesquisa e educação patrimonial. É atualmente conselheiro suplente no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul - CAU - RS e integra o Núcleo do IAB-RS Instituto dos Arquitetos do Brasil Vale do Sinos e o Icomos - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, representando o Icomos Brasil no grupo de Novos Profissionais.

José Edimar de Souza

Doutor em Educação (2015) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UNISINOS, com bolsa CAPES/PROEX e ênfase em História da Educação. Com estágio de pós-doutorado em Educação na UNISINOS (2016). Mestre em Educação (2011), com ênfase em História da Educação e Graduação em História (2003) pela mesma instituição, com bolsa CAPES/CNPq - Programa de Ensino e Treinamento de História - PET/História. Especialista em Gestão da Educação (2004) pela UFRGS, Psicopedagogo Clínico e Institucional (2009) pela FEEVALE. Supervisor Escolar pela Faculdade Internacional Signorelli (2015). Especialista em História do Brasil pela Faculdade Internacional Signorelli (2016) e Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário Claretiano (2017). É vice-líder do Grupo de Pesquisa História da Educação, Imigração e Memória (GRUPHEIM) e participa do Grupo de Pesquisa: Educação no Brasil: memória, instituições e cultura escolar - (EBRAMIC) e também do Grupo de Pesquisa: História, memórias e narrativas em Educação. É membro da diretoria da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras (ANPHCTB) - 2º Tesoureiro -

gestão 2016-2017; integrante da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE) é ocupa o cargo de vice-presidente, Associação Brasileira de História Oral (ABHO) e Associação Nacional de História - Seção Rio Grande do Sul (ANPUH-RS), atuando como vice-coordenador do GT História da Educação. Sua área de investigação envolve temas da História e História da Educação como: práticas educativas, instituições educativas, processos de escolarização, culturas escolares (sujeitos, espaços, tempos, disciplinas, materialidades, etc.), bem como temas de (i) migrações, gênero e etnia. Memória e usos da memória, História Oral, Ensino no meio rural, Educação rural, história regional e História do Rio Grande do Sul. Atualmente é professor da Universidade de Caxias do Sul, atua na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEdU/UCS.

Miquéias Henrique Mügge

Atua como pesquisador na Woodrow Wilson School of Public and International Affairs e Lecturer do Departamento de Português e Espanhol, Princeton University (EUA). Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (pesquisa financiada pela CAPES). Foi Visiting Student Research Collaborator no Department of History, Princeton University, como bolsista da Comissão Fulbright (2014-2015). Mestre e Graduado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Paulo Roberto Staudt Moreira

Professor adjunto da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Atual Diretor do Núcleo RS da Associação Nacional de História. Possui graduação em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1993), doutorado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2001) e pós-doutoramento na Universidade

Federal Fluminense. Exerceu o cargo de Coordenador do Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos de 2010 a 2014. Membro da Comissão de Avaliação Quadrienal de PPGHs - CAPES (2013/2016). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2 (2010/atual). Membro do Comitê de Ciências Humanas e Sociais da FAPERGS: como suplente (designação de 20 de agosto de 2015) e membro (06.09.2017 a 05.09.2019). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Colônia e Império, atuando principalmente nos seguintes temas: História da escravidão e do negro; História social dos movimentos populares; Patrimônio histórico documental; Identidade étnica; Abordagens de fontes documentais; História urbana no século XIX; Raízes e presença africana na América Latina; associativismo negro; saúde e doença.

Rodrigo Luis dos Santos

Doutorando em História (bolsista PROSUC/CAPES) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Possui mestrado em História (bolsista FAPERGS/CAPES) (2016) e graduação em Licenciatura Plena em História (2013) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Foi professor do Instituto Superior de Educação Ivoti (ISEI), além de ser membro da Equipe Editorial da Revista Acadêmica *Licenciaturas*. Professor da disciplina de História no Colégio Cenecista Felipe Tiago Gomes (Ensino Fundamental II) e Colégio CNEC de Estância Velha (Ensino Fundamental II e Ensino Médio). Atuou como historiador voluntário e coordenador de estágios (2013-2016) do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. Integrante, na qualidade de pesquisador, do grupo de pesquisa (CNPq) Núcleo de Estudos de História da Imigração (NEHI), na linha de pesquisa Espaço, Economia e Sociedade, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade de Passo Fundo (UPF). É membro e atual presidente (Gestões 2016-2017 e 2018-2019) da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras

(ANPHCTB) e sócio da Associação Nacional de História - Seção Rio Grande do Sul (ANPUH-RS), onde é vice-coordenador do Grupo de Trabalho (GT) Estudos Étnicos e Migrações (Coordenação 2017-2018). Foi integrante do Fórum Setorial de Patrimônio Histórico e Cultural de Campo Bom e conselheiro titular no Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural (2016-2018). Associado e membro da Diretoria (Tesoureiro/Gestão 2018-2020) do Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL). Tem interesse e atua nos seguintes temas: imigração e sua contextualização social e política; Brasil e Rio Grande do Sul imperial e republicano (Primeira República e Período Vargas); Estado Novo, nacionalismo e ações de nacionalização; patrimônio, museus e acervos documentais e históricos; ensino de História e uso de fontes audiovisuais e impressas em sala de aula.

Samanta Ritter

Graduanda em História - Licenciatura pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Atualmente é bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq, vinculada ao Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros (NETB) do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) UNISINOS. É membro e Primeira Secretária da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras (ANPHCTB) (2018-2019).

Tiago Weizenmann

É doutor pelo Programa de Pós Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2015). Possui graduação em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2005). Possui a titulação de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2008), com ênfase na área de Ideias e Movimentos Sociais na América Latina. É docente e coordenador pedagógico do Centro de Ciências Humanas e Sociais do Centro Universitário Univates. Participa de projeto de extensão da Univates, atuando em assessoria pedagógica

externa. Tem experiência como docente na educação básica da rede pública e privada.

Vania Inês Avila Priamo

Possui graduação em História - Licenciatura Plena pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) (2001) e Especialização em Patrimônio Cultural em Centros Urbanos, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (2007). Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da UNISINOS (2013). Atualmente é diretora do Museu Histórico de Nova Hartz. Membro associada ao Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL) e presidente do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Nova Hartz (COMPAC) Tem experiência na área de História, com ênfase em Patrimônio Cultural, Turismo Cultural, Educação para o Patrimônio e Museologia.

Wellington Augusto Blume

Graduando em História e bolsista de Iniciação Científica UNIBIC, vinculado ao Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros (NETB) do Programa de Pós Graduação em História (PPGH) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). É segundo secretário da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras (ANPHCTB). Tem interesse especial pela História da América Latina e História do Brasil. Atualmente, vem realizando trabalhos que tangenciam a História das Ideias Políticas sobre Imigração e Colonização no Brasil do século XIX.